

3.º SUPLEMENTO

第三副刊

SUMÁRIO

GOVERNO DE MACAU

Lei n.º 28/96/M:

Autoriza o Governador a arrecadar, no ano de 1997, as contribuições, impostos e demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas inscritas ou a inscrever no orçamento geral do Território (OGT), respeitante ao mesmo ano. 2594

目錄

澳門政府

第28/96/M號法律：

許可總督於一九九七年內徵收本地區稅捐、稅項及其他收益，獲得其他對財政管理所不可缺少之資源，以及許可總督使用有關所得，以支付已登錄或將登錄在一九九七年本地區總預算（OGT）內之公共開支 2594

GOVERNO DE MACAU**澳門政府**

Lei n.º 28/96/M

法律 第 28 / 96 / M 號

de 31 de Dezembro

十二月三十一日

**AUTORIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS
PARA 1997****一九九七年收支許可**

Visto o relatório de análise da situação económica e financeira de Macau, relativo a 1996;

在閱覽一九九六年澳門經濟及財政狀況分析報告後；

Tendo em atenção o proposto pelo Governador e cumprida a formalidade prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 48.º do Estatuto Orgânico de Macau;

鑑於總督的建議及經遵守《澳門組織章程》第四十八條第二款 a) 項所規定之程序；

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo Estatuto, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

立法會根據該章程第三十條第一款 f 及 g 項之規定，制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

Artigo 1.º**第一條****(Cobrança de receitas e pagamento de despesas)**

(收入之徵收及開支之支付)

1. O Governador é autorizado a arrecadar, no ano de 1997, as contribuições, os impostos e os demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira, de harmonia com as normas legais aplicáveis, e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas de funcionamento e investimento, inscritas ou a inscrever no Orçamento Geral do Território para o ano de 1997 (OGT).

一、許可總督於一九九七年內依據適用之法律規定，徵收本地區稅捐、稅項及其他收益，獲得其他對財政管理所不可缺少之資源，以及許可總督使用有關所得，以支付已登錄或將登錄在一九九七年本地區總預算 (OGT) 內經營及投資之公共開支。

2. Só podem ser cobradas as receitas que tiverem sido autorizadas na forma legal e todas elas, qualquer que seja a sua natureza e proveniência, quer tenham ou não aplicação especial, são, salvo disposição legal expressa em contrário, entregues nos cofres do Território nos prazos regulamentares, vindo, no final, descritas nas respectivas contas anuais.

二、依法定方式獲許可之收入，方得徵收，所有該等收入，不論其性質及來源或有否特別用途，除法律另有明文規定外，均在規定之期間內交予本地區庫房，而所有收入在年度終結時載於有關年度之帳目內。

Artigo 2.º**第二條****(Orçamentos privados)**

(本身預算)

1. As entidades públicas que se regem por orçamentos não consolidados no OGT são igualmente autorizadas a aplicar as receitas próprias na realização das respectivas despesas, mediante aprovação, por portaria, dos correspondentes orçamentos.

一、受不在一九九七年本地區總預算內之預算所規範之公共實體，其預算經訓令核准後，亦獲許可運用本身收入以繳付有關開支。

2. As entidades referidas no número anterior observam, na administração das suas dotações, os princípios definidos nesta lei, bem como os regimes financeiros que, especificamente, lhes são aplicáveis.

二、上款所指之實體在管理其撥款時，必須遵守本法律所定之原則及專門對其適用之財政制度。

Artigo 3.º**第三條****(Objectivos principais das Linhas de Acção Governativa)**

(施政方針之主要目標)

As Linhas de Acção Governativa para 1997 (LAG) têm como objectivos principais:

一九九七年施政方針 (LAG) 之主要目標為：

a) A retoma da actividade económica, baseada no crescimento e dinamismo de uma base industrial renovada e competitiva e na ampliação e diversificação do sector de serviços, especialmente apoiada na modernização e internacionalização do sistema financeiro;

b) A promoção do diálogo social, como instrumento determinante do modelo de desenvolvimento económico e social, tendo em vista a concretização de uma regulamentação sociolaboral adaptada às realidades específicas de Macau, e o desenvolvimento de medidas tendentes a promover o emprego e a formação profissional, tanto de carácter inovador, como de reconversão e reciclagem, adequadas aos ritmos da evolução económica, às necessidades de qualificação das empresas e às competências da mão-de-obra disponível;

c) O prosseguimento do processo de localização de quadros da Administração Pública, reforçando a valorização dos seus recursos humanos através de acções adequadas de recrutamento e selecção e da formação profissional e linguística do pessoal, no sentido de racionalizar a estrutura e o funcionamento dos Serviços e Organismos Públicos;

d) A consolidação e o aperfeiçoamento da reforma educativa, alargando as oportunidades de acesso ao ensino para os jovens e, na área do ensino superior, dar particular atenção à formação através de programas de pós-graduação, ao mesmo tempo que se reforçam as condições para a investigação aplicada;

e) A melhoria dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento e valorização pessoal e social dos jovens, criando-se condições para uma maior participação destes na sociedade e, enquanto elementos impulsionadores da mudança e do progresso, prepará-los para os novos desafios do futuro;

f) A diversificação e ampliação dos meios de comunicação de forma a permitir uma mais lata e profunda difusão da imagem sociocultural de Macau, a realização no Território de um congresso da imprensa de língua portuguesa e do Congresso Internacional da Imprensa Chinesa Ultramarina, e o apoio e estímulo à imprensa local, nomeadamente através da formação profissional de jornalistas;

g) A continuação dos esforços para que Macau seja cada vez mais um destino turístico final, a consolidação dos mercados tradicionais e a abertura de mercados novos em função das potencialidades geradas pelo funcionamento do aeroporto, a modernização da oferta de forma a manter a fidelidade de segmentos tradicionais e a atracção de outros, como sejam a realização de congressos e o turismo de incentivos, a convergência de acções com outros pólos turísticos no Delta do Rio das Pérolas, a melhoria da formação profissional e a preparação de profissionais para todas as valências exigidas pela actividade turística, através do Instituto de Formação Turística e da Escola Superior de Turismo;

h) A melhoria das condições para o aparecimento e desenvolvimento de novos valores artísticos, a motivação dos agentes locais para a criação e a produção artísticas, a construção e dinamização de novos espaços de cultura, como o Centro Cultural de Macau e o Museu de Macau na Fortaleza do Monte, a preservação do património literário, arquitectónico e artístico e a elevação do nível cultural da população;

i) A consolidação e o aperfeiçoamento, no plano legislativo e institucional, do sistema de saúde, com especial relevância para a acentuação das preocupações de justiça social com a participação

a) 經濟活動之復甦，應朝着建造及搞活一個革新且有競爭力之工業基礎，擴大服務行業，使之多元化，尤其使金融制度現代化及國際化等方向發展；

b) 促進作為社會經濟發展模式之決定性工具之社會對話，以便落實一項切合澳門實況之社會勞動法規，並制定有助提高就業率及促進職業培訓、轉業培訓及在職培訓，以配合經濟發展步伐，滿足提高企業素質之需要及提高現有工人之能力；

c) 貫徹公共行政當局人員本地化進程，透過適當之招募、甄選活動及對人員進行職業及語言上之培訓，提高人力資源之素質，使公共機關及機構之結構及運作得以合理化；

d) 鞏固及完善教育改革，增加青少年接受教育之機會，並在高等教育方面，應特別考慮以專業課程培訓教學人員，同時，亦須加強為進行實用研究而需具備之條件；

e) 改善用以發揮及提高青少年個人及社會素質之輔助工具，為此，應創造條件以便青少年多參與社會活動，並鑑於青少年係社會發展及進步之原動力，應強化青少年面對未來之新挑戰；

f) 使傳播媒介多元化及加強其能力，以便能廣泛而深入宣傳澳門之社會文化形象，在本地區舉辦葡語報業會議及國際海外中文報界會議，支持並鼓勵本地新聞界，尤其透過記者之職業培訓為之；

g) 繼續努力使澳門逐漸成為旅遊終點站，鞏固傳統市場，並因應機場運作所創造之機會，開拓新市場，使旅遊服務及設施現代化，如舉辦會議及優惠旅遊，並配合珠江三角洲其他旅遊景點而開展活動，以保留固有客源，吸引新客源，透過旅遊培訓學院及旅遊高等學校，改善職業培訓，開展培訓以便人員能掌握旅遊業方面之專業知識；

h) 改善條件，使嶄新之藝術或文學得以出現及發展，鼓勵本地文化工作者進行藝術創作，建造及搞活新文化空間，如澳門文化中心及位於大炮台之澳門博物館，保護本地區之文學、建築及藝術等財產，提高市民之文化水平；

i) 在立法及機構方面，加強及改善衛生體系，尤其關注透過由使用護理服務者承擔衛生開支之社會公平

do utente no financiamento dos cuidados de saúde e para a continuação do investimento na modernização das infra-estruturas do sector;

j) A adopção de medidas legislativas e de acções de apoio técnico e financeiro às estruturas institucionais da política social, visando a melhoria da qualidade de vida da população carenciada, com especial solicitude para grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes físicos e mentais e os toxicodependentes;

l) O aperfeiçoamento da política fiscal, a melhoria das condições de utilização dos recursos financeiros disponíveis, através do aperfeiçoamento dos elementos de suporte ao controlo da execução do OGT e do PIDDA, e a modernização da gestão do património duradouro;

m) O melhor enquadramento legislativo dos Conselhos do Ambiente e do Consumidor, tendo em vista uma maior eficácia das suas funções;

n) O desenvolvimento de acções e medidas que visem a consolidação da autonomia judiciária do Território, nomeadamente através da formação de quadros e magistrados locais bilingues, o prosseguimento dos processos de localização legislativa e a aprovação, no domínio dos «Grandes Códigos», do Código das Sociedades Comerciais, do Código Comercial e do Código Civil;

o) A consolidação das bases de um ordenamento jurídico bilingue, para perdurar depois de 1999, através da continuação do plano de tradução de diplomas legais sem versão em língua chinesa, do aperfeiçoamento da utilização da língua chinesa no domínio judiciário, bem como da divulgação jurídica chinesa;

p) A manutenção de um nível de segurança que, no respeito pelas leis que singularizam o Território, assegure aos cidadãos a tranquilidade necessária à sua actividade normal e permita atrair pessoas e investimentos que propiciem o desenvolvimento económico e social;

q) A conclusão de infra-estruturas ainda em fase de construção e o prosseguimento de acções de reordenamento urbano e de execução de obras públicas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida no Território, nomeadamente no que se refere à circulação viária, espaços verdes, instalações de carácter cultural, lúdico, desportivo e equipamento social;

r) O acompanhamento da exploração do Aeroporto Internacional de Macau, a cargo da respectiva concessionária, como infra-estrutura estratégica para o desenvolvimento presente e futuro do Território, e que importa rentabilizar através de um grande esforço de promoção;

s) O prosseguimento e conclusão do plano de habitação social, com vista a melhorar as condições de habitabilidade da população de menores recursos económicos.

Artigo 4.º

(Princípios)

1. O OGT é organizado de harmonia com o disposto na legislação sobre orçamento e contas públicas, e com salvaguarda dos aspectos particulares dos regimes financeiros das entidades autónomas e dos municípios.

2. A elaboração e a execução do OGT são orientadas no sentido da prossecução das LAG e do Plano de Investimentos e

princípio, e a continuar em áreas de infra-estruturas de modernização, bem como em áreas de infra-estruturas de modernização, bem como em áreas de infra-estruturas de modernização;

j) 採取立法措施及向施行社會政策之機構給予技術及財政輔助，目的是改善有需要市民之生活質素，尤其是關注社會上較脆弱之一群，如兒童、老人、傷殘及弱智人士、以及吸毒者；

l) 完善稅收政策，透過完善監管預算及行政當局投資與發展開支計劃執行之機制，改善可動用財政資源之使用條件，使耐用財產管理現代化；

m) 完善環境委員會及消費者委員會之法律框架，以便能更有效履行職務；

n) 開展活動及措施，尤其透過培訓本地雙語人員及司法官，鞏固本地區司法自治權，貫徹法律本地化政策，核准《公司法典》、《民法典》及《商法典》等大法典；

o) 透過繼續執行尚未有中譯文法規之翻譯計劃，深化在司法領域使用中文，以中文推廣法律等方式，鞏固雙語法律體系之基礎，使該體系在一九九九年以後能繼續存在；

p) 依本地區法律維持安全，確保市民在必要安定環境下正常工作，吸引外來人員及投資，以促進本地區社會經濟發展；

q) 完成尚在建造中之基礎設施，繼續開展城市整治工作，繼續執行有助提高本地區生活素質之公共工程，尤其是道路、綠化區、文化、休憩、體育及社會等設施之公共工程；

r) 跟進由經營澳門國際機場特許人負責之作為澳門現在及將來發展之策略性基礎設施之機場之經營狀況，並有必要大力宣傳，以求提高機場效益；

s) 貫徹並完成社會房屋計劃，以改善經濟能力薄弱市民之居住條件。

第四條

(原則)

一、一九九七年本地區總預算係按照有關預算與公共帳目法例之規定而組織，且已保障各自治實體及市政廳財政制度之專有情況。

二、制定及執行一九九七年本地區總預算，係為執行附於本

de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1997 (PIDDA), que se publicam em anexo, tendo em conta os seguintes princípios:

a) Controlo do crescimento das despesas de funcionamento dos serviços, acompanhando a estabilização do nível esperado de receitas;

b) Ligeira redução do nível do investimento público, garantindo, todavia, sem sacrifício das prioridades de natureza sociocultural e económica, a conclusão dos projectos que se encontram em curso de execução, bem como o lançamento de novos projectos passíveis de conclusão no curto prazo;

c) Enquadramento legal de alguns aspectos específicos da efectivação de despesas, responsabilizando as entidades directamente envolvidas nos processos e salvaguardando a satisfação de compromissos regulares ou de prazo certo.

Artigo 5.º

(Providências diversas)

1. O Governador pode adoptar as providências necessárias ao equilíbrio das contas públicas e ao regular provimento da Tesouraria, podendo proceder, para tanto, à adaptação dos recursos às necessidades.

2. Ocorrendo circunstâncias anormais que, fundadamente, ponham em risco o equilíbrio das contas públicas, o Governador pode condicionar, reduzir ou mesmo suspender as despesas não determinadas por força de lei ou contratos preexistentes e, bem assim, os subsídios atribuídos a quaisquer instituições, organismos ou entidades.

3. As transferências de verbas correspondentes a receitas que estejam consignadas apenas são autorizadas na medida das correspondentes cobranças e com observância dos preceitos legais aplicáveis.

4. Tendo em atenção a evolução da cobrança das receitas autorizadas e um aproveitamento otimizado dos recursos financeiros do Território, podem ser acolhidas alterações das dotações orçamentais iniciais, bem como a mobilização de disponibilidades adicionais, necessárias à consecução dos objectivos prioritários e ao desenvolvimento das acções integradas nas linhas de acção governativa.

5. Em apoio da simplificação dos procedimentos administrativos e sem prejuízo do rigoroso controlo da situação de tesouraria e do cumprimento da legislação que regula a aquisição de bens e serviços, manter-se-á a política de flexibilização ao nível da prática duodecimal e de utilização dos fundos permanentes.

Artigo 6.º

(Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1997.

Aprovada em 29 de Novembro de 1996.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Anabela Sales Ritchie*.

Promulgada em 20 de Dezembro de 1996.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

法律公布之一九九七年施政方針及行政當局投資與發展開支計劃 (PIDDA), 並根據下列原則為之:

a) 控制各機關開支之增長, 並跟進收入是否穩定在預計之水平;

b) 輕微縮減公共投資, 但在不犧牲社會文化及經濟性質之優先項目下保證完成現正施工之項目, 以及保證能實行可在短期內完成之新項目;

c) 制定與作出開支有關之某些特定情況之制度, 例如使直接涉及作出開支程序之實體負起責任及確保履行定期義務或短期承諾。

第五條

(各項措施)

一、總督得採取必需措施, 以平衡公共帳目及使司庫部獲正常之補充, 為此得使資源配合需要。

二、如出現確實使公共帳目陷於不平衡之異常情況, 總督對非由先前法律或合同效力所定之開支, 及對給予任何機關、組織或實體之津貼, 得加以限制、縮減甚至中止。

三、相應於指定用途之收入之款項之轉移, 僅在進行相應徵收時, 且在遵守適用之法律規定下, 方獲許可。

四、考慮到已獲許可之收入之徵收進展情況, 並考慮到使本地區財政資源獲得最佳之利用, 得接受原初預算撥款之修改, 以及動用可動用之附加之資源, 以實現各優先目標及開展施政方針內之工作。

五、為支持行政程序之簡化, 且在不妨礙對出納工作之嚴格監督及對規範取得資產及勞務之法例之遵守下, 維持十二分之一及常設基金之使用上的彈性政策。

第六條

(開始生效)

本法律於一九九七年一月一日起開始生效。

一九九六年十一月二十九日通過。

立法會主席 林綺濤

一九九六年十二月二十日頒布。

著頒行。

總督 韋奇立

I — LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 1997

1. Políticas económicas e de emprego

Com uma economia extremamente aberta ao exterior e um mercado interno exíguo, a expansão da actividade económica em Macau tem assentado, primordialmente, no crescimento e dinamismo competitivo das estruturas produtivas vocacionadas para a exportação (de mercadorias ou serviços), factor decisivo do seu progresso económico histórico, actual e prospectivo.

Em 1995, o Produto Interno Bruto (PIB) do Território cresceu a uma taxa real de 3,9%, evidenciando a desaceleração da actividade económica iniciada em 1993. Foram factores determinantes desta evolução a quebra do investimento em -10,0% e o comportamento menos dinâmico do consumo privado que continuou em processo de desaceleração, tendo registado um acréscimo real de apenas 3,7%. Em consequência, a procura interna perdeu a supremacia que vinha detendo no passado recente como factor de crescimento, a favor da procura externa líquida.

Esta tendência relativa ao consumo privado, verificada em 1995, confirmou-se no primeiro trimestre de 1996, indiciando a continuação da tendência de desaceleração no decurso do corrente ano. Esta situação pode ser explicada pela desaceleração do crescimento da população e dos salários, mas igualmente pelos efeitos psicológicos sobre o consumo resultantes da próxima transição política de Hong Kong, onde se tem registado fenómeno idêntico quanto à tendência do consumo privado.

Em 1995, é de assinalar o contributo das exportações líquidas de bens e serviços para o PIB, tendo compensado, em parte, a ausência de dinamismo da procura interna e a consequente redução das importações. De facto, a evolução positiva das exportações de bens e serviços, registando um crescimento real de 4,4%, aliada à quebra das importações, em 3,1%, por retracção da procura interna, permitiu o crescimento da procura externa líquida de 21,7% e a franca melhoria do excedente da balança de bens e serviços.

No que se refere às exportações de mercadorias, que registaram em 1995 um acréscimo real de 3%, traduzem, no entanto, uma desaceleração em relação aos 6,7% registados em 1994; de realçar ainda que, no mesmo ano, se acentuou a concentração das exportações no sector têxtil e de vestuário.

No entanto, as exportações de mercadorias no 1.º trimestre de 1996 mostram-se afectadas pelos fracos desempenhos económicos dos nossos principais compradores, a que se aliam outros factores, nomeadamente alterações das regras de comércio internacional, em particular do comércio têxtil com a União Europeia e com os EUA. Em 1996, será, pois, previsível uma evolução menos positiva das exportações de mercadorias podendo, no entanto, o saldo da balança comercial vir a melhorar em virtude da quebra prevista na importação de mercadorias.

As exportações de serviços, que em 1995 registaram um crescimento de 5,8%, estão a ser marcadas, no 1.º trimestre de 1996, pelos comportamentos divergentes da componente jogo, que registou uma quebra de receitas de 12%, e da componente turística que, devido à abertura do Aeroporto, registou um acréscimo no número de visitantes e uma assinalável expansão das respectivas despesas em alojamento e restaurantes.

A taxa de desemprego, que se mantivera a um nível baixo nos últimos anos, registou uma tendência crescente no decurso de 1995, situando-se, em termos médios, em 3,6%, o que conduziu à adopção de medidas de estabilização do mercado de emprego. Admite-se que estas venham a ser prosseguidas — tanto mais que o 2.º trimestre de 1996 revelou já uma taxa de desemprego superior, de 4,5% — sem prejuízo, porém, da sua flexibilização quando as circunstâncias o venham a permitir, tendo em vista, nomeadamente, a viabilização de novos investimentos indutores do crescimento e da criação de empregos locais.

O Índice de Preços no Consumidor, após uma tendência de agravamento, viria a registar em 1995 uma taxa média de 8,6%. Contudo, o 1.º semestre de 1996 evidenciaria uma significativa melhoria, tendo aquele índice alcançado, em termos homólogos, a marca de 5,5%, tendência que deverá consolidar-se durante o decurso do ano, prevendo-se que, no final do mesmo, não ultrapasse a marca dos 5%.

Em conclusão, decorre da análise dos indicadores de conjuntura para o 1.º semestre de 1996, a continuação do ciclo de desaceleração da actividade económica em Macau. No entanto, se em 1995 a influência negativa de factores internos foi de alguma forma compensada pelo dinamismo das exportações de bens e serviços, o ano de 1996 será marcado pela conjugação do andamento negativo da procura interna e do crescimento mais moderado da procura externa líquida, a qual será particularmente afectada pela redução das exportações de vestuário para os EUA e pela significativa quebra das receitas do jogo.

Não sendo previsíveis, no imediato, inversões de tendências determinantes do quadro interno e internacional, deverá prosseguir em 1996 a desaceleração do crescimento do PIB a um ritmo mais marcado que no passado recente.

Contudo, os sintomas de melhoria em alguns indicadores económicos, respeitantes ao 2.º semestre deste ano, permitem pressupor que, em 1997, se venha a registar alguma retoma da economia do Território.

As principais linhas orientadoras da actividade governativa nesta área para 1997, assim como as medidas e acções em que assentam, seguidamente apresentadas, representam a consolidação dos esforços que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de inverter o ciclo de desaceleração da economia que se tem registado no passado recente.

1.1. No domínio das actividades económicas

Para Macau será extremamente importante manter, na presente fase de ajustamento da sua economia, uma base industrial renovada e competitiva, ainda que de menor dimensão, que sobreviva à concorrência acrescida dos novos produtores mundiais de baixos custos salariais, enquanto amplia e diversifica um sector de serviços de vocação internacional, alimentado pela dinâmica de desenvolvimento socioeconómico de toda a região do sul da China. Será elaborado um diploma que vise a captação de investimentos, através de uma política de concessão de benefícios e de simplificação de procedimentos, incentivadora das seguintes actividades: indústrias de alta tecnologia, de elevado valor acrescentado e não poluentes.

No âmbito da política de apoio à modernização do tecido industrial, será melhorado o sistema de incentivos a conceder ao

sector, enquanto a vertente relativa à introdução de novas tecnologias e à promoção da qualidade será conduzida e consolidada através do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau. Proceder-se-á ainda à revisão da legislação que regula o registo dos estabelecimentos industriais e respectivas instalações (Decreto-Lei n.º 95/85/M, de 9 de Novembro).

No âmbito da legislação sobre propriedade industrial, será prosseguido o processo de autonomização do Território no domínio da protecção dos direitos da propriedade industrial com a implementação da protecção de marcas, já em vigor em Macau, e da preparação de legislação sobre a protecção dos direitos de patentes.

Complementando esta iniciativa, será preparada legislação sobre a protecção da propriedade intelectual, designadamente com o objectivo de conferir à entidade aduaneira competências para confiscar os produtos contrafeitos e falsificados.

No domínio do processo de modernização das actividades económicas do Território serão prosseguidas as medidas que visem disciplinar a actividade dos operadores económicos, designadamente no quadro da defesa da saúde pública e do consumidor, através da elaboração de legislação que introduza maior disciplina no exercício da actividade de comércio a retalho.

Será igualmente reformulado o quadro legislativo respeitante ao imposto de consumo, visando integrar os diversos diplomas legislativos numa única legislação reguladora, tendo em vista uma maior clareza e racionalidade económica e uma aderência mais exacta à realidade actual e às linhas de orientação da política comercial.

Com o objectivo de reduzir progressivamente a utilização, em Macau, de substâncias que deterioram a camada de ozono (conforme consagrado no Protocolo de Montreal sobre esta matéria) será implementado um sistema de contingência da importação dessas substâncias.

Está igualmente prevista a alteração da organização administrativa, com o objectivo de simplificar procedimentos e proporcionar uma melhor articulação com o sector privado. Este domínio inclui a reestruturação da Direcção dos Serviços de Economia, que se deverá articular com os resultados do estudo, em curso, sobre a criação da Alfândega de Macau. Proceder-se-á ainda à concepção e institucionalização de um sistema informático que permita que o licenciamento do comércio externo se realize através de processos electrónicos.

No plano externo pretende-se intensificar as relações com o exterior tirando proveito máximo das condições proporcionadas pelos diversos acordos de que Macau é parte contratante, nomeadamente o Acordo Comercial e de Cooperação celebrado com a União Europeia.

Por outro lado, pretende-se capitalizar a presença de Macau nas organizações internacionais, nomeadamente na Organização Mundial do Comércio (OMC), com especial destaque para o acompanhamento e concretização dos compromissos assumidos resultantes dos acordos multilaterais e ao seu impacto sobre a economia do Território. Neste sentido, serão adoptadas as medidas legislativas regulamentares e os procedimentos administrativos que se mostrem necessários para uma efectiva aplicação no Território da Acta Final do «Uruguay Round». No que se refere à

Organização Mundial das Alfândegas (OMA) será dada especial atenção à introdução na legislação local das recomendações desta organização relativas à facilitação do comércio.

Serão igualmente acompanhadas as actividades do «International Textile and Clothing Bureau» (ITCB) e da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ESCAP) e organismos dela dependentes.

No que se refere à promoção do investimento e à diversificação dos mercados de destino das exportações, continuarão a ser desenvolvidas em 1997 actividades concertadas que traduzam a consolidação das acções efectuadas em 1996. Estão assim previstas actuações junto dos territórios mais desenvolvidos da Ásia-Pacífico, nomeadamente em Singapura, Hong Kong, Japão, Taiwan, Coreia do Sul e República Popular da China.

As acções conjuntas para captação de investimentos e promoção comercial junto dos países europeus mais evoluídos industrialmente, constituirão uma outra prioridade, sendo, também de considerar, nessa zona do mundo, as novas economias emergentes do leste europeu, especialmente os países que apresentarem melhores índices de liquidez externa.

Em relação ao Continente Americano, estão previstas acções nos Estados Unidos, Canadá e Brasil, especialmente junto das comunidades chinesas e macaenses, incentivando-se as relações comerciais com Macau e procurando aproveitar as redes de influência destas comunidades para uma melhor penetração e mais fácil promoção das potencialidades de Macau junto de potenciais investidores daqueles países.

No que se refere à vertente específica de promoção comercial, para além da continuação do apoio aos exportadores do Território, acompanhando-os ou subsidiando a sua presença em feiras internacionais, procurar-se-á igualmente fomentar o acréscimo real das exportações, a redução do grau de concentração dos produtos exportados e a diversificação dos mercados de destino.

Os esforços dos empresários de Macau no desenvolvimento de estratégias comerciais próprias, serão concretizados através da concessão do apoio pontual a acções de promoção propostas individualmente por empresas locais, nomeadamente as que contemplem a penetração mais agressiva em novos mercados. Nesta conformidade, serão proporcionadas aos investidores indicações relativas à política de promoção do investimento e aos projectos que mereçam prioridade.

Serão ainda consolidadas as ligações funcionais entre o IPIM — Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento, e as entidades empresariais de promoção em que o Território participa, como o WTCM — World Trade Centre de Macau e a SPIC — Sociedade do Parque Industrial da Concórdia; procurar-se-á igualmente uma melhor articulação com o Euro-Info Centre de Macau.

No que diz respeito especificamente ao IPIM, com vista ao aperfeiçoamento dos seus serviços de apoio na área da captação dos investimentos, definirá e divulgará o âmbito e as condições principais da prestação dos seus serviços, acompanhando devidamente os respectivos processos, sem esquecer a necessária avaliação periódica dos resultados obtidos.

Continuando uma estratégia já anteriormente estabelecida, visar-se-á atrair para o Território serviços financeiros dos países

dos potenciais investidores, especialmente numa base «off-shore». A criação de uma Sociedade de Capital de Risco, com actividade alargada às zonas circundantes, contribuirá também para reforçar o papel de Macau como plataforma de prestação de serviços.

Será melhorada a gestão dos processos de fixação de residência para investidores e quadros técnicos qualificados, de especial relevância para o Território, tendo em vista acelerar a respectiva tramitação e as decisões finais. Proceder-se-á à revisão, a efectuar pelo Conselho Económico, do regime de fixação de residência, cuja execução cabe ao IPIM: desta forma se prosseguirá o desiderato da adaptação às actuais conjunturas de desenvolvimento e de condições de investimento.

Finalmente, serão tomadas medidas adequadas para promover a instalação de actividades comerciais em fracções autónomas afectas a esse fim, por forma a racionalizar o desenvolvimento do mercado imobiliário. Ainda nesta sede, proceder-se-ão a estudos tendentes à eliminação de situações de injustiça na avaliação, para efeitos de Imposto de Sisa, de fracções autónomas arrendadas, de molde a criar condições razoáveis para a exploração do mercado de edifícios comerciais.

1.2. Nos domínios do sistema financeiro, monetário e cambial

O sector dos serviços, incluindo os serviços financeiros, ocupa uma posição significativa na estrutura da economia global de Macau.

O sistema financeiro local mantém uma base susceptível de serem prosseguidas as adequadas acções com vista ao incremento da sua modernização, diversificação e internacionalização. Nesta via, cria condições para o reforço da sua capacidade de resposta às crescentes exigências inerentes ao processo de desenvolvimento e de transformação da economia do Território e, desse modo, para uma maior participação no sector dos serviços, evolução esta que se considera desejável.

De acordo com a estratégia que o Executivo vem adoptando, as referidas acções incidirão, predominantemente, nos domínios do enquadramento legal e regulamentar e da supervisão dos operadores do sistema financeiro, mantendo-se, porém, as características liberais da economia do Território e daquele sistema, em particular.

Neste sentido, durante 1997, serão desenvolvidas as adequadas intervenções relacionadas com o acompanhamento da implementação do novo diploma regulador da actividade seguradora, do novo regime de enquadramento da actividade financeira «off-shore» e do novo regime legal do investimento em conta margem (companhias «forex»).

Quanto ao «off-shore» promover-se-á, também, a elaboração de legislação para o enquadramento da indústria seguradora e outra legislação específica, nomeadamente, para os regimes legais da gestão fiduciária («trusts») e dos fundos de investimento. Efectuar-se-ão, também, acções visando a divulgação internacional do novo regime.

Ainda no âmbito do sector segurador, será preparada nova legislação sobre os seguros obrigatórios de responsabilidade civil para as embarcações de recreio e para a distribuição e instalação de gás doméstico. Será ainda elaborada legislação sobre o seguro marítimo e sobre o quadro legal dos fundos privados de pensões.

Tendo em atenção a necessidade e a inerente vantagem de o sistema financeiro local continuar a transmitir uma imagem de cumpridor das principais orientações emitidas pelas instâncias internacionais sobre a actividade dos operadores e a correspondente supervisão, prosseguirão as acções respeitantes à complexa problemática do branqueamento de capitais e aos códigos de conduta para os diversos operadores autorizados.

No cumprimento de uma tradição e também para divulgação internacional, preparar-se-á a legislação para a emissão do conjunto de moedas comemorativas do sistema, em vigor no Território, de moedas metálicas de uso corrente.

Proseguirão, igualmente, as necessárias acções preparatórias para a realização em Macau, em 1998, da 20.ª reunião internacional do «East Asian Insurance Congress», com a prevista participação de mais de 1 500 congressistas e acompanhantes, bem como os estudos com vista à determinação da viabilidade da instalação do Instituto de Formação Bancária e Seguradora.

No domínio da política monetária e cambial, manter-se-á a estratégia quanto ao regime cambial da pataca, tendo-se presente a realidade específica da economia de Macau e os positivos efeitos que se têm registado da sua ligação directa ao dólar de Hong Kong.

1.3. No domínio do trabalho e emprego, da formação profissional e da segurança social

A acção da Administração na área laboral deverá nortear-se por promover o diálogo social como instrumento decisivo do modelo do desenvolvimento económico e social, tendo em vista a concretização de uma regulamentação sociolaboral adaptada às realidades específicas de Macau. Pretende-se igualmente assegurar a aplicação das normas de direito do trabalho existentes e melhorar as relações laborais, aumentando a formação e informação dos empregadores e trabalhadores acerca dos respectivos direitos e deveres.

A criação de Serviços de Conciliação e Arbitragem, onde seja possível dirimir as questões resultantes das relações de trabalho, através de um órgão operativo — integrando um presidente e vogais representando os parceiros sociais — ajudará a melhorar as relações entre as partes e contribuirá para a solução de eventuais problemas antes de surgirem os conflitos que lhes estão subjacentes.

Do ponto de vista legislativo serão publicados diplomas nas seguintes áreas: revisão da actual Lei do Trabalho, trabalho nocturno, laboração contínua, trabalho por turnos e trabalho de menores.

No que se refere à protecção da saúde dos trabalhadores e à segurança no local de trabalho, o objectivo é intensificar as acções de prevenção de riscos profissionais através da sensibilização dos parceiros sociais e do desenvolvimento de acções de fiscalização e de apoio técnico, de formação e divulgação, nomeadamente nos locais de trabalho, acerca dos regulamentos sobre o ruído, higiene e segurança na construção civil, higiene e segurança nos estabelecimentos industriais e sobre o regime jurídico dos danos por acidentes de trabalho e doenças profissionais.

As acções junto do mercado do emprego, face à gravidade da actual situação de desemprego, têm por objectivos a ocupação dos postos de trabalho e o acesso prioritário dos trabalhadores resi-

dentes aos mesmos, a justa distribuição dos recursos humanos e a igualdade de oportunidades, o fomento do desenvolvimento económico e, ainda, a concessão dos apoios necessários aos desempregados, através da revisão da política de emprego e do aperfeiçoamento das respectivas medidas; assim estudar-se-á, em colaboração com a Assembleia Legislativa, a questão da «Lei-Quadro da Política de Emprego».

No que se refere à valorização dos recursos humanos e na criação de condições que permitam uma resposta adequada às exigências de evolução tecnológica sentidas pelas empresas, por forma a encurtar o desfasamento entre aquelas e a preparação dos trabalhadores, a aposta será feita em diversas vertentes. Por um lado, através da criação de condições para a existência de uma prática sistemática de formação profissional, tanto inovadora como de reconversão e reciclagem, através do envolvimento dos empregadores e trabalhadores, com vista a assumirem um papel interventor no domínio da formação em todas as suas fases evolutivas. Por outro lado, no campo das condições materiais, através de novas possibilidades de formação profissional abertas pela disponibilização de mais espaços e a atribuição de um subsídio de subsistência aos formandos, que permitam vir a aumentar a oferta de oportunidades de formação.

A criação recente do Conselho Coordenador de Formação Profissional irá permitir a identificação e articulação coerente das acções de formação a desenvolver por diferentes entidades formadoras, contando-se com a participação activa da Administração, dos empregadores e dos trabalhadores, num esforço de potenciação de efeitos neste domínio.

A criação de um «Observatório do Emprego», que melhore o conhecimento das tendências evolutivas do emprego face às transformações da economia, permitirá detectar antecipadamente as reais necessidades do mercado de trabalho, face às expectativas de desenvolvimento económico e social.

Permitirá igualmente elaborar projecções das principais variáveis relacionadas com o emprego/desemprego e a formação profissional, com o objectivo de avaliar as necessidades de mão-de-obra do ponto de vista qualitativo e quantitativo, em função dos ritmos de crescimento económico e da evolução do tecido social.

Nesse sentido, merecerá atenção, a formação de trabalhadores locais desempregados para, em função das carências sentidas no mercado de emprego, preencher os postos de trabalho vagos.

Numa fase prévia à criação do «Observatório» será concebido e executado um sistema de informação apropriado à análise económica e social, tipo «EIS — Executive Information System», destinado a integrar dados provenientes de diversas fontes, referentes ao mercado laboral local e, em particular, à importação de mão-de-obra não-residente.

No que se refere à mão-de-obra não-residente pretende-se consolidar e alargar a outras entidades envolvidas no processo, o Sistema de Informação para a Gestão da Importação de Mão-de-Obra. Em termos de política global, a medida provisória de importação de mão-de-obra não-residente para suprir as carências de recursos humanos locais, deve observar o princípio de garantia de emprego aos residentes e da não afectação das suas remunerações, devendo ser auscultadas as associações representativas de interesses dos trabalhadores e das entidades empregadoras na preparação da respectiva legislação.

Será igualmente preparada legislação adequada aos novos circuitos e procedimentos de importação de mão-de-obra não-residente, através da revisão dos Despachos n.º 12/GM/88 e n.º 49/GM/88 e outras disposições regulamentares, entretanto publicadas, em conformidade com o parecer do Conselho Permanente de Concertação Social.

No domínio da segurança social dos trabalhadores, particularmente nas situações que provocam a perda de rendimentos do trabalho, como é o caso da velhice, invalidez, desemprego e doença, o mais importante campo de acção em 1997 irá residir na atribuição das diversas prestações pecuniárias, as quais deverão atingir um total de cerca de 90 milhões de patacas, representando um acréscimo de cerca de 30% em relação ao ano anterior.

Para além disso, será estudada, de acordo com a situação actual, a necessidade de implementação de subsídios de nascimento e casamento.

Será estudada a possibilidade de alargamento do âmbito do Fundo de Segurança Social (FSS) a determinados grupos de trabalhadores por conta própria, como os motoristas de táxi e vendedores ambulantes, o que vai ao encontro do desejo já expresso por alguns desses trabalhadores.

Promover-se-á, por outro lado, através de acções de sensibilização e de fiscalização, a inscrição dos trabalhadores por conta de outrem que ainda não estão inscritos.

Um outro importante campo de acção irá residir no funcionamento interno do FSS, visando sobretudo a preparação da transição sem descurar a melhoria de eficiência. Nesse sentido, está previsto alterar o sistema de contabilidade, a fim de que possa responder mais eficazmente às necessidades de gestão do FSS, nomeadamente, prosseguindo a política de gestão dos recursos financeiros mediante contratos com sociedades gestoras, com vista a melhorar a rendibilidade dos mesmos, devendo equacionar o estudo de soluções com vista ao aumento dos recursos financeiros do FSS; dever-se-á ainda estudar uma nova solução contratual que permita ultrapassar a actual situação de precariedade, que é originada pelo facto de o FSS não possuir quadro de pessoal, sendo a actual contratação feita em regime de contrato além quadro ou assalariamento.

Finalmente, proceder-se-á à revisão dos estatutos do Conselho Permanente de Concertação Social, tendo em vista a sua articulação com as funções que actualmente estão cometidas ao Conselho Económico e ao Conselho Coordenador de Formação Profissional.

1.4. No domínio da produção estatística

O desenvolvimento económico e social do Território vem evidenciando a necessidade premente de disponibilizar informação estatística com maior abrangência, fiabilidade e actualidade, tanto de âmbito local como regional. Esta informação estatística contribui para um melhor conhecimento das realidades e necessidades do Território e serve como base para a tomada de decisões de política económica e social.

Neste sentido, em 1997, no âmbito das estatísticas económicas, vai ser disponibilizada uma nova série do «Índice de Preços no Consumidor», tendo por ano base 1995/96 e integrando já as informações relativas às rendas de habitação privada. Entretanto, serão lançados dois novos inquéritos: «Índice de Preços Turísticos

cos», tendo como objectivo a disponibilização da informação referente à evolução dos preços dos bens e serviços adquiridos pelos visitantes do Território e «Inquérito de Conjuntura ao Comércio por Grosso e a Retalho», a fim de obter informação que permita avaliar o nível de actividade do sector do comércio de Macau. Proceder-se-á à realização do «Inquérito Piloto aos Orçamentos Familiares», destinado a avaliar e testar todos os procedimentos e instrumentos a utilizar na operação definitiva a realizar em 1998 e do inquérito piloto do projecto «Índice de Produção Industrial», visando obter informação sobre a evolução do nível de produção dos principais ramos de actividade do sector industrial do Território.

Em matéria de estatísticas do comércio externo, continuar-se-á a apoiar os agentes económicos para a correcta utilização da «Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau segundo o Sistema Harmonizado, 2.ª revisão» e prosseguir-se-á o trabalho de consolidação de novos apuramentos estatísticos elaborados com base na correspondente legislação. Em simultâneo, irão ser ajustados e disponibilizados índices de preços, segundo a «Classificação de Actividades Económicas de Macau/Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau», para as exportações, e a «Classificação por Grandes Categorias Económicas/Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau», para as importações, baseados nos fluxos definidos no novo regime jurídico do comércio externo, em vigor desde Janeiro de 1996.

Com base nos resultados do «Intercensos/96», actualizar-se-ão as informações demográficas, bem como as estimativas e projecções da população e os principais indicadores demográficos. Na sequência destes trabalhos vão ser preparadas novas informações demográficas, nomeadamente as «Tabelas de Mortalidade e Índices de Desenvolvimento Humano».

No domínio das estatísticas do emprego, proceder-se-á ao alargamento da cobertura do «Inquérito à Avaliação das Necessidades de Mão-de-Obra e às Remunerações», a fim de melhor conhecer e responder às necessidades dos principais sectores de actividade e ao lançamento do «Inquérito às Necessidades de Formação Profissional» nas empresas com o principal objectivo da quantificação das carências de formação profissional no Território, em termos de profissão, domínios e modalidades de formação.

No âmbito da coordenação e integração estatística continuar-se-á a tratar as informações estatísticas disponíveis para a construção do «Sistema de Contas Territoriais», segundo os princípios e recomendações das Nações Unidas, aprovadas em 1993.

Para o reforço da integração estatística proceder-se-á à organização do inventário de métodos e fontes estatísticas e descrição detalhada da integração no «Sistema de Contas Territoriais de Macau». Proceder-se-á igualmente ao desenvolvimento de um sistema integrado de classificações de natureza económica, incluindo tabelas de correspondência entre a «Classificação das Actividades Económicas de Macau, 1.ª revisão (CAM — Rev. 1)», a «NCEM/SH», a «Classificação de Produtos» e as classificações de consumo final de bens e serviços.

A aprovação duma nova lei orgânica dos Serviços de Estatística e Censos e a introdução de ajustamentos nos princípios, órgãos e regras de funcionamento do «Sistema de Informação Estatística de Macau», mercê de diplomas legais entretanto aprovados e publicados em 1996, vão contribuir para que, com maior eficácia e

simplificação na gestão da actividade estatística, sejam criadas respostas mais adequadas às necessidades dos utilizadores.

2. Políticas de administração, educação, juventude e desporto

A racionalização estrutural e funcional da Administração Pública de Macau, a par da valorização dos seus recursos humanos e materiais, tem vindo a ser uma constante que continuará a ser prosseguida com determinação, tendo em vista melhorar os padrões de qualidade e de eficiência.

Nesta perspectiva e sublinhando que são os interesses dos cidadãos, tanto os colectivos como os individuais, que cumpre salvaguardar prioritariamente, há também que considerar a acção a desenvolver como condicionada, nos aspectos políticos, jurídicos e sociais, pelo quadro de referência decorrente do período de transição.

Assim, a preocupação dominante nestas áreas orientar-se-á para a manutenção e desenvolvimento das condições que assegurem a existência de uma administração pública progressivamente bilingue, localizada e eficaz; para a melhoria geral do ensino e alargamento das oportunidades de acesso à educação, através da consolidação das instituições públicas de ensino superior do Território, da formação e fixação de quadros locais, da generalização do ensino gratuito e do alargamento da rede escolar; e, ainda, para a motivação crescente da juventude na construção do futuro, reforçando a capacidade de intervenção das suas associações e incentivando a formação integral dos jovens, tornando-os co-responsáveis na edificação do amanhã de Macau.

2.1. No domínio da administração e função pública

A localização do pessoal ao serviço da Administração será acelerada e aprofundada através de acções adequadas de recrutamento e de selecção, e da formação profissional e linguística, com vista à sua valorização e ainda melhor qualificação técnico-profissional. Os cargos de direcção e chefia irão sendo progressivamente ocupados por pessoal qualificado local que dê garantia de continuar a trabalhar em Macau depois de 1999.

Quanto às políticas públicas de pessoal será continuado e desenvolvido o planeamento já existente, bem como todas as formas de coordenação geral e de cooperação interserviços, de forma a evitarem-se, na medida do possível, resultados não desejáveis para o normal e eficaz funcionamento dos serviços públicos.

Realizadas que estão as grandes acções de formação para os novos quadros locais da Administração, será privilegiada agora a formação em exercício, reforçada com a promoção de cursos teóricos e práticos de matérias consideradas fundamentais, prevenindo-se a publicação de novos manuais e de outro material de apoio técnico-pedagógico para formação e aperfeiçoamento profissional e linguístico.

Continuarão a ser desenvolvidas acções visando a generalização do bilinguismo, em especial no que concerne ao estatuto das línguas oficiais e desenvolvimento da capacidade de tradução e interpretação, área que conheceu um notável crescimento nos últimos anos, dispondo hoje a generalidade dos serviços de recursos próprios para o efeito. Neste particular, serão criadas as condições para, na generalidade dos serviços públicos, os particulares poderão praticar os actos documentais em que intervenham e receberem daqueles comunicações por escrito, na língua oficial que dominem.

Na área do ordenamento jurídico da Administração serão preparados alguns novos diplomas conducentes ao aperfeiçoamento do regime jurídico da função pública e modernização do sistema vigente.

No domínio das novas tecnologias da informação proceder-se-á à definição de uma política integrada, para correcta gestão e optimização do aproveitamento dos equipamentos instalados e dos recursos tecnológicos existentes na Administração, com vista à racionalização do seu desenvolvimento e actualização. Neste âmbito, continuar-se-á com a expansão da rede telemática da Administração Pública de Macau, como suporte à comunicação electrónica interserviços.

No que respeita à organização administrativa, além da reestruturação de mais alguns serviços, continuará a proceder-se à simplificação dos processos de trabalho, sempre numa perspectiva de melhorar a relação custo-benefício, de diminuir o tempo de resposta, de aperfeiçoar os sistemas de defesa da legalidade e também de promover a desejada aproximação entre a Administração e os cidadãos, para melhorar as condições do seu quotidiano. Com este objectivo, proceder-se-á à conclusão da revisão do Código do Procedimento Administrativo e será dada continuidade ao processo de simplificação dos procedimentos administrativos, tendo em vista a eliminação da burocracia e o aumento da eficácia e transparência da Administração Pública. A aposta em novos quadros, devidamente habilitados e motivados, tem permitido avanços significativos neste domínio.

Serão desenvolvidas acções inspectivas e de auditoria técnico-administrativa, sobretudo numa perspectiva preventiva e orientadora, tendo especialmente em atenção as regras do procedimento administrativo, da contabilidade e execução orçamental, bem como da gestão de pessoal e da correcta utilização dos bens patrimoniais da Administração.

Será apoiado o recenseamento eleitoral e a realização do acto eleitoral relativo aos municípios de Macau.

Os órgãos e serviços municipais, cujo regime jurídico poderá ser revisto e aperfeiçoado, continuarão a preocupar-se com os interesses e bem-estar dos munícipes e as suas actividades serão articuladas com os demais serviços públicos, por forma a serem evitados eventuais conflitos de competências.

Continuará a executar-se a integração nos quadros de pessoal da República Portuguesa, bem como a consumarem-se as demais opções feitas no âmbito deste processo, em articulação estreita com o processo de localização de quadros.

No âmbito da protecção social serão garantidos os benefícios já existentes no âmbito das actividades recreativas, desportivas e culturais dos trabalhadores da função pública, no activo e aposentados, a quem poderão ser concedidos também benefícios de natureza económica e social.

Continuarão a ser dinamizadas e aprofundadas as relações existentes com instituições, associações e organizações locais, nacionais ou internacionais, no âmbito da Administração Pública, especialmente nas áreas da cooperação técnica e da formação técnico-profissional.

2.2. No domínio da educação

2.2.1. No âmbito do ensino superior

Na área do ensino superior, continuará a ser objectivo prioritário da Administração fomentar o seu desenvolvimento através do apoio à consolidação das instituições públicas do Território.

Aprovados que estão os respectivos estatutos de pessoal, poder-se-á agora proceder a uma correcta fixação de quadros locais naquelas instituições na perspectiva do desenvolvimento contínuo de um ensino superior com qualidade, através do estabelecimento de condições favoráveis para a permanência do pessoal qualificado, docente e não docente, em Macau. Em consequência, será dada uma particular atenção à formação de docentes locais, através de programas de pós-graduação e de reciclagem, ao mesmo tempo que se reforçam as condições para uma investigação aplicada, com especial relevância para as tecnologias de informação, com a criação de laboratórios multimédia para o ensino.

O ano de 1997 será também o ano em que o ensino superior público irá proceder à auto-avaliação dos programas curriculares dos cursos que vêm sendo ministrados, bem como à sua avaliação externa nos diferentes níveis de ensino, tendo em vista a sua consolidação ou a introdução dos necessários reajustamentos face à experiência académica anterior e à realidade do mercado de emprego do Território.

A vocação regional e internacional da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau irá implicar a dinamização de um conjunto de acções que tem em vista uma sua maior inserção em organizações e iniciativas no âmbito do ensino superior na Região Ásia-Pacífico e o reconhecimento dos cursos no exterior.

Considerando que as estruturas físicas, materiais e humanas se encontram em fase adiantada de consolidação na Universidade de Macau e no Instituto Politécnico, é indispensável, agora, orientar recursos para uma investigação aplicada nas diferentes áreas do saber, no sentido de institucionalizar a prática de produção científica continuada e lançar internacionalmente a imagem do ensino superior público de Macau como centro de pensamento científico e técnico.

Concomitantemente haverá, também, que incentivar a produção editorial do ensino superior público como forma de divulgar a prática da produção científica e técnica.

É importante que os estabelecimentos de ensino superior público se abram, de forma permanente, ao diálogo com a sociedade. Neste sentido importa incrementar a participação das empresas e outros organismos locais nas nossas instituições de ensino superior, designadamente através da obtenção de apoios para atribuição de bolsas a estudantes e da promoção de grupos de reflexão para a definição de iniciativas e projectos conjuntos com interesse para Macau.

Após os bons resultados já alcançados no âmbito do associativismo estudantil e desportivo, ir-se-á dar continuidade ao fomento de actividades nestes domínios, em conjugação com os diversos estabelecimentos de ensino superior no Território.

Através da Fundação Macau, continuará a ser dada ao Instituto Internacional de Tecnologia do Software da Universidade das Nações Unidas a colaboração que se mostre adequada, de acordo com as suas atribuições estatutárias e com as obrigações do Território decorrentes dos acordos celebrados. A Fundação ampliará também as suas áreas de actuação e alargará o universo das bolsas de estudo e outros apoios, incentivando a frequência de

pós-graduações e o desenvolvimento da investigação académica e científica, e assegurando a cooperação com instituições científicas do Território, de Portugal, da RPC e de outros países.

2.2.2. No âmbito do ensino não superior

A acção governativa no domínio do ensino não superior deve assumir-se, nesta fase final do período de transição, como um instrumento promotor da modernização e da estabilidade do sistema educativo, dando assim continuidade ao processo de reforma educativa por forma a assegurar um sistema de ensino próprio do Território. Neste contexto, assume especial importância a conclusão dos normativos complementares da Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto, e ainda a continuação da elaboração e experimentação de programas para o ensino básico em língua veicular chinesa, sem prejuízo da autonomia pedagógica de cada instituição educativa.

Dando cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 29/95/M, no âmbito da escolaridade universal e tendencialmente gratuita, procurar-se-á a generalização acrescida do projecto de ensino gratuito, no sentido da criação das condições que levem ao alargamento do sucesso educativo de crianças e jovens, em consonância com os princípios de equidade e igualdade de oportunidades para todos. Importa, assim, concluir os estudos conducentes à extensão da escolaridade gratuita, nos termos definidos na Lei do Sistema Educativo — acelerando de forma planificada, o ensino básico, universal e gratuito de 10 anos — e continuar a política de atribuição de auxílios económicos directos, bolsas e outros apoios e subsídios complementares. Prosseguir-se-á ainda a política de concessão de apoios financeiros às entidades promotoras de acções educativas destinadas a adultos e a alunos com necessidades educativas especiais, bem como as que incentivem a formação profissional.

A valorização dos recursos humanos continuará a merecer especial atenção, dando-se estímulo à iniciativa individual e colectiva tendente à criação dum clima de modernização da administração educativa, de inovação e de qualidade das instituições educativas. No âmbito da melhoria das qualificações dos docentes e outros agentes educativos reforçar-se-ão os respectivos programas de formação, priorizando-se as acções nos domínios da língua chinesa, do desempenho de cargos pedagógicos e de administração escolar. No âmbito da formação de professores conferir-se-á ainda especial relevância à formação docente para a educação especial e para a educação de adultos, nomeadamente nas vertentes do ensino recorrente e da formação profissional.

Dar-se-á continuidade ao já vasto programa de expansão da rede escolar, através do desenvolvimento e criação de novas infra-estruturas educativas, bem como o redimensionamento das actualmente existentes, visando a adequação dos espaços às necessidades efectivas da população escolar. No sentido da modernização e inovação das acções educativas, importa continuar a privilegiar o papel-chave das novas tecnologias na área da educação, possibilitando aos jovens uma experimentação selectiva de meios multimédia nos diversos níveis de escolaridade.

Entretanto, será preparada a institucionalização de uma Escola Portuguesa que possa garantir, na futura Região Administrativa Especial de Macau, a manutenção da escolaridade em língua portuguesa.

Com vista à melhoria da adaptabilidade dos jovens ao mercado de emprego e por forma a adequar as potencialidades do sistema

educativo às expectativas a nível profissional dos jovens e adultos, serão envidados esforços para a criação de escolas técnicas e profissionais e organizados cursos de educação técnica e profissional, cujos perfis sejam adequados ao desenvolvimento de sectores estratégicos do Território. Esta área de actuação será ainda reforçada através da criação de condições e mecanismos que promovam o acesso dos jovens ao primeiro emprego e incentivem o intercâmbio e a cooperação com jovens de outros países.

No que se refere à prossecução duma política que vise uma educação para todos e para toda a vida, como condição necessária ao desenvolvimento económico e social, intensificar-se-ão as acções no domínio da educação permanente e do ensino recorrente conducentes a uma formação global dos cidadãos, através de actividades de âmbito cívico e sociocultural, envolvendo todos os elementos do agregado familiar e que propiciem a ocupação criativa e formativa dos tempos livres. Ainda neste contexto, o desenvolvimento da política de bilinguismo continuará a ser reforçada, no sentido do alargamento duma proficiência acrescida nas línguas oficiais do Território.

Com o objectivo de elevar a consciência cívica e política dos cidadãos definir-se-á um plano de educação versando matérias relacionadas com os direitos e deveres cívicos, designadamente sobre o sistema político do Território e o regime eleitoral, bem como sobre as normas éticas e conhecimentos jurídicos de aplicação corrente.

No âmbito do ensino especial e dando seguimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 33/96/M, de 1 de Julho, continuar-se-á a assegurar as condições apropriadas a quantos necessitem de apoios educativos especiais, desenvolvendo acções de promoção do diálogo e privilegiando a conjugação de esforços com as famílias e associações educativas, por forma a conduzir os jovens com necessidades educativas especiais a uma igualdade de oportunidades e à plena integração social.

2.3. No domínio da juventude

No âmbito da política de juventude e no reforço da importância de um desenvolvimento integral dos jovens através de acções de formação cultural e cívica, desenvolver-se-ão novas actividades que propiciem uma participação dinâmica dos jovens enquanto elementos impulsionadores da mudança e do progresso.

Neste contexto importa propiciar uma ainda maior eficácia às associações juvenis, conferindo-lhes uma identidade acrescida com a juventude do Território e reforçando o intercâmbio e a cooperação com associações congéneres de outros países e territórios.

No âmbito do desporto escolar, assume particular relevância a criação de novos espaços e condições para a prática desportiva, através do incentivo aos clubes escolares, com vista a uma generalização de uma prática desportiva de base e a uma participação acrescida em actividades ao ar livre.

Novos centros de juventude serão criados, tendo por objectivo responder de forma adequada às necessidades dos jovens, através de um conjunto de actividades diversificadas que possibilitem um incremento da oferta em termos de ocupação dos tempos livres, privilegiando acções que estimulem a educação artística, cultural, cívica e ambiental.

No que concerne ao combate à delinquência e à toxicod dependência juvenis prosseguir-se-á uma política de desenvolvimento

de estratégias e acções concertadas com outros organismos, públicos ou privados, e com as famílias, destinadas quer à absorção no mundo do trabalho dos jovens desadaptados quer à recuperação de jovens com desvios comportamentais.

Dar-se-á especial atenção à fiscalização dos recintos de diversões onde é vedada a entrada de jovens, à execução de rusgas relacionadas com a droga, à fiscalização da venda ilícita de produtos medicamentosos e pornográficos, e à prevenção da tentativa de infiltração de associações de crime organizado nas escolas e nas comunidades juvenis.

Tendo em vista a recuperação de jovens com desvios comportamentais, os serviços públicos aos quais compete executar as políticas de juventude, eventualmente em colaboração com organizações particulares e com o apoio de assistentes sociais, desenvolverão acções tendentes a afastar os jovens da criminalidade, nas zonas consideradas menos seguras e frequentadas por jovens marginais.

Procurando reforçar a educação ética e jurídica dos jovens, sobretudo no tocante à prevenção da toxicod dependência e outras condutas anti-sociais, serão criados mecanismos de coordenação da educação familiar, escolar e comunitária, e adoptadas medidas preventivas tendentes à eliminação dos factores sociais negativos que possam influenciar os jovens.

Promover-se-á ainda a criação de serviços de apoio psicológico aos jovens, direccionados para os aspectos relativos ao insucesso escolar e que propiciem uma plena integração nos meios familiar e escolar.

2.4. *No domínio do desporto*

Os objectivos da política no domínio do desporto visam fundamentalmente proporcionar as condições indispensáveis para a manutenção e correcto desenvolvimento de um ideal desportivo generalizado, alicerçado numa distribuição racional dos meios colocados à disposição dos diferentes agentes e entidades desportivas, quer sejam os financeiros, suportados a partir das verbas do Fundo de Desenvolvimento Desportivo, quer sejam os logísticos, ao nível da cedência de instalações, que num processo de crescimento levado a efeito nos últimos anos vem facultando os meios necessários a uma prática desportiva de sentido crescente, que importa aprimorar no plano da operacionalidade organizativa.

Com efeito, publicada que foi, nos últimos anos, toda a legislação concernente à actividade desportiva, continuar-se-á a apostar na formação de agentes desportivos académica e tecnicamente habilitados através da Escola de Educação Física e Desporto, cujos primeiros diplomados representam o lado visível dum projecto de intervenção pedagógica mais alargado e uma garantia de uma prática desportiva correcta.

Do mesmo modo constituirão objectivos primordiais a cooperação estreita entre instituições públicas e privadas e a dinamização das organizações representativas dos diversos sectores com actividade diferenciada no âmbito do desporto associativo, desporto escolar, desporto para trabalhadores, desporto para deficientes e desporto universitário, na prossecução de uma acção conjugada que possibilite a expansão do «Desporto para Todos», tornando-o mesmo acessível à terceira idade, em prol do bem-estar físico e mental da população em geral.

Será dado grande incentivo à prática desportiva escolar e juvenil, valorizando a acção concertada com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e com o movimento associativo contribuindo-se, assim, para a melhoria da formação, ocupação de tempos livres e capacidade desportiva dos jovens.

Prosseguir-se-á o apoio à participação em eventos desportivos de carácter internacional e à realização, no Território, de competições de nível elevado, proporcionando aos desportistas locais os indispensáveis contactos de competição e aos dirigentes novas experiências no que respeita a padrões de organização técnica.

Com a inauguração em 1997 do Estádio da Taipa serão facultados mais e melhores meios ao desporto, nomeadamente na sua componente competitiva, ao mesmo tempo que se continuará a impulsionar a construção de novas instalações e a otimizar a utilização dos espaços já existentes.

3. Políticas de comunicação, turismo e cultura

Plataforma de comunicação, conhecimento e entendimento; local de encontro, de vivências culturais e interinfluências civilizacionais; destino turístico único e diferente, são constantes históricas caracterizadoras da existência de Macau, que se visam maximizar e potencializar pela acção governativa a desenvolver, numa lógica de continuidade, nas áreas da comunicação, turismo e cultura.

Macau, hoje em pleno processo de transição tem de continuar a desenhar e planear o seu futuro numa linha de utilidade e afirmação autonómica, através de um reforço das suas diferenças, da manutenção das suas identidade e singularidade próprias e da continuidade da sua conseguida função mediadora como «interface», também de negócios, mas sobretudo de comunicação e culturas tão distintas.

A inserção geográfica de Macau numa das zonas do mundo onde se regista um dos maiores crescimentos na área do turismo, as suas potencialidades como destino final após a abertura do aeroporto internacional, a qualidade e diversidade do seu produto turístico com base no existente património cultural centenário e a importância cada vez mais acrescida do peso da actividade turística na economia do Território levam a que se considere como elemento orientador obrigatório, a condução de uma política de turismo objectiva, competitiva, de colaboração e cooperação com o sector privado e tendo a qualidade do serviço como base da sua excelência.

Macau, símbolo vivo de sã convivência entre os povos e de intercâmbio cultural, respondendo ao convite que lhe foi dirigido para participar na Exposição Mundial de Lisboa-EXPO98, que tem por tema «Os Oceanos, um Património para o Futuro», desenvolverá neste período e com envolvimento dos diversos sectores da sua comunidade, as acções necessárias a uma presença digna e de prestígio naquela manifestação histórica, científica e cultural única.

Serão racionalizados os recursos humanos e materiais existentes nos domínios da promoção turística e cultural, por forma a evitar custos fixos adicionais, e introduzidos critérios de contenção orçamental na área da cultura, especialmente no que respeita a iniciativas que despertem pouco interesse do público.

3.1. *No domínio da comunicação*

A fase actual do período de transição é crucial e reclama a concretização de políticas de comunicação que consolidem quer

os canais internos, na perspectiva de aprofundar a base de confiança, o entendimento e o diálogo entre a Administração de Macau e os diferentes sectores da sociedade local, quer os canais externos, sobretudo os relacionados com Portugal, a República Popular da China (RPC) e os da área geográfica onde estamos inseridos, tendo em conta, aliás, a grande proximidade de um acontecimento regional de enorme projecção internacional como será a transferência de Hong Kong para a soberania da República Popular da China.

Por tal conjuntura, e apesar da diversidade de processos, é fundamental que Macau saiba afirmar a riqueza do seu legado histórico, as diferenças da sua própria transição e a singularidade do seu sistema político, económico, cultural e social.

É essencial alargar e consolidar a imagem positiva de modernidade e autonomia que Macau tem vindo justamente a conquistar ao longo dos últimos anos, estimulando o crescente interesse que os meios de comunicação internacionais estão a demonstrar em relação à temática do Território.

Isto passa, designadamente, pelo desenvolvimento de canais que as novas tecnologias tornaram acessíveis e vantajosos em tempo, distância e meios. A Administração mantém, pois, a sua aposta em aprofundar a presença de Macau nas redes mundiais de informação, vencendo barreiras e dando resposta tão pronta quanto possível às potencialidades que a rápida evolução tecnológica propiciará.

Em resultado disto, o próprio conceito de comunicação — e, por conseguinte, o dos meios humanos e técnicos a ela afectos — reclama uma progressiva transformação. No plano interno, tal passa por continuar a dotação dos serviços do Gabinete de Comunicação Social de novas e gradualmente automatizadas estruturas físicas de apoio à informação e facultar aos quadros essa vertente fundamental da formação, apostando numa qualificação profissional voltada para os desafios do futuro.

A mesma fórmula terá que ser alargada, em termos de apoio logístico e técnico, aos órgãos de comunicação social locais, no quadro mais vasto do apoio que lhes continuará a ser prestado pela Administração, tendo em vista contribuir para a promoção da qualidade e da autonomia dos meios de informação face aos diferentes poderes constituídos.

O mesmo esforço implica, por outro lado, a plena assunção dos valores fundamentais, direitos e garantias que resultam do quadro legal para a imprensa, rádio e televisão, como alicerces básicos da liberdade de expressão do pensamento, e condição essencial para a salvaguarda da autonomia de Macau, agora e no futuro.

A preservação do legado único de quatro séculos de interpenetração cultural e convivência de civilizações pressupõe, também, a defesa da língua e da cultura portuguesas, objectivo que continuará a mobilizar esforços, particularmente na criação de condições que permitam perpetuar a presença de meios para a difusão escrita e audiovisual no século novo que se avizinha. Tal objectivo ganha tanto mais acuidade quanto, em 1997, Macau vai assumir-se como Capital Lusófona da Cultura, no quadro da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA).

No âmbito específico do apoio à comunicação social, da formação, das novas tecnologias da informação, das iniciativas especiais e dos serviços importa:

- Reforçar os canais de comunicação, afirmando, através do diálogo e abertura com a imprensa, o entendimento entre a Administração e os diversos sectores da sociedade;

- Prosseguir e aperfeiçoar, na medida das novas potencialidades oferecidas pelo crescente desenvolvimento tecnológico, o apoio informativo, técnico e logístico aos órgãos de comunicação social locais;

- Assegurar o acompanhamento e o apoio aos órgãos de comunicação e profissionais que se desloquem ao Território em missão de reportagem;

- Prosseguir a edição de publicações oficiais e de produtos audiovisuais de âmbito geral e específico, em várias línguas, que sirvam de referência a trabalhos jornalísticos sobre Macau;

- Desenvolver, em colaboração com os órgãos de comunicação social e outras entidades, programas de formação específicos nas áreas das novas tecnologias de informação na actividade jornalística e, visando a formação de novos valores, da rádio e televisão;

- Prosseguir os programas de formação e aprofundamento do bilinguismo destinados a profissionais da comunicação;

- Desenvolver, em colaboração com os órgãos de comunicação social e com outras entidades, programas de formação especificamente vocacionados para o uso das novas tecnologias de informação na actividade jornalística;

- Consolidar a multiplicidade de meios e pluralidade das opções em matéria de informação, e os alicerces da liberdade de expressão e de pensamento;

- Tratar, analisar e recuperar o espólio da imprensa e do material audiovisual de Macau;

- Concluir o quadro legal e administrativo que permite o início da exploração de televisão por subscrição no Território e da transmissão de sinais de televisão por satélite, a partir de Macau;

- Desenvolver e consolidar a presença de Macau na rede mundial de informação Internet, estimulando a participação dos serviços e organismos da Administração e uniformizando procedimentos e conteúdos;

- Conceber respostas atempadas ao rápido desenvolvimento tecnológico, desenvolvendo novas formas de participação e de afirmação do nome de Macau nas redes mundiais de informação e iniciar e desenvolver os processos tendentes à utilização de novas infra-estruturas de telecomunicações em breve disponíveis em Macau;

- Editar, em coordenação com outras entidades, colectâneas em CD-ROM sobre Macau, permitindo a recolha, a recuperação e o tratamento de grande volume de informação, abrangendo a diversidade de temáticas do valioso acervo da realidade e da memória multicultural do Território;

- Desenvolver contactos tendentes à organização, em Macau, de um Congresso da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo, tendo em conta que Macau será, em 1997, Capital Lusófona da Cultura, no âmbito da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA);

- Consolidar os serviços do Gabinete de Comunicação Social, intensificando a formação dos quadros, bilíngues na sua já quase

totalidade, na perspectiva da sua qualificação profissional, dotando-os também de meios técnicos que permitam dar resposta à crescente solicitação ditada pelas novas tecnologias, de modo a reforçar e afirmar qualitativamente o papel de mediação, quer no plano interno, quer no externo, entre a Administração de Macau e os órgãos de comunicação social.

3.2. No domínio do turismo

A indústria turística tem sido, e continuará a ser, uma actividade de importância vital para a economia de Macau. Para além da contribuição para o Produto Interno Bruto do Território, que é hoje superior a 40%, o turismo induz investimento, cria postos de trabalho, proporciona o desenvolvimento de novas profissões, contribui para a melhoria do nível de vida da população e para a protecção do património, potencia contactos com diferentes povos e culturas. Através do turismo, Macau tem reforçado a sua identidade própria e tem-se afirmado no contexto regional e internacional. O turismo não é apenas uma das principais fontes de riqueza do Território, mas é sobretudo a própria percepção da identidade sociocultural de Macau, fiel à vocação de ponto de encontro de viajantes e culturas.

A região da Ásia Oriental e do Pacífico tem vindo a registar um crescimento turístico rápido e consistente. A taxa média de crescimento anual nas duas últimas décadas foi de 10%, prevendo-se que este crescimento continue durante os próximos anos a uma taxa de crescimento média anual de 7,6%, valor que representa quase o dobro da média mundial (4,1%). Não fugindo à tendência global de crescimento da região em que se insere, Macau registou, na década de 80 e início da de 90, aumentos constantes no número de visitantes, tendo-se verificado, contudo, nos últimos três anos, uma certa estabilização, situação agora a alterar-se com a abertura do Aeroporto Internacional, pese embora a recessão do importante mercado de Hong Kong. Através do esforço promocional, da valorização do património, da diversificação da oferta turística e do desenvolvimento das infra-estruturas, Macau não irá certamente ficar alheio às oportunidades, pelo que deverá capitalizar o investimento até agora realizado.

A definição de linhas orientadoras para o turismo de Macau no limiar do século XXI, passará necessariamente por um planeamento estratégico e integrado que tenha em linha de conta as especificidades do período de transição e afirme Macau como um destino turístico multifacetado, de qualidade, competitivo, singular, e possuidor de um vasto património cultural e arquitectónico, sedimentado ao longo de mais de 450 anos.

Os objectivos e acções a atingir e a realizar no desenvolvimento da política de turismo terão em consideração um conjunto de factores influenciadores de natureza externa e interna, dos quais se realçam a grande variedade de destinos turísticos em desenvolvimento nesta área do globo, o produto e a qualidade do serviço oferecidos, a concorrência activa e competitiva e a operação do aeroporto internacional como plataforma de acessibilidade.

Continuando a eleger como objectivos gerais para 1997 o aumento do número total de visitantes, do tempo de permanência no Território e das despesas *per capita*, a dinamização do segmento de conferências e incentivos e o desenvolvimento do produto turístico, consideram-se objectivos prioritários:

- Desenvolver e consolidar um Plano Estratégico para o turismo de Macau, de forma a cimentar condições objectivas para a

criação, dinamização e promoção de um produto turístico de qualidade, não só para o período em causa, como a médio prazo e para além de 1999;

- Consolidar Macau como destino turístico, autónomo e final, acentuando a sua base cultural e histórica, o seu ambiente vivencial e social, a sua singularidade e diferença;

- Desenvolver acções tendentes à melhoria da qualidade e diversificação do produto turístico, onde a formação, a preservação do património, a coordenação com os operadores privados e a modernização, construção e melhoramento de estruturas culturais e recreativas são elementos fundamentais (Museu de Macau na Fortaleza do Monte, desenvolvimento turístico da Avenida da Praia, Parque Temático e Marina da Taipa, Centro Cultural, parques urbanos da Guia, Mong-Há e Barra, Fonte Cibernética, Museus do Vinho e do Grande Prémio e iluminações de pontos turísticos e históricos);

- Consolidar a reformulação da estratégia promocional, privilegiando o enfoque nos mercados-alvo servidos ou potenciados pelas rotas aéreas operadas através do Aeroporto Internacional de Macau;

- Continuar a reforçar a participação activa de Macau nos organismos internacionais de turismo e sempre que possível nos seus corpos directivos, de forma a maximizar a notoriedade do Território e as oportunidades promocionais que surjam neste âmbito.

O Aeroporto Internacional de Macau veio contribuir para a eliminação dos obstáculos físicos e psicológicos da acessibilidade do Território e diminuição da imagem de dependência de Hong Kong como principal via de entrada, pelo que importa elaborar um plano promocional adequado a esta nova realidade.

Prevendo-se que, nos próximos anos, o aeroporto seja um importante pólo de atracção para os mercados regionais, o esforço promocional incidirá nestes mercados, nomeadamente Hong Kong, RPC, Taiwan, Japão, Coreia do Sul e mercados do Sudeste Asiático (Singapura, Malásia e Tailândia). Neste plano será também contemplada a aposta na captação, a médio prazo, de segmentos específicos dos mercados de longo curso, incentivando as respectivas companhias aéreas a utilizarem o aeroporto como plataforma de acesso a uma região em acelerado desenvolvimento, particularmente ao grande mercado chinês. Com este objectivo, desenvolver-se-ão acções conjuntas com a CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, a Autoridade de Aviação Civil de Macau e a Air Macau.

A capitalização das oportunidades trazidas pelo Aeroporto Internacional de Macau passará pelo envolvimento de todos os intervenientes no processo turístico, criando-se e desenvolvendo-se parcerias e procurando estimular-se a complementaridade das acções promocionais com os operadores e companhias aéreas nos mercados prioritários.

Macau apresenta-se hoje como um destino turístico vocacionado para diferentes segmentos, uma vez que possui condições para um turismo recreativo e de lazer, cultural e de congressos e incentivos. Desta forma, proceder-se-á à dinamização e promoção específica e precisa para cada um destes segmentos.

No âmbito das reuniões e incentivos, reforçar-se-á a «Ideia» de Macau como local ideal para esta actividade, profissionalizando

cada vez mais o serviço. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, procurar-se-á dotar o Centro de Actividades Turísticas com as condições técnicas e humanas necessárias e incentivar os operadores privados a melhorar as condições existentes para o desenvolvimento deste sector do mercado.

Tendo em vista a atracção de segmentos de lazer, promover-se-ão diversas potencialidades do Território: desportivas, nomeadamente para a prática de golfe, gastronómicas e de entretenimento, com destaque para o jogo.

Esta nova estratégia promocional implicará a reestruturação e redefinição geográfica da representação externa do turismo de Macau, projecto para o qual se contou com o apoio da PATA (Pacific Asia Travel Association), na fase de avaliação da situação, e que será executado em 1997.

Tendo em vista a crescente exigência do turista, nomeadamente no que respeita às mensagens promocionais, implementar-se-ão novos instrumentos e iniciativas que passarão por uma edição electrónica em CD-ROM sobre o turismo de Macau, pelo alargamento e melhoria das páginas do turismo de Macau que se encontram já na rede Internet, pela renovação do material de divulgação turística e pela utilização dos «media» em mercados prioritários para a realização de campanhas específicas de promoção de Macau como destino interessante e multifacetado.

Na consecução dos objectivos enunciados e para além das acções até aqui referidas e desenvolvidas na área da actividade promocional, outras se irão desenvolver no âmbito do produto turístico, da formação e da organização e gestão interna:

- Realizar estudos de mercado nos principais países ou territórios de potenciais visitantes;
- Aprofundar a cooperação com os Serviços de Estatística e Censos visando a obtenção de informações de apoio às decisões, quer do sector privado, quer do sector da Administração;
- Reforçar o programa de cooperação regional com as entidades de Cantão e Hong Kong, «Delta do Rio das Pérolas», que teve início em 1993 e na medida do possível explorar o afluxo de visitantes a Hong Kong e à RPC, respectivamente quando da transferência de soberania e da Campanha «Visit China 1997»;
- Estreitar, conjugar e coordenar os meios de cooperação e interacção com os agentes económicos do sector, designadamente operadores, agentes de viagens, hoteleiros e transportadores, visando não só a acção promocional como também a definição de programas de formação;
- Estimular a iniciativa privada, visando o enriquecimento do produto turístico, com a criação de novos atractivos, especialmente no que se refere à área da animação;
- Desenvolver e pôr em prática um programa de animação turística nas zonas nobres da cidade, em coordenação com os municípios e outras entidades oficiais e privadas, no qual se incluirá a exploração do potencial atractivo da Fonte Cibernética, Feiras de Artesãos e os eventos promocionais de nível regional e mundial, como sejam o Grande Prémio, o Festival Internacional de Fogo de Artífício, a corrida de Barcos Dragão e o Concurso Miss Macau;
- Consolidar a aplicação do novo Regulamento das Actividades Hoteleiras e Similares, publicado em 1996, nomeadamente com a

reclassificação dos estabelecimentos e a criação de um estatuto profissional para os Guias de Turismo e respectivos meios de habilitação;

- Organizar e lançar uma «Campanha de Sensibilização» para o turismo, com o objectivo de mobilizar a comunidade para o papel desta actividade no contexto socioeconómico do Território;
- Prosseguir a simplificação dos procedimentos, no âmbito do funcionamento dos serviços, nomeadamente com a informatização da gestão de correspondência e da área de licenciamento, projecto este já em curso.

Domínio de grande importância para um futuro de sucesso do turismo de Macau é o do ensino e da formação, tendo 1996 sido o ano de implantação e arranque do Instituto de Formação Turística (IFT) enquanto unidade integradora do ensino e formação nas áreas do turismo e hotelaria no território de Macau a nível público. O IFT desenvolveu uma série de acções tendentes à divulgação da sua imagem, visando dar-se a conhecer junto dos potenciais alunos, da indústria e do público em geral. Dessas acções resultaram um número de candidatos aos cursos da Escola Superior de Turismo (EST) superior a 200 — dos quais se seleccionaram 67; um número de formandos nos cursos da Escola de Turismo e Indústria Hoteleira (ETIH) de cerca de 2 000 (1 220 nos cursos de formação; 390 em reciclagem e 340 em seminários) e um intenso relacionamento com a indústria. O IFT tem assento nas reuniões da Associação de Hotéis de Macau (AHM) e é um dos dinamizadores da Comissão de Recursos Humanos e Formação da AHM. As boas relações existentes com os operadores locais permitiram a colocação de todos os alunos da EST em estágios durante os meses de Verão.

Foi ainda possível estabelecer algumas ligações internacionais, designadamente com a Kagoshima International Tourism College, Japão, que aceitou dois estagiários da EST, com a «University of South Bank» (Londres), com a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, com a «Hotel School The Hague» (Holanda), com o «Haaga Institute» de Helsínquia e com a «Hogeschool of Groningen, Faculty of Economics» (Holanda), ao mesmo tempo que se reforçaram os laços com escolas chinesas em Cantão e Xangai.

Em 1997 dar-se-á continuidade aos princípios básicos formulados e que têm em vista dois objectivos principais e consonantes entre si: melhorar a qualidade do ensino por forma a servir a sociedade de Macau e a região; fazer do IFT uma referência regional e internacional aproveitando as excepcionais condições geoestratégicas de que o Território desfruta. Para cumprimento destes objectivos, serão realizadas as seguintes acções:

- Desenvolvimento dos talentos internos e procura de novos, sendo condição indispensável a criação de uma carreira docente que estabeleça condições baseadas no nível e valor académico e que estimule a investigação e melhoria da função docente;
- Início dos programas de licenciatura por forma a garantir aos alunos de hotelaria e turismo do Território um reconhecimento regional e internacional dos seus graus, permitir o intercâmbio académico com estabelecimentos congéneres no estrangeiro e, em geral, elevar o nível do ensino destinado à indústria turística;
- Criação, no âmbito da EST, de um Centro de Investigação em turismo que permita promover internamente programas de inves-

tigação, realização de seminários e encontros com vista ao estudo e desenvolvimento conceptual da indústria turística e promoção do intercâmbio académico;

- Melhorar as infra-estruturas existentes, designadamente a nível da Pousada, por forma a que esta seja uma verdadeira unidade de aplicação, adaptada aos fins pedagógicos a que se destina;
- Consolidação e optimização dos programas de formação nas áreas de intervenção identificadas no primeiro ano de existência e desenvolvimento de programas adequados aos diferentes níveis da procura;
- Colaboração, em coordenação com a Direcção dos Serviços de Turismo (DST) e as Agências de Viagens, em acções de reciclagem de guias turísticos e formação de novos guias tendo em vista os mercados prioritários e realização de acções de reciclagem ao pessoal da DST, afecto à actividade promocional, de «marketing» e relações públicas;
- Colaboração com outros organismos oficiais do Território, designadamente com a Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego, no sentido de possibilitar a reconversão de mão-de-obra do sector secundário para o sector terciário de acordo com a evolução da economia de Macau.

3.3. No domínio da cultura

A cultura, como produto humano por excelência, manifesta-se através de múltiplas expressões que individualizam cada comunidade humana, integrando a memória colectiva e o projecto de futuro que lhe dão sentido. Tais manifestações contribuem decisivamente, de uma forma dinâmica e criativa, para a consolidação do sentimento de pertença que confere coesão a qualquer comunidade. Em Macau, a vivência cultural é determinada pela convivência multissecular de duas culturas distintas, que, na sua miscigenação, articulada com a integração progressiva de elementos culturais de origens diversas, permite caracterizar o Território como «ponto de encontro de culturas».

O momento histórico actual representa um desafio à identidade cultural de Macau e exige um empenhamento colectivo e concertado no esforço da preservação do património histórico, artístico e cultural, e de promoção da cultura com sentido de futuro.

Hoje e no futuro são elementos decisivos e importantes para o Território o lastro histórico, o meio cultural e as marcas de identidade da sua população, pois são elementos únicos e intransmissíveis e porque determinam formas de ser e estar em comunidade e induzem a uma forma eficiente de criar, comunicar e aplicar o saber.

Proporcionar formas de conhecimento e de diálogo entre as comunidades em presença, no reconhecimento da diferença e no respeito pela heterogeneidade; planear e executar acções que contribuam para a defesa da identidade cultural de Macau através da preservação cultural, histórica, patrimonial e humanística, bem como para a manutenção das raízes culturais de matriz portuguesa no espaço geográfico em que Macau se integra, são as principais linhas de força a prosseguir no ano de 1997.

São, assim, objectivos para a prossecução das linhas estratégicas traçadas:

- Contribuir para o reforço e preservação da identidade da população de Macau, promovendo o conhecimento, o respeito

pela memória colectiva e a sua vivência pelas diversas comunidades do Território;

- Criar condições para a afirmação e para o desenvolvimento de valores científicos, artísticos, literários e patrimoniais, tendo em vista a elevação do nível cultural da população de Macau;
- Incentivar, promover e apoiar as diversas formas de criação artística e produção científica e cultural dos agentes culturais individuais e as emanadas das estruturas culturais associativas do Território;
- Incentivar a formação artística no Território, através da implementação das estruturas curricular, pedagógica e didáctica das escolas de Música, Dança e Teatro do Conservatório de Macau;
- Realizar e produzir eventos artístico-culturais que promovam a cultura local, animem a vida cultural do Território e contribuam para a sua crescente internacionalização;
- Defender, preservar e recuperar o património cultural humano e arquitectónico, urbanístico e paisagístico de Macau, estabelecendo directivas que garantam a sua sobrevivência e promovendo a sua utilização e fruição, de forma a que se perpetue, enquanto importante legado que é, para as gerações futuras;
- Aprofundar as relações culturais de Macau com Portugal, com a República Popular da China e outros países do Oriente, promovendo o conhecimento recíproco das culturas portuguesa, chinesa e dos países circundantes;
- Reforçar os laços histórico-culturais de Macau com as diversas comunidades lusófonas do Oriente, desenvolvendo a sua vocação como ponto de irradiação e elo de ligação e de intercâmbio cultural entre estas comunidades;
- Incentivar e promover a investigação científica, a recolha e a pesquisa bibliográfica sobre Macau, a sua cultura e comunidades, nos contextos histórico, geográfico e demográfico que lhe são específicos;
- Criar condições para a defesa, preservação e divulgação do património bibliográfico de Macau;
- Recolher, tratar, preservar e difundir a documentação relevante sobre Macau e a presença portuguesa no Oriente, proveniente quer da incorporação de acervos de instituições públicas e privadas do Território, quer da respectiva aquisição junto de arquivos e bibliotecas disseminadas pelo mundo;
- Analisar a actual missão e estrutura do Instituto Cultural de Macau, tendo em vista o período de transição em curso e ao pós-99 e, dentro do necessário, iniciar uma sua reestruturação e um reformular das suas competências;
- Desenvolver acções que visem perpetuar no futuro a presença portuguesa em Macau e no Oriente, nomeadamente a criação de instituição vocacionada para tal ou reestruturação de já existente;
- Continuar e finalizar a construção do Museu de Macau na Fortaleza do Monte, onde, de forma temática e multifacetada, se perpetuem as vivências seculares de Macau e das suas gentes;
- Acompanhar a construção do Centro Cultural de Macau através de instituição a criar, à qual competirá também desenvol-

ver acções que visem a definição da sua estrutura e forma de gestão e desencadeiem os necessários processos de recrutamento e formação de recursos humanos;

- Colaborar na concepção, planeamento e execução das acções a desenvolver no âmbito da participação de Macau na EXPO98, a ter lugar em Lisboa, para o que deverão ser estudados os respectivos custos.

Para concretização dos objectivos referidos e no campo da acção cultural e divulgação, continuarão a desenvolver-se uma série de acções cujo objectivo é a produção e promoção de actividades artístico-culturais que sejam, não só, elementos de animação cultural local e de incentivo à vida artística do Território, mas também promovam Macau regional e internacionalmente.

São eventos a realizar, o XI Festival Internacional de Música de Macau, a 12.ª edição do Concurso Internacional Vianna da Mota (evento musical e artístico de dimensão internacional pela primeira vez aqui realizado), o VIII Festival de Artes de Macau, a III Bienal de Artes, a XV edição do Concurso para Jovens Músicos, ciclos de cinema, os concertos regulares pelas Orquestras de Câmara e Chinesa, as oficinas de teatro e ópera cantonense e o programa de recitais e de exposições com músicos e artistas locais, de Portugal e da RPC, no Território e no exterior.

Acção importante a continuar e desenvolver será a manutenção e desenvolvimento da Orquestra Chinesa de Macau e a reestruturação em curso da Orquestra de Câmara de forma a que esta possa constituir, além de agrupamento musical, um elemento de ensino no conservatório e nas escolas do Território.

Continuar-se-á também a apoiar as cerca de noventa associações culturais do Território como forças vivas da sua cultura, apoio esse materializado pela concessão de subsídios, acções de formação e aperfeiçoamento artístico. Assim, será canalizada uma maior proporção desses apoios e recursos às associações culturais, por um lado, e aos artistas locais, por outro.

O grande relevo e importância que tem sido dado nos últimos cinco anos à recuperação do património cultural (período durante o qual a Administração de Macau decuplicou a verba atribuída a esta acção e de que resultou o restauro de 60 edifícios de conjuntos classificados e de 33 edifícios de interesse arquitectónico ou monumentos, dos quais fazem parte as Ruínas de S. Paulo e Fortaleza do Monte, as igrejas de St.º Agostinho, S. Domingos e do Seminário de S. José, e ainda 12 templos chineses de Macau e Ilhas), irá ser continuado não só com a execução de novas obras como com acções de manutenção das já realizadas.

Em relação ao património cultural em geral e ao património arquitectónico em particular promover-se-á também a sua inventariação, desenvolvendo simultaneamente a investigação inerente a tal processo, enquadrando-o numa perspectiva histórica.

Outras acções serão realizadas nas áreas da investigação e das publicações, das ciências documentais e do ensino artístico:

- Incentivar, promover e apoiar a investigação, nomeadamente através da promoção de projectos de investigação, da atribuição de bolsas de investigação, da concessão de subsídios pontuais e da publicação de trabalhos de investigação;
- Promover, fomentar, organizar e apoiar a realização de congressos, seminários, colóquios, conferências e outras formas de in-

tercâmbio sobre temas de relevância científica, histórica, artística, literária e cultural para Macau;

- Manter e alargar os contactos com instituições portuguesas, chinesas e internacionais, através de programas de cooperação e intercâmbio, com especial destaque para a zona geográfica circundante;

- Promover a divulgação de autores do Território, nomeadamente através da tradução de obras de autores de língua materna chinesa;

- Prosseguir a edição, em língua chinesa, de um conjunto de obras mais representativas da literatura portuguesa, através da «Biblioteca Básica de Autores Portugueses», que até 1996 vai contar com 19 títulos publicados;

- Editar obras cuja temática se relacione com a presença portuguesa no Oriente, em especial as de importância relevante para a História de Macau;

- Organizar a «Feira do Livro de Macau» e participar em certames idênticos, nomeadamente em Portugal e Pequim, promovendo a difusão do livro e da leitura;

- Preservar, enriquecer e divulgar o acervo bibliográfico à guarda da Biblioteca Central de Macau;

- Prosseguir a publicação da «Revista de Cultura» em português, chinês e inglês, promovendo, tanto quanto possível, o conhecimento recíproco de estudos sinológicos e latinos por parte dos universos de língua portuguesa e chinesa;

- Prosseguir o apoio aos Serviços Culturais das Embaixadas de Portugal situadas nos países da região;

- Promover exposições bibliográficas e prosseguir a publicação do «Boletim Bibliográfico de Macau»;

- Prosseguir as acções de formação no âmbito do Conservatório de Música de Macau, proporcionando condições de ensino nas áreas da música, da dança e do teatro, agora com as suas capacidades aumentadas através das obras de ampliação realizadas, assim como procedendo ao reforço do seu corpo docente;

- Criar o «Arquivo de Segurança», tendo em vista a salvaguarda de um espólio documental que constitua fonte privilegiada para o estudo da História de Macau;

- Desenvolver acções que permitam a preservação, segurança e a consequente valorização do património documental, procedendo ao tratamento técnico informatizado e à microfilmagem sistemática de toda a documentação arquivística e bibliográfica;

- Ministrando formação nas áreas da arquivística, da biblioteconomia e do restauro de documentos, cerâmica, pintura e outras áreas, através de cursos a realizar e destinados a recursos humanos locais.

4. Políticas de assuntos sociais e orçamento

4.1. No domínio da saúde

A política de saúde acentuará a prossecução do princípio da igualdade de oportunidades no acesso ao sistema de saúde por parte de toda a população residente, assim como promoverá a

respectiva melhoria qualitativa, destacando-se, como medidas mais relevantes a desenvolver, as seguintes:

- Elaboração e aprovação de vários diplomas, essenciais para a localização, em curso, do regime jurídico do sistema de saúde;
- Elaboração da Proposta de Lei-Quadro da Saúde Mental, destinada a estabelecer as normas a observar no tratamento das doenças mentais;
- Elaboração da Proposta de Lei-Quadro da Reabilitação, com a definição das competências específicas dos Serviços de Saúde de Macau e do Instituto de Acção Social de Macau, na implementação institucional dos princípios gerais de apoio ao deficiente;
- Actualização do regime jurídico dos internatos médicos, visando-se o aperfeiçoamento dos critérios de selecção dos candidatos, os mecanismos de acompanhamento e avaliação dos internos, bem como o processo de reconhecimento das habilitações profissionais obtidas fora de Macau, nos planos da profissionalização e da especialização médicas;
- Actualização do regime jurídico do registo de medicamentos, como medida legislativa de reforço da protecção da saúde pública, assim como a aprovação de normas destinadas a tornar mais eficaz a fiscalização das substâncias que se encontram sujeitas a controlo internacional;
- Actualização do regime jurídico do Acesso aos Cuidados de Saúde, procurando-se concretizar preocupações de justiça social na participação do utente no financiamento do sistema de saúde;
- Acentuação, através de contrato-programa, da complementaridade entre o Centro Hospitalar Conde de S. Januário e o Hospital Kiang Wu;
- Reforço do apoio à saúde e hospitalização privadas, designadamente com a revisão do regime de licenciamento dos estabelecimentos de saúde;
- Articulação da Escola Técnica dos Serviços de Saúde com o Instituto Politécnico de Macau ou sua integração neste, com vista ao aperfeiçoamento do ensino público da enfermagem e das tecnologias da saúde;
- Aperfeiçoamento da política de cooperação com o sistema de saúde da República Popular da China, especialmente no combate às doenças do foro oncológico;
- Reconhecimento da importância da Medicina Tradicional Chinesa e das suas associações representativas na cultura de saúde da população de Macau;
- No domínio das infra-estruturas físicas, reforçar-se-ão as condições de operacionalidade do Centro Hospitalar Conde de S. Januário, com a realização de obras de ampliação e grande conservação da Unidade de Psiquiatria de Crónicos e a decisão definitiva sobre a criação das Unidades de Tratamento da Dor e dos Cuidados Intensivos Coronários;
- Transferência do Laboratório de Saúde Pública para novas instalações, em princípio, na periferia do Centro Hospitalar Conde de S. Januário;
- Transferência do Centro de Transfusões de Sangue para instalações próprias, com a simultânea consagração legislativa do

princípio da gratuidade do sistema de transfusões de sangue em Macau, o que constitui excepção relativamente à prática vigente na Região;

- Aprovação e realização de um programa de ampliação e conservação da rede dos Centros de Saúde, assim como a introdução experimental nos Centros de Saúde Tamagnini Barbosa (Toi San) e Porto Interior (Hoi Pong Koi) de um órgão consultivo que acentue a ligação à comunidade da rede dos cuidados de saúde primários. Esta experiência, após avaliação, será, eventualmente, estendida à totalidade dos Centros de Saúde;
- Decisão sobre a criação de uma nova unidade hospitalar na Taipa, e, em caso afirmativo, definição dos seus perfil e dimensão;
- No plano da cooperação internacional, aprofundar-se-á o relacionamento institucional dos Serviços de Saúde de Macau com a Organização Mundial de Saúde, prevalentemente através do Comité Regional para o Pacífico Ocidental, com sede em Manila, com prioridade para o esforço conjunto de erradicação de doenças emergentes ou recorrentes, como a sida e a tuberculose.

4.2. No domínio da acção social

No domínio da política social, a prioridade centrar-se-á na promoção da melhoria do nível e da qualidade de vida da população carenciada, com especial solicitude pelos grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os idosos, os deficientes e os doentes mentais.

Serão desenvolvidas acções de apoio técnico e financeiro à criação de cinco novos equipamentos sociais — duas creches, um lar de jovens, um lar de idosos e um centro comunitário — e de melhoria da rede existente.

Aprovar-se-á a reforma estatutária do Instituto de Acção Social de Macau — última reforma estrutural da Administração Portuguesa em Macau para a área dos assuntos sociais — passando o organismo a abranger as três vertentes típicas da solidariedade social, ou sejam, as da acção social, da prevenção e tratamento da toxicoddependência e dos projectos especiais, nos domínios da família, da reabilitação e do apoio às instituições privadas de solidariedade social.

Regulamentar-se-á a Lei de Bases da Família, com definição de um conceito único de carência e de risco social, o qual constituirá a base da tipificação dos apoios sociais.

Melhorar-se-á a resposta do serviço de apoio domiciliário, em articulação com os Serviços de Saúde de Macau.

Promover-se-á, igualmente em articulação com os Serviços de Saúde e com as instituições privadas de solidariedade social, a criação de residências para doentes em fase terminal, com especial atenção à população idosa.

Manter-se-á a colaboração com o Instituto de Habitação de Macau na criação e apetrechamento de residências para idosos.

Será elaborada a Lei-Quadro da Reabilitação, com a subsequente implementação das estruturas institucionais de apoio ao deficiente.

Acentuar-se-á a cooperação internacional na área social, designadamente com o ESCAP — Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico, o «HelpAge International»

e com a UIOF — União Internacional das Organizações da Família — cuja presidência, para a Região da Ásia Pacífico, cabe a Macau.

4.3. *No domínio da prevenção e do combate à toxicod dependência*

Na prevenção e combate à toxicod dependência, a acção governativa terá como objectivo primordial o reforço das actividades de prevenção do consumo de drogas, com particular atenção para a necessidade de se assegurar a cobertura profiláctica da população em situação de risco, recorrendo-se a métodos e técnicas qualificadas.

Privilegiar-se-ão, assim, medidas e acções tendentes a incrementar, por um lado, acções de sensibilização e de prevenção junto da comunidade, em especial junto de pais e educadores, estimulando-se a participação da sociedade civil na prevenção do consumo de drogas e, por outro, a promover acções de sensibilização e formação de grupos socioprofissionais que trabalham na comunidade e que possam colaborar na prevenção de situações de risco psicoafectivo indutoras do consumo de drogas.

Procurar-se-á, também, reforçar o apoio técnico prestado às organizações não governamentais que conjugam os seus esforços no apoio à recuperação de toxicod dependentes, assim como desenvolver o intercâmbio e a cooperação de carácter técnico e científico, a nível regional e internacional, com os organismos públicos e as Organizações Não Governamentais (ONG) que se ocupam da problemática da droga.

4.4. *No domínio do sistema de aposentação e sobrevivência*

No domínio do acompanhamento, controlo e gestão do sistema de aposentação e sobrevivência dos funcionários e agentes da Administração Pública do Território, prosseguirá a política de humanização do relacionamento do Fundo de Pensões de Macau com os seus destinatários, designadamente através da criação de um serviço de atendimento especializado, com base no funcionamento de um sistema tipo «Linha Aberta», por forma a reduzir-se ao mínimo o tempo de espera.

No âmbito do processo de transferência das pensões para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), em Portugal, aprofundar-se-á o relacionamento institucional com esta entidade, bem como com a Direcção-Geral de Protecção aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), organismo que tem a seu cargo a comparticipação na prestação dos cuidados de saúde aos ex-funcionários aposentados e aos pensionistas da Administração de Macau, que residam ou venham a residir em Portugal.

Com o objectivo de maximizar as disponibilidades financeiras do Fundo de Pensões de Macau, serão adoptadas novas medidas de controlo financeiro, diversificando-se as aplicações, no respeito pelo princípio essencial da segurança das mesmas e pelo grau de cobertura das responsabilidades escalonadas no tempo.

Dotar-se-á, ainda, o Fundo de Pensões de Macau, de um quadro de pessoal adaptado às suas reais atribuições e competências.

4.5. *No domínio do ambiente e de defesa do consumidor*

4.5.1. *No âmbito do ambiente*

O conceito de que o desenvolvimento e o ambiente são indissociáveis e de que a actual geração é apenas a gestora e a responsável

pela transmissão da sua herança às gerações futuras, vem constituindo progressiva preocupação das Organizações Internacionais, dos Governos e das Organizações Não Governamentais (ONG).

Nesta perspectiva, será elaborada a proposta de uma nova Lei-Quadro do Conselho do Ambiente, que operacionalize e flexibilize o seu funcionamento, com reforço da simultânea natureza deste órgão enquanto instância consultiva e instrumento institucional da política de Ambiente.

Paralelamente, será desenvolvido, em conjugação com as estruturas educativas de Macau, um conjunto de acções de educação ambiental da criança, do jovem e da família, que desperte o espírito de responsabilidade e de solidariedade da comunidade escolar para as questões ecológicas.

Serão, ainda, desenvolvidas, em colaboração com os Municípios e outros sectores da Administração, acções de saúde ambiental, que visem a sensibilização para os problemas do ruído no espaço urbano e da qualidade do ar, assim como de preservação dos locais de memória e da paisagem natural, da fruição da orla litoral e do ordenamento industrial.

4.5.2. *No âmbito da defesa do consumidor*

No âmbito da defesa do consumidor, prosseguirá a institucionalização do Conselho de Consumidores, através da aprovação do seu quadro de pessoal, numa óptica de reforço da sua capacidade de intervenção junto da comunidade.

Simultaneamente, avaliar-se-á da oportunidade de criação do Centro de Arbitragem Voluntária de Conflitos de Consumo de Macau, à semelhança de experiências existentes na generalidade dos países desenvolvidos.

4.6. *No domínio orçamental e patrimonial*

4.6.1. *No âmbito fiscal*

Em 1997 continuará o aperfeiçoamento da política fiscal, que vem sendo definida nos anos mais recentes, com o objectivo da modernização do sistema fiscal e da sua constante adaptação à realidade socioeconómica do Território, no respeito pelo pressuposto da baixa pressão fiscal, o qual constitui o traço caracterizador tradicional do sistema de Macau.

Nesta ordem de preocupações, serão concluídos os trabalhos de elaboração dos Códigos das Execuções Fiscais e do Processo Tributário, substituindo-se legislação das décadas de quarenta e de cinquenta.

No âmbito da tributação das transmissões onerosas de imóveis e das sucessões e doações, serão concluídos os trabalhos de elaboração do novo Código da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações, o qual revogará legislação do princípio do século.

Considerando a importância do sistema de benefícios fiscais na política de captação do investimento produtivo de interesse para Macau, designadamente do investimento estrangeiro, serão promovidos os estudos preparatórios da elaboração da Lei-Quadro dos Benefícios Fiscais.

Na mesma linha de atracção do investimento externo, desencadear-se-ão os estudos tendentes a eliminar a dupla tributação das operações internacionais.

Em matéria de Imposto de Selo serão concretizadas as alterações ao Regulamento e Tabela Geral, cujos estudos se iniciaram em 1996.

Proceder-se-á, também, à alteração do Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos, designadamente quanto à clarificação do regime de incidência, à alteração das regras de inclusão nos grupos A e B, às garantias dos contribuintes e ao regime das penalidades.

4.6.2. No âmbito orçamental

Na vertente orçamental, desenvolver-se-ão os estudos tendentes à constante melhoria qualitativa do sistema de gestão do Orçamento Geral do Território, a qual pressupõe a simplificação das classificações orçamentais, a regulamentação do regime dos fundos permanentes e a actualização do regime das despesas com obras e aquisição de bens e serviços.

Actualizar-se-ão os regimes das Recebedorias, do controlo e contabilização das operações de tesouraria e do funcionamento das caixas.

Prosseguirão os estudos de aperfeiçoamento da execução do Orçamento e do PIDDA, tendentes à garantia da plena eficácia na utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Também, numa perspectiva de normalização e com vista à respectiva leitura articulada com o Orçamento Geral do Território, serão definidos os documentos e elementos constitutivos da Conta Geral do Território.

Finalmente, prosseguirão os estudos relativos à criação de um regime de «reservas financeiras», com vista à salvaguarda e à estabilização dos recursos financeiros do Território.

4.6.3. No domínio patrimonial

Na vertente da administração patrimonial consolidar-se-á a modernização da gestão do património duradouro, com a produção da necessária legislação.

Na perspectiva de uma gestão que se pretende tanto mais eficaz, quanto maiores vão sendo as necessidades de administração de um contingente patrimonial, como é o caso dos bens de natureza inventariável que se encontram sob a responsabilidade da Administração, será, no âmbito legislativo, dada relevância à redefinição do regime jurídico dos bens do Território, designadamente no que se refere à produção de normas que visem a respectiva aquisição, gestão — inventário e cadastro — e alienação.

No que respeita ao parque habitacional do Território, dois aspectos serão objecto de particular atenção, no sentido da melhoria da administração e do controlo da gestão de arrendamento dos imóveis.

Em primeiro lugar, aprovar-se-ão medidas tendentes à dinamização da criação de «associações de condóminos», nos prédios em que existam fracções autónomas da propriedade do Território e de particulares, permitindo, através dos seus representantes, a gestão dos condomínios, nos vários aspectos de administração, conservação e segurança dos imóveis e nas quais a Administração terá um papel activo de integração, suporte e controlo.

Paralelamente, prevê-se a conclusão do processo de concurso para atribuição de moradias a quadros locais, em simultâneo com

a revisão dos mecanismos legais e de gestão, tendentes à melhoria e simplificação do controlo dos contratos de arrendamento em que o Território é outorgante.

5. Política de justiça

A análise das acções desenvolvidas nos últimos anos e previstas para o próximo, na área da Justiça, podem desdobrar-se nos domínios do sistema judiciário, dos serviços de justiça, da identificação civil e criminal, da prevenção, investigação e combate à criminalidade, dos assuntos legislativos e da tradução jurídica.

5.1. No domínio do sistema judiciário

As recentes alterações ao Estatuto Orgânico de Macau, aprovadas pela Lei n.º 23-A/96, de 29 de Julho, conferiram aos órgãos de governo próprio do Território — Assembleia Legislativa e Governador — competência para legislar sobre as bases do sistema judiciário de Macau. Esta alteração reveste-se de um especial significado político, pois vem permitir a localização da Lei de Bases da Organização Judiciária do Território, dotando-o de um sistema com completa autonomia e de poderes de jurisdição de última instância. Proceder a essa localização é, sem dúvida, o principal objectivo da Administração para 1997 neste domínio. Esse objectivo inspirou, aliás, muitas das medidas tomadas nos últimos anos nesta área.

Das acções levadas a cabo em 1996 merece particular destaque a aprovação do novo regime jurídico da arbitragem, com a publicação do Decreto-Lei n.º 29/96/M, de 11 de Junho, que dotou Macau de uma regulamentação actual e adequada às necessidades dos operadores do Direito e dos agentes económicos, tendo em vista estabelecer instrumentos e formas de composição não jurisdicional de conflitos.

Outras medidas legislativas e acções organizativas visando consolidar a autonomia judiciária do Território tiveram, ainda em 1996, um desenvolvimento qualitativo. Destas, destaca-se, pela sua importância, a nomeação dos primeiros magistrados bilingues dos quadros locais, saídos do Centro de Formação de Magistrados.

Na área dos serviços judiciais foram abertos, durante o ano de 1996, concursos de ingresso e acesso, sendo de salientar o de ingresso para admissão de 19 estagiários para as secretarias dos tribunais e serviços do Ministério Público.

Ainda nos domínios da organização judiciária e dos serviços judiciais, estão previstas para 1997 as seguintes medidas e acções:

- Construção de um edifício, na zona dos novos aterros da Baía da Praia Grande, destinado à instalação dos tribunais, no qual ficarão sediados, entre outros, os tribunais superiores;
- Continuação do processo de admissão e formação de auditores judiciais e estagiários para ingresso na magistratura judicial e do Ministério Público, no âmbito do Centro de Formação de Magistrados;
- Revisão do sistema organizativo dos tribunais de 1.ª instância, adaptando-o às novas exigências da localização das magistraturas e melhorando, através de especialização adequada, a eficácia e operacionalidade do aparelho judiciário;
- Dotação do Ministério Público com os meios materiais e humanos necessários a responder adequadamente ao aumento das

suas atribuições derivado da entrada em vigor do novo Código de Processo Penal;

- Desenvolvimento de acções planificadas de aprendizagem, formação e aperfeiçoamento linguístico e profissional, destinadas aos oficiais de justiça, visando a generalização do bilinguismo nos tribunais e a valorização dos quadros locais;

- Continuação do processo, já iniciado, de revisão e redimensionamento dos quadros de pessoal, numa perspectiva de optimização dos recursos humanos, na sequência da avaliação das necessidades efectivas e permanentes, executando, designadamente, as orientações e medidas de localização;

- Instalação de um centro de acesso às bases de dados jurídicos de Portugal e disponibilização de jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça em suporte magnético;

- Continuação do processo de informatização do sistema judiciário, através da adequação do respectivo plano, sem prejuízo da manutenção e melhoramento das aplicações já existentes.

5.2. *No domínio dos serviços de justiça*

As medidas legislativas e as acções organizativas no âmbito da localização de quadros tiveram, em 1996, um desenvolvimento qualitativo no campo do recrutamento de futuros notários e conservadores bilíngues dos quadros locais.

Na sequência da aprovação do estatuto do adjunto de conservador e notário público, foram admitidos, já em 1996, nove adjuntos.

Com o objectivo de garantir os níveis de eficiência compatíveis com o período de transição nas áreas dos sistemas judiciário, registral e notarial, prisional e de reinserção social, perspectiva-se o incremento das acções de formação de quadros adequados às reais necessidades. No âmbito do sistema registral e notarial, dar-se-á ainda continuidade ao processo de localização legislativa e de modernização, adaptação e simplificação dos procedimentos, com vista à consagração do bilinguismo e uma melhor adequação às actuais exigências do exercício jurídico.

Na prossecução destes objectivos, prevêem-se para 1997 as seguintes medidas e acções:

- Publicação da nova Lei Orgânica dos Registos e Notariado;
- Revisão das tabelas emolumentares dos registos e notariado;
- Abertura de concursos de ingresso e acesso na carreira de oficiais dos registos e notariado;

- Incremento de acções planificadas de aprendizagem, formação e aperfeiçoamento linguístico e profissional, destinadas aos oficiais dos registos e notariado, visando a generalização do bilinguismo nas conservatórias e cartórios notariais e a valorização dos quadros locais;

- Continuação do programa de informatização dos serviços, procedendo ao seu aperfeiçoamento e reformulação face aos novos diplomas que regulam a matéria dos registos e notariado;

- Criação de condições para o acompanhamento efectivo e fiscalização da actividade notarial privada, numa perspectiva preventiva e orientadora;

- Promoção do intercâmbio e cooperação de carácter técnico e científico com entidades públicas e privadas, nomeadamente da região, com interesse para as áreas dos registos e notariado.

No domínio prisional e de reinserção social, com o objectivo de responder com eficiência às crescentes necessidades de segurança e de confiança da população, prevenindo a delinquência em geral, e a juvenil em particular, e melhorando simultaneamente os programas de reabilitação e reinserção social, prevêem-se as seguintes medidas e acções:

- Realização de acções de formação para formadores;
- Conclusão dos trabalhos de remodelação do circuito electrónico de vigilância;

- Instalação da unidade de tratamento para toxicodependentes;

- Promoção de contactos com instituições públicas e privadas no acompanhamento e apoio no âmbito da reinserção social dos reclusos;

- Publicação do Estatuto do Pessoal de Educação e Vigilância do Instituto de Menores;

- Conclusão das obras em curso no edifício principal do Instituto de Menores;

- Transferência e instalação definitiva da ala feminina do Instituto de Menores;

- Recrutamento de pessoal qualificado e reforço das acções formativas com vista à melhoria da organização e eficiência do serviço;

- Continuação do programa de formação básica e de preparação para a integração na vida comunitária a ministrar aos menores internados, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e em execução de protocolo celebrado entre a Direcção dos Serviços de Justiça e aquela direcção de serviços;

- Elaboração de projectos pluridisciplinares no âmbito do apoio comunitário aos menores em meio livre.

5.3. *No domínio da identificação civil e criminal*

De acordo com o programado, iniciou-se em Janeiro de 1996 a emissão do novo modelo de Bilhete de Identidade de Residente de Macau (BIR), sem data de validade, devendo ser renovados todos os documentos do modelo anterior até 31 de Dezembro de 1998, à média aproximada de 120 000 por ano.

Em 1 de Agosto de 1996 foi transferida para a Direcção dos Serviços de Identificação de Macau (SIM) a competência da Polícia Judiciária na área do registo criminal, procedendo-se à emissão dos certificados requeridos e requisitados com recurso a meios informáticos.

Não programados, mas igualmente relevantes, foram o alargamento da competência dos SIM à emissão de atestados de residência para efeitos externos e a emissão de BIR a favor dos portadores de Título de Permanência Temporária (TPT).

Instalou-se um novo posto de atendimento na zona Norte da cidade e estão a desenvolver-se as medidas adequadas para, ainda

em 1996, melhorar o atendimento do público mediante o arrendamento de novas instalações, próximas das actuais.

No âmbito do pessoal, prosseguem as acções de formação nomeadamente no plano de formação linguística nas áreas de chinês escrito e português, que terão continuidade até 1999.

Para 1997, para além do desenvolvimento das actividades normais, são objectivos prioritários:

- O estudo para substituição do equipamento informático central, que já necessita de ser modernizado;
- A instalação de um sistema de resposta automática («IVR — interactive voice response»), com informação sobre as formalidades para a obtenção dos diversos documentos emitidos e dos diferentes processos da responsabilidade dos SIM — BIR, Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional (BIN), documentos de viagem, certificados de registo criminal, atestados de residência, registo de associações, processos de naturalização, certidões, etc.
- O aperfeiçoamento do sistema do registo criminal, que pressupõe:
 - a) O expurgo do ficheiro manual para cancelamento de boletins não activos;
 - b) A criação em disco óptico, com recurso a «scanner», das imagens dos boletins activos;
 - c) O desenvolvimento de rotinas de pesquisa mais sofisticadas, para ultrapassar, nomeadamente, os problemas resultantes da identificação incompleta e dos nomes com ortografia deficiente ou alternativa;
 - d) A ligação dos tribunais ao sistema do registo criminal, com acesso directo à imagem dos boletins existentes em cada cadastro, permitindo dispensar o circuito actual de requisições e certificados formulados por escrito.

5.4. *No domínio da prevenção, investigação e combate à criminalidade*

No domínio da prevenção, investigação criminal e combate à criminalidade os objectivos prioritários a atingir consistem essencialmente em:

- Prosseguir a modernização da Polícia Judiciária e a consolidação do trabalho desenvolvido, por forma a aumentar qualitativamente a eficácia da resposta policial, a fim de garantir um nível de segurança que contribua para o desenvolvimento económico e estabilidade social do Território;
- Continuar a prevenção e repressão da actividade delituosa com o reforço da pesquisa, tratamento e circulação de informação criminal, designadamente no que respeita à delinquência juvenil, ao tráfico de estupefacientes e ao crime organizado;
- Continuar o processo de localização, apostando-se na formação do pessoal de investigação criminal e preparação de quadros qualificados no âmbito das futuras chefias;
- Prosseguir o desenvolvimento permanente de cooperação entre os diversos organismos policiais e entidades judiciais do Território e outras organizações congéneres internacionais, nomeadamente com as da Ásia;

- Reforçar a ligação à comunidade, com vista à consciencialização da sua fundamental participação no domínio da prevenção criminal.

Assim, para o efeito, prevêem-se as seguintes medidas e acções:

- Continuar o desenvolvimento de novas aplicações informáticas no âmbito da polícia de investigação criminal, dotando-a de meios modernos de recolha de informação;
- Promover a formação de pessoal de investigação criminal, bem como a preparação de técnicos especializados, nomeadamente nas áreas laboratorial, de comunicações e de informática, nas vertentes de aperfeiçoamento profissional e linguístico.

Programar e desenvolver acções conjuntamente com as forças de segurança do Território e o Ministério Público, com vista a uma eficiente acção no combate ao crime organizado, narcotráfico e delinquência juvenil, desenvolvendo acções de formação e informação junto das escolas e associações de moradores;

Reforçar o combate ao crime organizado, designadamente o relacionado com a prática de agiotagem nos casinos;

- Instalar uma Inspecção da Polícia Judiciária na Taipa e, a fim de melhorar a segurança na zona norte da cidade, instalar um posto da Polícia Judiciária nesta zona;

- Adequar o quadro legislativo e regulamentar da Polícia Judiciária e promover o estudo das políticas de segurança e dos meios adequados à sua execução, de molde a realizar-se a reestruturação da lei orgânica da Polícia Judiciária.

5.5. *No domínio dos assuntos legislativos*

No domínio dos assuntos legislativos continuar-se-á a dar execução às tarefas já anteriormente delineadas, com prioridade para a localização da legislação emanada de Portugal, designadamente no que respeita à legislação relativa à organização judiciária e aos grandes códigos, para a adaptação e modernização da restante legislação em vigor, para a continuidade das convenções internacionais e para a cooperação judiciária.

No que respeita aos grandes códigos e outros diplomas fundamentais do ordenamento jurídico de Macau, desenvolver-se-ão esforços para que, durante o ano de 1997, sejam aprovados, em coordenação com a Assembleia Legislativa, os seguintes diplomas:

- Lei das Sociedades Comerciais e Regime Jurídico do Registo Comercial;
- Código Civil e Código do Registo Civil;
- Código do Notariado e Código do Registo Predial;
- Código do Processo Civil;
- Regime Tutelar de Menores.

Ainda no domínio dos assuntos legislativos concretizar-se-ão, também durante o ano de 1997, as seguintes acções:

- Inserção das listagens da recensão e da sistematização da legislação em bases de dados do Gabinete para os Assuntos Legislativos, que serão colocadas à disposição dos operadores do Direito e outros interessados;

- Continuação dos trabalhos de localização de actos normativos aprovados pelos órgãos de soberania da República, constantes de uma lista provisória de 259 diplomas legais, a cargo das várias unidades orgânicas da Administração, com a colaboração do Gabinete para os Assuntos Legislativos;

- Continuação da selecção dos instrumentos de Direito Internacional que deverão manter-se em vigor após 19 de Dezembro de 1999, para apreciação no seio do Grupo de Ligação Conjunto, e conclusão de vários pacotes englobando cerca de cinquenta convenções internacionais cuja vigência após 1999 se deseja assegurar, e que se encontram em processo de consulta;

- Preparação da elaboração de formas de cooperação judiciária internacional e de acordos e outros mecanismos de cooperação inter-regional, designadamente através de acordos-tipo a aprovar no Grupo de Ligação Conjunto;

- Manutenção da edição da Revista Jurídica de Macau.

5.6. No domínio da tradução jurídica

A tradução jurídica é, no âmbito das políticas de justiça, um instrumento específico fundamental tendo por objectivo estratégico a consolidação de um ordenamento jurídico bilingue e próprio de Macau, susceptível de assegurar a manutenção da autonomia do Território, mediante a plena e igual utilização das línguas oficiais nos domínios legislativo e judiciário, o aprofundamento do seu estatuto e a divulgação junto das comunidades do direito vigente em Macau.

Prosseguindo esse objectivo estratégico e dando continuidade às medidas e acções que vêm sendo prosseguidas na área da tradução jurídica, será dada grande atenção ao rigor e às expressões correntes nas línguas portuguesa e chinesa. Prevêem-se para 1997 as seguintes medidas e acções:

- Continuação do plano de tradução dos diplomas legais de Macau vigentes sem versão em língua chinesa;
- Conclusão da tradução para língua chinesa do Código Civil;
- Início da tradução para língua chinesa do Código Comercial e do Código de Processo Civil;
- Reforço e aperfeiçoamento do apoio à tradução nos tribunais de Macau;
- Lançamento do 4.º Curso de Formação de Intérpretes em Tradução Simultânea;
- Manutenção das publicações e programas de informação e divulgação jurídica em língua chinesa;
- Aprofundamento da cooperação com instituições académicas ou universitárias de Hong Kong e da República Popular da China relativamente às acções de divulgação do Direito de Macau.

6. Política de segurança

À semelhança das orientações seguidas nos últimos anos, a política de segurança prossegue com a finalidade de «assegurar as condições de vida no Território, por forma a que o desenvolvimento económico alcançado tenha expressão no bem-estar individual e colectivo, garantindo a ordem, a tranquilidade pública, a protecção de pessoas e bens, a estabilidade social e o regular

exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos, face às ameaças derivadas das infracções à lei, da delinquência, da imigração não controlada, de acidentes graves, catástrofes ou calamidades».

O quadro legal em vigor e o respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos são os limites de actuação das Forças de Segurança de Macau (FSM) e o uso das liberdades fundamentais e o não condicionamento excessivo da actividade normal dos cidadãos a expressão da segurança no Território.

Asseguradas as condições de inserção da estrutura das FSM na futura Região Administrativa Especial de Macau, pela conclusão das tarefas de reestruturação das Corporações e Organismos e de estruturação das carreiras dos militarizados, pela promoção da localização dos quadros superiores acompanhada de esforços na formação de recursos humanos e modernização dos recursos materiais, as acções a prosseguir, na área da segurança, concentrar-se-ão no ano de 1997, no aperfeiçoamento da arquitectura do sistema de comando, controlo e comunicações e nos modelos da actuação operacional, visando obter maior eficácia na aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, em particular na intensificação das forças policiais de primeira linha, na prevenção e no combate à delinquência e ao crime.

Os factores de natureza geográfica, física, humana, económica, social e cultural que caracterizam Macau, e a região em que o Território se insere e que condicionaram a política de segurança prosseguida nos anos anteriores, permanecem como principais modeladores das dificuldades encontradas na acção das FSM no controlo das fronteiras, no combate à delinquência e ao crime e nas tarefas de protecção civil. Em particular, o agravamento das taxas de criminalidade na região, a mudança na administração de Hong Kong e o pleno funcionamento do Aeroporto Internacional de Macau (AIM), implicam uma indispensável convergência de esforços por forma a atenuar os efeitos adversos e manter as condições de estabilidade política e social e de desenvolvimento do Território.

O aumento das taxas de criminalidade, o aumento da taxa de desemprego e os movimentos migratórios na região acarretam preocupações de segurança acrescidas para Macau, onde regras de direito penal, em geral, menos penalizantes podem conduzir à sua escolha como local de refúgio ou de acção criminosa.

A transferência de soberania em Hong Kong acarreta a possibilidade de transferência para Macau de parte da estrutura e actividades do crime organizado daquele território.

O funcionamento pleno do AIM e a abertura da fronteira de Macau a um número cada vez mais variado de destinos no mundo, acarreta preocupações, na área da segurança, que se repartem por um leque muito diversificado de ameaças, desde o terrorismo internacional, a tornar-se o Território palco de actividades de tráfico de droga e armamento e, em geral, do crime organizado internacional.

Assim, as linhas de acção da política de segurança para 1997 englobam, a par de orientações específicas para cada área de responsabilidade da segurança interna, orientações de natureza estrutural ou operacional, de carácter geral, contínuo e permanente:

- Prosseguir o processo de localização e o reforço do bilinguismo;

- Prosseguir o esforço de formação técnica do pessoal e aperfeiçoar a formação geral dos agentes, em especial, na área de formação cívica, de modo a melhorar a eficácia dos serviços e, ainda, o relacionamento com o público, melhorar a imagem e confiança junto dos cidadãos e incentivar o grau de participação e colaboração destes;

- Melhorar a operacionalidade dos meios através do estabelecimento de programas de manutenção e modernização adequados;

- Renovar e melhorar as infra-estruturas existentes, por forma a dar-lhes maior funcionalidade e, conseqüentemente, conseguir maior capacidade de resposta e eficiência por parte das Corporações e Organismos que as utilizam;

- Desenvolver processos de cooperação estreita e permanente entre organismos e departamentos nas diferentes áreas de tutela e respectivos órgãos da Administração;

- Prosseguir as acções de informação e sensibilização dos cidadãos, por forma a obter-se a participação activa na prevenção e combate à infracção e delinquência, na dissuasão e combate à imigração ilegal, na prevenção dos riscos de acidente grave ou catástrofe e no estabelecimento das medidas destinadas a fazer-lhes face;

- Incentivar formas de colaboração entre as forças policiais e as organizações populares para, em conjunto, promoverem e executarem acções de prevenção e auxílio no âmbito da segurança de pessoas e bens;

- Estudar a possibilidade de serem criadas forças de apoio à acção policial, designadamente, grupos auxiliares de polícia e um corpo de bombeiros voluntários, como reserva disponível, de molde a que, quando ocorram acidentes graves ou calamidades, possam coadjuvar na manutenção da ordem e da segurança das pessoas;

- Colaborar com as entidades competentes no ajustamento do quadro sancionatório dos diplomas em vigor no Território, particularmente na actualização das penalidades das infracções mais graves e frequentes, tendo em vista a dissuasão dos eventuais prevaricadores;

- Incrementar e aprofundar as relações com as autoridades vizinhas, particularmente as da região contígua da RPC, no domínio da prevenção e combate à delinquência e do controlo de circulação de pessoas e bens nas fronteiras.

Especificamente, no domínio da prevenção e combate à infracção e delinquência, tendo como objectivo: prevenir e dissuadir a ocorrência de infracções e crimes e reprimi-los, pelos meios legais, caso ocorram, por forma a assegurar aos cidadãos mínimos riscos e condicionamentos à sua actividade normal, derivados da actividade delituosa, e, ainda, criar condições para atrair pessoas e investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do Território, constituem, ainda, linhas de acção:

- Incrementar o esforço de obtenção de informações, a nível interno e externo, tendo em atenção as possibilidades de actuação do crime organizado e terrorismo internacional;

- Difundir recomendações de segurança a empresas e estabelecimentos, de modo a evitar ou limitar os efeitos de acção criminosa de que possam vir a ser alvo;

- Aperfeiçoar os processos de actuação das forças policiais, mediante o treino, teste e ajustamento dos planos operacionais decorrentes do Plano Geral de Segurança Interna e Plano de Segurança do Aeroporto, para situações de maior probabilidade de ocorrência;

- Aperfeiçoar e testar as formas de cooperação entre as forças e serviços policiais, nomeadamente a Polícia Judiciária;

- Melhorar a capacidade de resposta em situações de elevada violência, no controlo de acções de alteração da ordem pública e na actuação perante outras ameaças especiais, garantindo às Forças de Segurança destinadas a essas missões, a preparação, enquadramento e equipamento adequados;

- Consolidar a instalação e promover o adequado funcionamento do Centro Coordenador de Operações.

No domínio do controlo de fronteiras, tendo como objectivo: dissuadir e reprimir a entrada e permanência no Território das pessoas cuja estadia não se enquadra nas medidas reguladoras da imigração impostas pela lei, bem como das mercadorias cuja entrada no Território, por razões de ordem económica, sanitária ou de segurança, não obedecem ao ordenamento legal vigente, constituem, ainda, linhas de acção:

- Garantir elevada operacionalidade dos postos fronteiriços, intensificando o esforço de fiscalização com a finalidade de um controlo mais eficaz da entrada e saída de mercadorias do Território, particularmente as tentativas de passagem de droga e armas;

- Intensificar o esforço de patrulhamento nas áreas de jurisdição marítima, tendo em vista o controlo de embarcações e tripulantes e dissuadir e detectar a imigração ilegal;

- Intensificar as operações de identificação e de fiscalização, por forma a complementar aquelas acções e reprimir a imigração ilegal;

- Reinstalar e reorganizar o Serviço de Migração, com vista a uma maior eficiência de funcionamento;

- Desenvolver a ligação com o «World Customs Organization».

No domínio da Protecção Civil, tendo como objectivo: socorrer e assistir as pessoas em perigo; prevenir a ocorrência, diminuir a probabilidade de eclosão, limitar os riscos colectivos e atenuar os efeitos, para pessoas, bens e ambiente, de acidente grave, catástrofe ou calamidade, por forma a garantir condições de satisfação das necessidades fundamentais das pessoas e de vida colectiva, constituem linhas de acção:

- Manter actualizado o Plano de Protecção Civil «Tai Fong», em resultado das experiências colhidas na resposta às situações de risco já vividas, e alargamento do seu âmbito, por extensão, a outras situações de risco;

- Testar e ajustar os Planos de Contingência, relativos à possibilidade de ocorrência de acidente grave em pontos sensíveis, com especial atenção para o Aeroporto;

- Promover acções de informação e sensibilização visando a participação activa e a cooperação de entidades colectivas na tomada de medidas que contribuam para minimizar danos e aumentar a eficácia dos socorros;

- Estacionar, a título permanente, uma ambulância na zona Norte e estudar a criação de mecanismos de ligação entre os hospitais, ambulâncias, agentes de trânsito e o centro de controlo do sistema de semaforização, a fim de permitir que as ambulâncias possam cumprir a sua missão com a maior brevidade, garantindo o socorro pronto das vítimas;

- Assegurar a obtenção, através da celebração de protocolos de cooperação com entidades públicas e privadas, de meios susceptíveis de serem utilizados em situações de emergência, em reforço da capacidade de actuação da estrutura de Protecção Civil;

- Desenvolver esforços de colaboração com os organismos internacionais regionais orientados para a Protecção Civil e, particularmente, estreitar os laços de cooperação com a RPC e Hong Kong.

7. Políticas de transportes e obras públicas

Ao entrar-se no segundo ano do último terço da transição, as LAG na área dos transportes e obras públicas, pese embora a necessidade de adaptações a novas situações e conjunturas e da eventual conveniência em rectificar um ou outro aspecto de pormenor na orientação que vem sendo estabelecida para o sector, relevam de uma natural continuidade com os anos anteriores.

Esta constatação não significa imobilismo ou rotina no processo de desenvolvimento, mas tão só a consideração de que a actividade política não se processa por arranques e inflexões constantes mas antes através de uma coerência lógica entre o que foi feito e o que falta fazer, tendo em vista um objectivo final a alcançar. Esse objectivo traduz-se na construção das infra-estruturas e na implementação de uma malha de equipamentos urbanos, culturais e sociais que preparem o Território para o futuro.

Por outro lado, as LAG nesta área não poderão deixar de ser influenciadas pela necessidade de rentabilizar a exploração do AIM, de continuar a assegurar a qualidade de vida da população através da melhoria da rede viária, do saneamento básico, dos transportes públicos e dos equipamentos desportivos e de lazer.

Há também que garantir o prosseguimento de uma política de habitação social que assegure uma habitação digna aos estratos sociais mais carenciados, erradicando as construções informais, e encontrar mecanismos e soluções que permitam enfrentar a crise do sector imobiliário, que, pela sua importância no Território tem reflexos visíveis no desenvolvimento económico e no equilíbrio do OGT.

Finalmente, a concretização da política de localização dos quadros entra na sua etapa crucial, com consequências na aceleração da formação e do acompanhamento dos quadros locais de forma a que a transferência da administração se processe sem grandes desequilíbrios. Trata-se, naturalmente, de um objectivo difícil, agravado pelas dificuldades de comunicação oral e escrita e pela carência de técnicos experientes em determinadas áreas de importância relevante para a eficiência do funcionamento dos serviços.

Desenvolve-se, no que se segue, os programas e as acções que estão sendo executados nos vários domínios que se enquadram nesta área.

7.1. No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas

7.1.1. Aeroporto Internacional de Macau

Os resultados do primeiro ano de exploração comercial do AIM pode dizer-se que estão a decorrer ao nível das previsões iniciais. Assim, prevê-se no final de 1996 um movimento aproximado de 1,2 milhões de passageiros, 18 000 toneladas de carga e 200 toneladas de correio.

Também se pode dizer que a operação do AIM se tem processado sem problemas nas actividades operacionais, acessórias, complementares e comerciais.

Os objectivos para o ano de 1997, de responsabilidade da concessionária — CAM — Companhia do Aeroporto Internacional de Macau, são fundamentalmente a optimização de todas as funções associadas à exploração do AIM, e o reforço das acções de promoção e «marketing» tendo em vista a sua rentabilização.

Neste contexto vai a CAM iniciar a construção do prolongamento da placa de estacionamento de aviões (APRON), que permitirá aumentar o número de «stands» e, principalmente, facilitar o acesso de aviões ao terminal de carga.

Por outro lado vai ser iniciada a construção do hangar de manutenção para aviões do tipo 747-400, o que dotará o AIM de infra-estrutura capaz de dar assistência a todos os aviões comerciais que o utilizam e, nomeadamente, aos da Air Macau. Os custos desta obra serão suportados pela Administração do Território, pela subconcessionária MASC/OGDEN e pela própria CAM.

7.1.2. Porto de Cá-Hó

A exploração do Terminal de Contentores está a processar-se com um acréscimo de cerca de 20% em relação à movimentação de contentores no ano anterior.

Este movimento tem sido conseguido através da operação regular no Terminal de três companhias de navegação que efectuam o transporte de carga contentorizada entre Macau/Hong Kong, Macau/Singapura e Macau/Taiwan, perspectivando-se também uma ligação Macau/Filipinas, assumindo assim o Terminal a sua vocação prioritariamente de carácter regional.

Foi entretanto adquirido mais equipamento para movimentação de contentores e está em curso o projecto de extensão do cais de atracação, ainda no âmbito da 1.ª Fase.

A decisão do arranque da execução do projecto da 2.ª Fase de expansão, cuja responsabilidade pertence naturalmente à concessionária, a Macauport, está ainda em fase de ponderação e estudo, considerando também a necessidade de importantes recursos financeiros.

Admite-se que possa vir a ser tomada uma decisão durante 1997, o que dependerá naturalmente das conclusões dos estudos e da decisão dos accionistas.

7.1.3. Estações de tratamento de águas residuais

Concluída a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Macau, que se encontra em regime normal de exploração, está agora na fase final de construção a ETAR da Taipa, cujos ensaios de funcionamento estão previstos para o final do ano em curso.

Em 1997 programa-se o início da construção da ETAR de Coloane, com o que se concluirá o programa geral de tratamento, em todo o Território, das águas residuais.

7.1.4. Zona dos aterros entre as ilhas da Taipa e de Coloane

O desenvolvimento global do Plano Director da zona em referência não sofreu qualquer evolução durante o ano em curso.

Assim, e embora também não se preveja, em termos globais, uma evolução muito significativa para 1997, foram todavia efectuadas duas concessões de terrenos no lado oeste do Istmo Taipa-Coloane destinados a dois importantes empreendimentos que se desenvolverão até 1999.

Um deles, concedido através de concurso público, destina-se à marina de recreio da Taipa-Sul que prevê uma doca e ancoradouros para um mínimo de 150 embarcações, equipamentos e serviços afectos à marina, zonas de hotelaria e residencial.

O outro, concedido através de um ajuste directo, com prémio calculado de acordo com as tabelas em vigor, destina-se a um centro de convenções e exposições, integrando um edifício destinado a exposições, centro comercial e centro de negócios, um hotel, um «*apart-hotel*» e um centro de conferências, além de outras instalações.

7.2. Outras obras públicas

Em relação às obras iniciadas em 1996, mas a concluir em 1997 e anos seguintes, são de referir:

- O Complexo Desportivo da Taipa, com eventual prolongamento para o primeiro trimestre de 1997;
- O Centro Cultural de Macau, obra que se prolongará para 1998;
- O novo aquartelamento para a Unidade Tática de Intervenção;
- As novas instalações do Comando da Polícia Marítima e Fiscal;
- A remodelação e ampliação da Escola D. José da Costa Nunes e a Escola Técnico-Profissional do Bairro Tamagnini Barbosa;
- As novas instalações do Tribunal Superior de Justiça, obra que se prolongará para 1998;
- A construção do Museu de Macau na Fortaleza do Monte.

Em fase de lançamento, para execução em 1997, contam-se:

- Laboratório de Saúde Pública;
- Instalação da sede do Instituto de Estudos Europeus;
- Edifício administrativo dos Serviços de Saúde de Macau.

Em fase de estudo, para início em 1997:

- Construção da residência oficial do presidente da Assembleia Legislativa;
- Construção da residência oficial do presidente do Tribunal de instância mais elevada.

7.3. No domínio do ordenamento do Território

As acções que têm vindo a ser desenvolvidas neste domínio, prolongam-se em regra para além de um ano devido à complexi-

dade que normalmente lhe está subjacente, à necessidade de harmonizar conceitos urbanísticos, redes viárias, imposições ambientais e outras.

Assim e relativamente às acções que tinham sido anunciadas em 1996 continuarão a desenvolver-se os estudos seguintes:

- O Plano da Urbanização de Coloane que deverá ficar concluído a curto prazo;
- O Plano de pormenor da zona de comércio e serviços do Porto Interior;
- O estudo do reordenamento urbano e viário da zona noroeste de Macau, ainda dependente da resolução do problema de ocupação dos terrenos com diversas construções;
- Os estudos de ordenamento da zona central de Macau;
- O estudo de localização de um eventual hospital na ilha da Taipa, a ser tratado através de um grupo de trabalho criado em Maio de 1996.

7.4. No domínio do saneamento básico e infra-estruturas

Prosseguem as acções de projecto e execução de um conjunto de obras, algumas delas já referidas no ano anterior, mas que se prevê prosseguirem em 1997, de que destacamos as seguintes:

- O reforço da drenagem pluvial e residual da Avenida de Horta e Costa;
- A remodelação da rede de drenagem do Bairro Iao Hon;
- A conclusão da ampliação da rede de drenagem da ilha de Coloane, com o termo da 2.^a Fase e o lançamento da 3.^a Fase;
- O reforço do emissário e estação elevatória da Vila da Taipa;
- A execução do dique de retenção e do aterro para regularização da península do Fai Chi Kei.

Há ainda outras infra-estruturas em estudo ou execução, algumas da responsabilidade de concessionários de contratos de arrendamento, nomeadamente:

- O reordenamento da Baía da Praia Grande;
- A estação elevatória da Praça Ferreira do Amaral;
- A estação elevatória do aterro da Concórdia;
- As infra-estruturas do Patane Sul;
- As infra-estruturas da 3.^a Fase da ZAPE, compreendendo a zona entre a Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e a Colina da Guia;
- A execução das infra-estruturas na zona Norte-Noroeste;
- A execução do canal pluvial e estação elevatória do Patane.

7.5. No domínio da concessão de terras

Dada a conhecida situação de recessão no sector do imobiliário, há ainda uma área substancial de terrenos incluídos nos planos de concessão anteriormente acordados com a Parte Chinesa do Grupo de Terras que não está concessionada.

As receitas das concessões de terrenos têm vindo a diminuir, não só pelas concessões que não têm sido feitas, mas também pelos

atrasos de pagamentos de prémios e outras prestações pecuniárias, de concessões anteriores, já vencidas.

Relativamente a este assunto foi elaborado um relatório detalhado por um Grupo de Trabalho especialmente designado, cujas conclusões servirão de orientação para as medidas a tomar para minimizar a situação actual.

Dentro dos condicionalismos existentes, para os quais o Executivo tem procurado encontrar algumas soluções, procurar-se-á otimizar as receitas de rendimento de terras para 1997.

No plano de concessão de terras, deve ter-se em atenção o aumento da oferta de habitação económica e propiciar condições tendentes ao desenvolvimento equilibrado da rede escolar e dos equipamentos sociais.

7.6. No domínio do ordenamento viário e dos transportes públicos

O problema da fluidez do trânsito rodoviário tem sido, como na generalidade das cidades, um problema sempre presente em Macau, e constitui uma preocupação constante da Administração do Território. Além disso é um problema que tem tendência para se agravar, pois o número de veículos em circulação aumenta todos os anos, e as vias de circulação, nas principais zonas de congestionamento, são praticamente as mesmas.

Até agora a Administração tem considerado que não se justificam medidas de condicionamento administrativo à importação de veículos ou ao número de veículos em circulação, em qualquer das alternativas possíveis para esta forma de condicionamento.

Assim, tem concentrado a sua actuação nos aspectos seguintes, salientando-se as principais actuações previstas:

a) No reordenamento físico das vias e passagens desniveladas:

- Reordenamento físico do Largo das Portas do Cerco e da zona envolvente da Igreja de S. Lourenço;
- Reordenamento físico e recuperação para o público do Largo do Pagode da Barra;
- Viaduto a Leste do NAPE, que ligará a via marginal do NAPE à Avenida da Amizade e à ZAPE, a arrancar nos princípios de 1997;
- Viaduto da Avenida do Comendador Ho Yin, atravessando a Avenida do Conselheiro Borja;
- Viaduto da Avenida de Horta e Costa — desnivelamento sobre a nova Avenida Marginal do Patane Sul e sobre a Avenida do Almirante Lacerda;
- Passagens superiores para peões na Avenida da Praia Grande, na Avenida de Lopo Sarmento de Carvalho, na Rua dos Pescadores, na Avenida do Comendador Ho Yin (acesso ao Parque Dr. Sun Yat Sen) e junto ao estádio da Taipa, entre outras.

b) Na criação de novos parqueamentos públicos:

Estão atribuídos à Companhia de Parques de Macau três terrenos para construção de silos públicos — na Avenida de Demétrio Cinatti/Rua do Visconde Paço de Arcos (Silo do Porto Interior), com capacidade de 317 lugares de estacionamento; na Rua da Ri-

beira do Patane (Silo do Lamau), com capacidade para 400 veículos semi-pesados e 450 ligeiros, e na Rua de Francisco Xavier Pereira (Mong-Há), com capacidade para cerca de 450 veículos ligeiros. Por outro lado, a Administração, quer directamente, quer através de concessionários de terrenos, tem em curso de construção:

- O silo junto à ETAR de Macau, na Areia Preta, a concluir em 1997, com capacidade para 275 veículos ligeiros, 250 autocarros ligeiros e 215 autocarros normais;
- O silo da Nam Van na zona E da Baía da Praia Grande, junto ao nó do Tribunal, com capacidade para cerca de 1 100 viaturas ligeiras a concluir em 1997;
- O silo a construir em cave sob o campo de jogos da Polícia, junto às Portas do Cerco, que terá capacidade para cerca de 1000.

c) Na implementação de sistemas de semaforização centralizados:

- Está em curso a 2.ª Fase do sistema centralizado de controlo de tráfego, prevendo-se a sua operacionalidade na primeira metade de 1997; as fases seguintes serão realizadas, sucessivamente até 1999;

d) Em estudos especializados no âmbito da circulação viária:

- Um, ainda em curso sobre a problemática do estacionamento, que indicia aprovação das medidas que vêm sendo consideradas pela Administração;
- Outro, cujas conclusões sugerem a necessidade de se encarem, a partir do ano 2000, novos sistemas de transportes, complementares dos actuais. Apontam-se como opções possíveis, o eléctrico rápido — (LRT — «Light Rail Transit») — ou o sistema de veículos automatizados deslocando-se em infra-estruturas exclusivas com guiamento — (AGT — «Automated Guideway Transit»).

Neste domínio procurar-se-á:

- Aperfeiçoar os mecanismos de coordenação da gestão do trânsito, planeando globalmente as acções a executar;
- Melhorar o funcionamento do Conselho Consultivo de Trânsito através da auscultação da opinião pública;
- Estudar a localização e a utilização adequada dos silos e diminuir o uso do espaço rodoviário para estacionamento;
- Cooperar com associações e escolas na divulgação das regras de segurança em matéria de trânsito.

7.7. No domínio da legislação, normalização e regulamentação técnicas

Prosseguem as acções no sentido de se criar, em Macau, um conjunto de normas e regulamentos técnicos que controlem a actividade da construção civil e outras actividades.

Trata-se de um trabalho de fundo, que envolve consultas a variadíssimas entidades, que por vezes não têm pareceres convergentes, tradução para a língua chinesa e muita ponderação. Daí o largo período de tempo que essas normas e regulamentos levam a implementar.

Relativamente às normas e regulamentos referidos nas LAG do ano anterior, diversos estão concluídos e publicados, ou em fase de publicação.

Para publicação durante 1997 prevêem-se:

- A actualização do Regulamento Geral da Construção Urbana e a revisão do Regime Geral das Empreitadas e Fornecimento de Obras Públicas;

- O Manual de Betão Armado;

- O Guia de Dimensionamento de Fundações e o Regulamento de Estruturas de Suporte de Terras.

Com o objectivo de facilitar a deslocação de deficientes nos meios de transporte e nos edifícios, nas acções de fiscalização, dar-se-á especial atenção à execução da lei de supressão das barreiras arquitectónicas.

7.8. No domínio da cartografia e cadastro

As actividades indicadas nas LAG para 1996, por serem as actividades normais do Serviço, mantêm-se integralmente para 1997, embora se vão introduzindo melhoramentos e outras sofisticações resultantes do desenvolvimento tecnológico, como é o caso da apresentação da cartografia de base do Território em CD-ROM nas escalas 1/1 000, 1/10 000 e 1/20 000.

7.9. No domínio da meteorologia e geofísica

Também neste domínio se mantêm as orientações anteriores, assinalando-se apenas para 1997:

- A contribuição, como membro da Organização Mundial Meteorológica, para os vários programas desta organização no que respeita à vigilância mundial do tempo, programa mundial do clima e sistema global de observação;

- A continuação da formação do pessoal técnico meteorológico e geofísico em geral, e na área do radar meteorológico em especial;

- A revisão da rede de amostragem da qualidade do ar e a sua automatização.

7.10. No domínio dos serviços públicos de telecomunicações

As acções a desenvolver pela concessionária dos serviços públicos de telecomunicações são as que acompanham as evoluções tecnológicas, que neste sector se processam com grande velocidade, salientando-se:

- Lançamento da Central Digital n.º 6 no NAPE;
- Ligação à rede internacional de cabos submarinos;
- Rede digital com integração de Serviços (ISDN);
- Substituição da transmissão PDH por SDH;
- Ensaios com o sistema PCN e os sistemas de acesso sem fios (PHS e DECT) relativamente aos serviços móveis;
- Desenvolvimento de serviços de dados e fax através de redes móveis e introdução de um serviço de mensagens curtas;

- Internet — Estabilização do serviço na sua vertente concorrencial, acesso via ISDN e telecompras;

- Melhoramentos no âmbito da qualidade de serviços de clientes;

- Novos serviços no âmbito da transferência electrónica de documentos (EDI) e outros;

- Instalação e desenvolvimento de grandes sistemas no que se refere à tecnologia de informação.

As previsões de crescimento de serviços básicos apontam: 7 500 novas assinaturas na rede telefónica fixa e 10 500 assinaturas na rede telefónica móvel; aumento de tráfego internacional em minutos (subida de 21,5% nas saídas e de 6,4% nas entradas).

Continuam em curso as diligências para a revisão do contrato da concessão, cujo termo é o ano de 2001, e cuja prorrogação é importante para assegurar à concessionária a possibilidade de amortizar os grandes investimentos que terá que efectuar para permitir um nível de serviços de acordo com os padrões internacionais.

Essa revisão irá também permitir a liberalização de alguns serviços de telecomunicações, como é prática corrente, e actualização de algum clausulado do contrato em vigor.

O assunto encontra-se ainda em apreciação no Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC).

7.11. No domínio de correios e telecomunicações

Na sequência dos anos anteriores, e porque as linhas de orientação dos CTT, como prestador dos serviços públicos de correios e autoridade no campo das telecomunicações, não apresentam grandes inflexões relativamente à orientação geral que tem vindo a ser adoptada, resumem-se as principais acções a prosseguir em 1997.

No âmbito dos correios:

- Desenvolvimento dos serviços tradicionais e introdução de novos serviços e produtos postais numa óptica de mercado e de satisfação das necessidades dos utilizadores;

- Criação de uma imagem postal apelativa e uniforme, que permita uma identificação fácil e inequívoca dos serviços;

- Alargamento da rede de vendas à medida do desenvolvimento demográfico e urbano, através da implementação de novas estações — Avenida da Amizade e Urbanização dos Jardins do Oceano —, da remodelação de algumas estações existentes e da montagem de novas máquinas automáticas de venda de franquias e produtos filatélicos;

- Estudo da reforma da legislação postal, actualizando-a e adaptando-a às necessidades actuais;

- Desenvolvimento da filatelia, aproveitando-se a oportunidade para divulgar a imagem de Macau e da sua cultura.

No âmbito das funções de autoridade de telecomunicação:

- Apoio ao desenvolvimento de novos serviços públicos no sector das telecomunicações não incluídos no regime de exclusivo e acompanhamento da sua implementação;
- Gestão do espectro radioelétrico e apetrechamento da estação de fiscalização com novos equipamentos;
- Continuação da elaboração da legislação reguladora para o sector, nomeadamente a sua lei de bases;
- Arranque da construção do Museu dos Correios e Telecomunicações de acordo com o projecto já aprovado.

7.12. No domínio das actividades marítimas

Em continuidade com as linhas de acção desenvolvidas em anos anteriores, as orientações gerais das actividades marítimas da responsabilidade da Capitania dos Portos de Macau concentram-se na garantia da segurança marítima dos navios, nas operações de busca e salvamento, agora com particular incidência na área de responsabilidade do AIM, no acompanhamento dos trabalhos hidrográficos e de dragagens dos canais de navegação e respectivas bacias de manobra, na cooperação no âmbito da protecção civil e, no seguimento das actividades das convenções marítimas internacionais.

Mantém-se igualmente o apoio da Capitania dos Portos às actividades da Escola de Pilotagem de Macau e ao Museu Marítimo de Macau.

7.13. No domínio da habitação social e económica

Dentro da política geral de habitação social a cargo do Instituto de Habitação de Macau (IHM) e para além dos objectivos gerais, que se mantêm, de melhoria das condições de alojamento das famílias de mais baixos recursos, referimos no que se segue as acções principais a desenvolver em 1997:

a) Planos e programas

Através de um concurso público efectuado em 1996 foi possível obter uma informação rigorosa do número de candidatos à aquisição de habitação económica e durante a primeira parte de 1997 ter-se-á disponível idêntica informação relativa aos candidatos ao arrendamento de habitação social.

De posse destes elementos de base é possível:

- Inventariar as necessidades provenientes da erradicação das barracas, da sobreocupação do parque convencional, do parque degradado e do crescimento normal da população;
- Inventariar as disponibilidades já confirmadas tendo em consideração os empreendimentos em estudo, em projecto e em construção;
- Estimar o *deficit* existente entre a procura e a oferta e perspectivar a quantificação e calendarização das necessidades de novos fogos a afectar às modalidades de compra e arrendamento;

- Elaborar o programa de erradicação das construções informais, complementar do programa habitacional e integrando as necessidades resultantes dos planos de infra-estruturas e urbanísticos do Território;

- Estudar novas alternativas promovendo a aquisição de habitação económica por parte dos arrendatários de habitação social, de forma a libertarem estas habitações para outras famílias que delas necessitem.

b) Medidas de ordem legislativa

- Conclusão da revisão da legislação que regulamenta os contratos de desenvolvimento de habitação (CDH);

- Estudo e implementação de um diploma que permita a possibilidade dos arrendatários de habitações sociais existentes em edifícios resultantes de CDH adquirirem as suas habitações e de as habitações que são atribuídas ao IHM como contrapartida daqueles contratos poderem ser vendidas como habitações económicas.

c) Produção habitacional

- Promoção e incentivação dos CDH para habitação em estudo, projecto ou construção;

- Acompanhamento de alguns projectos especiais de importância relevante para a habitação social, como é o caso do Bairro Social do Fai Chi Kei, dos lotes HR/HS do Bairro do Hipódromo e da reformulação do Bairro da Ilha Verde;

d) Recuperação do parque habitacional do IHM

O objectivo para 1997 é dar continuidade à recuperação do parque habitacional do IHM, tendo em vista a beneficiação do interior e do exterior dos edifícios de habitação social, através da criação de acções no PIDDA do IHM.

Acentuar-se-á também a fiscalização das administrações do condomínio dos bairros sociais e dos edifícios de habitação económica, por forma a garantir as melhores condições de higiene e segurança desses edifícios.

II — PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PARA 1997

A proposta global do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração, para 1997, ascende a 1 500,0 milhões de patacas, representando 15,5% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território desse ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1996, verifica-se um decréscimo nominal de 6,25%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA – 1997, 152,3 milhões de patacas destinam-se à constituição de uma dotação provisional, 29,0 milhões visam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e os restantes 1 318,7 milhões estão ligados às 275 acções de investimento.

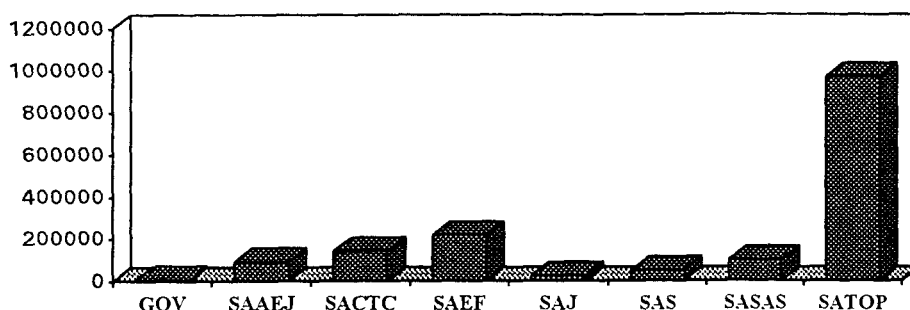
Quadro I

Proposta orçamental do PIDDA - 1997
(Segundo a natureza, por tutela)

(Milhares de patacas)

NATUREZA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Obras	4.300,0	79.830,7	111.140,0	2.350,0	3.997,0	5.100,0	46.940,0	719.761,6	973.419,3
Aquisições	0,0	500,0	0,0	0,0	5.900,0	0,0	1.000,0	1.000,0	8.400
Equipamento	2.000,0	5.000,0	10.290,0	26.900,0	13.399,0	21.937,4	46.060,0	41.307,9	166.894,3
Est., Plan. e Projectos	0,0	0,0	2.000,0	4.500,0	1.648,0	0,0	15.600,0	146.290,4	170.038,4
Sub-Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	109.600,0	908.359,9	1.318.752,00
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	152.269,6	0,0	152.269,6
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28.978,4	28.978,4
Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	261.869,6	937.338,3	1.500.000,0

Distribuição das despesas de investimento orçamentadas, por tutelas



Repartindo a dotação global por áreas de responsabilidade, constata-se que os serviços na dependência do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorvem cerca de 62,5% dos projectos inscritos no PIDDA-1997.

No que se refere às restantes tutelas e excluindo a dotação provisional, que embora se encontre sob a responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento está afectada à globalidade do Plano, salienta-se o peso relativo das áreas de responsabilidade dos Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento e Secretário-Adjunto para a Administração, Edu-

cação e Juventude, com 8,2%, 7,3% e 5,7%, respectivamente.

Dentro da área de responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas merece realce a fatia atribuída à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes que mobiliza 615,0 milhões de patacas (41,0% do total das verbas do PIDDA) para um total de 41 acções de investimento, e ao próprio Gabinete, 282,2 milhões de patacas, afectos a 10 projectos.

Analisando os investimentos de acordo com a natureza, verifica-se que cerca de 64,9% do total das verbas atribuídas ao PIDDA-97 (973,4 milhões de patacas) se destinam a «Obras» (quadro I).

Quadro II

Proposta orçamental do PIDDA - 1997
(Segundo as áreas de intervenção, por tutela)

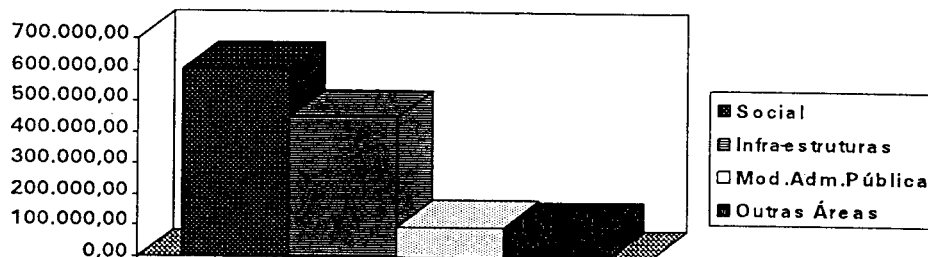
(Milhares de patacas)

ÁREA DE INTERVENÇÃO	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Social	0,0	79.130,7	20.680,0	15.220,0	730,0	21.757,4	90.200,0	377.565,4	605.283,5
Infraestruturas	0,0	0,0	0,0	1.800,0	0,0	0,0	0,0	523.264,5	525.064,5
Mod.Adm.Pública	6.300,0	6.200,0	11.850,0	16.730,0	24.214,0	5.280,0	19.400,0	5.080,0	95.054,0
Outras Áreas	0,0	0,0	90.900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.450,0	93.350,0
Sub-Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	109.600,0	908.359,9	1.318.752,00
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	152.269,6	0,0	152.269,6
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28.978,4	28.978,4
Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	261.869,6	937.338,3	1.500.000,0

Por áreas de intervenção, destaca-se a área «Social» que conta com 605,3 milhões de patacas, ou seja, 40,4% do total das despesas de investimento, dos quais 48,6% (292,4 milhões de patacas) destinam-se ao Centro Cultural de Macau. A área das «Infraestruturas» conta, por sua vez, com 525,1 milhões de patacas, desta-

cando-se nesta área o projecto de Remoção, Recolha e Limpeza de Resíduos Sólidos, que detém 95 milhões de patacas, o Silo Automóvel junto da ETAR de Macau, com 69,6 milhões de patacas, e a Central de Incineração onde se prevê despende 45,8 milhões de patacas.

Distribuição dos investimentos orçamentados, por áreas de intervenção



Quadro III

Proposta orçamental do PIDDA - 1997
(Segundo a classificação económica, por tutela)

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	TOTAL
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.625,2	11.625,2
Edifícios	4.300,0	58.330,7	89.350,0	2.350,0	9.897,0	5.100,0	47.940,0	357.498,3	574.766,0
Estradas e Pontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74.090,5	74.090,5
Portos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	400,0	400,0
Construções Diversas	0,0	22.000,0	23.400,0	0,0	0,0	0,0	0,0	276.737,7	322.137,7
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. de Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0	0,0	0,0	0,0	1.000,0
Maquinaria e Equip.	2.000,0	5.000,0	8.680,0	26.900,0	12.399,0	21.937,4	35.060,0	41.307,9	153.284,3
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	0,0	0,0	2.000,0	4.500,0	1.648,0	0,0	26.600,0	146.700,4	181.448,4
Sub-Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	109.600,0	908.359,9	1.318.752,00
Dot. Provisional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	152.269,6	0,0	152.269,6
Dot. Concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28.978,4	28.978,4
Total	6.300,0	85.330,7	123.430,0	33.750,0	24.944,0	27.037,4	261.869,6	937.338,3	1.500.000,0

Distribuindo os investimentos por classificação económica, constata-se que os «Edifícios» detêm um peso relativo de cerca de 38,3% no total dos investimentos, correspondente a 574,7 milhões de patacas. Nesta rubrica destacam-se os edifícios para o Centro Cultural de Macau, novo aquartelamento para a UTIP e Museu de Macau que absorvem, respectivamente, 292,4, 31,0 e 30,8 milhões de patacas.

Por ordem de importância segue-se a rubrica «Construções diversas», com 322,1 milhões de patacas, representando 21,5% do PIDDA-97. Do conjunto de acções agrupadas nesta designação merecem realce o Silo Automóvel junto à ETAR de Macau e a própria ETAR de Macau.

Quadro IV

Proposta orçamental do PIDDA - 1997
(Segundo a classificação funcional)

(Milhares de patacas)

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	PROPOSTA PARA 1997	
	DOTAÇÃO	%
1 - Serviços Gerais da Administração	85.884,0	5,7
010 - Administração Geral	57.410,0	3,8
020 - Justiça, Ordem e Segurança	28.474,0	1,9
2 - Segurança Pública	70.199,9	4,7
010 - Comando	16.380,0	1,1
020 - Polícia	47.032,5	3,1
030 - Bombeiros	6.707,4	0,5
040 - Protecção Civil	80,0	0,0
3 - Educação	64.180,7	4,3
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	0,0	0,0
020 - Ensino	49.030,7	3,3
030 - Formação Profissional	15.150,0	1,0
4 - Saúde	63.000,0	4,2
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	1.000,0	0,1
020 - Medicina	37.500,0	2,5
030 - Higiene e Saúde Pública	24.500,0	1,6
5 - Previdência Social	27.200,0	1,8
010 - Administração e Regulamentação	5.500,0	0,4
020 - Acção Social	21.700,0	1,5
030 - Pensões e Reformas	0,0	0,0
6 - Habitação	13.500,0	0,9
010 - Administração e Regulamentação	1.000,0	0,1
020 - Habitação Social	12.500,0	0,8
7 - Outros Serviços Colectivos e Sociais	446.197,9	29,8
010 - Cultura	387.886,7	25,9
020 - Desporto e Recreio	52.356,2	3,5
030 - Cultos	0,0	0,0
040 - Meteorologia e Geofísica	3.275,0	0,2
050 - Cartografia	1.800,0	0,1
060 - Comunicação Social	430,0	0,0
070 - Assuntos de Trabalho	450,0	0,0
8 - Serviços Económicos	548.589,5	36,6
010 - Administração, Regulamentação e Investigação	1.800,0	0,1
020 - Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pescas	0,0	0,0
030 - Indústrias	900,0	0,1
040 - Infraestruturas	110.603,4	7,4
050 - Transportes	229.306,1	15,3
060 - Comunicações	0,0	0,0
070 - Comércio	0,0	0,0
080 - Turismo	26.600,0	1,8
090 - Ordenamento Físico e Ambiente	179.380,0	12,0
Sub-Total	1.318.752,0	87,9
Dotação Provisional	152.269,6	10,2
Dotação Concorrencial	28.978,4	1,9
Total	1.500.000,00	100,0

Quadro V

Proposta orçamental do PIDDA- 1997
(Segundo a classificação orgânica)

(Milhares de patacas)

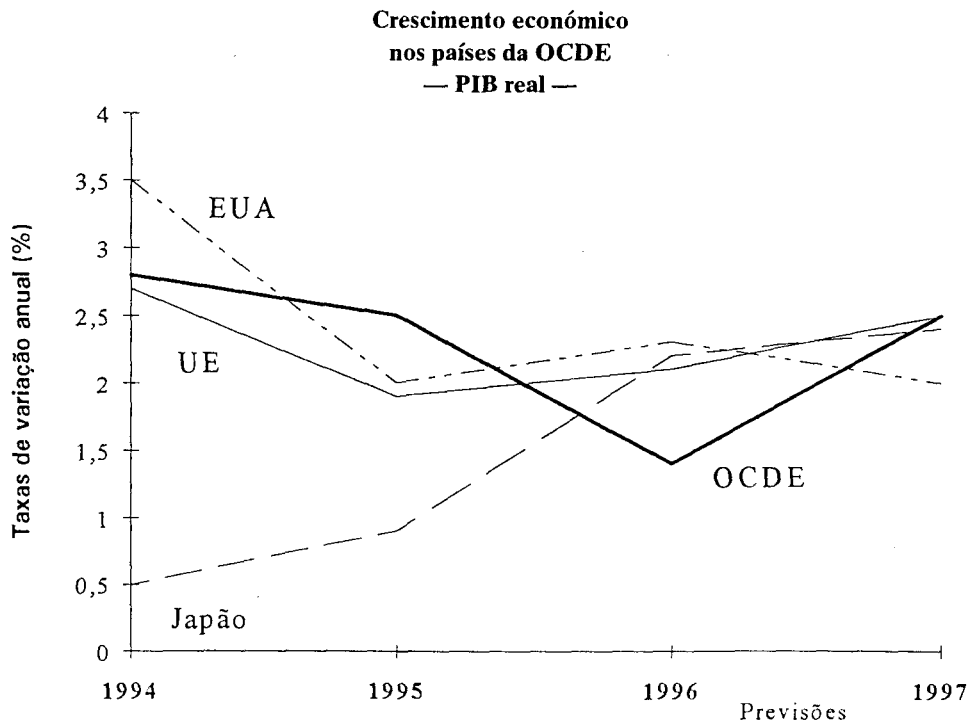
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	PROPOSTA PARA 1997	
	DOTAÇÃO	%
40.03 - Serviço de Administração e Função Pública	2.500.0	0.2
40.05 - Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	59.630.7	4.0
40.07 - Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	6.950.0	0.5
40.09 - Direcção dos Serviços de Finanças	11.450.0	0.8
40.18 - Serviços de Identificação de Macau	944.0	0.1
40.19 - Direcção dos Serviços de Economia	1.500.0	0.1
40.22 - Serviços Meteorológicos e Geofísicos	4.000.0	0.3
40.23 - Direcção dos Serviços de Turismo	22.500.0	1.5
40.24 - Gabinete de Comunicação Social	430.0	0.0
40.27 - Capitania dos Portos de Macau	17.295.0	1.2
40.28 - Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	27.037.4	1.8
40.29 - Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego	18.000.0	1.2
40.31 - Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	1.800.0	0.1
40.32 - Directoria da Polícia Judiciária	15.000.0	1.0
40.34 - Direcção dos Serviços de Justiça	6.000.0	0.4
40.34 - Gabinete para os Assuntos Legislativos	2.000.0	0.1
40.35 - Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	615.000.0	41.0
40.36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	1.000.0	0.1
40.37 - Instituto dos Desportos de Macau	23.000.0	1.5
40.38 - Instituto Cultural de Macau	28.000.0	1.9
40.39 - Gabinete de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência	1.400.0	0.1
40.57 - Instituto de Acção Social de Macau	26.000.0	1.7
40.63 - Serviços Sociais da Administração Pública	200.0	0.0
40.64 - Oficinas Navais	2.000.0	0.1
40.67 - Imprensa Oficial de Macau	0.0	0.0
40.73 - Instituto de Habitação de Macau	15.000.0	1.0
40.76 - Instituto de Promoção Comércio Investimento de Macau	3.500.0	0.2
40.78 - Serviços de Saúde de Macau	63.000.0	4.2
40.95 - Conselho de Consumidores	500.0	0.0
40.96 - Instituto de Formação Turística	5.000.0	0.3
40.82 - Gabinete do Governador	6.300.0	0.4
40.83 - Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura	67.500.0	4.5
40.85 - Secretário-Adjunto para os Assuntos Sociais e Orçamento	7.250.0	0.5
40.86 - Secretário-Adjunto para a Coordenação Económica	3.800.0	0.3
40.89 - Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas	282.243.3	18.8
Sub-Total	1.347.730,4	89.8
Dotação Provisional	152.269.6	10.2
TOTAL	1.500.000.0	100.00

I — EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

1.1. — As economias da OCDE

Em 1995, as economias da OCDE evoluíram ao ritmo modesto de 1,9 por cento (contra 2,7 por cento atingidos em 1994), e abaixo das expectativas iniciais, devido a factores de enfraquecimento nas principais economias industrializadas.

No 1.º semestre de 1996, a OCDE continuou a crescer moderadamente à taxa de 2 por cento, mas espera-se a aceleração deste ritmo para 2,5 por cento no 2.º semestre, ritmo que se deverá manter em 1997. Espera-se, também, maior convergência no crescimento dos principais países industrializados em 1996 e 1997 dada a projectada expansão do produto se basear na consolidação da retoma no Japão e, sobretudo, no relançamento da actividade económica na União Europeia.



Fonte: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1996.

Nos EUA, o crescimento do produto desacelerou, de 3,5 por cento em 1994 para 2 por cento em 1995, no seguimento de políticas destinadas a evitar o sobreaquecimento da economia. As altas taxas de juro e a contenção das despesas públicas enfraqueceram a procura e o produto.

No 1.º semestre deste ano assistiu-se, nos EUA, à recuperação do crescimento do produto para 2,4 por cento, e as perspectivas da OCDE apontam para taxas de crescimento de 2,3 e 2,0 por cento, respectivamente em 1996 e 1997, sem, no entanto, se prevenirem pressões inflacionistas e com a taxa de desemprego contida nos níveis actuais.

No entanto, mais recentemente, sinais contraditórios no comportamento da economia norte-americana têm levado alguns economistas à revisão em alta do crescimento para 1996, enquanto outros, mais cépticos, prevêm o início de um ciclo recessivo em 1997.

Desta forma, o consumo privado, previsto inicialmente estável relativamente ao ano de 1995, poderá sofrer um impacto de sentido ainda pouco definido. Não obstante, é previsível um decréscimo na evolução das importações norte-americanas em 1996 e 1997 pelo efeito da política de contenção dos gastos públicos na procura global.

Outro factor de incerteza, a dificultar estas previsões, é a eleição presidencial no final deste ano. Caso Clinton seja reeleito

podará, provavelmente, fazer aprovar as suas propostas de aumento do salário mínimo e do plano de saúde, ainda que revisto, com implicações no acréscimo da procura interna.

Na União Europeia, embora constatando-se a desaceleração da actividade económica em 1995 e primeiro semestre de 1996, o Relatório da Comissão, de Maio último, perspectiva melhorias para o 2.º semestre, induzidas por condições monetárias e financeiras favoráveis.

No entanto, o crescimento real do produto comunitário em 1996 deverá ser apenas de 1,5 por cento, segundo a Comissão, ou 1,7 por cento, segundo as previsões da OCDE, ou seja, inferior a 1995 e abaixo das previsões iniciais. O relançamento no 2.º semestre deste ano permitirá, já em 1997, um crescimento do produto mais forte (2,2 por cento, segundo a OCDE ou 2,4 por cento, segundo a Comissão).

Embora este crescimento mais forte da União Europeia seja previsível, mantendo a inflação controlada nos níveis actuais, pensa-se que a taxa de desemprego, actualmente expressa em dois dígitos, não vá sofrer melhorias significativas em 1996 e 1997, com consequências óbvias na evolução do consumo privado.

Relativamente aos três principais mercados comunitários das exportações de Macau, só o Reino Unido constitui excepção ao quadro apresentado. Ao contrário da Alemanha e da França, o Reino Unido não sofrerá, em 1996, abrandamento significativo

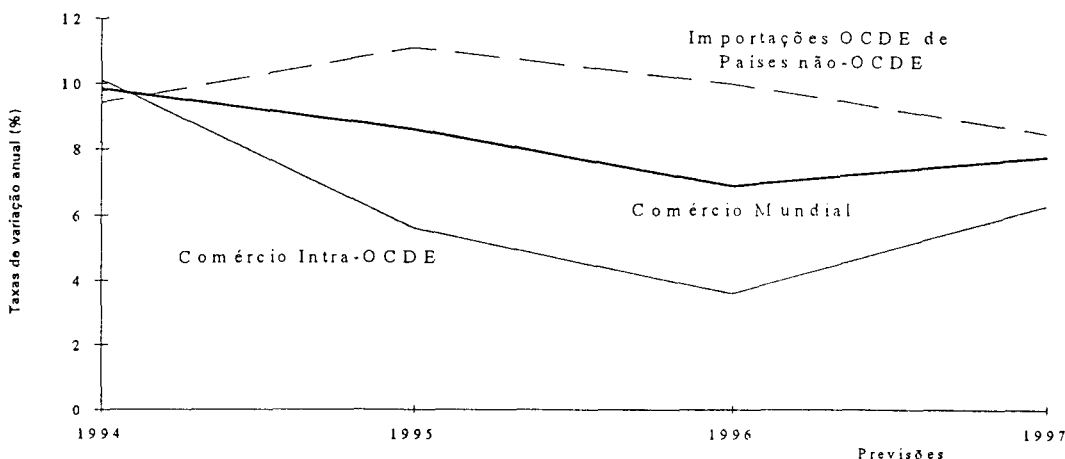
na evolução do produto, sustentado por um consumo privado em crescimento (3 por cento em 1996, contra 2,3 por cento em 1995) e uma boa competitividade externa. Em 1997, o consumo privado no Reino Unido deverá crescer 3,2 por cento, para o que contribuem projectadas melhorias no emprego e nos salários.

O comércio mundial, embora em desaceleração, relativamente aos anos anteriores, continuará a crescer em 1996 cerca de 7 por cento, em volume, segundo a Organização Mundial do Comér-

cio, crescimento francamente superior ao do produto mundial, voltando a reanimar-se para cerca de 8 por cento em 1997.

O comércio intra-OCDE será apenas de 3,6 por cento em 1996, reflectindo as dificuldades de crescimento europeias. Ao invés, as importações da OCDE, originárias de países não-OCDE, deverão seguir a tendência dos últimos anos de crescimento, superior ao do comércio mundial.

Crescimento do comércio mundial*
— Em volume —



* Média aritmética das taxas de crescimento das exportações e importações mundiais.
FONTE: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1996.

Tendo em atenção a evolução prevista nos principais países de destino das exportações industriais de Macau, seria de esperar um crescimento estável, ou pouco afectado, das exportações para os EUA e alguma quebra nas exportações para a União Europeia.

Contudo, outros factores condicionantes do comércio externo de Macau reforçam ou contrariam aquela relação, nomeadamente: alterações das regras do comércio internacional (e em particular do comércio têxtil) a formação ou implementação de acordos regionais (NAFTA, EUA/países das Caraíbas, União Europeia/Turquia e Europa Central e de Leste) as restrições acordadas com exportadores têxteis concorrentes de Macau, não membros da OMC (RPC, Taiwan) e, por último, a agudização dos conflitos entre os EUA e a RPC.

De facto, em 1995, o défice comercial dos EUA com a RPC suplantou o défice dos EUA com o Japão, tornando a RPC a prioridade máxima da política comercial externa norte-americana, o que não deixa de ter influência sobre o comportamento dos EUA face a Macau (e Hong Kong) à semelhança de situações de crise no passado.

Apesar do razoável nível de actividade económica, previsto neste 2.º semestre nos EUA, as medidas tomadas recentemente em matéria de aplicação das regras de origem dos produtos têx-

teis deverão acentuar, no mesmo período, a quebra já registada nas exportações para este mercado nos primeiros meses deste ano.

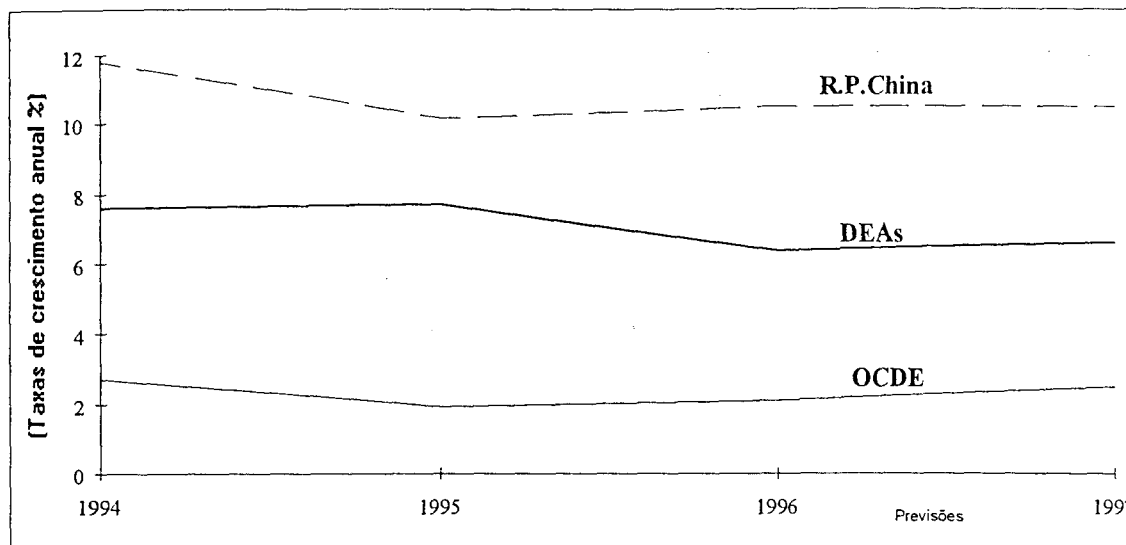
Relativamente à União Europeia, não obstante um clima económico desfavorável à penetração das exportações, Macau deverá beneficiar da limitação de quotas de exportação de produtos têxteis da RPC para a UE, acordada bilateralmente desde o início de 1996, e ainda do corte de quotas em cinco categorias têxteis exportadas pela RPC.

1.2. — As dinâmicas economias da Ásia e a RPC

O ritmo de crescimento do produto na região Ásia-Pacífico (excluindo o Japão) manteve-se nas mais altas taxas de crescimento mundiais. No entanto, o sobreaquecimento interno destas economias, que motivou políticas monetárias restritivas, e a apreciação das suas moedas face ao iene, conduziu à desaceleração da actividade económica no 2.º semestre de 1995.

O PIB agregado das dinâmicas economias asiáticas (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul, Singapura, Tailândia e Malásia) cresceu 7,7 por cento em 1995, contra 7,6 por cento em 1994, sendo previsível que o abrandamento iniciado no ano transacto continue nos próximos dois anos (6,4 por cento e 6,6 por cento em 1996 e 1997, respectivamente) já que se deverá manter uma prudente política monetária e os efeitos da depreciação do iene se farão ainda sentir, se bem que mais atenuados.

**Crescimento económico nas DEAs e R. P. China versus países
da OCDE***
— PNB/PIB real —



Fonte: OCDE.

De facto, a depreciação do iene, face ao dólar, implica perda de competitividade externa das DEAs além de desencorajar o investimento japonês, factor importante de crescimento nestes países. A perda de competitividade externa teve reflexo num crescimento mais moderado das exportações, em particular de produtos electrónicos, mas, por outro lado, num valor mais acrescido das importações em 1995, motivando a deterioração do saldo da balança comercial, nomeadamente em Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura.

Em Hong Kong, o pronunciado abrandamento do consumo privado verificado em 1995 (apenas 1,3 por cento, contra 6,3 por cento em 1994) contribuiu fortemente para a desaceleração do crescimento do produto, associada à quebra de 9 por cento do investimento no imobiliário, mas o forte investimento na construção de projectos infra-estruturais e o excelente comportamento das reexportações (acréscimo de 14 por cento) amorteceu a desaceleração do produto, que se cifrou em 4,6 por cento, contra 5,4 por cento em 1994.

De salientar o agravamento do défice da balança comercial em 1995, em cerca de 80 por cento relativamente a 1994, induzido pelo aumento de importações de bens de capital destinados à construção de infra-estruturas.

No 1.º semestre de 1996, o comportamento das exportações, menos positivo do que o inicialmente esperado, obrigou à revisão recente da estimativa inicial de crescimento do produto, de 5 por cento para 4,7 por cento, embora no 2.º trimestre se tivesse assistido a alguma recuperação.

No entanto, segundo a Economist Intelligence Unit (EIU) e outras fontes não oficiais, dificilmente será atingido tal crescimento, já que seria necessário que a actividade económica acelerasse para 6 por cento no 2.º semestre para conseguir a média anual de 4,7 por cento. Esta visão, menos optimista, é apoiada pela persistência no comportamento recessivo do consumo privado, o qual representa cerca de 65 por cento do produto interno bruto, e apesar da esperada recuperação do investimento privado e das exportações no 2.º semestre deste ano.

Assim, e dado que são factores de natureza política que estão a afectar o consumo de bens duradouros, particularmente de veículos automóveis, a EIU prevê que, logo que ultrapassados aqueles efeitos de incerteza na evolução económica de 1996 e 1997 (3,5 por cento e 2 por cento, respectivamente) o crescimento do produto voltará, de novo, a acelerar progressivamente a partir de 1998, para taxas superiores a 5 por cento.

A concretizar-se esta perspectiva, Hong Kong poderá continuar a garantir a Macau um enquadramento económico e político estável, após a transição, factor de vital importância para o desenvolvimento do Território.

A RPC tem sido, desde longa data, o maior mercado de reexportação de Hong Kong e, recentemente, parece ter consolidado esta posição também como mercado da exportação doméstica, ultrapassando o mercado dos EUA. Embora a economia da RPC se mantenha em arrefecimento, continuará a oferecer a Hong Kong um mercado em expansão para a exportação, em particular, dos serviços à exportação, para a reexportação e para serviços de entreposto visando outros destinos, e ainda continuará centro dinamizador de investimento directo, de e para Hong Kong.

A procura interna, em crescimento lento, levará ao abrandamento de tensões inflacionistas, aliás à semelhança das outras DEAs, permanecendo, contudo, a inflação importada a contrariar esta tendência.

Na RPC, a implementação de uma política monetária restritiva permitiu a desaceleração do crescimento, de 14,2 por cento em 1992 para 10,2 por cento em 1995, e o abrandamento da taxa de inflação, de 21,7 por cento em 1994 para 14,8 por cento em 1995.

No 1.º semestre de 1996 mantiveram-se estas tendências e espera-se que, pela primeira vez neste ano, a taxa de crescimento do produto (9 a 10 por cento) seja superior à da inflação (8 por cento).

O crescimento das exportações a um nível médio de 15 por cento desde 1992 não poderá manter-se este ano, dado a perda de com-

petitividade externa (apreciação do yuan face ao iene) que tem igualmente afectado as outras DEAs. É esperada uma taxa de crescimento, em volume, das exportações, de cerca de 8 por cento, enquanto as importações deverão crescer a ritmo mais elevado (12 a 13 por cento), induzidas pela progressiva abertura da RPC às regras do comércio internacional e pela forte procura em investimento para desenvolvimento infra-estrutural.

Embora, e no pressuposto da RPC conseguir reentrar na Organização Mundial do Comércio em 1997, as exportações possam voltar a crescer a taxas de dois dígitos, o largo excedente comercial diminuirá progressivamente, atingindo 2,8 mil milhões de USD no próximo ano.

O 9.º Plano Quinquenal (1996-2000) reafirma a importância da política monetária restritiva no arrefecimento da economia, estabelecendo, como grandes objectivos para o quinquénio, o crescimento do produto e da inflação, à taxa média anual de 9,3 e 8 por cento, respectivamente.

Assim, se por um lado Macau não pode esperar, de momento, alterações à política monetária restritiva da RPC que pudessem permitir a reanimação do sector imobiliário, por outro lado poderá esperar um impacto gradual no incremento das relações bilaterais de comércio e investimento induzidas pela crescente liberalização do sistema económico chinês.

Apesar da prioridade dada, no Plano, ao desenvolvimento das zonas do interior e ao aumento da produtividade no sector agrícola, as zonas costeiras projectaram o seu próprio crescimento para 14 por cento médios anuais no quinquénio, colocando o governo central perante o desafio de contrariar uma crescente tendência de instabilidade social gerada pelas desigualdades regionais.

O investimento directo estrangeiro deverá rondar os 40 mil milhões de USD e cerca de 80 por cento deste montante será aplicado nas zonas económicas especiais, apesar do governo central pretender retirar os benefícios fiscais existentes sobre os lucros das empresas.

Em algumas cidades, entre as quais Guangzhou, já é permitida a criação de sucursais de bancos estrangeiros, o que é considerado como a primeira etapa para a abertura, em todo o país, do sistema financeiro ao exterior.

Seguindo a tendência geral de redução do excedente da balança comercial, também a província de Guangdong, no 1.º semestre deste ano, registou uma quebra das exportações de 7,4 em valor, relativamente ao período homólogo do ano anterior, enquanto as importações registaram um acréscimo de 2 por cento no mesmo período.

1.3. — Outras economias

Ainda no seguimento da crise do peso mexicano, o crescimento das economias da América Central e do Sul registou forte abrandamento em 1995.

Embora já conseguido o retorno de capitais externos, as taxas de juro continuam a níveis muito altos, dada a deterioração do défice das contas públicas (particularmente no Brasil) e das contas externas, sendo previsível a manutenção de políticas monetárias restritivas, com o fim de aumentar o nível ainda baixo da poupança interna.

O crescimento moderado previsto em 1996, permitirá à taxa de inflação continuar em sentido descendente, com impacto positivo nos défices público e externo. Em 1997 já é provável que estejam criadas as condições para alguma aceleração do crescimento do produto.

A crescente integração das economias da Europa Central e de Leste na economia mundial é manifesta pela adesão da República Checa e da Hungria à OCDE em 1995 e 1996, respectivamente. Também a Polónia, a Eslováquia e a Federação Russa se encontram em processo semelhante de adesão.

O esforço de transição para economias de mercado tem resultado em progresso mais lento na Roménia, Bulgária e nos Estados Bálticos, enquanto na Rússia se faz, por vezes, de forma caótica. A Ucrânia atrasou-se relativamente a todos os outros países, registando uma quebra do produto de 12 por cento.

O progresso na transição da maior parte das economias da Europa Central e de Leste representa concorrência acrescida para Macau, com particular destaque para o comércio dos sectores têxtil e do vestuário no mercado da União Europeia.

Esta concorrência será fortemente agudizada nos próximos anos, primeiro em 1997, ano a partir do qual a União Europeia não aplicará quaisquer direitos aduaneiros aos têxteis originários dos países PECO (Polónia, Repúblicas Checa e Eslováquia e Hungria) e depois, em 1998, com a extensão deste regime à Bulgária e à Roménia. As quotas de importação destes produtos serão também abolidas em 1998, relativamente ao primeiro grupo de países e, em 1999, em relação ao segundo grupo.

Também as tendências de criação de blocos regionais podem afectar Macau, pelos potenciais efeitos na diversão de comércio. O Acordo NAFTA poderá estar a ser uma das causas de perdas de quota de mercado nos EUA, relativamente aos produtos têxteis dos países do leste asiático e, mais vincadamente, da RPC e de Hong Kong, a favor do México, do Canadá, da América Central e das Caraíbas.

Quadro I - 1

**Previsões de crescimento real do PIB
nos países da OCDE**

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{a)}

	1994	1995	1º Sem. 95	Previsões		
				1º Sem. 96	1996	1997
E.U.A.	3,5	2,0	1,2	2,4	2,3	2,0
Japão	0,5	0,9	0	2,2	2,2	2,4
Alemanha	2,9	1,9	2,0	-0,3	0,5	2,4
França	2,8	2,2	2,4	1,3	1,0	2,4
Itália	2,2	3,0	2,8	1,1	1,7	2,3
Reino Unido	3,8	2,4	2,0	2,1	2,2	3,0
Canadá	4,6	2,2	1,5	2,1	2,1	3,4
Total dos «Sete»	2,8	1,9	1,4	1,8	1,9	2,3
União Europeia	2,8	2,5	2,5	1,2	1,4	2,5
Total da OCDE	2,7	1,9	1,4	2,0	2,1	2,5

a) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

Quadro I - 2

**Taxas de desemprego ^{a)}
nos países da OCDE**

(Em percentagem)

	1994	1995	1º Sem. 95	Previsões		
				1º Sem. 96	1996	1997
E.U.A.	6,1	5,6	5,6	5,5	5,5	5,6
Japão	2,9	3,1	3,0	3,3	3,3	3,2
Alemanha	9,6	9,4	9,3	10,2	10,3	10,4
França	12,3	11,6	11,7	11,9	12,1	12,2
Itália	11,3	12,0	12,0	12,1	12,1	12,0
Reino Unido	9,2	8,2	8,3	7,9	7,9	7,5
Canadá	10,4	9,5	9,6	9,5	9,3	9,0
Total dos «Sete»	7,1	6,8	6,8	6,9	7,0	6,9
União Europeia	11,6	11,2	11,2	11,4	11,4	11,3
Total da OCDE	7,9	7,6	7,6	7,7	7,7	7,6

a) Em percentagem de população activa.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

Quadro I - 3

Taxas de inflação ^{a)}
nos países da OCDE

(Variação percentual em relação ao período anterior) ^{b)}

	1994	1995	1º Sem. 95	Previsões		
				1º Sem. 96	1996	1997
E.U.A.	2,4	2,3	2,5	2,1	2,0	2,3
Japão	0,7	-0,5	-0,6	-0,4	-0,4	0,6
Alemanha	2,8	2,0	1,8	1,4	1,6	1,5
França	2,1	1,6	1,8	2,4	1,9	1,3
Itália	4,7	5,7	6,3	3,5	3,9	2,9
Reino Unido	2,5	2,6	2,9	2,7	2,5	2,5
Canadá	0,7	1,6	1,8	1,3	1,4	1,4
Total dos «Sete»	2,2	2,0	2,1	1,7	1,7	1,8
União Europeia	3,3	3,0	3,1	2,5	2,5	2,2
Total da OCDE	4,3	4,7	5,3	4,0	3,9	3,4

a) Utilizando o deflator do consumo privado;

b) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

Quadro I - 4

Evolução, em volume, do consumo privado e das importações de produtos manufacturados
nos principais países da OCDE

(Taxas de crescimento anual)

	Consumo privado				Importações, em volume			
	1994	1995	Previsões		1994	1995	Previsões	
			1996	1997			1996	1997
E.U.A.	3,0	2,4	2,5	2,0	15,6	11,2	6,7	6,5
Japão	1,8	1,6	2,4	2,2	19,9	21,9	10,9	13,2
Alemanha	0,9	1,7	1,3	2,0	10,1	4,0	3,4	6,8
França	1,4	1,8	1,4	1,9	8,8	8,0	2,1	6,1
Itália	1,6	1,6	1,4	2,1	16,1	8,2	4,5	6,0
Reino Unido	2,7	2,3	3,0	3,2	8,6	2,5	5,4	6,2
Canadá	3,0	1,4	2,2	3,0	15,8	11,0	5,0	7,3
Média *	2,4	2,2	2,2	2,1	13,4	9,0	5,6	6,6

* Ponderada pelo peso relativo das exportações domésticas de Macau para os respectivos mercados, no 1.º semestre de 1996.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

Quadro I - 5

Previsões económicas de curto prazo para as dinâmicas económicas asiáticas e R. P. China

(Taxas de crescimento anual)

	PIB/PNB real				Inflação (IPC)			
	1994	1995	Previsões		1994	1995	Previsões	
			1996	1997			1996	1997
Coreia do Sul	8,4	9,0	6,8	7,3	6,2	4,5	4,2	4,0
Taiwan	6,1	5,9	5,0	5,5	4,1	3,7	3,5	4,0
Hong Kong	5,4	4,6	5,0	5,0	8,1	8,7	7,5	8,0
Singapura	10,2	8,9	7,8	7,3	3,0	1,7	1,5	1,5
Tailândia	8,5	8,9	8,0	7,5	5,1	5,8	5,5	5,0
Malásia	8,7	9,3	8,0	7,5	3,7	3,4	3,2	3,0
DAEs Total *	7,6	7,7	6,4	6,6	5,4	4,7	4,3	4,4
R.P. China**	11,8	10,2	10,5	10,5	21,7	14,8	9,0	10,0

* Crescimento real do PNB e variação anual dos Preços no Consumidor nas cidades.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

Quadro I - 6

Balança comercial e balança de transacções correntes
nas DAE e R. P. China

(US\$ mil milhões)

	Balança Comercial				B.T.C.			
	1994	1995	Previsões		1994	1995	Previsões	
			1996	1997			1996	1997
Coreia do Sul	-3,1	-4,8	-4,3	-3,8	-4,5	-8,8	-8,5	-8,0
Taiwan	12,0	13,6	14,0	13,0	6,2	5,0	6,3	5,0
Hong Kong *	-10,9	-19,0	-20,5	-19,5	2,8	-1,5	-1,8	-2,0
Singapura	2,1	1,7	2,0	2,0	11,9	15,0	14,5	14,0
Tailândia	-3,7	-7,5	-6,5	-6,0	-8,4	-13,5	-12,5	-11,5
Malásia	1,6	0,3	0,8	1,0	-4,1	-7,1	-6,5	-5,5
DAEs Total	-2,0	-15,7	-14,5	-13,3	3,9	-10,9	-8,5	-8,0
R.P. China	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	7,7	18,2	8,0	5,0

* A B.T.C. de Hong Kong inclui apenas as exportações líquidas de bens e serviços (exclui rendimentos de capitais e transferências).

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1996.

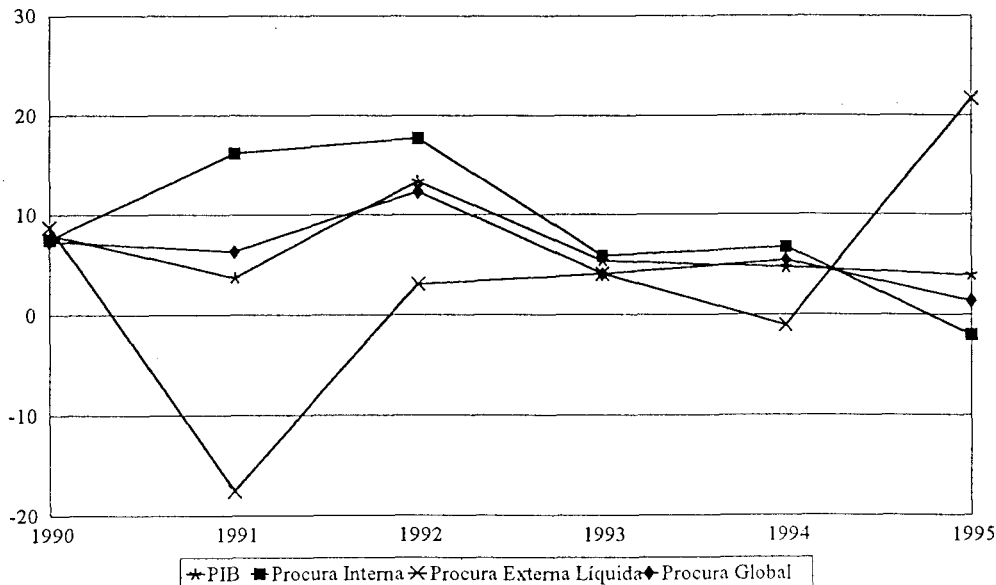
II - CARACTERIZAÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA DE MACAU

II.1. - *Evolução global*

A economia de Macau, entre 1989 e 1994, cresceu a um ritmo

médio anual estimado, em termos reais, em cerca de 7%, caracterizado pelo maior dinamismo da procura interna, a qual apresentou uma evolução média anual, neste período, na ordem de 10,7% em volume.

Agregados macroeconómicos — Evolução
 PIB e procura (taxas de crescimento reais)



NOTA: Procura Externa Líquida: Exportação - Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto — série revista e rebaseda a 1989.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Em 1995, os indicadores disponíveis sobre a actividade económica do Território indiciam uma tendência de desaceleração, com especial incidência a partir da segunda metade desse ano. O crescimento económico, estimado pelo Produto Interno Bruto em 3,9%, foi impulsionado pela procura externa, com um crescimento líquido, em volume acima de 21,7% (quadro II-16). A procura interna manifestou um reduzido dinamismo em termos nominais, resultando numa evolução real negativa de 2%, a preços de 1989, dada a quebra do investimento e a desaceleração do consumo privado, conjugada com uma taxa de inflação relativamente alta para o Território (8,6%).

O forte investimento em construção proporcionado pelos grandes empreendimentos, que impulsionou o «boom» económico interno em 1992 e crescimentos moderadamente equilibrados em 1993 e 1994, decaiu com mais evidência em 1995, uma vez que aquelas obras têm vindo a ser concluídas, assistindo-se, simultaneamente, a uma tendência de retracção de investimento em novos projectos.

Os indicadores disponíveis no primeiro semestre de 1996, aliam à continuação dos sintomas de debilidade da procura interna, uma acentuada desaceleração da procura externa, com evolução homóloga negativa da exportação de mercadorias e um fraco crescimento da balança de serviços com o exterior. A actividade económica do Território, incluindo a componente de transacções com o resto do mundo, manifestou o fenómeno de quebra com maior ênfase a partir da segunda metade de 1995. Este facto, conjugado com uma desaceleração notória da inflação interna, as expectativas de alguma recuperação no investimento imobiliário e no acesso

ao crédito a particulares, bem como os efeitos positivos na balança de serviços pela actividade do Aeroporto Internacional de Macau, fará prever, em termos anuais, para 1996, uma ligeira inflexão da tendência negativa revelada, na primeira metade do ano, pela actividade económica globalmente considerada, podendo situar-se o crescimento económico real para este ano no intervalo de -0,4% a +0,6%.

Medidas através do Produto Interno Bruto, estas previsões para a economia de Macau, em 1996 relativamente ao ano anterior, incluem os pressupostos de crescimentos negativos em volume da procura interna, entre -4,1% e -3,9%, e da procura global, no intervalo de -2,3% a -1,5%, e uma expansão de procura externa líquida positiva, que poderá situar-se entre 8,3% e 11,3%.

II.2. — *Consumo privado*

Acompanhando a evolução da população e dos rendimentos das famílias, o consumo privado cresceu, entre 1989 e 1994, a um ritmo anual médio estimado em cerca de 15,2% nominais e de 7,3% a preços constantes de 1989, com um peso no PIB, em volume, durante o mesmo período, rondando os 33%.

O conjunto de indicadores disponíveis sugerem uma significativa desaceleração do consumo privado ao longo de 1995, patente pela variação das remunerações nominais médias, abaixo da taxa de inflação global estimada em 8,6%, bem como da evolução negativa das importações de bens de consumo. Calcula-se que, neste ano, o consumo privado tenha aumentado, para o total das famílias, 3,7% em volume relativamente a 1994, correspondendo a um crescimento de cerca de 0,4% *per capita* (entre 1989 e 1994

o consumo privado *per capita* terá evoluído a uma taxa média real de 2,7 % ao ano).

Em 1995, assistiu-se, no Território, a um abrandamento do ritmo de crescimento populacional (quadro II-1) evidente na segunda metade do ano, como reflexo das medidas restritivas ao emprego de trabalhadores não-residentes. Com efeito, o saldo migratório, no primeiro semestre desse ano, terá contribuído com 58,2% para o crescimento populacional no final de 1995, enquanto que o saldo do mesmo fluxo, na segunda metade do ano, registou uma contribuição líquida de apenas 9,3%. No primeiro semestre de 1996, o peso negativo resultante dos movimentos de entrada-saída de trabalhadores não-residentes terá originado uma balança migratória negativa e um crescimento moderado da população residente em Macau, na ordem de 1,3% em relação a igual período de 1995.

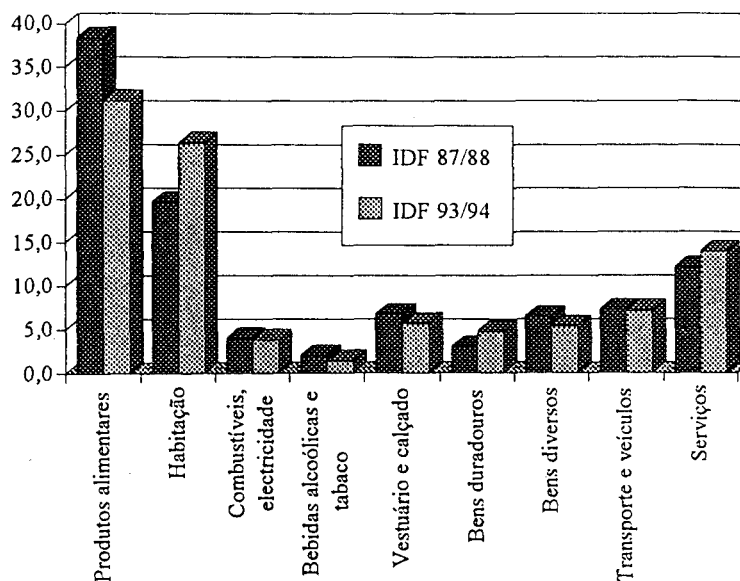
A inflação, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (geral, sem rendas de habitação), inverteu, em 1995, a trajectória descendente registada nos três últimos anos (quadro II-3) aumentando para 8,6 % (6,3% em 1994). À semelhança de anos anteriores, a maior contribuição para a variação do índice anual foi dada pelo comportamento do grupo refeições fora de casa, cuja taxa média de crescimento foi de 9,3% (8,4% em 1994) facto compreensível atendendo ao peso deste grupo na estrutura de consumo das famílias (quadro II-4). Das secções que, em 1995, apresentaram maiores acréscimos do índice médio destacam-se vestuário e calçado (12,5%), os serviços (11,3%) e produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (8,1%).

Em termos de evolução infra-anual, a taxa de variação do IPC

iniciou um processo de desaceleração a partir do último trimestre de 1995, evidenciada no 1.º semestre de 1996, pela redução da variação homóloga do índice em 3,1 pontos percentuais, situando-se então a inflação em 5,5%. Para este decréscimo é de destacar, na primeira metade de 1996, as contribuições do comportamento dos preços das classes de produtos alimentares, incluindo refeições fora de casa (5,0%), de transportes e veículos (2,0%) e de bens diversos (5,1%). Prevendo-se, para o 2.º semestre de 1996, a continuação da tendência de quebra na evolução dos preços, em especial dos bens alimentares, a taxa de inflação para este ano deverá apresentar uma variação média em torno dos 5,0%.

O comportamento dos preços no mercado interno, interagindo em diferentes níveis de equilíbrio entre oferta e procura, constitui um dos factores que necessariamente afecta, entre outros, os rendimentos e evolução das estruturas de despesa das famílias. Em Macau, a análise dos dois últimos Inquéritos às Despesas Familiares (quadro II-4) revela interessantes tendências socioeconómicas nos padrões de vida médios da população do Território. Acompanhando fenómenos idênticos em sociedades economicamente desenvolvidas, as famílias de Macau tendem a consumir proporcionalmente mais nos grupos de produtos não alimentares. Assim, as secções dos IDF's que demonstram uma maior variação média *per capita* no espaço de 5 anos, entre 1987/88 e 1993/94, são as relativas a bens duradouros, as despesas de habitação e os serviços, com correspondente aumento de peso na estrutura de consumo das famílias no Território. Em média, a despesa mensal *per capita* cresceu, neste período, cerca de 66,8%, o que representará, com ajustamento de variação de preços, um crescimento em volume, estimado em cerca de 9,1%, evidenciando um progresso nas condições de vida da população de Macau.

Análise da estrutura da despesa de IDF 87/88 e IDF 93/94 (%)



A generalidade dos indicadores disponíveis para o primeiro semestre de 1996 sugerem, para o consumo privado, a manutenção de um nível de crescimento relativamente fraco, à excepção do aumento de vendas de automóveis ligeiros (quadro II-5), em consequência de incentivos ao crédito e, naturalmente, de aplicações de poupanças das famílias. Para o ano de 1996, tendo em conta o previsível perfil de uma taxa de inflação baixa, apesar da continuação da desaceleração dos níveis de rendimento, prevê-se um crescimento, em volume, do consumo privado entre 4,0% e 4,7% e, associado a um reduzido aumento da população, um crescimento do consumo *per capita* ligeiramente acima de 1995.

II.3. — Consumo público

Com uma evolução real média anual, entre 1989 e 1994, estimada em 7,6%, o consumo público apresentou, em 1995, um crescimento de cerca de 9%. À semelhança de anos anteriores, o maior contributo para este crescimento foi dado pela rubrica despesas com pessoal, como efeito da aplicação das medidas de localização de recursos humanos.

Com um peso na ordem dos 8,7% na estrutura real do PIB, prevê-se, para 1996, a continuação da tendência crescente do consumo do sector público não empresarial, o qual deverá registar um aumento real previsível, relativamente ao ano anterior, no intervalo entre 5,9% e 6,9%.

II.4. — Investimento

Entre 1989 e 1994, a formação bruta de capital fixo registou um crescimento médio anual estimado em 27% nominais e 16,6% a preços constantes de 1989, representando um peso estrutural médio no Produto de cerca de 28%. Para 1995, a generalidade dos indicadores disponíveis apontam para uma quebra, em volume, do investimento em construção e bens de equipamento, estimada globalmente em cerca de -10%, acentuando a tendência de desaceleração a que se vem a assistir após o crescimento excepcional de 1992, com o impacto da construção dos grandes empreendimentos, incluindo o aeroporto de Macau, por efeito da forte retracção do investimento público (1994) e privado (1995).

O crescimento da importação de cimentos no 1.º semestre de 1996 em mais de 43,4% (quadro II-6), está associada, no mesmo período, a um aumento, em cerca de 50%, das exportações deste material de construção, essencialmente para Hong Kong, não correspondendo, de facto, a um crescimento do seu consumo interno (quadro II-7), o qual tem vindo a decair, ilustrando uma tendência de nítida desaceleração do investimento em construção de edifícios.

Ainda em 1995, embora a área bruta dos edifícios concluídos apresentasse uma variação homóloga positiva de 7%, os indicadores sobre os edifícios iniciados naquele ano revelam variações homólogas de -29,1% no total, de -46,9% nos destinados à habitação e de -32% nas áreas industriais (quadro II-8). Esta tendência agravou-se no 1.º semestre de 1996, em que, apesar do aumento quer das áreas brutas quer das fracções concluídas, o investimento em novos edifícios registou uma quebra acentuada, podendo prolongar, até final do ano, a tendência para uma forte retracção da actividade de construção privada.

Quanto às fracções autónomas transaccionadas, com uma quebra em número desde a segunda metade de 1995 (quadro II-9), mas apresentando sinais de crescimento em valor no primeiro

semestre de 1996 (30,1%), indiciam previsões, para o final do ano, de uma evolução negativa, em volume, das margens de operadores sobre imóveis.

Relativamente à formação bruta de capital fixo em maquinaria, equipamento e material de transporte, tendo em conta a evolução das importações em bens de capital no primeiro semestre, e não se esperando uma recuperação deste tipo de investimento pelos sectores economicamente mais activos, prevê-se, para 1996, a continuação de quebra do investimento em bens de equipamento a um nível negativo idêntico ao do ano anterior.

Tendo em conta a globalidade deste cenário e com base na análise dos dados disponíveis, prevê-se que, em 1996, a FBCF apresente um comportamento negativo, num intervalo que se poderá situar entre -17,6% e -16,7% de variação em volume relativamente ao ano anterior.

II.5. — Balança de bens e serviços com o exterior

A procura externa dirigida à indústria do Território, que cresceu em termos nominais 12,4% em 1995, manifestou, no primeiro semestre de 1996, um abrandamento significativo, tendo as exportações de bens registado uma diminuição de 4,5% nominais (quadro II-15). Com base nesta tendência, e considerando que os problemas levantados pelo mais importante cliente (os Estados Unidos da América) dos principais produtos vendidos ao exterior por Macau (os têxteis e vestuário) são parcialmente compensados pela evolução das compras da União Europeia, prevê-se que a taxa de crescimento das exportações, no segundo semestre de 1996, atinja valores mais favoráveis do que os verificados na primeira metade do ano. Por outro lado, acompanhando a desaceleração da procura interna e na linha do comportamento evidenciado no primeiro semestre de 1996, espera-se que as importações de mercadorias, nos últimos seis meses do ano, agravem o crescimento negativo revelado. Neste enquadramento, prevê-se que o saldo da balança comercial, analisada detalhadamente no capítulo III, sobre o Comércio Externo, possa apresentar, no final de 1996, uma evolução positiva.

O número total de visitantes no território de Macau, durante os primeiros seis meses de 1996 (3,95 milhões) registou um aumento de 2,7% em variação homóloga, pelo efeito do impacto das entradas através do Aeroporto Internacional de Macau, as quais representaram cerca de 157% daquele crescimento, já que o número de visitantes entrados pelas vias terrestre e marítima decresceu em 2,5% e 0,8%, respectivamente (quadro II-10). Destes, os residentes de Hong Kong continuam a ser aqueles que, pelo seu peso, mais têm contribuído para a quebra no conjunto das entradas, sendo, pelo contrário, os residentes da R.P. China e os de Taiwan os que mais parecem incentivados em visitar o Território, por todas as vias de acesso, movimento tendencial que se deverá manter até final de 1996.

Relativamente às despesas dos visitantes, estimadas através de inquérito, destacam-se, em 1995, os consumos realizados em Macau pelos turistas entrados pela via terrestre, designadamente dos residentes na R.P. China (quadro II-11).

Os indicadores sobre o sector hoteleiro continuam a apresentar evoluções homólogas estáveis, com taxas de ocupação acima dos 57%, em 1995 e no primeiro semestre de 1996 (quadro II-12). Os hotéis de quatro e cinco estrelas apresentam as taxas de ocupação mais altas, situando-se acima dos 63% e 64,5% em 1995 e

na primeira metade de 1996, respectivamente. O número de hóspedes continua a crescer (1,4% em 1995 e cerca de 8% nos primeiros seis meses de 1996) mantendo-se também ao nível dos 3% de crescimento os visitantes de Hong Kong alojados em hotéis de Macau. Por outro lado, o tempo médio de permanência geral parece fixar-se nas 1,3 noites por hóspede, sendo os visitantes de Taiwan e de Hong Kong aqueles que mais procuram hotéis para pernoitar (quadro II-13).

Após o aumento expressivo da oferta de quartos em 1993 (21,8%) e em 1994 (7,6%), acentuou-se, em 1995, a tendência para a desaceleração do crescimento hoteleiro, com especial incidência na segunda metade do ano (2,8%). No primeiro semestre de 1996, dado o acentuado crescimento da capacidade hoteleira instalada nos primeiros seis meses do ano anterior, verificou-se uma forte diminuição deste indicador da actividade turística, factor que terá tido repercussões também na evolução negativa do emprego no sector hoteleiro (quadro II-14).

Globalmente, as despesas de não-residentes, estimadas com um peso de cerca de 40% na estrutura real do PIB, e um crescimento médio em volume de 7,5% por ano, no período 1989-1994, revelaram, em 1995, uma variação homóloga estimada em cerca de 5,8%, prevendo-se, para 1996, uma desaceleração mais intensa, em consequência da evolução negativa das despesas dos visitantes no jogo.

As exportações de serviços, que em 1995 cresceram cerca de 16% nominais e 5,8% reais, poderão ainda assim demonstrar, no final de 1996, um crescimento em volume um pouco abaixo do nível do ano anterior, por efeito conjugado do impacto da actividade no Aeroporto Internacional de Macau e da desaceleração interna dos preços nas principais componentes do consumo dos visitantes, entre as quais das despesas em alojamento.

Quanto às importações de serviços, depois da acentuada quebra estimada para 1995 (-7,8% reais) por efeito da contenção de compras ao exterior de serviços industriais e não industriais do sector privado, prevê-se, para 1996, a manutenção de um nível global idêntico ao do ano anterior em volume de despesa, apesar da expectativa de quebra das compras do sector público e dos pagamentos do «leasing» dos aviões para a Air Macau.

Na globalidade, este cenário, construído a partir da informação disponível, fundamenta para 1996 um crescimento real das exportações de bens e serviços previsto no intervalo entre -0,7% e 0,5% e uma quebra das importações de bens e serviços que poderá situar-se entre os -5,7% e os -5,4%. Neste contexto, a procura externa líquida (exportações, menos importações) deverá apresentar um comportamento positivo (previsto entre 8,3% e 11,3%, em volume), se bem que com um crescimento inferior ao do ano de 1995 (21,7% em volume).

II.6. — Emprego e salários

Durante o ano de 1995, a população activa aumentou 5,5%, acentuando a tendência que se vinha registando desde 1993 (quadro II-2). Os dados disponíveis para o 1.º semestre de 1996 confirmam de forma expressiva esta tendência.

No mesmo ano, também a população empregada cresceu 4,3%, sendo que, para o 1.º semestre de 1996, se estimam como empregados cerca de 204 mil indivíduos. Apesar de acompanhar o movimento crescente da população activa, o crescimento da popula-

ção empregada parece não ter sido suficiente para diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho, resultando na inviabilidade de inverter a tendência crescente da taxa de desemprego que atingiu os 4,5% no final do 1.º semestre de 1996 (quadro II-2).

A estrutura da população empregada por escalões etários (quadro II-18.1) não tem sofrido alterações apreciáveis, embora seja possível identificar, entre 1994 e 1995, um ligeiro aumento do peso relativo do grupo situado no escalão de 45 a 64 anos. Uma situação semelhante é também perceptível nos dados referenciados a Junho de 1996, quando comparados com os de Junho de 1995.

Já no que se refere à população desempregada (quadro II-18.2) se verifica que, dos 9,7 mil indivíduos que, em Junho de 1996, se encontravam nessa situação, cerca de 58% apresentam idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos de idade, reflectindo, provavelmente, as dificuldades que este segmento da população enfrenta face às crescentes exigências do mercado de trabalho.

A repartição da população empregada por actividades económicas (quadro II-19.1) em 1995, atenua os indícios da tendência de mudança estrutural da economia, na medida em que sobressai uma quebra nas posições relativas de sectores como o «Comércio, restaurantes e hotéis», «Seguros, bancos e operações sobre imóveis» e «Serviços sociais e pessoais», porventura acusando os reflexos da forte desaceleração do consumo privado.

As indústrias transformadoras que apresentaram em 1995 um crescimento negativo do emprego estimado em cerca de 0,7% mostram, quando analisados os dados referenciados a Junho, uma redução sustentada do seu peso estrutural.

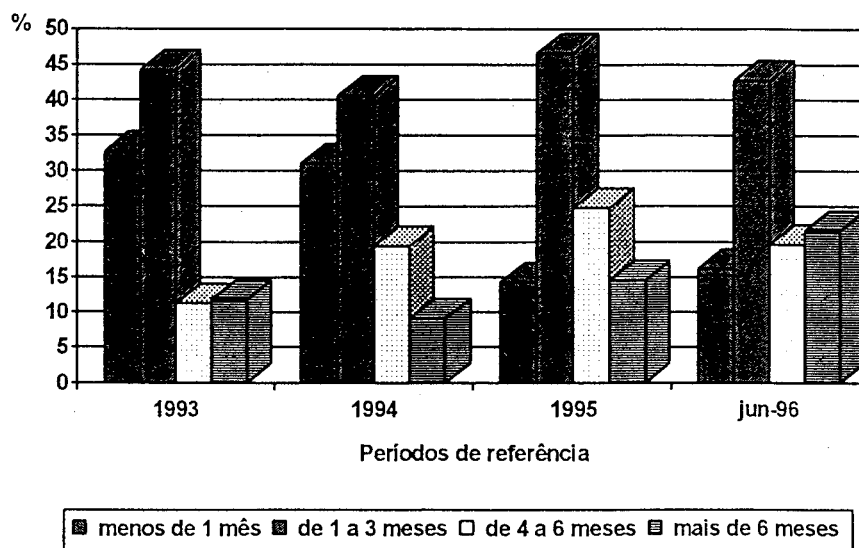
Em paralelo à diminuição progressiva do peso relativo deste sector, verifica-se, no período mais recente, um decréscimo significativo da sua importância na estrutura da população desempregada (quadro II-19.2) por ramo de actividade anteriormente exercida.

Também o sector da «Construção e obras públicas» parece sustentar um comportamento semelhante. A redução do seu peso na estrutura do emprego ocorre em simultâneo com a redução da sua contribuição para o nível do desemprego, reflectindo a política consequente de redução de trabalhadores não-residentes neste sector.

Em contrapartida, os sectores relativos ao «Comércio, hotéis e restaurantes» e aos «Serviços sociais e pessoais» acusam, nesta óptica, comportamentos menos favoráveis. O comércio, muito embora sustente a tendência para reforçar a sua posição relativa na estrutura do emprego vê reforçada, neste período, a sua contribuição para o aumento do desemprego, enquanto que os serviços sociais e pessoais perdem não só peso relativo na estrutura do emprego, como vêm largamente aumentada a sua contribuição para o desemprego.

Ainda no que se refere à população desempregada acentua-se, desde 1994, a tendência para o crescimento do grupo de «desempregados há mais de 6 meses» em paralelo com o acréscimo registado nas posições relativas de motivos como «fim de emprego temporário» e «despedimento» (quadro II-20). Sendo que estas características se encontram directamente relacionadas com a dinâmica da conjuntura económica, não se afigura provável, a curto prazo, uma inversão desta tendência.

Evolução da população desempregada por duração do desemprego

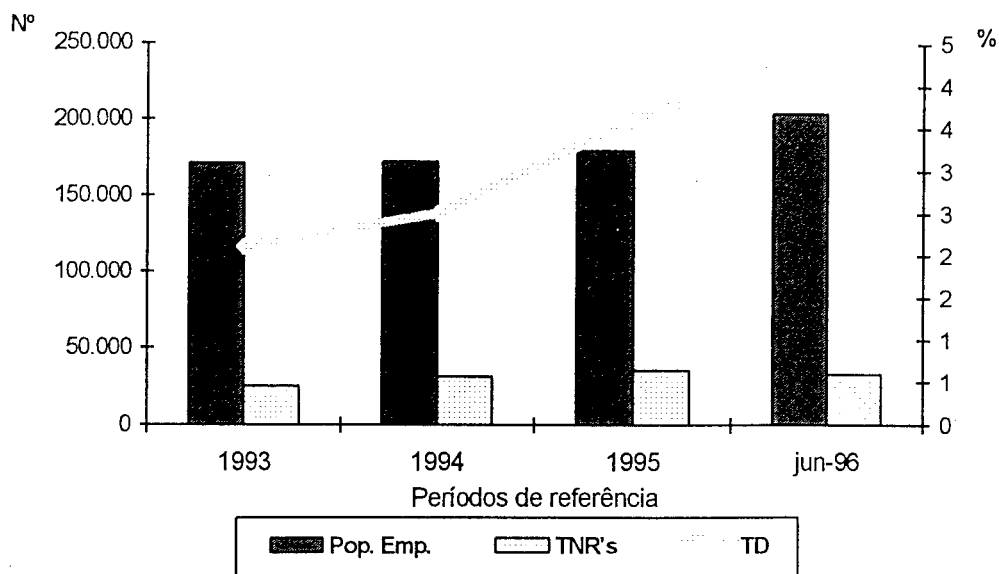


FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996).

Por outro lado, o número de trabalhadores não-residentes (TNR) existentes no Território, que vinha apresentando taxas de crescimento da ordem dos 20%, ultrapassou os 35 mil indivíduos em 31 de Dezembro de 1995 correspondendo, ainda assim, a um crescimento anual mais moderado (13,1%). Este valor não deixa de reflectir os efeitos das restrições à importação de mão-de-obra impostas a partir do 2.º semestre de 1995, sendo que, no período

de doze meses terminado em Julho de 1996, se regista uma redução efectiva de 5 mil TNR's, o que corresponde a uma variação homóloga de -14%. A persistência dos comportamentos divergentes entretanto registados para a taxa de desemprego e para o número de TNR's existentes indicia a importância que assumem os desajustes (qualitativos e quantitativos) presentes na actual conjuntura económica.

Evolução do número de trabalhadores não-residentes e da taxa de desemprego



FONTE: DSEC – Inquérito ao Emprego (cf. alterações metodológicas a partir de 1996).

Em termos globais, as estimativas da mediana das remunerações mensais acusam, desde 1994, uma desaceleração significativa, apresentando em 1995 uma variação homóloga de cerca de 8% (quadro II-21).

Paralelamente, e reflectindo o momento menos dinâmico que caracteriza este período, assiste-se a uma redução dos ganhos auferidos pelos trabalhadores nalguns sectores de actividade, afectando seriamente as disponibilidades de consumo das famílias.

Quadro II - 1

População residente

		Em 31 de Dezembro			Em 30 de Junho	
		1993	1994	1995	1995	1996
População residente	10 ³	395,3	410,5	424,4	417,5	426,0
Taxa de crescimento efectivo	%	+3,8	+3,9	+3,4	+3,6	+2,1
Homens	10 ³	192,9	200,0	205,4	202,7	206,1*
Mulheres	10 ³	202,4	210,5	219,0	214,8	219,9*
Estrutura etária						
Até 14 anos	%	23,9	25,4	25,0	25,2	24,8*
de 15 a 64 anos	%	69,5	67,5	67,8	67,6	67,9*
Com 65 e mais anos	%	6,6	7,1	7,2	7,2	7,3*

* Valores provisórios.

FONTE: Estatísticas Demográficas.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 2

Taxas de actividade, desemprego e subemprego

Taxas	1993	1994	1995	Maio/95	Abr. - Jun./96
Taxa de Actividade	65,2	63,9	65,3	67,3	66,6
Homens	79,8	77,7	78,3	78,2	79,7
Mulheres	52,0	51,7	53,7	57,1	54,9
Taxa de Desemprego	2,1	2,5	3,6	3,3	4,5
Taxa de Subemprego	1,4	1,6	2,6	2,5	1,5

FONTE: Inquérito ao Emprego.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 3

Índice de preços no consumidor geral

(Variação homóloga)

(%)

Secções de bens e serviços	Ponderação (a)	1993	1994	1995	1º Sem. 95	1º Sem. 96
Índice global(b)	82,5	6,7	6,3	8,6	8,6	5,5
Produtos alimentares	38,3	7,1	7,2	8,1	8,4	5,0
<i>Refeições fora de casa</i>	19,8	10,4	8,4	9,3	9,4	5,1
Habitação(b)	2,2	8,7	3,4	6,3	6,1	4,3
Combustíveis, electricidade	4,0	3,7	0,4	6,6	6,8	5,6
Bebidas alcoólicas e tabaco	2,0	5,0	1,0	2,8	0,8	7,2
Vestuário e calçado	6,8	2,2	3,0	12,5	11,6	7,9
Bens duradouros	3,7	1,1	2,1	6,3	6,4	2,4
Bens diversos	6,0	6,3	4,8	7,8	7,7	5,1
Transporte e veículos	7,4	5,7	7,4	7,6	8,6	2,0
Serviços	12,1	10,1	8,8	11,3	10,7	8,3

(a) Estrutura do IDF 87/88;

(b) Excluindo rendas.

FONTE: Índice de preços no consumidor. Base 1988/89.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 4

Análise da despesa das famílias residentes entre 1987/88 e 1993/94

Secções do IDF 87/88 (*)	Estrutura da despesa (%)		Despesa anual média per capita Variação entre 1987/88 e 1993/94 (**)	
	IDF 87/88	IDF 93/94 (*)	Variação %	Cresc. médio anual %
TOTAL	100,0	100,0	66,8	8,9
Produtos alimentares	38,4	31,2	35,6	5,2
<i>Refeições fora de casa</i>	19,9	16,5	38,0	5,5
Habitação	19,7	26,4	123,9	14,4
Combustíveis, electricidade	4,0	3,8	57,4	7,9
Bebidas alcoólicas e tabaco	2,0	1,4	18,9	2,9
Vestuário e calçado	6,8	5,7	40,6	5,8
Bens duradouros	3,0	4,8	167,0	17,8
Bens diversos	6,5	5,4	38,7	5,6
Transporte e veículos	7,3	7,2	63,3	8,5
Serviços	12,2	14,0	90,1	11,3

(*) Secções do IDF 93/94 foram ajustadas à classificação de Bens e Serviços do IDF 87/88.

(**) Analisado segundo a metodologia das Contas Territoriais para as estimativas do Consumo Privado.

FONTE: Inquéritos às Despesas Familiares: IDF 1987/88 e IDF 1993/94.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 5

Automóveis ligeiros de passageiros matriculados para uso particular

	1993	1994	1995	1º Sem. 95	1º Sem. 96 (a)
Número	5 057	5 260	3 647	1 945	2 557
Variação homóloga (%)	3,0	4,0	-30,7	-29,9	31,5

a) Valor provisório.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 6

Importação de materiais de construção

	1995 1 000 MOP	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1993	1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Cimentos	133 985	3,0	8,7	-30,3	-28,6	43,4
Clinker	133 391	4,2	9,1	-30,4	-28,8	43,9
Outros	594	-65,2	-53,1	18,8	29,8	-37,0
Barras e perfis de ferro macio ou aço	110 445	103,7	3,7	-56,0	-57,7	-33,5
Tijolos	2 364	-67,2	-33,0	32,4	23,9	-70,2
Azulejos e Ladrilhos	78 892	31,7	27,3	31,7	109,4	-46,6
Artigos Sanitários	11 599	65,6	-2,6	-8,4	13,1	-11,1

FONTE: Estatísticas da Construção.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 7

Consumo aparente de cimento

	1993	1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Toneladas	306 299	455 929	311 007	171 935	126 435
Varição homóloga (%)	17,0	48,9	-31,8	-18,0	-26,5

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 8

Edifícios concluídos e iniciados, segundo a finalidade

	1995	Varição em relação ao período homólogo (%)			
		1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Total de A.B. iniciado, por finalidade (M2)	1 581 985	38,1	-29,1	-30,8	-53,1
Habitação	582 486	3,3	-46,9	-45,5	-25,5
Comércio e Serviços	686 316	177,5	1,9	-0,4	-76,3
Indústria e Outros fins	313 182	47,8	-32,0	-32,0	-66,3
Total de F. A. iniciado, por finalidade (N.º)	12 584	19,1	-26,6	-30,1	-34,5
Habitação	7 016	-4,5	-42,1	-41,1	-13,6
Comércio e Serviços	5 508	197,1	11,6	-4,1	-64,5
Indústria e Outros fins	60	95,5	-30,2	-42,3	-60,0
Total de A.B. concluído, por finalidade (M2)	1 221 131	-20,1	7,0	5,3	57,1
Habitação	563 443	-37,9	-2,6	9,9	129,3
Comércio e Serviços	398 112	26,2	21,8	-4,1	-31,2
Indústria e Outros fins	259 576	-0,4	10,3	13,3	45,4
Total de F. A. concluído, por finalidade (N.º)	9 432	-39,0	-1,3	8,3	-90,1
Habitação	6 030	-45,5	-19,0	-13,2	163,1
Comércio e Serviços	3 330	9,3	73,1	93,1	-32,9
Indústria e Outros fins	72	-23,1	-61,3	-46,9	55,9

A.B. - Área bruta dos pisos.

F.A. - Fracções autónomas.

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 9

Fracções autónomas transaccionadas por finalidade, segundo o imposto de sisa

	1995	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1993	1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Valor das fracções autónomas transaccionadas (1000MOP)						
Total	6 399 553	-11,7	20,2	-8,8	7,6	30,1
Construção Moderna (1ª Transacção)	3 282 695	20,2	49,1	-19,4	16,7	51,8
Habitação	1 996 759	21,2	42,5	-30,4	-0,3	108,4
Comércio	1 206 515	32,1	82,6	7,4	52,4	-21,5
Fracções autónomas transaccionadas (N.º)						
Total	14 284	-1,3	4,5	0,2	23,6	-19,3
Construção Moderna (1ª Transacção)	7 572	29,3	0,4	-11,6	23,9	-3,1
Habitação	5 474	36,0	-4,3	-22,8	9,3	17,3
Comércio	1 778	10,4	25,5	41,7	95,4	-52,7

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 10

Entrada de visitantes pela via marítima, via terrestre e via aérea, por nacionalidade

	1º Sem. 96 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1993	1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Nº total de visitantes	3 947 695	0,0	0,1	-1,0	-0,2	2,7
1. Nº de visitantes (via marítima)	2 936 479	-3,7	-0,9*	-1,1	0,7	-0,8
1.1 Hong Kong	2 056 853	-6,6	-0,8	-4,2	-1,0	-7,1
1.2 Japão	225 732	-20,3	3,6	10,0	-5,3	34,9
1.3 Taiwan (Formosa)	95 113	13,3	-10,9	11,6	15,0	3,6
1.4 China	166 061	636,5	-11,1	20,8	43,2	21,3
1.5 Outros	392 720	2,8	2,4	2,6	-0,2	12,1
2. Nº de visitantes (via terrestre)	852 344	15,5	3,6	-1,5	-3,5	-2,5
2.1 Hong Kong	558 440	17,3	4,0	-18,8	-15,6	-14,4
2.2 Japão	15 721	-12,7	10,2	7,2	8,5	4,1
2.3 Taiwan (Formosa)	96 818	15,9	-9,1	9,7	9,8	130,7
2.4 China	102 103	9,6	51,8	3 208,2	2 122,3	10,3
2.5 Outros	79 262	6,2	3,9	-2,3	-6,2	9,1
3. Nº de visitantes (via aérea)	158 872	52,2	7,1	77,9	21,5	1 586,9
3.1 Helicóptero	8 202	52,2	7,1	-2,3	21,5	-12,9
3.2 Aeroporto	150 670	-	-	-	-	-

* A partir de 1994, o número de visitantes pela via marítima, incluindo o Porto Exterior e a ponte n.º 14.

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 11

Despesas per capita dos visitantes pela via marítima e via terrestre

	1995 (MOP)	Variação em relação ao período homólogo (%)		
		1993	1994	1995
Visitantes pela via marítima				
1. Todas as despesas per capita dos turistas	1 525,5	-2,9	2,7	20,7
1.1 - Despesas (excluindo compras)	1 177,8	2,6	3,9	10,7
- Alojamento	468,1	9,9	-1,9	18,4
- Alimentação e Bebidas	462,9	-1,8	14,0	5,8
- Transportes, Divertimentos e Outros	246,8	-1,5	-2,5	6,8
1.2 Despesas em compras	347,8	-23,0	-3,2	73,9
2. Todas as despesas per capita dos excursionistas	584,2	-8,6	7,3	35,0
2.1 - Despesas (excluindo compras)	293,4	-6,8	3,2	-2,2
- Alojamento	0,0	-	-	-
- Alimentação e Bebidas	121,1	-10,5	4,8	-2,8
- Transportes, Divertimentos e Outros	172,3	-3,9	2,1	-1,8
2.2 Despesas em compras	290,8	-13,1	17,6	119,0
Visitantes pela via terrestre				
3. Todas as despesas per capita dos turistas	2 327,8	-	-	-
3.1 - Despesas (excluindo compras)	747,9	-	-	-
- Alojamento	56,3	-	-	-
- Alimentação e Bebidas	552,7	-	-	-
- Transportes, Divertimentos e Outros	138,9	-	-	-
3.2 Despesas em compras	1 579,9	-	-	-

FONTE: Inquérito às despesas dos visitantes.
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

QUADRO II - 12

Indicadores do sector hoteleiro

(%)

	1993	1994	1995	1º Sem.1995	1º Sem.1996
Taxas de ocupação					
Total geral	57,02	55,57	57,03	54,47	57,37
Hotéis - Total	60,12	58,41	60,05	57,28	60,44
- 5* e 4*	57,28	58,36	63,47	59,85	64,54
- 3*	64,68	63,49	63,83	61,59	63,32
Variação do Nº de hóspedes	11,27	6,95	11,36	8,34	7,96
Residentes de Hong Kong	-1,29	3,89	3,09	0,91	3,61
Duração de estadia (Noites)	1,35	1,32	1,30	1,28	1,31
Residentes de Hong Kong (Noites)	1,22	1,21	1,22	1,20	1,19

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 13

Rácio hóspedes/visitantes por via marítima e via aérea

(%)

	1993	1994	1995	1º Sem.1995	1º Sem.1996
Hong Kong	30,0	31,4	33,7	31,5	35,0
Japão	19,4	20,6	22,8	21,8	22,7
Taiwan	34,2	40,1	55,5	46,4	47,8
Coreia do Sul	12,6	17,5	24,7	23,1	35,5
Sudeste Asiático (1)	26,6	31,6	27,0	26,4	26,8
Europa	12,6	15,0	16,1	14,2	16,8
EUA/Canadá	12,6	14,4	14,6	14,7	15,9
Austrália/N. Zelândia	13,1	15,6	19,8	22,2	21,0

(1) Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 14

Capacidade hoteleira instalada

	1995 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1993	1994	1995	1º Sem.95	1º Sem.96
Quartos						
Total	8 591	21,8	7,6	2,8	9,0	1,2
Hotéis	7 796	26,9	8,3	2,7	9,3	1,1
Hotéis 5* e 4*	4 212	45,9	0,1	5,1	2,3	2,8
Hotéis 3*	2 429	8,9	18,2	-0,2	18,6	1,0
Pessoal ao serviço						
Total	7 369	20,0	5,3	-0,2	5,3	-0,1
Hotéis	7 095	22,6	5,8	3,0	8,5	0,4
Hotéis 5* e 4*	4 449	34,9	-1,1	5,7	3,7	-0,4
Hotéis 3*	2 179	1,9	21,3	-0,6	21,5	2,7

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 15

Balança de bens e serviços

(1 000 MOP)

	1993	1994	1995	1º Sem. 95	1º Sem. 96 (*)
Exportação de bens, FOB	14 236 218	14 853 890	15 913 453	7 208 907	6 882 132
Importação de bens, CIF	17 234 104	18 695 459	18 258 217	9 126 699	8 628 747
Balança comercial	-2 997 886	-3 841 569	-2 344 764	-1 917 792	-1 746 615
Exportação de serviços	19 899 896	21 714 035	25 172 858	12 918 881	13 321 641
Importação de serviços	2 090 866	2 268 976	2 276 550	1 037 992	1 254 042
Balança de serviços	17 809 030	19 445 059	22 896 308	11 880 889	12 067 599
Balança de bens e serviços	14 811 144	15 603 490	20 551 544	9 963 097	10 320 984

NOTAS: As discrepâncias relativamente aos valores constantes das estatísticas do Comércio Externo correspondem a ajustamentos necessários para suprir o sub-registo dos fluxos de mercadorias.

Estes valores foram estimados através de análise de equilíbrio de recursos e empregos.

(*) Estimativas com base nos elementos disponíveis em 31 de Agosto de 1996.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto — série revista e rebaseada a 1989.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 16

Produto Interno Bruto

Taxas de crescimento real

(%)

Principais componentes da despesa	1993	1994	1995	1996(p)
Consumo privado	7,0	7,3	3,7	4,0 ~ 4,7
Consumo público	6,6	5,0	9,0	5,9 ~ 6,9
Formação bruta de capital fixo	4,3	5,4	-10,0	-17,6 ~ -16,7
Exportação de bens e serviços	2,5	4,2	4,4	-0,7 ~ 0,5
Importação de bens e serviços	1,8	6,6	-3,1	-5,7 ~ -5,4
P.I.B.	5,4	4,7	3,9	-0,4 ~ 0,6
Procura interna	5,8	6,7	-2,0	-4,1 ~ -3,9
Procura externa líquida	4,0	-1,1	21,7	8,3 ~ 11,3
Procura Global	4,0	5,4	1,3	-2,3 ~ -1,5

(p) Previsões com as informações em 31 de Agosto de 1996.

NOTA: Exportação-Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto — série revista e rebaseada a 1989.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 17

Produto Interno Bruto

Estrutura da despesa a preços constantes

(%)

Principais componentes da despesa	1993	1994	1995	1996(p)
Consumo privado	32,5	33,3	33,3	34,4
Consumo público	7,8	7,8	8,2	8,7
Formação bruta de capital fixo	32,2	32,5	28,1	23,3
Exportação de bens e serviços	83,1	82,7	83,0	83,0
Importação de bens e serviços	56,6	57,6	53,7	50,6
P.I.B.	100,0	100,0	100,0	100,0
Procura interna	73,5	75,0	70,7	67,6
Procura externa líquida	26,5	25,0	29,3	32,4
Procura Global	156,6	157,6	153,7	150,6

(p) Previsões com as informações em 31 de Agosto de 1996.

NOTA: Exportação-Importação de bens e serviços.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto — série revista e rebaseada a 1989.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 18

Estrutura da população empregada e desempregada,
por escalões etários

18.1 População empregada

	1993	1994	1995	Junho 95	Junho 96
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
de 15 a 24 anos	16,3	15,5	14,5	14,6	13,1
de 25 a 44 anos	63,6	64,9	63,9	64,1	65,2
de 45 a 64 anos	16,6	17,2	19,9	19,4	19,7
mais de 65 anos	3,5	2,4	1,7	1,9	2,0

18.2 População desempregada

em percentagem (%)

	1993	1994	1995	Junho 95 (1)	Junho 96
População desempregada TOTAL	100,0	100,0	100,0		100,0
14 a 24 anos	31,0	35,9	24,6		20,6
25 a 44 anos	55,6	54,3	58,3		58,1
45 e mais	13,4	9,8	17,2		21,3
Pop. desemp. à procura do 1º emprego	100,0	100,0	100,0		100,0
14 a 24 anos	75,1	92,5	100,0		68,1
25 a 44 anos	24,9	7,5	0,0		31,9
45 e mais	0,0	0,0	0,0		0,0
Pop. desemp. à procura de novo emprego	100,0	100,0	100,0		100,0
14 a 24 anos	24,4	28,0	20,5		18,4
25 a 44 anos	60,2	60,8	61,4		59,3
45 e mais	15,4	11,2	18,1		22,3

(1) Junho 1995 — dados não disponíveis.

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II - 19

Estrutura da população empregada e desempregada, por ramos de actividade

19.1 População empregada

em percentagem (%)

Sectores de actividades / CAM	1993	1994	1995	Junho 95	Junho 96
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3. Ind. transformadora	25,0	22,8	21,8	23,8	20,7
4. Electricidade, gás e água	0,4	0,6	0,8	0,9	0,5
5. Construção e obras públicas	10,0	7,5	9,5	10,0	8,5
6. Comércio, Restaurantes e Hóteis	26,0	26,1	25,6	24,7	28,4
7. Transportes e comunicações	6,1	5,9	5,8	5,5	6,3
8. Seguros, bancos, op. s/imóveis	5,4	6,3	6,1	5,5	6,8
9. Serviços colect., soc., pessoais	26,5	30,4	30,0	29,4	28,4
Outras Actividades	0,6	0,4	0,4	0,2	0,4

19.2 População desempregada, à procura de novo emprego, por ramo de actividade anterior

em percentagem (%)

	1993	1994	1995	Junho 95(1)	Junho 96
TOTAL	100,0	100,0	100,0		100,0
3. Indústrias Transformadoras	36,7	31,0	36,5		19,9
5. Construção e Obras Públicas	22,2	7,1	21,8		17,2
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,6	27,0	17,7		28,8
7. Transportes e Comunicações	3,2	2,5	0,6		6,1
8. Bancos, Seguros, Serv. e Oper.s/Imóveis	2,0	4,5	4,1		4,3
9. Serviços sociais e pessoais	17,2	26,9	18,4		23,2
Outras Actividades	1,1	1,0	0,9		0,0

(1) Junho 1995 — dados não disponíveis.

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II - 20

Evolução da estrutura da população desempregada
por motivos e duração do desemprego

	em percentagem (%)				
	1993	1994	1995	Junho 95(1)	Junho 96
Pop. desempregada por motivos	100%	100%	100%		100%
Despedimento	13,8	10,1	14,8		26,7
Condições insatisfatórias	19,0	36,4	20,7		12,4
Fim de emprego temporário	23,5	22,5	32,4		31,3
Razões pessoais ou familiares	21,7	17,8	15,3		16,3
Outras	22,0	13,1	16,8		13,2
Pop. desempregada por duração	100%	100%	100%		100%
menos de 1mês	32,7	31,0	14,3		16,1
1a 3 meses	44,2	40,5	46,6		42,7
4 a 6 meses	11,3	19,4	24,7		19,6
mais de 6 meses	11,8	9,1	14,5		21,6

(1) Junho 1995 — dados não disponíveis.

FONTE: DSEC — Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

Quadro II - 21

Remunerações e ganhos médios nominais

Unidade: MOP's

	1993	1994	1995	VH 94	VH 95
Mediana da remuneração mensal (todos os sectores) (1)	4.067	4.476	4.830	10,1%	7,9%
Ganhos médios	1993 (2)	1994 (2)	1995 (3)	JUN 95 (2)	JUN 96 (3)
TÊXTEIS					
Trab. Remunerados -Total (TRT)	4.633	4.929	3.926	5.315	3.370
Residentes (TRR)	4.975	5.506	5.193	5.936	4.927
Não Residentes (TNR)	2.610	3.021	3.030	3.325	2.984
VESTUÁRIO					
Trab. Remunerados -Total (TRT)	4.968	5.565	4.221	5.446	3.909
Residentes (TRR)	5.135	5.735	4.772	5.752	4.282
Não Residentes (TNR)	3.429	3.821	3.351	4.227	3.333
BRINQUEDOS					
Trab. Remunerados -Total (TRT)	5.495	5.328	2.952	5.873	2.948
Residentes (TRR)	6.826	6.868	6.747	7.395	5.571
Não Residentes (TNR)	2.273	2.546	2.362	2.659	2.460
HOTELARIA					
Trab. Remunerados -Total (TRT)	5.868	6.160	6.284	6.421	5.959
Residentes (TRR)	5.923	6.589	6.899	7.015	6.651
Não Residentes (TNR)	5.706	5.245	5.079	5.241	4.571
Construção e Obras Públicas (4)					
Trab. Remunerados -Total (TRT)	nd	254	256	258	265
Especializados	nd	276	281	290	287
Indiferenciados	nd	173	164	174	178

nd — não disponível

VH — variação homóloga.

FONTE: DSEC — (1) Inquérito ao Emprego — cf. alterações metodológicas nas séries com início em 1996.

(2) Inquérito aos salários e benefícios.

(3) Inquérito às remunerações e necessidades de mão-de-obra.

(4) Para o sector da construção e obras públicas trata-se de «salários médios, diários e nominais».

III — COMÉRCIO EXTERNO DE MERCADORIAS

III.1. — Nota especial

Devido à alteração de conceitos e procedimentos administrativos no registo das operações de comércio externo de mercadorias, em consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 66/95/M, as estatísticas do comércio externo sofreram uma quebra de séries em Janeiro de 1996.

Na realidade, com a introdução de nova legislação na actividade de comércio externo do Território, os conceitos dos fluxos de exportação e importação sofreram alterações, sendo, designadamente, de referir a introdução do conceito de exportação doméstica e a abolição do fluxo de importação temporária.

Daqui deriva que a comparabilidade dos dados estatísticos do comércio externo do ano em curso (1996) em relação ao ano anterior (ou anteriores) deverá ser efectuada com algumas limitações e reservas.

No presente relatório adopta-se a correspondência estabelecida pela DSEC entre os fluxos de importação do passado e do presente, a qual tem em conta os seguintes pressupostos:

(1) O fluxo de «exportação de 1996» é o que corresponde à soma dos fluxos de exportação doméstica (a saída do Território de quaisquer mercadorias com origem de Macau) e de reexportação. O fluxo de exportação de 1995 e anos anteriores é o que

diz respeito à exportação definitiva (saída de mercadorias que não se destinam a regressar ao Território);

(2) O fluxo de «importação de 1996» corresponde à entrada no Território de quaisquer mercadorias provenientes do exterior, com excepção das que entram em regime de trânsito directo. O fluxo de importação de 1995 e anos anteriores é o que diz respeito à «importação definitiva» (entrada de mercadorias que se destinem ao consumo do Território);

(3) Para efeitos de análise do desempenho do comércio externo, a balança comercial corresponde, em 1996, à diferença entre a exportação (soma dos fluxos de exportação doméstica e de reexportação) e a importação. Em 1995 e anos anteriores, a balança comercial corresponde à diferença entre a exportação definitiva e a importação definitiva. As exportações estão contabilizadas pelo valor F.O.B. e as importações pelo valor C.I.F. Os valores destes fluxos poderão não ser coincidentes com os dados do Comércio Externo, devido a ajustamentos efectuados para efeitos de Estimativas do PIB (de importações e exportações não registadas estatisticamente).

Importa ainda notar que com a mudança de legislação e de procedimentos administrativos poderá ter ocorrido uma «migração» no registo de entrada e saída de mercadorias dos fluxos de exportação e importação para o fluxo de trânsito directo, o qual não é tradicionalmente considerado para efeitos de análise do comércio externo de mercadorias. A este propósito, observe-se o incremento expressivo do movimento de trânsito directo no primeiro semestre do ano em curso.

	1991	1992	1993	1994	1995	1.º Sem.96
Trânsito directo	789.5	896.2	1110.4	1626.0	1707.2	1516.5
v.h. %	+ 27%	+ 14%	+ 24%	+ 46%	+ 5%	+ 90%

NOTA: Valores em milhões de patacas (Estatísticas do Comércio Externo da DSEC).

De Janeiro a Junho de 1996, o valor do trânsito directo por Macau foi de 1 516 milhões de patacas, o que representa um acréscimo de 719 milhões de patacas (+90%) em relação ao valor de período homólogo do ano anterior. Daquele acréscimo, cerca de 1/4 corresponde sensivelmente à saída de mercadorias pelo Aeroporto Internacional de Macau, enquanto 3/4 são imputáveis à expansão registada no movimento de saída de mercadorias pelas vias marítima e rodoviária.

A maior utilização do fluxo de trânsito directo foi particularmente sentida nos produtos alimentares, bebidas e tabacos e em máquinas e material de transporte. O principal destino das mercadorias em trânsito directo por Macau é a R.P. China (83% do movimento total).

Consequentemente, devido à provável maior utilização do regime de trânsito directo em 1996, as taxas de crescimento negativas das importações e das exportações em relação ao ano anterior poderão estar penalizadas pela mudança de procedimentos administrativos, sendo contudo impossível quantificar a dimensão do fenómeno.

III.2. — Evolução global

No primeiro semestre de 1996, o comportamento do comércio externo de mercadorias do Território pautou-se por um andamento desfavorável da procura externa e por uma quebra de importações decorrente da redução do nível da procura global.

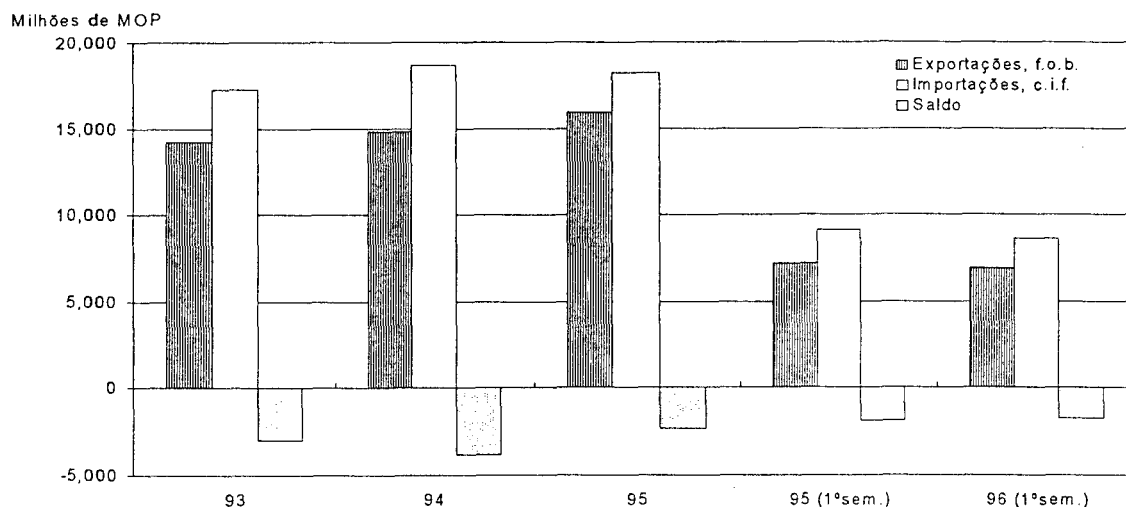
De Janeiro a Junho de 1996, as exportações de mercadorias atingiram o valor aproximado de 6,9 mil milhões de patacas¹, o que representa um decréscimo de 4,5 por cento em relação ao período homólogo de 1995 e uma evolução desfavorável em relação ao desempenho do ano anterior (+7%).

No mesmo período, as importações de mercadorias ao alcançarem o montante de 8,6 mil milhões de patacas, registaram uma variação homóloga negativa de cerca de 5,5 por cento, mais acentuada do que a verificada no ano de 1995.

¹ A análise global do Comércio Externo de mercadorias está elaborada de acordo com os dados ajustados das exportações e das importações para efeitos das estimativas do PIB (DSEC).

Gráfico 1

Síntese da evolução do comércio externo



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estimativas do PIB da DSEC.

Dado que o ritmo de decrescimento nominal das exportações foi menor do que o apurado para as importações, o saldo negativo do comércio externo atenuou-se ligeiramente, em relação ao semestre homólogo de 1995. Consequentemente, a taxa de cobertura das importações pelas exportações subiu marginalmente de 79 para 79,8 por cento, admitindo-se que, no final do ano de 1996, o défice comercial possa continuar a diminuir em relação ao PIB nominal (-3,9% em 1995).

Em volume ², estima-se que as exportações de mercadorias tenham acusado uma quebra da ordem de 5 por cento no primeiro semestre de 1996, o que compara com uma expansão real de 3 por cento observada em 1995. No mesmo período, as importações terão registado um decréscimo significativo (de cerca de -8%) e mais saliente do que o verificado no ano anterior (-3%).

Na conjuntura actual, o andamento negativo das exportações do Território reflecte basicamente uma forte desaceleração na procura externa de vestuário (determinada pelo comportamento menos favorável do mercado dos EUA, não compensado inteiramente pela expansão das vendas para a UE) e uma quebra acentuada na generalidade das exportações de «não-têxteis» (vd. desenvolvimento no ponto III.4. — Comportamento das Exportações).

As perspectivas de desenvolvimento, a curto prazo, das exportações do Território estão condicionadas por factores de incerteza adicionais, de entre os quais se salienta o recente reforço das medidas de prevenção e fiscalização por parte das autoridades norte-americanas ao «transshipment» ilegal de têxteis e vestuário, o que, no caso de Macau, foi objecto de um «Memorandum of Understanding», rubricado em 2 de Julho de 1996.

Esta pressão fiscalizadora dos EUA, dirigida não só às exportações de Macau como também às de Hong Kong, assim como as penalizações introduzidas ao acordo têxtil bilateral EUA-R.P. China, não geram, naturalmente, um clima propício ao desenvolvimento das exportações desta região asiática, designadamente pelos possíveis efeitos de retracção dos importadores norte-americanos (cujas preferências pelos fornecedores da NAFTA e dos Países das Caraíbas são crescentes).

Neste enquadramento, as exportações de vestuário para os EUA — que num passado recente sustentaram, em grande medida, o crescimento positivo das exportações totais de Macau — não deverão, na segunda metade do corrente ano, recuperar significativamente em relação ao crescimento negativo do primeiro semestre de 1996.

Para o mercado da União Europeia, as perspectivas são mais favoráveis quanto ao incremento real das vendas de vestuário em 1996, designadamente por via do potencial decorrente do agravamento das restrições ao acordo têxtil bilateral UE-R.P. China. Contudo, a concorrência acrescida dos produtores com Acordos Preferenciais celebrados com a UE, o andamento frouxo do consumo privado e a condição de Macau como «dominant supplier»³ constituem factores limitadores de uma expansão mais significativa das exportações de vestuário de Macau para o mercado comunitário.

Quanto às exportações dos produtos «não-têxteis», cujo decréscimo foi muito acentuado na primeira metade do ano (-20%), perspectiva-se a continuação de um andamento negativo, designadamente no caso da exportação doméstica de brinquedos, calçado e electrónica, enquanto as exportações de outros produtos (essencialmente reexportações) poderão registar um comportamento menos negativo (sobretudo para a R.P. China, devido às reduções tarifárias de Março último⁴).

No contexto acima exposto, as exportações de Macau, no final do ano de 1996, deverão continuar a registar uma taxa de crescimento negativa, embora possivelmente mais moderada do que a

² Estimativas do GE/DSE para o primeiro semestre de 1996, a partir dos índices do comércio externo utilizados pela DSEC nas estimativas do PIB.

³ Devido à condição de «dominant supplier» o limite de crescimento nas 5 categorias tradicionalmente mais exportadas por Macau, e que representam cerca de 3/4 do valor total exportado, é de apenas 1,16% ao ano (1% do Acordo bilateral + 16% da primeira fase do Acordo Têxtil Multilateral).

⁴ Contudo, os desvios de comércio de intermediação para uma maior utilização do regime de trânsito directo poderão continuar a condicionar a evolução das reexportações para a R.P. China (vide III.1, Nota Especial).

registada na primeira metade do ano. O ritmo de desagregamento da procura externa na segunda metade do ano dependerá designadamente do desempenho das exportações de vestuário de Macau para a Europa comunitária e da sua capacidade em se constituírem numa alternativa à perda de dinamismo da procura externa proveniente dos EU.

Com as exportações de Macau a não crescerem e a actividade de construção em declínio é natural que as importações de matérias-primas e produtos semitransformados (que representam mais de metade das importações totais de Macau) permaneçam com valores negativos até ao final do ano. Esta tendência, conjugada com o fraco dinamismo do consumo privado e à provável retracção do investimento em bens de equipamento, deverá determinar, em 1996, uma taxa de decréscimo das importações ligeiramente superior à taxa de decréscimo das exportações.

III.3. — Estrutura das exportações

Um dos benefícios estatísticos resultantes da introdução de nova legislação sobre a actividade do comércio externo, consiste na

possibilidade de separar os fluxos de exportação doméstica e de reexportação, no conjunto das exportações de Macau.

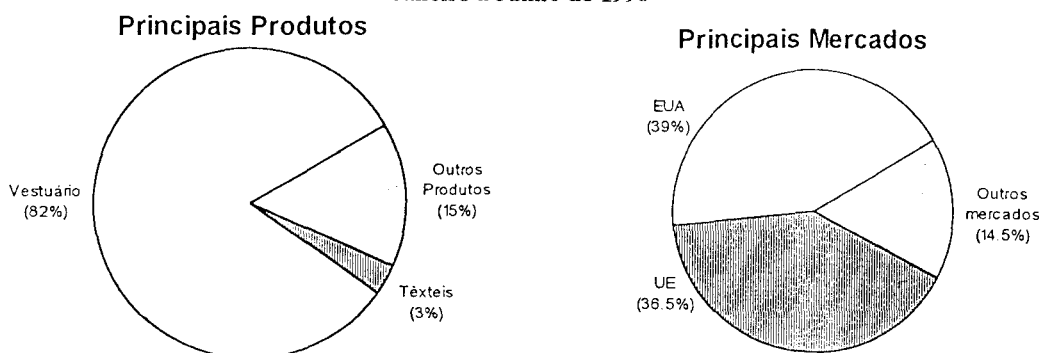
De acordo com os dados referentes aos primeiros seis meses de 1996, verifica-se que, de um total de exportações da ordem de 6,9 mil milhões de patacas, cerca de 83 e 17 por cento correspondem, respectivamente, a exportação doméstica e a reexportação (vd. quadro III-2).

A exportação doméstica está muito concentrada nos produtos do sector têxtil e de vestuário (85%) e, dentro destes, no subsector de vestuário (82%). Os produtos manufacturados dos sectores de brinquedos, calçado e electrónica não representam mais do que 7 por cento daquele conjunto.

Os Estados Unidos da América e a União Europeia são, de longe, os principais mercados de destino da exportação doméstica de Macau, absorvendo, no seu conjunto, cerca de 85 por cento do respectivo total.

Gráfico 2

Exportação doméstica de Macau
Janeiro a Junho de 1996



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

A reexportação revela uma maior diversificação por produtos, sendo de destacar, designadamente, a utilização deste fluxo no caso das fibras e artefactos têxteis (47% do total). As mercadorias reexportadas a partir de Macau são essencialmente dirigidas à R.P. China (54%) e a Hong Kong (38%).

Em suma, pode-se concluir que a exportação doméstica detém um peso dominante nas exportações totais de Macau, mas o seu índice de concentração nos produtos de vestuário e nos mercados dos EUA e da UE é muito elevado. Ao contrário, as reexportações detêm um peso menor, são mais diversificadas e, essencialmente, dirigidas aos mercados vizinhos da R.P. China e de Hong Kong.

III.4. — Comportamento das exportações

O comportamento negativo das exportações de Macau (exportação doméstica + reexportação) nos primeiros seis meses de 1996 (da ordem de -4,5%⁵) reflecte um abrandamento considerável da procura externa nos principais mercados ocidentais de destino e um enquadramento competitivo desfavorável nesses mesmos mercados, designadamente pelas recentes tendências de desvio de comércio global para comércio regional, com parceiros detentores de acordos preferenciais.

Acresce que o desenvolvimento das exportações de produtos «não-têxteis» nos mercados ocidentais, foi significativamente afec-

tado, num período relativamente recente, pela perda efectiva de preferências pautais no mercado de importação de brinquedos nos EUA e pelas condições dificultadas de acesso ao mercado europeu, no caso dos produtos de electrónica e do calçado, designadamente por alegações de prática de «dumping» ou por questões de «regras de origem».

Por seu turno, a quebra da procura externa de bens de consumo proveniente da R.P. China, que afectou sobretudo o fluxo de reexportações, tem pesado negativamente no desempenho das exportações globais «não-têxteis».

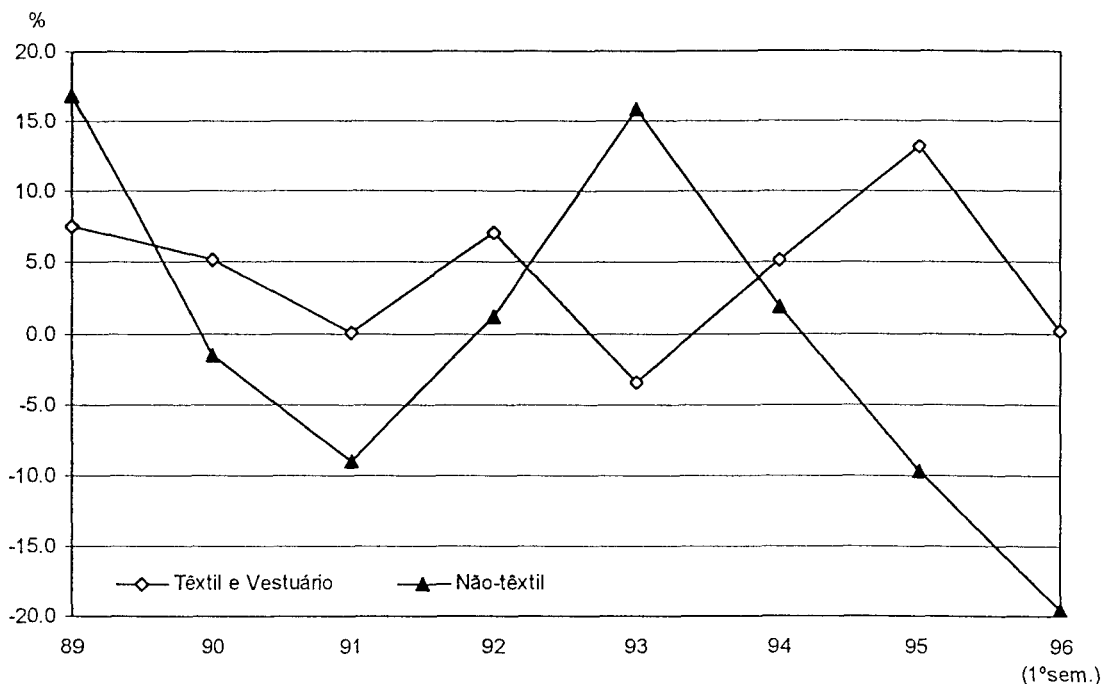
Neste enquadramento genérico, as exportações «têxteis» registaram, no primeiro semestre de 1996, uma expansão praticamente nula (inferior a 0,5%) o que representa uma significativa desaceleração de crescimento em relação ao ano anterior. No mesmo período, as exportações «não-têxteis» continuaram a evidenciar um andamento bem negativo (da ordem de -20%), com quebras nos valores exportados de brinquedos, calçado, electrónica e outros produtos (gráfico 3).

⁵ As variações percentuais referidas neste ponto III.4 são variações nominais aproximadas entre fluxos de exportação de períodos homólogos, referentes a dados do comércio externo (fluxo de exportação definitiva em 1995 e anos anteriores e fluxo de exportação doméstica + reexportação em 1996).

Gráfico 3

Evolução sectorial das exportações

Taxas de crescimento nominal



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

Exportações de têxteis e vestuário

A estagnação das vendas ao exterior do sector têxtil e vestuário reflecte, maioritariamente, o andamento da exportação doméstica de vestuário para os mercados restringidos dos Estados Unidos e da União Europeia, os quais, só por si, absorvem mais de 90 por cento das exportações totais de vestuário.

Na realidade, nos primeiros seis meses de 1996, as exportações de vestuário para os EUA declinaram, quer em valor quer em quantidades, o que sucede a um período de forte expansão de vendas para aquele mercado, determinado sobretudo pelas potencialidades inerentes à maior flexibilização do último Acordo Têxtil Bilateral, de Dezembro de 1994, as quais se reflectiram, designadamente, no elevadíssimo acréscimo das exportações de produtos não-restringidos.

Note-se que a quebra, no corrente ano, da procura externa de vestuário proveniente dos EUA foi não só sentida pelos exporta-

dores de Macau, mas também pelos quatro grandes fornecedores asiáticos — R.P. China, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul — os quais apuraram, nos primeiros 6 meses de 1996, um decréscimo significativo nas suas vendas em metros quadrados (-16 %), num contexto de decréscimo real da procura de importações de todo o mundo (-2%). Ao invés, as exportações do México cresceram, de novo, a um ritmo elevadíssimo (+38%) e as exportações dos países das Caraíbas, com os quais os EUA detêm também acordos preferenciais, registaram também um apreciável incremento (+7%).

De realçar que, desde o ano de 1994 (primeiro ano de extensão do Acordo Nafta ao México) as quotas no mercado de importação de vestuário nos EUA sofreram uma drástica alteração, em termos de grandes fornecedores, emergindo o México como grande produtor e fornecedor, em detrimento, designadamente, das posições dos tradicionais fornecedores asiáticos (*vide* quadro).

Importações de vestuário nos EUA

(quotas de mercado em quantidade, %)

	1993	1994	1995	Jan.-Maio 96
México	4.3	5.7	8.4	10.9
CBI *	18.4	19.1	21.7	22.5
4 Asiáticos **	36.9	34.0	28.4	23.4
dos quais:				
R. P. China	12.4	11.1	9.3	7.1
Hong Kong	10.2	10.2	8.9	7.6

* Caribbean Basin Initiative.

** R.P.China, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul.

FONTE: U.S. Department of Commerce — Major Shippers.

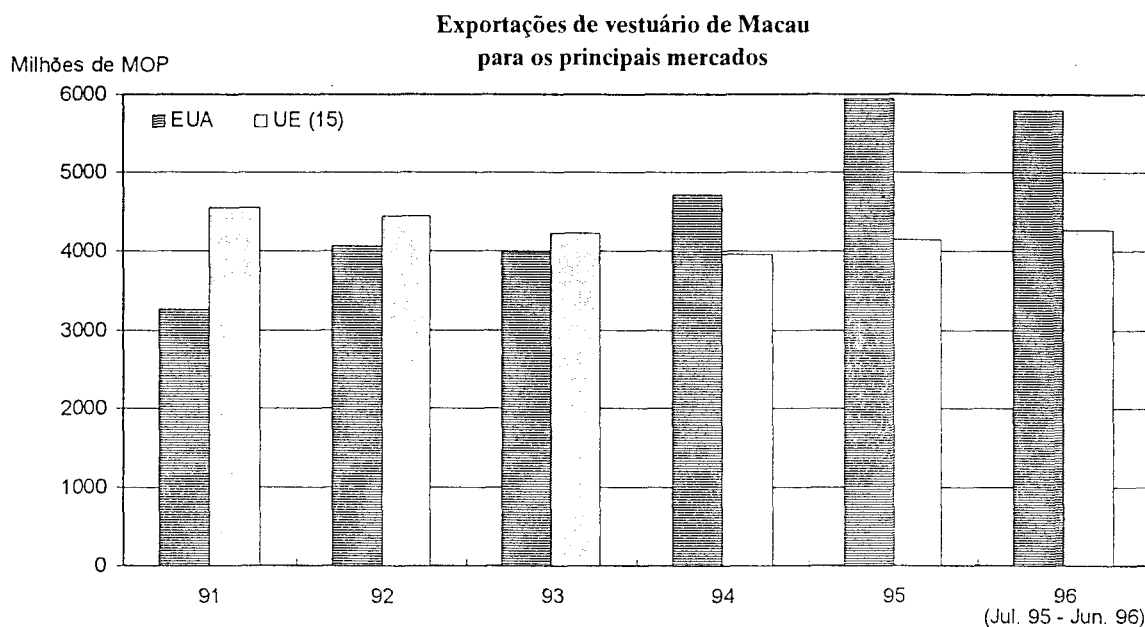
Por seu turno, as exportações de vestuário de Macau para o mercado da União Europeia acusam, nos primeiros seis meses de 1996, um comportamento mais positivo do que em anos anteriores, pese embora a fraca dinâmica expansionista do consumo privado e a ascendência competitiva de países detentores de acordos preferenciais com a Comunidade (designadamente os países da Europa do Leste, Turquia e países mediterrâneos de África).

É de admitir, contudo, que o recente agravamento das restrições à expansão das exportações de produtos de vestuário da R.P.China no mercado comunitário (com redução das taxas de crescimento dos contingentes e cortes de quotas nalgumas categorias), possa explicar, pelo menos em parte, um desvio de enco-

mendas a favor de produtores de Macau. De igual modo, a revisão em 1995 do Sistema de Preferências Generalizadas praticado pela Comunidade, terá acabado com algumas vantagens tarifárias concedidas a produtores de vestuário de países terceiros que fazem concorrência com Macau (o que fez com que os preços unitários de importação tenham registado uma subida em 1995, ao contrário do observado em anos anteriores).

Neste contexto, a tendência observada nos últimos anos para um desempenho superior das exportações de vestuário no mercado dos EUA, em relação ao mercado da UE, foi recentemente interrompida, sendo de assinalar um aumento de vendas para este último mercado, nos 12 meses findos em Junho de 1996 (gráfico 4).

Gráfico 4



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

Exportações de produtos «não-têxteis»

Nos primeiros seis meses de 1996, houve um andamento significativamente negativo na generalidade das exportações de produtos «não-têxteis». O decréscimo registado foi particularmente sentido nos sectores de brinquedos e electrónica (ambos com taxas de decréscimo nominal superiores a -50%), enquanto o sector de calçado acusava também uma evolução negativa (-19%), após um período de forte expansão. Por seu turno, as vendas de outros produtos «não-têxteis» sofreram um ligeiro declínio, atribuível sobretudo à quebra de exportações (essencialmente reexportações de bens de consumo) para a R.P. China.

O decréscimo apurado nas exportações de brinquedos explica-se, no fundamental, pela tendência descendente das vendas de produtos de Macau para o mercado dos EUA após a fase de consolidação tarifária a zero por cento (extensível a todos os países). Acresce que, no primeiro semestre do corrente ano, houve também uma significativa quebra registada nas vendas de algumas das mais importantes empresas do sector para a Comunidade, as quais, num passado relativamente recente, haviam ampliado consideravelmente as suas exportações para aquele mercado.

Por sua vez, o elevado dinamismo evidenciado nas vendas ao exterior de calçado nos anos mais recentes, sobretudo em relação ao mercado comunitário, foi significativamente afectado pela não

aplicação do «Sistema de Preferências Generalizadas», em consequência das exigências em matéria de regra de origem na utilização deste regime.

De igual modo, evoluíram negativamente as vendas de artigos de electrónica e, de modo muito especial, as destinadas ao mercado comunitário, na linha de uma tendência já observada no ano anterior (designadamente quando se começaram a sentir os efeitos das alegações de «dumping» nas exportações de alguns produtos do sector).

Em consequência do diferente desempenho sectorial no primeiro semestre de 1996, agravou-se a concentração das exportações de Macau nos produtos têxteis e vestuário (79% do total), em detrimento das posições dos brinquedos, calçado e electrónica (6%) e dos outros produtos (15%).

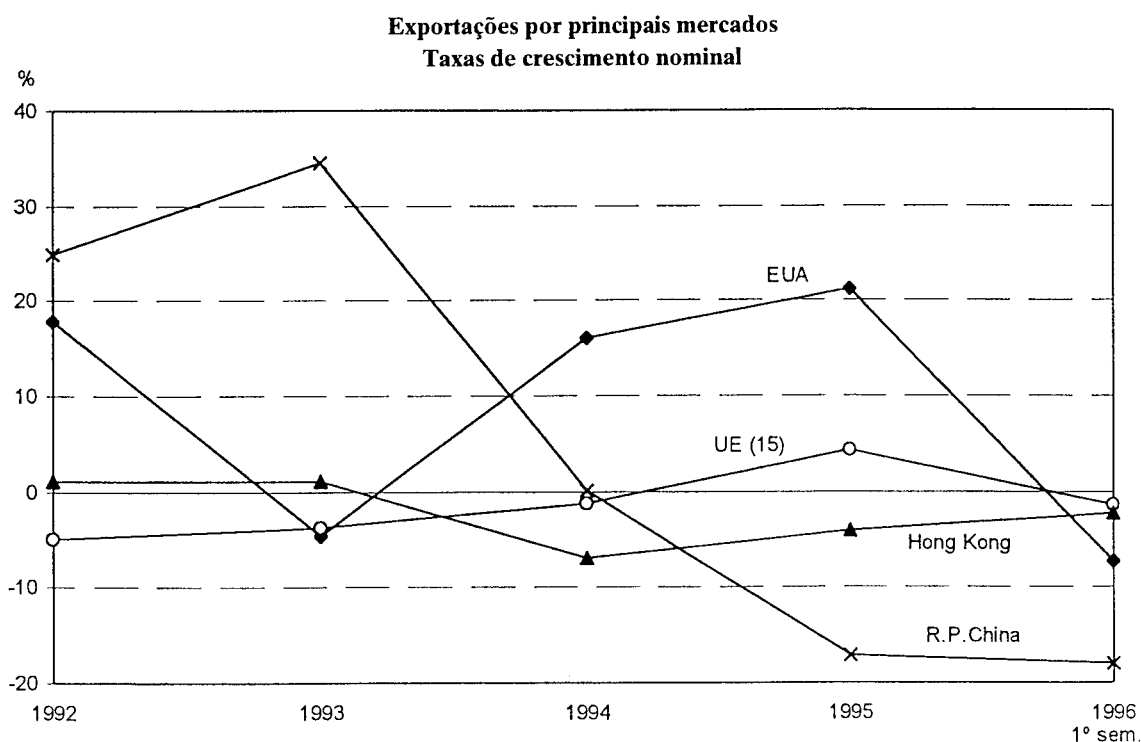
Exportações por mercados

Por mercados de destino, o comportamento das exportações de Macau, no primeiro semestre do corrente ano, evidenciou uma evolução particularmente desfavorável na procura externa proveniente da América do Norte, ao invés do forte crescimento observado nos dois últimos anos. As exportações para a União Europeia e para a Ásia-Pacífico declinaram também em valor, mas de forma mais ligeira.

Considerando os quatro principais mercados de destino das exportações do Território (EUA, UE, R.P. China e Hong Kong), os quais absorvem cerca de 94 por cento das vendas totais ao

exterior, verifica-se um andamento globalmente negativo no primeiro semestre de 1996, com inflexão pronunciada de comportamento no caso dos EUA (gráfico 5).

Gráfico 5



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

O significativo declínio das exportações para os Estados Unidos da América no corrente ano (da ordem de -7%), é atribuível principalmente à quebra de encomendas de artigos de vestuário e de brinquedos.

Para a União Europeia, o ligeiro decréscimo das exportações de Macau (da ordem de -1%) é exclusivamente atribuível ao comportamento muito negativo das vendas de produtos «não-têxteis», nomeadamente de brinquedos, electrónica e calçado. Ao invés, os artigos de vestuário revelaram uma apreciável expansão na linha de uma tendência de recuperação já esboçada no ano anterior.

Por sua vez, as exportações para a R.P. China, dominadas por reexportações de têxteis e de bens de consumo diversos, continuaram a registar uma evolução significativamente negativa, embora se admita como plausível que este decréscimo esteja em parte influenciado por uma alteração de procedimentos administrativos (maior utilização do regime de trânsito directo).

De igual modo, as exportações para Hong Kong (caracterizadas por uma significativa proporção de reexportações) continuaram a registar taxas de crescimento negativas, embora, na primeira metade de 1996, o ritmo de decréscimo tenha sido atenuado.

Em consequência do desenvolvimento desigual da procura externa nos primeiros seis meses de 1996, a estrutura das exportações por mercados alterou-se ligeiramente a favor da União Europeia (33%) em detrimento sobretudo da posição dos EUA, que, ainda assim, se mantém como o principal mercado de destino

das exportações do Território (39%). No mesmo período, a Ásia-Pacífico representa 26% das exportações do Território, enquanto os outros mercados pesam menos do que 3% das vendas totais ao exterior.

Em síntese, o comportamento global das exportações de Macau nos primeiros seis meses foi afectado principalmente pela menor procura externa dos EUA (particularmente em relação à exportação doméstica de vestuário e brinquedos) e pela subsistência de uma procura negativa proveniente da R.P. China e de Hong Kong, principais parceiros asiáticos (e ambos com uma proporção significativa de reexportações). As exportações para a União Europeia evoluíram de uma forma ligeiramente negativa, dado que, à expansão razoável da exportação doméstica de artigos de vestuário, se contrapôs uma quebra significativa de vendas de brinquedos, calçado e electrónica.

III. 5. — Comportamento das importações

No primeiro semestre de 1996, o valor das compras de mercadorias ao exterior, voltou a declinar em relação ao período homólogo do ano anterior (em cerca de -5,5%)⁶, na linha de uma tendência já observada no ano anterior.

⁶ As taxas de crescimento referidas neste texto são taxas de crescimento nominal das importações ajustadas para efeitos de estimativas do PIB. Tendo em atenção a Nota Especial ao capítulo do Comércio Externo, estas taxas devem ser assumidas com algumas reservas, dada a quebra de séries estatísticas e a possível «migração» de fluxos de entrada/saída de mercadorias. Uma parte significativa das importações (num valor possivelmente não inferior a 10% do total) destina-se a ser reexportada.

A menor aquisição de bens ao exterior é uma resultante do menor dinamismo da actividade económica no Território, reflectido particularmente nas quebras de importações de bens de consumo (-5%), matérias-primas e produtos semitransformados (-3%) e bens de capital (-30%). Como excepção, é de assinalar a expansão registada nas aquisições de combustíveis e lubrificantes (+22%) o que, fundamentalmente, terá a ver com a entrada em funcionamento do Aeroporto Internacional de Macau.

As importações de bens de consumo, as quais representam cerca de 30 por cento das importações totais de Macau, evoluíram negativamente no subgrupo dos «outros bens de consumo» (-9%) e praticamente estagnaram em valor no subgrupo dos «bens alimentares, bebidas e tabaco».

Por seu turno, o andamento negativo da procura de importações de matérias-primas e produtos semitransformados (MPPST), as quais representam 54 por cento das importações totais, reflectiu o período menos favorável da actividade industrial e de recessão no sector de construção.

A ausência de dinamismo do investimento em bens de capital, determinou um pronunciado decréscimo nominal nas respectivas importações (-30%) o que sucede a um segundo semestre de 1995 também de evolução negativa. De notar que a aquisição de aviões por parte da Air Macau operou-se através do regime especial de «leasing», estando a sua contabilização a ocorrer estatisticamente na importação de serviços e não na importação de mercadorias.

Por mercados fornecedores ⁷, verificou-se, no primeiro semestre de 1996, uma evolução particularmente negativa nas importa-

ções da União Europeia (-21%) e dos EUA (-16 %) o que, fundamentalmente, se explica pela maior especialização destes mercados no fornecimento de bens de capital e em determinados bens de consumo.

Dada a sua função privilegiada de fornecedor a Macau de matérias-primas e produtos intermédios e de bens de consumo alimentares essenciais, as importações provenientes da região da Ásia-Pacífico evoluíram de forma mais favorável. Contudo, o seu desenvolvimento não foi uniforme: enquanto as importações do Japão, de Hong Kong e de Singapura acusavam uma quebra em valor, as importações da Coreia do Sul, Taiwan e R.P. China registaram uma variação nominal positiva em relação ao semestre homólogo de 1995.

Nos primeiros seis meses de 1996, as importações de mercadorias da Ásia-Pacífico continuavam a dominar as importações de Macau (cerca de 78% do total), sendo de destacar as posições de Hong Kong (28%), R.P. China (23%), Japão (10%) e Taiwan (9%). Os restantes 22% do mercado de importações de Macau são essencialmente cobertos por importações da União Europeia (13%) e dos EUA (7%).

⁷ A análise por mercados fornecedores está efectuada de acordo com os dados das Estatísticas do Comércio Externo de mercadorias e não contempla os ajustamentos das importações efectuados para as estimativas do PIB. Deste modo, as taxas de crescimento e a estrutura por mercados fornecedores analisadas neste ponto do relatório devem ser condicionadas pelas reservas de um rigor aproximado.

Quadro III - 1

Evolução do comércio externo de Macau
Quadro síntese

(Milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996* 1º sem.
Exportações, fob	14 236,2	14 853,9	15 913,5	7 208,9	6 882,1
Importações, cif	17 234,1	18 695,5	18 258,2	9 126,7	8 628,8
Balança Comercial	-2 997,9	-3 841,6	-2 344,8	-1 917,8	-1 746,7
Balança Comercial / PIB (%)	-6,3	-7,2	-3,9	n.d.	n.d.
Coefficiente de cobertura (%)	82,6	79,5	87,2	79,0	79,8
Taxa de Variação em volume (%)					
Exportações	3,4	6,7	3,0	n.d.	n.d.
Importações	0,2	7,6	-2,8	n.d.	n.d.

NOTAS: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao Capítulo do Comércio Externo de Mercadorias).

n.d.: não disponível.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de estimativas do PIB (série revista e rebaseada a 1989).

Quadro III - 2

Estrutura das exportações de Macau
Exportação doméstica e reexportação por produtos e principais mercados

Período: Janeiro a Junho de 1996

(Milhões de patacas)

	Exportação total	Estrutura %	Exportação doméstica	Estrutura %	Reexportação	Estrutura %
Produtos:						
Têxteis e Vestuário	5 429,7	79,1	4 852,9	85,1	576,8	49,5
Têxteis	736,8	10,7	187,7	3,3	549,2	47,1
Vestuário	4 692,8	68,3	4 665,2	81,8	27,7	2,4
Não-Têxteis	1 438,4	20,9	849,5	14,9	589,0	50,5
Brinquedos	151,7	2,2	145,9	2,6	5,8	0,5
Electrónica	97,6	1,4	79,4	1,4	18,2	1,6
Calçado	153,3	2,2	147,0	2,6	6,2	0,5
Outros	1 035,9	15,1	477,2	8,4	558,7	47,9
TOTAL	6 868,1	100,0	5 702,3	100,0	1 165,8	100,0
Mercados:						
EUA	2 672,5	38,9	2 653,1	46,5	19,4	1,7
UE (15)	2 229,9	32,5	2 211,0	38,8	18,9	1,6
RPC	661,9	9,6	34,3	0,6	627,6	53,8
Hong Kong	784,3	11,4	339,2	5,9	445,2	38,2
Outros Ásia e Pacífico	341,8	5,0	289,3	5,1	52,5	4,5
Outros Mercados	177,8	2,6	175,4	3,1	2,4	0,2

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 3

Evolução das exportações de Macau

	Valor (Milhões de Patacas)	Estrutura (%)	Taxa média Crescimento (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
				1995	1995	1987 - 92	1993	1994
Exportações Totais	15 913,5	100,0	4,6	1,1	4,3	7,1	10,5	-4,7
Exportações Têxteis	12 357,6	77,7	5,4	-3,5	5,2	13,2	19,7	0,2
Vestuário	10 858,8	68,2	5,7	-3,6	5,9	14,1	22,4	0,6
Outros prod. têxteis	1 498,8	9,4	3,3	-2,3	1,3	6,8	5,3	-2,6
Exportações Não-Têxteis	3 555,9	22,3	2,3	15,8	1,9	-9,7	-10,3	-19,6
Brinquedos	578,3	3,6	-8,9	-13,3	21,8	-20,6	7,2	-52,4
Electrónica	404,9	2,5	9,7	15,8	15,1	-28,4	-28,9	-53,7
Calçado	326,6	2,1	18,0	37,9	48,9	20,0	64,6	-19,3
Outros	2 246,0	14,1	6,1	23,9	-8,5	-5,2	-16,7	-3,2

NOTA: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao capítulo do Comércio Externo de Mercadorias).

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 4

Evolução das importações de Macau

	Valor (Milhões de Patacas)	Estru- tura (%) 1995	Taxa média de Crescimento (em %) 1987 - 92	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
				1993	1994	1995	1995	1996*
							1º sem.	1º sem.
Importações Totais	18 258,2	100,0	n.d.	1,1	8,5	-2,3	0,8	-5,6
Bens de consumo	5 287,2	29,0	n.d.	7,8	8,9	-4,5	-2,4	-5,1
Alimentares, bebidas e tabaco	2 093,9	11,5	n.d.	10,4	16,6	-3,3	-2,4	0,1
Outros bens de consumo	3 193,3	17,5	n.d.	6,4	4,5	-5,2	-2,3	-8,5
Matérias-primas e produtos semi-transformados	9 854,8	54,0	n.d.	1,4	8,0	-2,7	-1,1	-2,8
Combustíveis e lubrificantes	833,8	4,6	n.d.	10,9	7,3	5,1	4,3	22,3
Bens de Capital	2 282,4	12,5	n.d.	-15,6	9,9	1,8	19,7	-30,2

NOTAS: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao capítulo do Comércio Externo de Mercadorias).

n.d.: não disponível.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, de acordo com dados ajustados do Comércio Externo para efeitos de estimativas do PIB (série revista e rebaseda a 1989).

Quadro III - 5

Nível de utilização de quotas nos Acordos Têxteis
celebrados por Macau com os EUA e a UE

(em percentagem dos limites contingentados)

	1993	1994	1995	1995	1996
				1º sem.	1º sem.
E.U.A.					
Grupo I (algodão e outras fibras, excepto lã) do qual:					
Cat.333/4/5/833/4/5	101,5	113,0	94,7	36,2	29,5
Cat.338	103,7	112,9	107,5	56,2	49,8
Cat.339	103,2	113,7	106,3	58,3	48,7
Cat.340	101,1	108,6	111,4	43,1	37,4
Cat.347/8/847	102,9	113,0	105,3	58,7	39,2
Cat.633/4/5	106,9	104,0	90,1	29,1	27,7
Cat.638/9/838	84,9	93,2	111,0	37,2	40,4
Cat.647/648	104,8	111,8	101,1	48,3	37,3
(Peso destas categorias no total conting. p/ os E.U.A.)	75,7	76,9	76,9	73,8	73,8
Grupo II (lã) - Agregado	40,3	62,5	107,3	28,2	15,1

	1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996 1º sem.
União Europeia *					
Cat.4 (T-Shirts)	90,5	73,6	63,4	29,5	34,5
Cat.5 (Pull-overs)	102,6	100,7	109,5	42,9	45,1
Cat.6 (Calças)	107,3	99,4	93,2	40,2	44,7
Cat.7 (Blusas de tecido p/senhora)	88,5	99,4	93,6	39,9	40,8
Cat.8 (camisas de tecido p/homem)	88,1	69,6	73,2	31,2	26,2
Cat.18 (Roupa interior, pijamas, de tecido)	66,3	61,4	51,5	22,9	21,2
(Peso destas categorias no total conting. p/ a U.E.)	81,8	81,8	81,1	80,6	80,0
Designações:					
Cat.333/4/5/833/4/5 - Casacos de algodão, mistura de seda e outras fibras vegetais					
Cat.338 - Camisas e T-Shirts de malha de algodão, p/homem ou rapaz					
Cat.339 - Blusas, camiseiros e T-Shirts de malha de algodão, p/senhora ou rapariga					
Cat.340 - Camisas de tecido de algodão, p/homem ou rapaz					
Cat.347/8/847 - Calças e calções de algodão, mistura de seda e outras fibras vegetais					
Cat.633/4/5 - Casacos de fibras artificiais					
Cat.638/9/838 - Camisas, camiseiros e T-Shirts de malha de fibras artificiais, mistura de seda e outras fibras vegetais, excepto o algodão					
Cat.647/648 - Calças e calções de fibras artificiais					
* UE (15) a partir de Janeiro de 1995					

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia - Gabinete de Estudos.

Quadro III - 6

Exportações de Macau para os principais mercados

	Valor (Milhões Patacas)	Estrutura (%)	Taxa média de crescimento no período (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
				1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996* 1º sem.
	1995	1995	1987 - 92					
América do Norte	6 932,0	43,6	5,8	-4,3	15,3	21,1	40,1	-7,3
E.U.A.	6 692,8	42,1	5,8	-4,5	16,1	21,2	40,6	-7,2
Canadá	239,2	1,5	5,2	0,7	-2,8	17,5	29,3	-11,0
UE (15)	5 047,1	31,7	3,0	-3,8	-1,2	4,3	4,9	-1,4
Ásia e Pacífico	3 737,8	23,5	6,0	13,6	-1,0	-7,4	-12,3	-3,9
da qual:								
Hong Kong	1 594,1	10,0	0,3	1,2	-7,0	-4,0	-7,7	-2,3
R.P.C.	1 562,3	9,8	26,8	34,5	0,1	-17,2	-24,6	-18,0
Japão	157,9	1,0	-5,6	-12,3	-13,0	12,4	49,0	35,1
Austrália	38,0	0,2	-18,3	-33,4	2,6	-20,9	-26,5	24,2
Outros	196,5	1,2	-3,3	41,3	-15,3	-21,8	-10,9	-19,4
Total	15 913,5	100,0	4,6	1,1	4,3	7,1	10,5	-4,7

NOTA: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao capítulo do Comércio Externo de Mercadorias).

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 7

Exportações de alguns produtos para os principais mercados

A. Vestuário

	Valor (Milhões Patacas) 1995	Estrutura (%) 1995	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996* 1º sem.
E.U.A.	5 935,0	54,7	-2,2	18,6	25,7	48,4	-5,1
União Europeia (15)	4 142,8	38,2	-5,2	-6,2	4,5	-0,3	7,8
Canadá	198,2	1,8	-0,1	-4,0	21,4	25,8	0,0
Taiwan	130,9	1,2	48,1	31,7	-2,3	30,3	48,6
Hong Kong	111,1	1,0	11,5	-11,5	-21,2	-33,8	27,2
Outros Países	340,8	3,1	-15,9	10,9	-12,2	12,7	-5,1
Total	10 858,8	100,0	-3,6	5,9	14,1	22,4	0,6

B. Outros produtos têxteis

Hong Kong	691,2	46,1	-1,0	1,9	5,2	5,3	-8,7
R.P.C.	628,0	41,9	-3,7	-2,4	3,3	-4,1	10,6
E.U.A.	41,7	2,8	280,2	355,4	233,8	n.d.	-76,3
Japão	37,7	2,5	-5,8	-3,0	-10,3	16,4	-30,8
Singapura	26,0	1,7	-85,0	n.d.	n.d.	n.d.	-10,7
Outros Países	74,1	4,9	-2,0	14,9	-11,0	8,8	4,9
Total	1 498,8	100,0	-2,3	1,3	6,8	5,3	-2,6

C. Electrónica

União Europeia (15)	234,3	57,9	13,3	30,2	-34,6	-34,2	-61,6
Hong Kong	84,6	20,9	-24,2	32,2	-34,9	-47,8	-13,4
R.P.C.	55,5	13,7	79,6	-30,1	-12,2	39,0	-78,5
E.U.A.	13,4	3,3	-99,4	n.d.	195,4	-41,6	155,4
Japão	6,2	1,5	145,8	n.d.	155,0	138,4	18,4
Outros Países	11,0	2,7	n.d.	-73,8	54,8	126,7	-32,2
Total	404,9	100,0	15,8	15,1	-28,4	-28,9	-53,7

D. Brinquedos

	Valor (Milhões Patacas) 1995	Estrutura (%) 1995	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996* 1º sem.
União Europeia (15)	280,9	48,6	-20,5	145,2	54,2	160,4	-38,4
E.U.A.	215,5	37,3	-20,0	6,3	-50,6	-34,8	-69,5
Taiwan	24,3	4,2	649,0	104,8	130,6	64,3	-17,2
Hong Kong	14,5	2,5	46,9	-35,4	21,1	28,4	-58,5
Canadá	12,5	2,2	-10,8	-40,3	18,1	42,1	-70,9
Outros Países	30,6	5,3	96,4	7,4	-47,5	-58,4	-71,6
Total	578,3	100,0	-13,3	21,8	-20,6	7,2	-52,4

E. Calçado

União Europeia (15)	238,4	73,0	35,7	50,8	31,8	112,7	-8,2
E.U.A.	37,1	11,4	36,5	-17,7	8,8	-19,8	-88,8
R.P.C.	17,1	5,2	16,7	234,4	-33,0	-27,0	-68,8
Hong Kong	8,6	2,6	25,5	92,5	-40,2	-19,8	-25,2
Áustria	5,4	1,7	344,7	-39,9	n.d.	n.d.	-11,8
Outros Países	19,9	6,1	393,7	190,2	16,3	117,1	-10,4
Total	326,6	100,0	37,9	48,9	20,0	64,6	-19,3

NOTA: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao capítulo do comércio Externo de Mercadorias).

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 8

Exportações de Macau no âmbito do SPG por mercados de destino

	Valor (Milhões Patacas)	Estrutura		Variação em relação ao período homólogo (em %)			
		% no total das exportações por países	% no total das exportações com SPG	1º93	1994	1995	1996 1º sem.
		1995	1995				
América do Norte	411,3	5,9	46,8	-16,4	-7,5	-34,5	-43,4
E.U.A.	395,4	5,9	45,0	-16,7	-6,7	-35,6	-44,0
Canadá	15,9	6,6	1,8	-4,6	-33,2	21,2	-30,1
União Europeia (15)	453,5	9,0	51,6	-8,4	15,7	-18,9	-65,0
Outros países das quais :							
Japão	6,5	4,1	0,7	-55,1	-10,7	-14,6	-67,2
Austrália	4,5	11,9	0,5	-11,0	-28,1	-3,4	-81,8
Total	879,6	5,5	100,0	-13,8	2,0	-26,9	-56,7

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos.

Quadro III - 9

Importações por mercados

	Estrutura (%)	Taxa média de crescimento (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)						
			1995	1987- 92	1993	1994	1995	1995 1º sem.	1996* 1º sem.
Hong Kong	28,9	5,7	-6,6	6,6	-8,5	-7,1	-2,7		
R.P.C.	21,8	10,8	7,0	-7,1	11,1	7,9	3,8		
União Europeia	14,7	16,0	33,2	32,2	-8,4	14,0	-21,3		
Japão	10,5	26,0	-9,7	-15,1	-20,9	-24,1	-16,0		
E.U.A.	7,4	13,0	15,6	23,8	4,3	18,3	-16,4		
Taiwan	7,2	15,6	4,2	9,1	2,4	9,2	8,6		
Coreia do Sul	2,4	14,9	6,8	13,5	-7,7	-16,3	24,5		
Singapura	0,9	23,8	-4,8	18,5	55,1	107,8	-31,9		
Outros países	6,2	10,6	21,3	8,2	0,3	-4,0	10,6		

NOTA: * Quebra de séries estatísticas desde Janeiro de 1996 (Vide Nota Especial ao capítulo do Comércio Externo de Mercadorias).

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, com base nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

IV — EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

IV.1. — *Evolução global*

A evolução das variáveis monetárias da economia do Território, na primeira metade do ano, foi essencialmente determinada pela conjuntura de abrandamento do ritmo de actividade económica e pela redução das taxas de juro ocorrida no primeiro trimestre.

De facto, embora o crédito a empresas e particulares tenha registado a sua mais elevada taxa de crescimento trimestral desde Junho de 1994, em geral manteve um andamento lento ao longo do período. Por outro lado, o abrandamento da procura interna e a consequente quebra das importações, estiveram na origem de um comportamento bastante favorável das disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX).

Desse modo, o indicador de liquidez mais lato M2, prolongou a tendência de crescimento que vinha observando nos últimos seis meses do ano anterior, embora, em resultado de um súbito aumento ocorrido em Junho de 1995, tenha registado uma variação homóloga de apenas 9,4%.

Por sua vez, o agregado mais restrito M1 (circulação e depósitos à ordem e de poupança) com valores a rondar os 19 biliões de patacas, ou seja um valor sensivelmente idêntico ao registado em Dezembro de 1995, verificou um crescimento anual positivo de 2,8%, quebrando, desse modo, o ciclo de variações anuais negativas que se observou entre o final de 1993 e Novembro do ano transacto.

Face a esses desenvolvimentos e apesar do bom andamento do M1, a expansão do agregado M2 continuou a ser, fundamentalmente, determinada pela evolução francamente mais favorável dos depósitos a prazo, que, na primeira metade do ano, verificaram, em média, uma variação anual positiva de 15,9%.

Pese embora a descida das taxas de juro (a última das quais ocorreu a 5 de Fevereiro) a sua manutenção ainda a níveis relativamente elevados, explica o melhor desempenho relativo dos depósitos a prazo e a sua maior contribuição para a expansão do agregado M2.

Por sua vez, o crédito interno, embora em Junho tenha registado a variação anual mais baixa ao longo do primeiro semestre (+3,9% contra 9,4% no mês imediatamente anterior) manteve trajectória moderadamente ascendente. Apesar disso, o comportamento do crédito não terá sido particularmente estimulado pela descida das taxas de juro, reflectindo, sobretudo, os condicionalismos conjunturais que vêm caracterizando a evolução da economia do Território.

Em virtude do seu enquadramento monetário-cambial, a pataca acompanhou, de perto, os movimentos da divisa americana face às principais moedas, tendo, nos primeiros seis meses do ano, verificado ganhos de 5,6%, face ao marco alemão e de 6,5% contra o iene japonês.

O sistema bancário, apesar de um desempenho globalmente positivo, não deixou de evidenciar os efeitos da desaceleração da actividade económica. Desse modo, os indicadores de actividade e de rendibilidade do sector revelaram «performances» ligeiramente inferiores às registadas no final da segunda metade do ano anterior.

IV.2. — *Evolução das taxas de juro e de câmbio*

O enquadramento monetário-cambial em Macau, tendo como vector fundamental a existência de uma paridade fixa entre a pataca e o dólar de Hong Kong (HKD 1 = MOP 1,03) determina que a variação percentual destas duas unidades monetárias face às restantes seja idêntica.

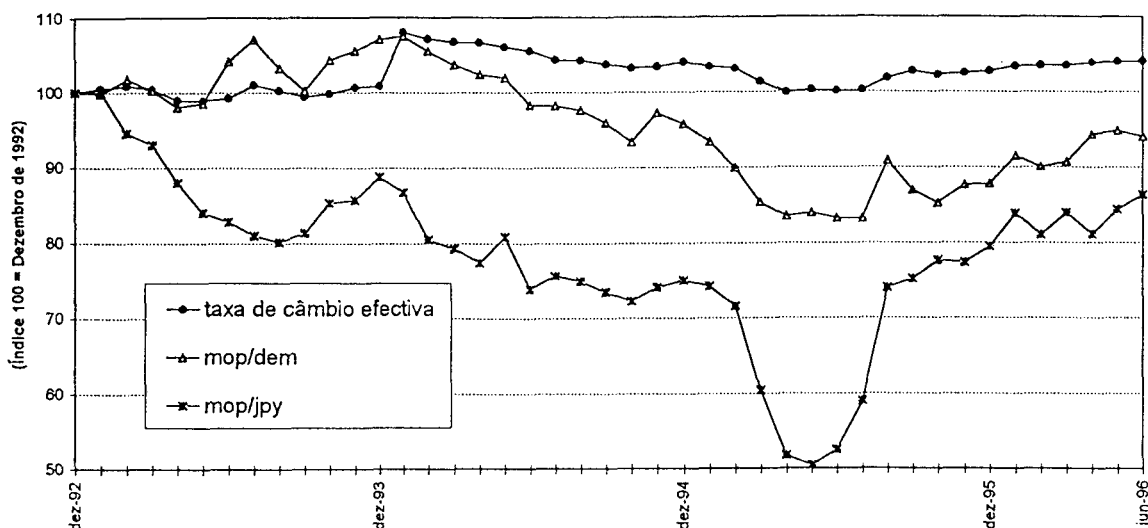
Como, por sua vez, o dólar de Hong Kong está indexado ao dólar norte-americano, através de um sistema que apenas permite oscilações muito pequenas entre as duas moedas, a pataca acaba por estar indirectamente ligada ao USD.

Conferindo esta opção elevado grau de confiança aos agentes económicos na moeda do Território impossibilita, em contrapartida, o emprego de uma política monetária autónoma. Desse modo, as taxas de juro em Macau oscilam de acordo com as variações registadas nas taxas de Hong Kong e, em última instância, em função das alterações das taxas de juro do dólar americano, nomeadamente as ditadas pela Reserva Federal (FED) — taxa de desconto, e a «Federal Fund's Rate».

De Fevereiro de 1994 a Fevereiro de 1995 ocorreram vários aumentos nas taxas directoras da FED, que naturalmente se repercutiram nas taxas do dólar de Hong Kong e da pataca. Contudo, por força do arrefecimento da economia americana, essas taxas seriam, posteriormente, reduzidas (em 6 de Julho, 19 de Dezembro e já em 31 de Janeiro do corrente ano) pelo que as taxas indicativas aprovadas pela «Associação de Bancos de Macau», eram, no fim de Junho passado, 3,5% para os depósitos de poupança e 4,25% para os depósitos com pré-aviso de 7 dias, ou seja, menos 0,5 pontos percentuais em ambos os casos, relativamente a igual período do ano anterior.

No período anual terminado no primeiro semestre de 1996, as taxas no mercado interbancário da pataca (MAIBOR) e as taxas activas evoluíram no mesmo sentido, tendo as «prime-rate» diminuído igualmente cerca de 0,5 pontos percentuais, fixando-se, sensivelmente, à volta dos 10,5% para o crédito à habitação e 9,5% para os efeitos descontados a 90 dias.

Evolução cambial da pataca
(Dez. 92 — Jun.96)



NOTA: Um aumento (decréscimo) nos índices significa uma apreciação (depreciação) da pataca.

No tocante à evolução cambial, após o período de ano e meio terminando em Junho de 1995, em que a pataca veio sucessivamente a perder valor contra a generalidade das principais moedas, essa tendência seria revertida. Desse modo, a moeda do Território, face à recuperação operada no segundo semestre, acabou por registar, em todo o ano de 1995, apenas uma depreciação de 7,7%, relativamente ao marco alemão, tendo, inclusive, verificado um aumento de 3,6% face ao iene japonês, facto notável, tendo em conta que em Junho ainda se registava uma depreciação próxima dos 18%.

Em 1996, o dólar americano continuou a verificar uma subida, em parte determinada por um abrandamento no crescimento na Europa que, em consequência, deu origem a políticas monetárias de pendor expansionista. Também as taxas de juro no Japão, igualmente com vista a proporcionar uma retoma, permaneceram nos seus níveis mais baixos de sempre. Assim, no termo do primeiro semestre, relativamente ao final de 1995, a pataca registou ganhos de 5,5% contra o marco alemão e de 5,6% face ao iene japonês.

Refira-se, no entanto, que contrariaram esta tendência a lira italiana, que se apreciou 3,5% nos primeiros seis meses do ano, principalmente em consequência da hipótese deste país poder integrar o grupo de estados da União Europeia que adoptarão a moeda única, a partir de 1999, bem como os dólares australiano e

neozelandês, que se apreciaram contra a pataca, respectivamente 6,2 e 4,9%, em resultado de boas perspectivas de crescimento e da alta nos preços das matérias-primas.

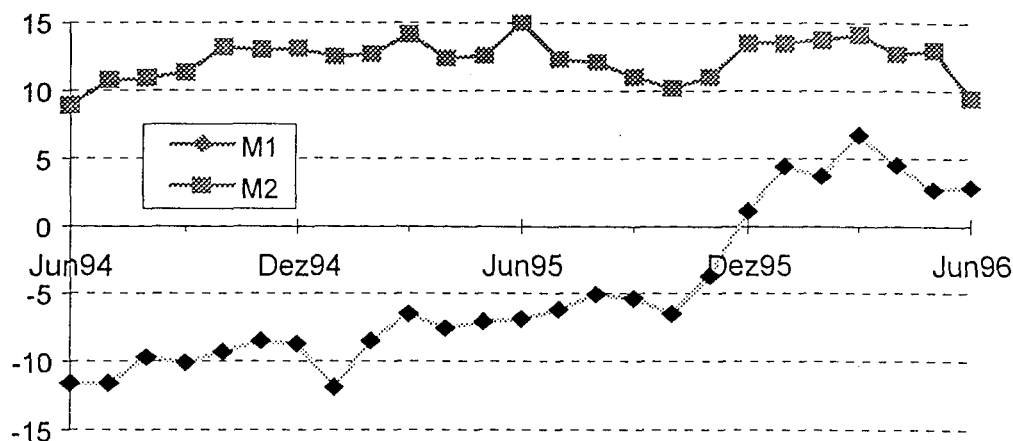
Relativamente às outras moedas da região Ásia-Pacífico, verificaram-se, na primeira metade do ano, apreciações da pataca em 4,9% contra o won coreano e 0,9% face ao dólar de Taiwan e, inversamente, registaram-se perdas de 1,9% relativamente ao ringgit da Malásia, 0,3% contra o dólar de Singapura e de 0,1% face ao yuan chinês.

No primeiro semestre do corrente ano e após ter diminuído 0,57% em 1995, a taxa de câmbio nominal efectiva da pataca, que reflecte as variações cambiais ponderadas pelos fluxos de comércio externo dos principais parceiros comerciais, aumentou 1,3%. No entanto, por consequência da grande desvalorização da pataca registada na primeira metade de 1995, a variação homóloga em Junho do índice da taxa de câmbio efectiva foi bastante superior (4,1%).

IV.3. — Massa monetária

No seguimento da evolução que se tem vindo a observar desde o final do terceiro trimestre de 1994, período que marcou a inversão da tendência de desaceleração iniciada em meados de 1992, os principais agregados monetários exibiram, no primeiro semestre de 1996, crescimento estável e sustentado.

**Crescimento da massa monetária
(Variações anuais %)**



Não obstante, o agregado mais lato de liquidez M2 (M1 e responsabilidades quase-monetárias) em resultado de um súbito incremento da liquidez em Junho do ano anterior, relacionado com uma operação de financiamento do projecto do Aeroporto Internacional de Macau, conheceu, no final do primeiro semestre do corrente ano, a taxa homóloga de crescimento mais baixa dos últimos 24 meses. Desse modo, a variação anual do M2, que desde o segundo semestre de 1994 se tem situado, consecutivamente, na casa dos dois dígitos, quedou-se pelos 9,4% em Junho do ano em apreço.

Por seu turno, contrariamente à estabilidade evidenciada pelo M2, o indicador mais estrito de liquidez M1 (circulação e depósitos à vista) após um longo período de variações anuais persistentemente negativas, que mediou entre o final de 1993 e Dezembro de 1995, altura em que registou um crescimento homólogo positivo de 1,1%, consolidou neste primeiro semestre a inversão da tendência anterior, exibindo crescimento contínuo, materializado em variações de base anual que atingiram 6,7% em Março e gravitaram em torno dos 3% em Maio e Junho.

Em consequência da pequena dimensão e elevado grau de abertura ao exterior da economia de Macau, a trajectória do M2 nos primeiros meses de 1996 foi, à semelhança do ano anterior, fundamentalmente determinada pelo apreciável ritmo de crescimento evidenciado pelas disponibilidades líquidas sobre o exterior (M2 = DLX + CI + Dív. Líq.) que, entre o final do primeiro semestre de 1995 e igual período de 1996, aumentaram 17,6%. Evolução diversa conheceu a outra contrapartida da massa monetária, o crédito interno, que, em virtude da desaceleração da actividade económica, registou um crescimento de apenas 3,9% relativamente a Junho de 1995.

Em resultado do lento, mas consistente, crescimento, em termos anuais, dos depósitos à vista (depósitos à ordem e depósitos de poupança, uma vez que a circulação, apesar de ter exibido elevadas taxas de variação anual, com excepção de Janeiro, detém um peso relativamente reduzido de cerca de 7% no total) o M1 manteve-se praticamente inalterado em torno dos 19 biliões de patacas durante o período que decorreu entre Dezembro do ano precedente e Junho último, a que, no entanto, corresponderam taxas de variação homólogas positivas.

Por sua vez, o M2 ascendeu a 72,7 biliões de patacas na primeira metade do ano, mediante a expansão vigorosa das RQM (depósi-

tos a prazo e depósitos com pré-aviso), que, em Junho, apresentavam uma variação anual de 12,1% e, também, em resultado do bom desempenho do M1. Contrariamente ao ocorrido no ano anterior, no qual somente os depósitos a prazo tinham observado uma taxa de crescimento anual positiva, neste primeiro semestre todas as categorias de depósitos, à excepção dos depósitos à ordem, observaram evolução positiva, tendo os depósitos com pré-aviso, de poupança e a prazo, aumentado 39,0%, 3,8% e 11,9%, respectivamente.

Desta forma, a redução das taxas de juro veio atenuar o crescimento do peso dos depósitos a prazo no M2, a que se vinha assistindo em detrimento da parcela respeitante aos depósitos à vista (com remuneração inferior) e, desse modo, ditar, necessariamente, a diminuição do diferencial dos ritmos de crescimento do M1 e do M2.

Relativamente à composição da massa monetária por moedas, verificou-se que, entre Junho de 1995 e o período homólogo de 1996, a parcela do M2 denominada em patacas decresceu um ponto percentual, para 28,6%, enquanto a quota do dólar de Hong Kong, que se reforçou em 1,7 pontos percentuais, ascendeu a 56,7%. Por seu turno, o peso das «outras moedas» permaneceu em trajectória descendente, quedando-se pelos 14,7%, a que corresponde uma quebra de 0,8 pontos percentuais, em relação ao primeiro semestre de 1995.

IV.4. — Crédito interno

A evolução do crédito interno (CI) resulta, logicamente, do próprio comportamento das suas componentes, ou seja, o crédito a empresas e particulares (CEP) e o crédito líquido ao sector público (CLSP) sendo este, por sua vez, obtido pela diferença entre o crédito concedido ao sector público e os respectivos depósitos.

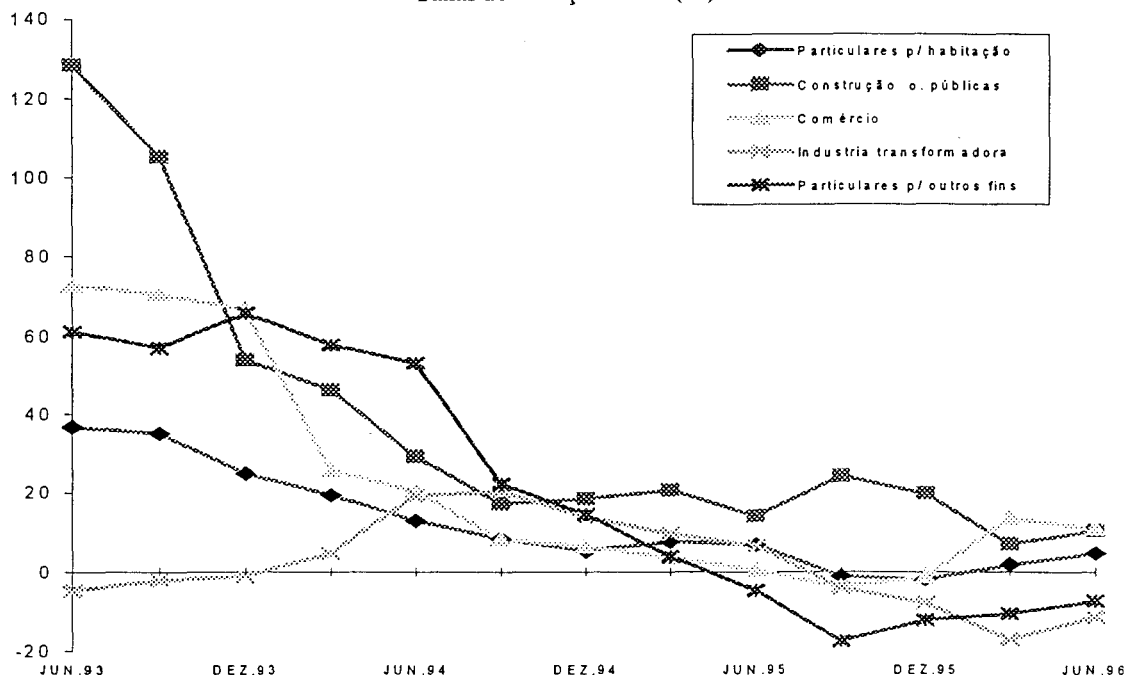
Como o crédito ao sector público é tradicionalmente reduzido (192 milhões de patacas em Junho) e os depósitos do sector se representam por montantes muito superiores (4,3 biliões) o CLSP acaba por ser uma rubrica de sinal negativo no cálculo do crédito interno (CI = CLSP + CEP) cuja magnitude é, assim, ditada, fundamentalmente, pelo montante do crédito a empresas e particulares (39 917 biliões).

No entanto, importa notar que, no final do primeiro semestre, o crédito interno apresentou um crescimento anual de, somente, 3,9%, variação bastante inferior à média das taxas homólogas dos

últimos doze meses (8%). Este comportamento ficou a dever-se, não a uma variação significativa do CEP mas, sobretudo, a uma diminuição de 9,8% no CLSP relativamente a Junho de 1995,

altura em que se efectuou uma aplicação de 2,1 biliões de patacas em títulos de participação por parte da Administração, operação enquadrada no financiamento da construção do aeroporto.

Crédito a empresas particulares Taxas de variação anual (%)



Em consequência do abrandamento da actividade económica, dado o menor dinamismo, quer da procura interna, quer da procura externa, o crédito a empresas e particulares registou, em Junho último, uma taxa homóloga de crescimento nominal de 4,5%. Este comportamento, que se insere na linha de tendência de desaceleração que o CEP tem vindo a verificar desde o início de 1994 e contrasta com os 47,4% registados em Junho de 1993, poderá significar, também, um pequeno decréscimo em volume nos últimos doze meses.

Note-se, contudo, que, no segundo trimestre, o CEP, com uma variação positiva de 3,8%, registou a maior expansão em termos trimestrais ocorrida desde Junho de 1994, o que contrasta francamente com o decréscimo de 1,6% que se tinha verificado no terceiro trimestre de 1995.

Por outro lado, não obstante o contexto geral menos favorável, sectores houve onde se verificaram aumentos de crédito expressivos, designadamente a construção e obras públicas (+10,4%), comércio (+10,9%), restaurantes, hotéis e similares (+16,1%) e ainda, embora já a um ritmo próximo da média, o crédito a particulares para a aquisição de habitação (+4,7%).

Inversamente, outros sectores reduziram os montantes de crédito absorvido, em alguns casos de forma significativa, como a indústria transformadora (-13,3%) — em grande parte devido à queda do crédito ao subsector do vestuário e confecções (-15,7%) não compensada pelo, apesar de tudo elevado, aumento registado no ramo dos outros produtos têxteis (+21%) — e ainda os sectores da electricidade, gás e água (-8,6%) e os particulares, para fins diversos da compra de habitação (-7,2%).

Em termos gerais, o CEP manteve a tendência de redução da sua estrutura de prazos, tendo-se verificado a alteração mais

saliente nos valores de Junho, face ao mês homólogo de 1995 e no aumento do peso do crédito por prazos até três meses, que passou de 13,3 para 21,7% do total. Enquanto isso, o crédito a mais de um ano quedou-se nos 51% do total, ou seja, menos 3,4 pontos percentuais do que há um ano atrás. Contudo, face ao decréscimo significativo na utilização do desconto de letras e outros efeitos — instrumentos que representaram, em Junho, apenas 1,6% do total, contra 7,6% no mesmo mês do ano anterior — essa diminuição poderia ter sido ampliada.

Relativamente à estrutura do CEP, por moedas de denominação, continuou a verificar-se o aumento da parte representada em patacas, desta vez para 24,4%, o que elevou, em 5,6 pontos percentuais, a participação da moeda do Território no período de dois anos terminado em Junho. No entanto, de forma diversa ao ocorrido nos doze meses terminados em Junho de 1995, a parcela representada em dólares de Hong Kong, aumentou de 65,4 para 66,9%, enquanto o peso relativo das «outras moedas», diminuiu, de 12,1 para 8,7%.

IV.5. — Relações financeiras com o exterior

No primeiro semestre de 1996, as disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) continuaram a descrever uma trajectória bastante favorável, registando, no final do período, 40,6 biliões de patacas. O quadro evolutivo que tem vindo a caracterizar a economia de Macau nos últimos anos, foi, apenas, alterado no período que mediou entre meados de 1992 e princípios de 1994, altura em que a forte pressão de factores exógenos ao sistema económico do Território determinou a evolução negativa das DLX.

A balança de operações não-monetárias (BONM), que iguala a variação das DLX, apresentou, entre Janeiro e Junho do corrente

ano, um valor acumulado de 1,3 biliões de patacas, inferior em 30,6% ao gerado em igual período de 1995.

O desenvolvimento adverso da BONM, que agrega a balança de bens e serviços (BBS) e a balança de rendimentos, transferências e capitais (BRTC), terá resultado do lento crescimento da primeira e da evolução negativa da segunda. No entanto, importa realçar que, no quadro de uma economia extremamente aberta ao exterior, afectada por uma depressão conjuntural da procura interna, enquanto o decréscimo da BRTC (-1,2%) pode ser considerado uma circunstância normal, já a lenta evolução da BBS (+3,6%) não deixa de constituir um indicador de arrefecimento da economia do Território.

Em nítido contraste com o ocorrido nos últimos anos, foi a balança comercial (BC) e não a balança de serviços (BS) aquela que, em termos relativos, mais contribuiu para a evolução positiva da BBS. Desse modo, embora a BS apresentasse um valor positivo e a BC um saldo negativo, as respectivas variações anuais foram de +1,6% e +8,9%.

Tomando em consideração a quebra do valor das suas componentes, a evolução favorável da BC resultou do decréscimo mais significativo das importações (-5,5%) face ao das exportações (-4,5%) facto que conduziu à diminuição do défice comercial e à subida da taxa de cobertura de 78,9%, em Junho de 1995, para 79,8%, no final da primeira metade do corrente ano. No que diz respeito às vendas ao exterior, esta situação ter-se-á ficado a dever à súbita quebra da procura externa, fenómeno que se estende a algumas das mais dinâmicas economias do Sudeste Asiático, nomeadamente à China, Coreia do Sul, Tailândia, Vietname e Taiwan. Por seu turno, em consequência do processo de desaceleração que a economia de Macau tem vindo a atravessar, as importações de mercadorias voltaram a exibir uma trajectória descendente em relação ao primeiro semestre do ano transacto.

Pese embora o crescimento das despesas dos visitantes, a evolução desfavorável das receitas do jogo terá pesado decisivamente na desaceleração das exportações de serviços (+3,2%). Evidenciando um maior dinamismo, as importações de serviços registaram um crescimento, em termos anuais, de 20,8%, contribuindo, de igual forma e apesar do seu valor relativamente reduzido, para o comportamento menos favorável do excedente da BS.

Nos primeiros seis meses do ano, a BRTC, estimada residualmente a partir dos valores da BONM e BBS, registou a formação de um défice de 9,0 biliões de patacas, superior, em 11,7%, ao verificado no período homólogo de 1995.

Apesar de enfraquecido, o sector exportador da economia, ao proporcionar o reforço (ainda que inferior ao verificado no ano anterior) do «stock» líquido das disponibilidades sobre o exterior, continuou a ser o factor preponderante na expansão da massa monetária.

IV.6. — Actuação da Autoridade Monetária e Cambial de Macau

A AMCM tem prosseguido, em 1996, as acções consideradas adequadas ao cumprimento das suas funções estatutárias, nomeadamente nos domínios da supervisão do sistema financeiro, da gestão da reserva cambial, da promoção e defesa do uso da moeda local e da manutenção da estabilidade da política monetária e cambial.

Em simultâneo, desenvolveu acções enquadradas nas Linhas de Acção Governativa, com o objectivo de criação de condições susceptíveis de apoiar o incremento da modernização e da internacionalização do sector financeiro do Território.

No âmbito do sector segurador, concluiu-se a preparação do projecto de revisão do diploma regulador da actividade seguradora e procedeu-se à implementação do sistema de estatísticas para os seguros obrigatórios e da legislação sobre o seguro obrigatório de responsabilidade civil, referente à afixação do material de publicidade e propaganda.

Estão em curso, com conclusão prevista até ao fim do ano, as acções respeitantes à preparação da legislação sobre o contrato de seguro, ao quadro legal para os fundos privados de pensões e ao código de conduta para os operadores autorizados.

No tocante ao sector bancário, concluiu-se a preparação do projecto do novo regime de enquadramento da actividade financeira «off-shore» e elaborou-se a legislação relacionada com a emissão da nota de 20 patacas e da nova moeda de 10 patacas, encerrando-se, desse modo, o novo sistema de notas e moedas para a circulação fiduciária.

Em Março passado, concluiu-se o processo relacionado com a revisão do estatuto da AMCM.

IV.7. — Actividade das OIM

a) Evolução da actividade do sector bancário

De acordo com os indicadores disponíveis, a actividade dos bancos e a sua rendibilidade foram condicionadas pelos efeitos da desaceleração da actividade que a economia do Território tem vindo a atravessar.

Com efeito, aferindo o dinamismo da actividade bancária através do valor do activo (diminuído das contas internas e de regularização), verificou-se, em termos nominais, uma variação, nos últimos doze meses terminados em Junho, de apenas 3,6%. Se bem que este crescimento tenha sido superior ao registado até Março (-8,1%) ele não deixa de traduzir uma redução, em termos reais, dado que o desenvolvimento do sector ficou bastante aquém dos valores alcançados no passado, designadamente dos 33% registados dois anos antes.

De entre as rubricas do activo que mais influenciaram a evolução global da actividade bancária, destacam-se o expressivo crescimento das disponibilidades sobre bancos no exterior (+20,2%), a grande diminuição das aplicações financeiras no exterior (-48,1%) e o fraco crescimento do crédito a empresas e particulares (+4,4%). Desta forma, excluindo as aplicações que não têm estritamente a ver com a actividade (pura) da intermediação bancária, nomeadamente as aplicações em títulos, verifica-se que o volume das aplicações bancárias, apesar da conjuntura desfavorável, aumentou 11,4% nos 12 meses terminados em Junho.

Mediante esse desenvolvimento, a margem de juros, indicador que regista a diferença entre os proveitos das operações de crédito e os encargos financeiros respeitantes à remuneração dos recursos alheios, não obstante tenha verificado a menor variação homóloga no espaço de dois anos (+13,2%) foi, apesar disso, superior à margem bruta de intermediação, que não foi além dos 5,9%. Para este último resultado pesaram os decréscimos dos proveitos obtidos com as aplicações em títulos (-47,5%) e com as operações

cambiais (-35,7%), insuficientemente compensados pela subida verificada nos outros proveitos bancários, nomeadamente pela expressiva expansão nas receitas auferidas com outros serviços (+76,1%).

Desse modo, os recursos alheios acabaram por denotar uma evolução próxima do activo (+2,3%) sendo de destacar a queda dos depósitos (incluindo certificados de depósito) titulados por não-residentes (-22,2%) que, dessa forma, se ajustaram face ao forte aumento ocorrido no ano anterior (+328%) e ainda o decréscimo das responsabilidades a curto prazo para com bancos no exterior (-12,4%) o qual, no entanto, seria mais do que compensado pelo aumento dos depósitos a prazo de residentes (+11,9%).

Em resultado do alargamento do diferencial das taxas de juro activas e passivas, apesar do aumento dos encargos financeiros inerentes ao crescimento da importância dos depósitos a prazo nos depósitos totais (passaram de 71,7% em Junho de 1995 para 74,1% no mês homólogo de 1996) o ritmo de expansão da margem de juros (+13,2%) foi superior ao atingido pelo crédito concedido a empresas particulares (+4,4%) contribuindo, nessa medida, para o crescimento da rentabilidade global da actividade bancária.

Por outro lado, manteve-se a tendência de redução da obtenção de recursos no mercado externo, em oposição ao alargamento dos recursos obtidos no Território, que passaram de 67,8% em Junho de 95 para 72,3% no mesmo mês de 96. Contudo, no que respeita às aplicações, a situação foi relativamente diversa, tendo as aplicações no mercado doméstico diminuído 0,3%, enquanto as efectuadas no mercado externo aumentaram 3,8%. Se bem que estes desenvolvimentos possam não traduzir uma alteração substancial, eles corresponderão a um abrandamento da tendência seguida no ano anterior, quando as aplicações no mercado doméstico tinham aumentado 19,7%, enquanto no mercado exterior se tinham reduzido em 15,2%.

Em consonância com a desaceleração da actividade do sector, também o VAB abrandou, tendo registado uma variação (nominal) anual de 4,7% no final do primeiro semestre de 96, que contrasta com os 9,2% em Junho de 1995. Desse modo, a manter-se o crescimento do número de trabalhadores a uma taxa próxima da ocorrida no período anual até Dezembro de 95 (3%), a produtividade do sector terá registado uma ligeira diminuição.

b) Mercado interbancário

Até ao início de 1987, as operações efectuadas no mercado interbancário de Macau eram apenas as aplicações de fundos interbancos e os «swaps» de moeda entre as OIM e a AMCM. A partir do mês de Fevereiro desse ano, passaram também a fazer parte do mercado interbancário as aplicações em bilhetes monetários (BM) tendo como objectivo principal a secagem da liquidez em patacas, por forma a evitar a fuga para outras moedas, nomeadamente para o dólar de Hong Kong (cuja contrapartida seria a diminuição da reserva cambial oficial).

De então para cá o mercado atingiu um estágio de desenvolvimento considerável, embora existam algumas limitações, designadamente pela proximidade de um centro financeiro com a importância e dimensão de Hong Kong.

De facto, os montantes envolvidos nas operações entre bancos são bastante reduzidos, tanto em termos de recursos totais (2,1% em Junho) como relativamente às aplicações em BM (23%). Mesmo considerando o valor dos dois tipos de aplicações em conjunto (13,6 biliões de patacas) verifica-se, ainda assim, que representam apenas 33% das disponibilidades das OIM sobre bancos no exterior.

Não obstante as disponibilidades sobre bancos no exterior terem aumentado 6,9 biliões de patacas no último ano, elas ultrapassaram largamente, quer o acréscimo das aplicações em instituições de crédito locais (+935 milhões) quer o crescimento do saldo médio mensal das aplicações em BM junto da AMCM (+1,1 biliões).

Em virtude da maior captação de fundos relativamente às aplicações de crédito, assistiu-se também a uma grande descida do «turnover» médio mensal das operações «swap» (-41,3%) e a um decréscimo abrupto do seu prazo médio, tendo passado de 48 para 15 dias.

O maior relacionamento dos bancos de Macau com o exterior, em detrimento de uma maior cooperação interna, prende-se com o ambiente e as características próprias das instituições de crédito (IC) que operam localmente. De facto, embora a proporção de bancos locais tenha aumentado significativamente no último ano, verifica-se que a maioria das IC de Macau são representações de bancos com sede no exterior. Mesmo uma parte significativa das que têm vindo a adquirir estatuto de sociedades de direito local, são filiais de bancos estrangeiros, o que, estruturalmente, favorece o relacionamento com bancos externos.

Noutro sentido, enquanto o abrandamento da actividade económica provocou a desaceleração do crescimento do crédito, as DLX continuaram a evidenciar um acentuado dinamismo, dando origem a que os depósitos bancários, agora superiores ao valor do crédito em cerca de 80%, tivessem aumentado a um ritmo médio bastante superior ao deste (12,2 e 5,1%, respectivamente). Desse modo, na ausência de um leque de aplicações alternativas a nível interno, resta aos bancos o recurso ao mercado externo.

Decorrendo, igualmente, da evolução conjuntural descrita, as responsabilidades para com bancos no exterior diminuíram, de 22,1 biliões para 19,4 biliões de patacas. Como vem acontecendo desde o terceiro trimestre de 1994, o diferencial dos recursos e das aplicações no mercado externo alargou-se, registando em Junho uma taxa homóloga de crescimento negativa, a mais alta desde então (-37,8%).

Neste contexto, importa relevar a diminuição dos recursos obtidos junto de bancos no exterior, o aumento de aplicações/recursos obtidos no mercado interbancário local e a expansão do saldo médio das aplicações em BM e, naturalmente, o aumento das disponibilidades sobre bancos no exterior, que terão funcionado, sobretudo, como alternativa de aplicação da liquidez. Por outro lado, enquanto o mercado interbancário local parece ter ainda espaço para se desenvolver, a experiência das IC nas suas operações em mercados interbancários externos exigentes e competitivos, tem-se revelado de grande utilidade para o desenvolvimento da actividade bancária em Macau.

Quadro IV - 1

Taxas de juro

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores em fim de período)

(% ano)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
"Prime rate" para empréstimos em HKD	6,50	8,50	8,75	9,00	8,50
Taxa de depósitos de poupança em MOP	1,25	3,50	3,75	4,00	3,50

NOTA: (*) Taxas indicativas aprovadas pela Associação de Bancos de Macau.

FONTES: «Datastream».

Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 2

Taxas de câmbio da pataca

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Câmbios em fim de período)

(Patacas por 100 unidades de moeda externa)

	1993	1994	1995	1º S/95	1º S/96
Escudos portugueses	4,5	5,0	5,1	5,5	5,1
Dólares dos EUA	795,6	797,0	796,5	797,0	797,3
Marcos alemães	458,6	514,4	553,9	576,3	522,8
Ienes japoneses	7,1	8,0	7,7	9,4	7,3
Libras esterlinas	1176,5	1248,5	1234,9	1268,4	1238,0
Francos franceses	135,0	149,3	689,9	164,2	154,6
Dólares de Singapura	494,8	546,7	563,1	570,5	564,9
Dólares de Taiwan (a)	29,8	30,3	29,2	30,9	29,0
Yuans da RPC (a)	137,2	94,4	95,8	96,0	95,8
Wons da Coreia do Sul (a)	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0

NOTA: (a) Moedas não cotadas oficialmente.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 3

Índices de taxa de câmbio efectiva da pataca e do dólar de Hong Kong

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores médios mensais do último mês do período)

(Índices Base = 100 em 24-28. Out. 1983)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Pataca					
Índice global (Imp.+Exp.)	104,0	107,3	106,0	103,2	107,4
Índice - importações	112,0	120,7	120,6	115,0	122,5
Índice - exportações	97,9	97,3	95,3	94,4	96,4
Dólar de Hong Kong					
Índice global	113,8	121,8	122,5	118,5	124,3

NOTA: Diminuição do valor dos índices significa depreciação da moeda.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 4

Síntese da situação monetária

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Disponibilidades Líquidas					
sobre o Exterior	28262,8	32583,3	39256,6	34498,5	40585,9
Tx. variaç. homóloga anual(%)	-12,0	15,3	20,5	21,4	17,6
Disponibilidade. sobre o Exterior	65049,7	64117,1	66241,6	68686,1	70464,4
Responsab. perante o Exterior	36786,9	31533,8	32685,4	34187,6	29878,5
Crédito Interno	31382,9	34520,1	37241,0	38421,5	39917,4
Tx. variaç. homóloga anual(%)	37,9	10,0	7,9	10,5	3,9
Crédit. Líquid. ao Sect. Público	-4614,1	-5187,1	-4407,4	-3718,6	-4081,5
Créd. a Empresas e Particulares	35997,0	39707,2	41648,4	42140,0	43998,9
Tx. variaç. homóloga anual(%)	39,1	10,3	4,9	8,0	4,4
Massa Monetária M2	53956,1	61018,8	69284,4	66476,9	72736,0
Tx. variaç. homóloga anual(%)	7,1	13,1	13,5	15,0	9,4
Massa Monetária M1	20602,8	18809,5	19010,5	18679,9	19201,9
Tx. variaç. homóloga anual(%)	-1,8	-8,7	1,1	-6,9	2,8
Circulação	1080,8	1197,8	1280,3	1184,4	1324,4
Depósitos à Vista	19521,9	17611,7	17730,2	17495,6	17877,5
Responsab. Quase Monetárias	33353,3	42209,3	50273,9	47797,0	53534,1
Diversos Líquidos	5689,6	6084,6	7213,2	6443,0	7767,4

NOTAS: Valores absolutos em final de período.

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior (em %).

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 5

Massa monetária

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Agregado Monetário M1	-1,8	-8,7	1,1	-6,9	2,8
Circulação Monetária	11,6	10,8	6,9	7,3	11,8
Depósitos à Ordem	-14,0	-11,1	8,7	-4,2	-3,2
Depósitos de Poupança	1,4	-9,4	-1,6	-8,7	3,8
Respons. Quase Monetárias	13,5	26,6	19,1	26,6	12,0
Depósitos a Prazo	12,7	27,4	19,0	27,2	11,9
Depósitos c/Pré-Aviso	114,4	-30,5	28,8	-22,6	39,0
Agregado Monetário M2	7,1	13,1	13,5	15,0	9,4

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 6

Estrutura da massa monetária, por moedas de denominação

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(%)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Agregado Monetário M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	31,5	35,8	38,5	35,9	39,9
Dólares de Hong Kong (HKD)	53,2	53,0	51,3	52,7	50,5
Outras Moedas Externas (OME)	15,3	11,1	10,2	11,3	9,7
Agregado Monetário M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	26,2	27,1	29,0	29,6	28,6
Dólares de Hong Kong (HKD)	50,9	55,5	56,3	54,9	56,7
Outras Moedas Externas (OME)	22,9	17,4	14,7	15,5	14,7

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 7

Estrutura dos depósitos de residentes, por tipos de depósito

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Depósitos totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depósitos à Ordem	8,8	6,7	6,3	7,5	5,7
Depósitos de Poupança	28,6	22,9	19,9	20,3	19,5
Depósitos com Pré-Aviso	0,9	0,6	0,7	0,5	0,7
Depósitos a Prazo	61,7	69,8	73,1	71,7	74,1

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 8

Empréstimos e adiantamentos a empresas e particulares concedidos pelo sistema bancário

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Empréstimos e Adiantamentos	36,9	11,3	4,7	8,1	11,3
Overdrafts	35,3	7,9	4,8	6,3	-1,2
Outros empréstimos e adiantamentos	37,1	11,8	4,7	8,3	13,0
Até 3 meses	40,5	20,0	13,4	10,9	69,8
De 3 a 6 meses	6,1	48,7	-9,8	41,0	6,6
De 6 a 12 meses	47,6	31,9	41,3	28,7	25,6
De 1 a 2 anos	46,0	15,1	-8,8	38,6	-14,8
A mais de 2 anos	36,5	4,6	0,2	0,9	-0,1

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 9

Crédito a empresas e particulares, por moedas de denominação

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Crédito a empresas e particulares	39,1	10,3	4,9	8,0	4,4
Patacas (MOP)	60,1	28,8	22,9	22,7	13,0
Dólares de Hong Kong (HKD)	34,4	7,6	2,3	5,7	6,8
Outras Moedas Externas (OME)	39,7	-0,4	-12,0	-2,4	-24,9
Empréstimos e adiantamentos	36,9	11,3	4,7	8,1	11,3
Patacas (MOP)	61,3	27,1	23,8	23,5	13,5
Dólares de Hong Kong (HKD)	33,6	8,2	2,4	5,4	11,4
Outras Moedas Externas (OME)	23,3	2,9	-22,3	-5,8	4,4
Letras descontadas e outros efeitos	76,1	-6,6	9,4	3,7	-78,3
Patacas (MOP)	-91,8	-6,7	-71,4	-98,4	-71,4
Dólares de Hong Kong (HKD)	52,7	-4,6	1,4	13,7	-78,5
Outras Moedas Externas (OME)	109,8	-8,4	17,0	4,6	-78,1
Aplicações financeiras	12,8	170,1	-12,8	169,7	-6,6
Patacas (MOP)	24,5	179,6	-12,3	176,9	-8,1
Dólares de Hong Kong (HKD)	-65,1	-56,7	-84,6	-43,5	-84,6
Outras Moedas Externas (OME)	-	-	-	-	-

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 10

Estrutura da distribuição sectorial do crédito

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

	(%)				
	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Agricultura e pescas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias transformadoras	10,7	11,1	9,7	11,4	9,6
Alimentação e bebidas	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1
Vestuário e confecções	3,7	3,8	3,7	4,1	3,3
Outros produtos têxteis	1,0	0,9	0,8	1,1	1,3
Obras de couro	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
Madeira e mobiliário	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Cerâmica	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
Papel, artes gráficas e editoriais	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Brinquedos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Máquinas, mat. eléctrico e electrónico	0,7	0,8	0,7	0,7	0,6
Flores artificiais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias diversas não especificadas	4,0	4,6	3,5	4,5	3,5
Electricidade, gás e água	2,3	3,2	3,3	3,3	2,9
Construção e obras públicas	16,2	17,5	19,8	17,3	18,3
Comércio	15,9	15,4	14,5	14,3	15,2
Restaurantes, hotéis e similares	3,8	3,8	4,0	3,6	4,0
Transportes, armazenagem e comunicações	2,1	1,8	2,2	2,3	2,1
Instituições financeiras não monetárias	0,0	0,0	0,5	2,5	0,0
Outros créditos	49,0	47,3	46,0	45,4	47,9
A particulares, para habitação	25,6	24,5	22,9	24,1	24,1
A particulares, para outros fins	9,1	9,5	8,0	8,8	7,8
Outros	14,2	13,2	15,1	12,6	16,0
Crédito total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
CRÉDITO TOTAL (em milhões de patacas)	35922,4	39505,5	41472,3	41946,9	43818,5

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 11

Estimativa da balança de operações não monetárias

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96(1)
1. Exportação de mercadorias (fob)	14236	14854	15913	7209	6882
2. Importação de mercadorias (cif)	17234	18669	18240	9127	8629
3. Balança comercial [1 - 2] (2)	-2998	-3816	-2327	-1918	-1747
4. Exportações de serviços	19900	21714	25173	12919	13322
5. Importações de serviços	2091	2269	2277	1038	1254
6. Balança de serviços [4 - 5] (2)	17809	19445	22896	11881	12068
7. Balança de bens e serviços [3 + 6]	14811	15629	20570	9963	10321
8. Balança de transf., rendim. e capitais (3)	-18654	-11309	-13896	-8048	-8992
9. Balança de operaç. não monetárias [7 + 8]	-3843	4321	6673	1915	1329
10. Variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior durante o período	-3843	4321	6673	1915	1329

NOTAS: (1) Valores provisórios.

(2) De acordo com as estimativas do Produto Interno Bruto (DSEC).

(3) Inclui erros, omissões e operações em desencontro.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos; Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 12

Novos instrumentos monetários
— Bilhetes monetários e «swaps» —

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Bilhetes monetários					
Confirmações de vendas - número	4336	4261	4865	2288	2325
Montante emitido (turnover)	168605,0	136464,5	198612,5	92652,5	64847,5
Saldo em fim de período	5880,0	8686,0	11252,0	11953,0	11099,0
Swaps					
Número de operações	62	120	118	54	56
Turnover	1682,4	4176,0	2101,3	1266,1	704,0
Saldo em fim de período	358,0	361,7	35,0	282,3	34,0

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 13

Indicadores do sistema bancário

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Volume de actividade	27,3	4,5	12,0	0,4	3,6
Margem de juros	-9,6	33,6	58,1	85,1	13,2
Aplicações bancárias	12,3	9,8	19,1	-0,2	11,4
Recursos alheios	28,1	3,8	11,8	-0,4	2,3
Margem bruta de intermediação	31,9	17,6	-3,3	8,0	5,9
Valor acrescentado bruto	34,7	18,0	-4,8	9,2	4,7

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 14

Mercado interbancário — Bancos comerciais

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	1071,4	1899,2	3545,8	1614,2	2549,5
Em Patacas	270,4	331,2	1177,0	615,3	790,2
Em Dólares de Hong Kong	391,1	783,5	1057,0	531,3	787,3
Noutras moedas externas	409,9	784,5	1311,7	467,6	972,0
Responsabilidades para com					
Outras Instituições Monetárias	1071,4	1899,2	3545,8	1614,2	2549,5
Até 7 dias	337,8	536,7	630,8	424,0	607,3
De 8 dias a 1 mês	258,4	428,9	719,9	263,6	1009,8
De 1 a 3 meses	168,6	527,4	1185,1	488,9	406,8
Mais de 3 meses	306,5	406,2	1010,0	437,7	525,6

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV - 15

Actividade bancária em Macau - Peso do «off-shore»

1993 — 1.º Semestre de 1996

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1993	1994	1995	1º S/95	1º S/96
Actividade "off-shore" (a)	35731,3	30491,4	31478,8	32906,5	28209,8
Recursos totais	96360,5	112279,6	109908,0	110339,8	108985,0
Peso do "off-shore" (%) (b)	37,1	27,2	28,6	29,8	25,9

NOTAS: (a) Actividade «off-shore» = $\sum_i \text{MIN}(Dx_i, Rx_i)$

Dx = Disponibilidades sobre o exterior

Rx = Responsabilidades perante o exterior

(b) Peso (%) = Actividade «off-shore» /recursos totais

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

V — FINANÇAS PÚBLICAS

V.1. — Evolução das Contas Públicas do Território

A. Saldo da execução orçamental

O quadro V-1 reflecte o comportamento dos diversos agregados que se confrontam na formação do saldo, no período compreendido entre 1993 e o 1.º semestre de 1996. O mesmo reveste sempre valores positivos nos três exercícios completos em análise, variando entre 1 782,4 milhões de patacas em 1993 e 718,8 milhões no fecho de 1995.

Estes elementos não podem ser, todavia, veiculados sem um comentário adicional, que se pretende esclarecedor, uma vez que, quer em 1993, quer 1995, figura expressamente a contabilização de disponibilidades de anos findos, pelo que o saldo deve ser balanceado com esta realidade.

Constata-se, assim, que o maior dos «superávits» foi obtido em 1994, com 1 559,9 milhões de patacas, enquanto o diferencial positivo formal obtido em 1995 consubstancia uma redução real das disponibilidades do tesouro em 1 362,8 milhões de patacas.

Esta situação, decorre, todavia, de um facto isolado e bem caracterizado — subscrição do capital social de um conjunto de

empresas criadas com o objectivo de desenvolver a gestão dos terrenos concessionados à CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL, bem como da «holding» que lhes está associada — podendo até referir-se que se verificou uma recuperação significativa sobre esta despesa extraordinária, a ponto de terem sido parcialmente repostos os recursos afectos à operação.

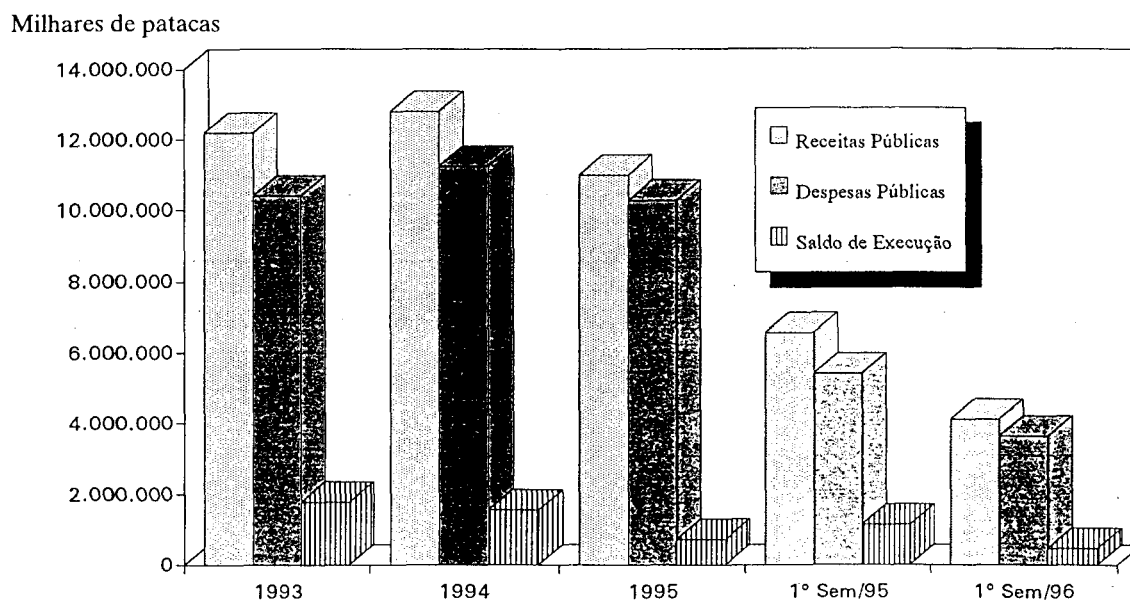
Acresce que, em simultâneo, se constituíram direitos potenciais, que se poderão vir a concretizar ao nível de retornos futuros, a título de rendimentos da propriedade.

Convirá, igualmente, esclarecer que, também em 1994, se concretizou uma revisão do OGT através da incorporação de um quantitativo idêntico ao valor do pagamento de Janeiro a favor do Fundo da Região Administrativa Especial de Macau. Todavia, como a lei taxativamente não o torna imperativo, esse valor não foi escriturado por se ter constatado desnecessária a sua mobilização efectiva.

Aliás, a iniciativa, nos anos em que foi concretizada, obedeceu apenas a uma perspectiva de correcção de fluxos, dada a «déalage» de um mês que se interpõe entre a receitação das verbas e a respectiva divisão com a parte chinesa.

Execução orçamental

1993 — 1.º semestre de 1996



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Comparando, agora, os dados respeitantes ao 1.º semestre de 1996 e procedendo ao seu confronto com os indicadores respeitantes ao período homólogo de 1995, algumas linhas de força poderão ser evidenciadas:

— Comportamento francamente positivo das receitas correntes no 1.º semestre de 1995, situando-se em valores próximos de 50% do total das cobranças neste âmbito, ainda que estas tenham ficado 5,2% abaixo dos valores orçamentados;

— Diminuição sensível das receitas correntes no 1.º semestre de 1996, por confronto com o período homólogo (menos 361,2 milhões de patacas). Assumindo que o ritmo das cobranças será equivalente ao do exercício de 1995, o afastamento, por referência ao valor orçamentado, tornar-se-á especialmente relevante (-16,3%);

— Relativa estabilização entre os valores assumidos pelas despesas correntes na comparação entre os dois semestres, que, todavia e como adiante veremos, decorre da redução dos pagamentos a favor do Fundo da RAEM e não de medidas de contenção no âmbito das despesas de funcionamento dos serviços, nomeadamente na sua vertente associada ao pessoal;

— Manutenção de uma baixa taxa de realização do PIDDA, situação de certa forma habitual, por aparecer associada à fase de lançamento dos procedimentos administrativos das acções de maior dimensão material e/ou financeira;

— Aumento, no 1.º semestre de 1996, dos recursos afectos à dívida pública, por via da intervenção do Território, na condição de avalista dos créditos contraídos pela CAM (esta realidade, que já teve reflexo em 1995, situou o respectivo impacto unicamente no 2.º semestre do ano);

— Redução drástica do montante de imobilizações financeiras no período de 1996 em análise, resultante da operação de subscrição de capital ocorrida em 1995 e já referenciada;

— Aumento da rubrica das «outras transferências», no 1.º semestre de 1996, por via do subsídio de exploração à mesma CAM que, em 1995, foi apenas processado no final do exercício.

B. Receitas públicas

Deslocando a análise para os valores constantes do quadro V-2, é perceptível que a esmagadora maioria dos recursos a afectar as despesas têm características «correntes», por definição, extinguindo-se em cada exercício, muito embora se possam reconstituir em cada um dos períodos seguintes, o que invariavelmente acontece, ainda que sendo-lhe conferida uma anualidade formal.

Conforme já se deixou antever anteriormente, as receitas correntes sofreram um decréscimo global de 8,4% em relação ao período homólogo de 1995, situação que poderá ser explicada por influência da lenta recuperação do sector imobiliário, que conduziu ao entesouramento de valores bastante abaixo dos previstos. Trata-se, todavia, apenas da acentuação da tendência que já influenciara, de forma significativa, a execução na totalidade do ano de 1995 e que não foi invertida, mesmo considerando o perdão fiscal aprovado no âmbito da Lei de Meios para 1996.

No que respeita à execução orçamental e tendo como referência a previsão inicial, as receitas correntes obtiveram, no 1.º semestre do corrente ano, uma taxa de realização de 41,8%, enquanto as receitas de capital (em relação às quais é igualmente aparente uma evolução negativa face ao 1.º semestre de 1995, mas que deriva, unicamente, da reinscrição, neste exercício, de disponibilidades de anos findos) propiciaram, no mesmo período, uma taxa de execução na ordem dos 24,6% (quadro V-8).

Analisando, agora, as componentes da receita (quadro V-3) mantém-se a predominância dos rendimentos de concessão de exclusivos de jogos, lotarias e serviços de utilidade pública, com um peso estrutural, no 1.º semestre de 1996, de 64% do total recebido e 44,8% do valor orçamentado para este grupo de receitas.

No mesmo assume particular relevância a receita proveniente dos «jogos de fortuna ou azar» (96,7% do total, nos primeiros seis meses de 1996 e 61,9% do valor global das receitas públicas). Todavia esta origem, que em anos anteriores sempre beneficiou de acréscimos mais ou menos acentuados, acusou, no semestre em referência, uma quebra de cerca de 236 milhões de patacas na componentê «renda», de longe a mais relevante neste enquadramento (2 482 milhões no 1.º semestre de 1996, contra 2 718 no período equivalente do ano anterior — quadro V-4).

Quanto às receitas de natureza patrimonial, condensadas no capítulo dos «rendimentos de propriedade e outros activos» (quadro V-5) as mesmas constituíram, entre 1993 e 1994, a segunda mais importante origem de recursos ao dispor da Administração, na sequência do abandono do processo de concessão de terrenos por adjudicação directa e sua substituição pelo sistema de hastas públicas, cujo primeiro exemplo data do 4.º trimestre de 1991.

Beneficiando dos excessos de liquidez existentes na economia chinesa, da fácil obtenção de crédito bancário e da evolução dos preços na província de Guangdong, os valores cobrados a título de prémios de concessão de terrenos subiram em flecha, situação que teve o seu ponto mais alto em 1992, mas que continuou a revestir valores importantes em 1993 e 1994.

A crise, que se começou a desenhar em finais de 1994, conduziu à opção de se reduzir a actividade de concessão de terrenos e à concentração na percepção de valores em atraso, tendo estas receitas sofrido um decréscimo significativo, que atingiu os 69,9% em relação ao ano de 1994, com a consequente perda de peso em termos estruturais.

Em 1996, os elementos disponíveis, por referência ao 1.º semestre, reflectem a manutenção de uma situação pouco satisfatória, decrescendo 62,3% por confronto com o período homólogo de 1995, não tendo produzido efeitos visíveis as medidas, no âmbito da fiscalidade, incluídas no articulado da Lei de Meios e que se esperavam conduzir à recuperação de alguns dos pagamentos em atraso com esta natureza.

Esta perda foi parcialmente recuperada, no semestre, pela escrituração dos lucros de amoedação resultantes da conclusão das operações de cunhagem de moeda divisionária iniciadas em 1991 e a reactivação da comparticipação do Território nos resultados obtidos pela Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM).

Em relação aos «impostos directos», estes foram responsáveis, no triénio 1993/1995, por uma média de 12,7% do total das receitas públicas, com particular contributo do imposto complementar de rendimentos e da sisa (quadro V-6).

O valor total dos impostos directos cobrados no decurso do 1.º semestre de 1996 contribuiu com 9,5% no âmbito das receitas, cifrando-se em 388,6 milhões de patacas, ainda assim ligeiramente inferior (- 4,1%) ao contabilizado no mesmo semestre de 1995.

De entre os integrantes deste agrupamento, mereceram especial realce os contributos obtidos a partir do imposto profissional e da sisa, com a particularidade de, no primeiro caso, as entregas revestirem periodicidade trimestral (Janeiro e Abril no período de seis meses) e, no caso de sisa, os recebimentos se projectarem de forma regular durante os doze meses do ano.

Realce-se que, no que diz respeito à sisa, se estarão a receber as prestações associadas à venda de imóveis concretizadas nos últimos três anos, pelo que não é de excluir alguma quebra em exercícios futuros, a manter-se a crise do sector da construção e imobiliário.

Mantendo-nos na análise das receitas provenientes dos impostos directos, regista-se o acréscimo verificado pelo imposto profissional (+ 20 milhões de patacas ou 16,2%) em que aspectos relacionados com o reforço do combate à fraude e evasão fiscais têm, a par de algum crescimento nos rendimentos do trabalho, permitido repor as reduções reais resultantes da alteração do limite de existência, que produziu efeitos a partir de Janeiro de 1994.

Por sua vez, a evolução, nos dois semestres em confronto, dos valores do âmbito do imposto complementar não merecem especial atenção, dado corresponderem, fundamentalmente, à recuperação de valores imobilizados sob reclamação, o que tem a ver com estas iniciativas particulares e com o funcionamento das comissões de revisão do âmbito do imposto, uma vez que os pagamentos decorrem, regulamentarmente, em Setembro e Novembro, não tendo, por isso, impacto no primeiro semestre de cada exercício.

No que diz respeito aos recursos agrupados sob a designação genérica de «outras receitas» (quadro V-7) são os mesmos responsáveis por, respectivamente, 15,9%, 13,5%, 30,7% e 15,7% das receitas totais cobradas em 1993, 1994, 1995 e 1.º semestre de 1996.⁽¹⁾

De referir que o peso estrutural em 1995 foi um reflexo da inscrição e mobilização de disponibilidades de anos findos, associada às subscrições de capital social referentes à operação anteriormente caracterizada e que teve como objectivo a valorização dos terrenos concessionados à «CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL».

Em termos de valores absolutos, as maiores parcelas referem-se, em geral, às «taxas, multas e outras penalidades» e ao «imposto de consumo» que, no 1.º semestre de 1996, contribuíram, em conjunto, com um peso relativo de cerca de 52,3%.

Por sua vez, o imposto de turismo tem sofrido algumas flutuações, cujo impacto não se reflecte directamente no OGT, uma vez que se trata de uma consignação ao Fundo de Turismo.

Tratando-se de entregas de periodicidade mensal, qualquer evolução pouco significativa pode resultar, quer da actividade que pretende reproduzir, quer de pagamentos em atraso que tenham sido remetidos para outras fases de cobrança. É, contudo, natural que o acréscimo verificado no 1.º semestre de 1996, por confronto com o período homólogo do ano anterior, possa estar associado a uma evolução favorável na indústria turística, para o que contribuiu o início de operações do Aeroporto Internacional de Macau.

O imposto de selo, dada a influência substancial do chamado «selo de conhecimento» tem tendência a manter uma evolução positiva, tendo obtido, em 1993, a taxa de crescimento mais

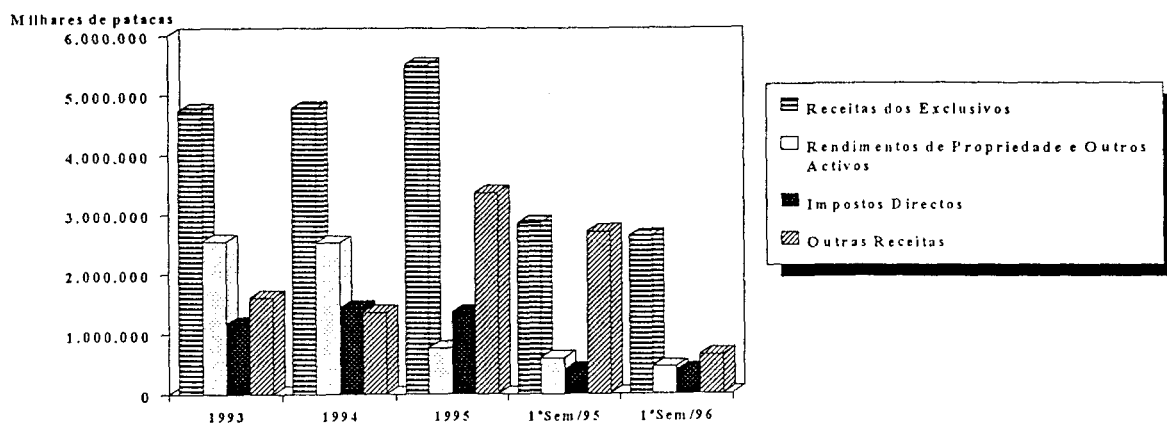
⁽¹⁾ Sem «contas de ordem», mas incluindo receitas consignadas que, a partir de 1995, foram incluídas neste capítulo.

elevada (13,3%) e a mais baixa em 1995 (6,3%). No confronto dos semestres, a evolução favorável situou-se nos 10%.

Se confrontarmos os valores de cobrança dos diversos agrupamentos ou capítulos com os seus equivalentes orçamentados, (quadro V-8) verificamos ter sido a parcela das «outras receitas

correntes» a alcançar a taxa de realização mais elevada no período de Janeiro a Junho de 1996 (304,9% — embora sobre valores pouco relevantes) o contrário se passando com os impostos directos (apenas 28,8%, justificados pelo calendário de cobranças, fundamentalmente da contribuição predial urbana e do imposto complementar).

Estrutura das receitas públicas



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

C. Despesas públicas

No que respeita à evolução das «despesas públicas», o montante despendido no 1.º semestre de 1996 foi inferior em 1 780,4 milhões de patacas ao valor registado em igual semestre de 1995, equivalente a um decréscimo de 32,8%. Para tal quebra contribuiu definitivamente a componente «operações financeiras», que sofreu uma redução de 88,3%, face ao 1.º semestre de 1995, pelas razões já apontadas.

Da leitura do quadro V-9, pode-se verificar que o valor das despesas correntes reflectiu sempre, com excepção para o ano de 1995, mais de 70% do total das despesas públicas (incluindo no valor de referência as contas de ordem, por exprimirem as consignações processadas a favor dos serviços e fundos autónomos). A inflexão verificada em 1995 e com impacto no primeiro semestre desse ano e, por confronto, no período homólogo de 1996, tem carácter meramente casuístico, dado o acréscimo verificado nas operações financeiras.

Face aos valores inscritos no OGT para o ano inteiro, as despesas públicas atingiram no 1.º semestre de 1996, um nível de execução orçamental de 37,1%, (quadro V-14) enquanto que no 1.º semestre do ano antecedente, o mesmo nível de execução foi de 47,2%.

Trata-se de uma evolução que se explica de forma idêntica.

Todavia a análise da evolução de algumas variáveis a partir de rubricas de agregação poderá conduzir a conclusões menos adequadas, que só o detalhe permite efectivamente corrigir.

Está neste caso, por exemplo, a evolução da componente «despesas correntes» no confronto entre os primeiros seis meses de 1995 e 1996.

Do mesmo parece resultar uma quase estabilidade dos indicadores, realidade especialmente positiva se tivermos em conta que,

nestes valores, está reflectido o impacto dos ajustamentos salariais que tiveram efeitos produzidos a partir de Julho de 1995. Tal não é, todavia, correcto: as despesas com pessoal evoluíram de 1 091,2 para 1 219,9 milhões de patacas, a que corresponde um acréscimo percentual de 11,8%, superior aos 7,32% da evolução do multiplicador 41 para 44.

O diferencial poderá ser parcialmente justificado pela progressão nas carreiras, mas reflecte, certamente, algum acréscimo no número de trabalhadores.

O agregado das despesas correntes é nessa medida «compensado» pelo decréscimo das transferências a favor do Fundo da RAEM, bem como, e tal é especialmente visível quando confrontados os exercícios integrais, pelo novo esquema de escrituração das receitas consignadas, que se passaram a agrupar no capítulo das «contas de ordem», com referência aos respectivos beneficiários.

C.1. Análise numa perspectiva económica

Em termos estruturais, as transferências correntes, revestiram, à semelhança do registado no triénio 1993/1996, o maior peso estrutural no âmbito global das despesas públicas (41,9%) (quadro V-9).

As já referidas despesas com o pessoal detêm o segundo lugar em termos estruturais (33,4%), havendo ainda que considerar que as subvenções do OGT a favor das entidades autónomas e mesmo as receitas consignadas vão ter um desenvolvimento, ao nível dos orçamentos privativos, onde se verifica uma igualmente forte componente de despesas com pessoal.

Assim sendo, só quando estiverem criadas as condições passíveis de conduzir à consolidação do OGT com os orçamentos privativos dos serviços e fundos autónomos será possível ter elementos fiáveis sobre a desagregação económica das despesas públicas, no seu todo.

Em terceiro lugar, destacam-se as «operações financeiras» que representaram 7,1% da totalidade das despesas realizadas, sendo 94,2% das quais destinadas às amortizações dos empréstimos contraídos pela CAM e avalizados pelo Território, e os restantes 5,8% referentes à subscrição do capital social do Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), cuja criação foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 21/95/M, de 22 de Maio. No 1.º semestre de 1995 não se tornou necessário honrar nenhuma prestação daquela primeira natureza, decorrendo o valor assumido por esta variável do processo das empresas criadas para valorização dos terrenos concessionados à mesma CAM.

Em comparação com os primeiros seis meses do ano anterior, as transferências de capital, por aí se incluir o pagamento, também a favor da CAM, respeitante ao subsídio de exploração, sofreram o acréscimo mais elevado (931,9%). No ano de 1995 esta prestação apenas foi transferida no final do exercício, não influenciando os dados do 1.º semestre.

Finalmente, referir-nos-emos ao capítulo dos «outros investimentos», onde, maioritariamente, se congregam os valores de execução das acções do PIDDA. Constatam-se, neste aspecto, valores quase coincidentes, que são influenciados pelo arranque tardio dos investimentos de maior dimensão e da menor consistência de algumas das propostas iniciais, situação que se reflecte na execução e que, não raro, conduz à substituição de acções ou mesmo ao seu deferimento ou abandono.

C.2. *Análise numa perspectiva orgânica*

Tem sido tradição das análises que se costumam desenvolver sob esta perspectiva, agrupar os códigos orgânicos em dois grandes contingentes, a que se optou por designar por «despesas específicas das áreas administrativas» e «despesas gerais a toda a administração», distinção que assenta na possibilidade de imputação orgânica ou tutelar dos valores das despesas de funcionamento ou próprias, tendo-se o critério tornado particularmente correcto após a reforma da organização da proposta orçamental, com inclusão das transferências a favor das entidades autónomas nos Gabinetes dos diversos Membros do Executivo responsáveis pela Tutela das mesmas.

No que diz respeito ao primeiro dos dois agrupamentos, os elementos na nossa posse apontam para uma execução global de 47,8% sobre os valores orçamentados o que, salvo raras excepções, permite inferir com segurança que os valores de execução não se afastarão dos inicialmente previstos para além dos parâmetros da actualização salarial de Julho deste ano, sendo, inclusive, possível que alguns serviços consigam absorver, nas suas disponibilidades excedentárias, parte desse acréscimo.

A execução verificada no 1.º semestre de 1996 reforça a importância estrutural dos «encargos gerais»⁽¹⁾ (39,5%) o que decorre da referida reorganização da proposta orçamental. De realçar que, anteriormente, os «Serviços de Educação e Juventude» e os «Serviços das Forças de Segurança de Macau» eram as duas parcelas que, em conjunto, mais contribuíam para o total global representando, por valores médios, um peso superior a 50%.

Face aos valores do 1.º semestre de 1995, as «despesas específicas das áreas administrativas» revelaram um crescimento global de 9,5%, sendo o acréscimo mais acentuado, em termos de valores absolutos, o verificado nos «encargos gerais» (114,6 milhões de patacas) enquanto que, em termos de percentagem, o maior

aumento foi obtido na dotação do Gabinete para a Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (22,3%), embora sobre valores pouco expressivos.

No que respeita às «despesas gerais a toda a administração», o respectivo decréscimo (61,3%) foi influenciado pelos valores do capítulo das «despesas comuns»⁽²⁾ (responsáveis por 63,4% do seu total) que, por sua vez, revelaram uma redução de 73,7%, face ao mesmo semestre do ano anterior, justificada, sobretudo, pelo menor valor assumido, no 1.º semestre do corrente ano, pelas transferências efectuadas a favor do Fundo do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e pelas participações financeiras.

Dentro deste agrupamento, os «encargos da dívida pública», pelo contrário, apresentaram, no semestre em observação, um acréscimo de 547,8% ou seja 250,1 milhões de patacas, valores que se reportam aos juros e amortizações dos empréstimos contraídos pela CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL, e avalizados pelo Território, ao abrigo da Lei n.º 5/93/M, de 19 de Julho.

Finalmente, o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) apresentou, até ao final de Junho de 1996, uma execução de 164,5 milhões de patacas, contra os 168,5 milhões de patacas obtidos no período homólogo do ano antecedente, ou seja uma ligeira quebra de 2,3%, tendo ainda registado uma taxa de execução orçamental que atingiu os 10,3% do montante previsto no OGT/96 (calculado com base nos valores do OGT/96 corrigido).

Como já foi, aliás, referido, a execução do PIDDA reveste sempre valores muito baixos no 1.º semestre de cada ano (foi de 295,5 milhões no período equivalente de 1994) o que decorre, como já se deixou entender, da menor consistência de algumas iniciativas e do processo moroso de adjudicação que está associado aos grandes projectos que, não raro, obriga ao «deslizamento» dos mesmos entre os exercícios orçamentais.

Referência residual para as dotações respeitantes às prestações a favor das classes inactivas, que passaram para a responsabilidade directa do Fundo de Pensões de Macau e onde remanescerão apenas as pensões do pessoal missionário, que não se insere no esquema global gerido por esta Entidade Autónoma, e alguns subsídios ao pessoal aposentado que, embora transferindo a responsabilidade pela pensão para a CGA, mantenha residência em Macau.

C.3. *Análise numa perspectiva funcional*

A classificação funcional de despesas públicas é a única que permite medir, com rigor, a afectação de recursos em consonância com as medidas de política definidas para os diferentes sectores.

Todavia, a mesma não tem tido apreciável acolhimento em Macau, não conseguindo os serviços produzir resposta consistente neste âmbito, donde decorre uma tendência para a generalização, o que aproxima esta classificação da orgânica.

(1) Conjugação das remunerações dos Membros do Executivo, das despesas dos diversos Gabinetes (incluindo o Coordenador de Empreendimentos), Conselho Consultivo, Assembleia Legislativa e Padroado do Oriente.

(2) Capítulo 12.º do OGT.

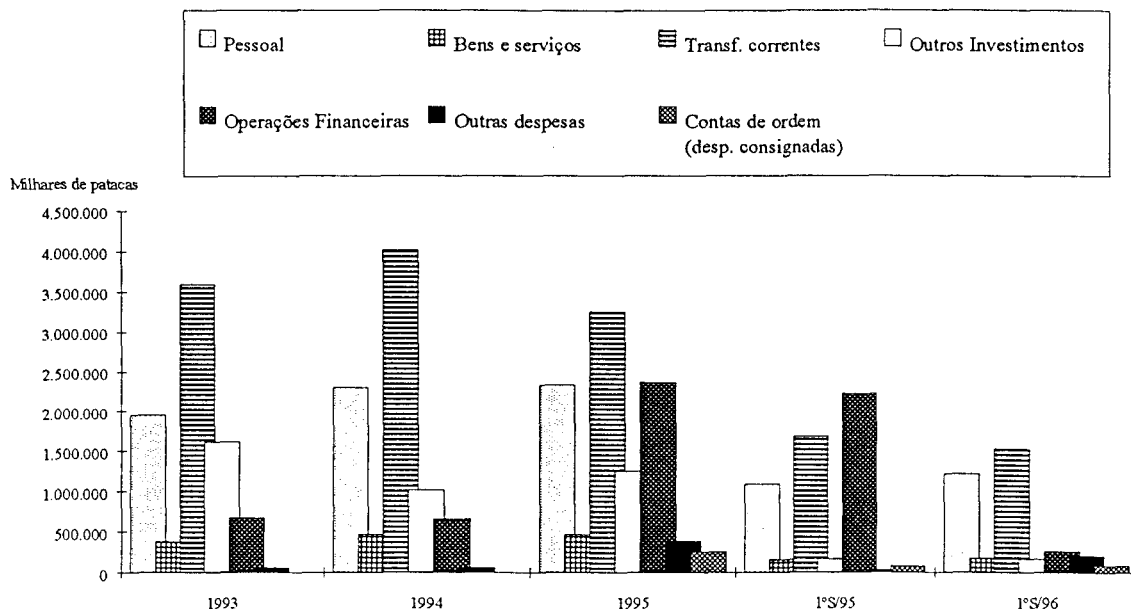
No primeiro semestre de 1996, 24,2% dos gastos estão afectos às «outras funções», onde as «operações da dívida pública» e as «transferências do sector público» são responsáveis, em conjunto, por 73,2% do total e as «diversas não especificadas» pelos restantes 26,8%.

Os «serviços gerais de administração pública» contribuíram, no mesmo período, com 19,6% para o total das despesas efectuadas,

evidenciando um aumento de peso relativo, comparativamente com a posição assumida no 1.º semestre de 1995.

Em termos de evolução anual, foi no sector dos «serviços económicos» que se registou a taxa de crescimento mais elevada (37,8%), decorrente directamente do valor da parcela «transportes», fixada em 156,7 milhões de patacas contra 49,3 milhões registados em equivalente semestre de 1995.

Estrutura das despesas públicas



FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Por último, com base nos elementos disponíveis para o período em observação antecipa-se que o 2.º semestre de 1996 continuará a demonstrar o afastamento entre as previsões respeitantes à renda da concessão dos jogos de fortuna ou azar e ao prémio da concessão de terrenos e as cobranças efectivamente passíveis de concretização.

Com efeito, estima-se, no primeiro caso, uma perda entre 6 a 8% sobre o valor orçamentado, enquanto que no segundo se antecipa uma realidade ainda mais gravosa, não sendo de esperar que as receitas excedam significativamente os 450 milhões de patacas, a menos que se obtivessem desenvolvimentos positivos no que respeita à cobrança dos valores em atraso, o que a realidade do 1.º semestre não permite sustentar.

Esta quebra conjunta é de tal maneira efectiva que não é passível de ser compensada a partir de outras origens de receitas — nomeadamente as fiscais — pese embora o esforço desenvolvido no sentido do combate à fraude e evasão, o que permitiu obter adicionais significativos que não decorrem directamente da variação do nível da actividade económica com que se encontram relacionadas.

Na óptica da despesa verifica-se um crescimento moderado dos fluxos respeitantes ao pessoal, o que, decerto, resulta das medidas de contingentação superiormente determinadas, sendo possível que grande parte do impacto resultante das actualizações salariais venha a ser absorvido nas disponibilidades excedentárias geradas no âmbito de cada um dos serviços.

Por outro lado, avulta a manutenção da responsabilização face à posição de avalista assumida pelo Território no que respeita aos créditos obtidos pela «CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL» e cuja previsão incluída no OGT/96 apenas considerava uma situação de carência por reporte ao primeiro semestre do ano, o que não se irá verificar.

Nestes termos, o saldo da execução, enquanto resultante do confronto das receitas e das despesas ficará, fundamentalmente, dependente da dinâmica demonstrada pelo PIDDA, ou de eventuais medidas administrativas que venham a ser determinadas no que respeita à salvaguarda possível do equilíbrio orçamental.

A hipótese ensaiada nos quadros V-15 a V-17 considera uma situação-limite de execução do PIDDA por valores ligeiramente superiores a um bilião de patacas, a que corresponderia um saldo orçamental positivo, ainda que sem significado.

Julga-se, todavia, que tal não virá a concretizar-se, pelo que a execução dever-se-á, a não ocorrerem outros imponderáveis, exercício, ainda assim, superavitário.

V.2. - Orçamento para 1997

O Orçamento Geral do Território para 1997 (OGT/97) prossegue o controlo do crescimento dos gastos públicos, preocupação que ganha especial propriedade face à perspectiva de relativa estagnação das receitas públicas e ao imperativo da manutenção do esforço financeiro associado à actividade dos sectores de

segurança, educação e saúde e assistência social, a que se associa a necessidade de continuar a honrar os compromissos assumidos na condição de avalista da «CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL».

Estas opções têm, assim, reflexos concretos na pretensão de manter o esforço de investimento tendente à conclusão dos últimos grandes projectos infra-estruturais, ao mesmo tempo que se elege um conjunto de iniciativas sectoriais passíveis de obterem efeitos no curto prazo.

A proposta orçamental para 1997 consubstancia um acréscimo de 77,9 milhões de patacas face ao orçamento inicial do corrente ano, traduzindo-se numa variação de 0,8% (excluindo as «contas de ordem»).

Quanto aos montantes inscritos na tabela de receitas para 1997, prosseguiu-se o imperativo de reflectir uma estimativa realista, fortemente baseada nos valores que se espera realizar em 1996.

No caso concreto das despesas públicas, o OGT/97 continuará a ser fortemente influenciado pelo funcionamento dos serviços públicos, nomeadamente na sua componente «de pessoal», constatando-se uma ligeira redução no montante a afectar ao PIDDA, cifrada em 100 milhões de patacas ou -6,25%.

Na linha de uma experiência que, consistentemente, já data de há mais de uma década, o denominado «saldo corrente do exercício» será passível de cobrir o plano de investimentos, remanescendo um valor da ordem dos 583,7 milhões de patacas.

Situando a análise na perspectiva das receitas públicas, constata-se que a «concessão de exclusivos» mantém o maior peso estrutural na vertente em análise, sendo, todavia, consideradas previsões inferiores às que figuraram em 1996, opção que é justificada pelas cobranças que já tiveram lugar no exercício em curso, bem como pela antecipação dos valores que as mesmas deverão revestir no final do ano.

Idêntica perspectiva é extensível aos «impostos directos» com a particularidade de se procurar reflectir a quebra antecipável no imposto profissional resultante do aumento do limite de subsistência, que irá produzir efeitos a partir de Janeiro de 1997 (o excelente nível de cobrança que se prevê atingir em 1996 permite considerar uma previsão inicial idêntica à do ano em curso).

Quanto aos «impostos indirectos», verifica-se a introdução do «imposto sobre os veículos motorizados» e do «imposto de circulação» (neste último o Território tem uma participação de 10% da receita) mantendo-se alguma expectativa, no primeiro caso, dado que se trata de uma solução totalmente inovadora, com recurso à qual se pretende obviar à fraude e evasão verificadas até à data e que assumiram aspectos de algum alarme.

No caso da «concessão do exclusivo dos terrenos» mantêm-se as previsões iniciais de 1996, assumindo-se que se poderá verificar alguma evolução positiva no sector e esperando-se ser possível propiciar uma saída administrativa que permita recuperar parte dos valores em atraso.

Dada a relativa «pobreza» do modelo de receitas, nenhuma outra apresenta particular relevância, apenas se referindo a manutenção do pressuposto da comparticipação da STDM — Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, SARL, nas despesas com a construção do Centro Cultural de Macau.

Quanto às despesas públicas, o OGT/97 mantém a evolução sustentada dos sectores prioritários já atrás referidos, estimando-se que «as despesas com o pessoal» crescerão 5,3%, por referência à despesa esperada em 1996, o que antecipa a necessidade de eventuais ajustamentos no decurso do ano, excepto se se verificar um controlo activo, no que respeita à substituição das unidades que se desligarão, nos termos das diferentes alternativas associadas ao processo de transição.

Por sua vez a «aquisição de bens e serviços» evoluirá em termos próximos da inflação esperada, por referência ao valor inicial de 1996.

Os «encargos da dívida pública» crescerão, por referência aos valores orçamentados em 1996, uma vez que se está, desde logo, a assumir uma situação de carência da CAM que se projectará sobre todo o ano, esperando-se, igualmente, negociar a amortização antecipada do único empréstimo que subsiste, dos vários contraídos junto da República e considerando a liquidação, ainda em 1996, do empréstimo contraído, em 1990, junto de um sindicato bancário liderado pelo «BNU — Banco Nacional Ultramarino, SA».

Sob outro aspecto, mantêm-se um relativo controlo sobre as «transferências correntes», agrupamento que congrega, nomeadamente, as prestações a favor das entidades autónomas e do Fundo da Região Administrativa Especial de Macau (+35 milhões - 7,5%, sobre a previsão de dispêndios efectivos).

Como foi anteriormente referido o PIDDA será reduzido em 100 milhões de patacas, evidenciando-se a existência de uma dotação provisional (229 milhões) passível de conferir a necessária flexibilidade ao leque de opções que se coloquem em cada fase.

Finalmente, as «transferências de capital» mantêm o subsídio a obras nas escolas privadas (cerca de 33 milhões de patacas) e consideram o subsídio de exploração à CAM, nos termos contractuais, ajustados ao início efectivo das operações comerciais no Aeroporto Internacional de Macau.

Quadro V - 1

Evolução das contas públicas (Administração Central)

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1 Receitas correntes	9.356.622	10.000.244	8.558.189	4.306.986	3.945.836
2 Despesas correntes	5.984.917	6.826.828	6.106.586	2.947.758	2.997.917
3 Saldo corrente (1-2)	3.371.705	3.173.416	2.451.603	1.359.228	947.919
4 Investimentos do PIDDA	1.606.637	1.010.343	1.237.087	168.467	164.520
5 Saldo após investimentos (3-4)	1.765.068	2.163.073	1.214.516	1.190.761	783.399
6 Outras origens de recursos:	2.449.002	2.810.992	5.551.171	180.209	163.019
6.1 Activos financeiros	0	0	0	0	0
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	44.035	77.888	77.943	49.146	20.477
6.4 Transferências	262.000	0	0	0	0
6.5 Repos.não abat.nos pagamentos	7.386	8.606	35.204	21.491	17.053
6.6 Contas de ordem (a)	2.135.581	2.724.498	5.438.024	109.572	125.489
7 = 5 + 6	4.214.070	4.974.065	6.765.687	1.370.970	946.418
8 Outras aplicações de recursos:	2.828.429	3.414.168	8.128.492	2.308.904	482.300
8.1 Outros investimentos	6.848	8.385	6.965	1.189	1.035
8.2 Amortização da dívida pública	77.846	76.865	130.818	39.896	244.195
8.3 Imobilizações financeiras	596.444	585.220	2.231.846	2.178.546	15.000
8.4 Outras transferências	11.710	19.200	321.310	12.917	133.292
8.5 Contas de ordem (a)	2.135.581	2.724.498	5.437.553	76.356	88.778
9 = 7 - 8	1.385.641	1.559.897	(1.362.805)	(937.934)	464.118
10 Saldos de anos económicos anteriores	396.736	0	2.081.640	2.081.640	0
11 Saldo do exercício (9+10)	1.782.377	1.559.897	718.835	1.143.706	464.118

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Os valores das «contas de ordem» respeitantes aos 1.ºs semestres de 1995 e 1996 referem-se apenas aos valores das receitas e despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 2

Receitas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1. Receitas correntes	9.356.622	10.000.244	8.558.189	4.306.986	3.945.836
1.1 Impostos Directos	5.503.808	6.060.462	6.716.014	3.197.164	2.945.153
1.2 Impostos Indirectos	753.278	801.376	559.076	263.376	270.956
1.3 Taxas, Multas e Outras Penalidades	351.896	374.495	345.555	165.553	157.229
1.4 Rendimentos da Propriedade	2.550.836	2.521.134	759.299	590.529	446.031
1.5 Transferências	146.415	185.735	125.727	61.460	65.056
1.6 Venda de Bens Duradouros	808	2.685	967	306	2.055
1.7 Venda de Serviços e Bens Não Duradouros	32.684	40.728	46.449	27.081	28.010
1.8 Outras Receitas Correntes	16.897	13.629	5.102	1.517	31.346
2. Receitas de capital	710.157	86.494	2.194.787	2.152.277	37.530
2.1 Venda de Bens de Investimento	44.035	77.888	77.943	49.146	20.477
2.2 Transferências	262.000	0	0	0	0
2.3 Activos Financeiros	0	0	0	0	0
2.4 Passivos Financeiros	0	0	0	0	0
2.5 Outras Receitas de Capital	396.736	0	2.081.640	2.081.640	0
2.6 Reposições não Abatidas nos Pagamentos	7.386	8.606	35.204	21.491	17.053
3. Subtotal (1+2)	10.066.779	10.086.738	10.752.976	6.459.263	3.983.366
4. Contas de ordem	2.135.581	2.724.498	5.438.024	^(a) 109.572	^(a) 125.489
5. Receitas totais (3+4)	12.202.360	12.811.236	16.191.000	6.568.835	4.108.855

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Receitas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 3

Principais componentes das receitas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
Total de receitas públicas	12.202.360	12.811.236	16.191.000	6.568.835	4.108.855
Receitas totais (Excluindo "contas de ordem")	10.066.779	10.086.738	11.004.700	6.568.835	4.108.855
Receitas dos Exclusivos (a)	4.745.301	4.776.791	5.506.285	2.864.037	2.629.181
Rendimentos de Propriedade e Outros Activos	2.550.836	2.521.134	759.299	590.529	446.031
Impostos Directos	1.168.382	1.429.875	1.358.761	405.353	388.652
Outras Receitas (a)	1.602.260	1.358.938	3.380.355	2.708.916	644.991
Contas de Ordem	2.135.581	2.724.498	5.186.300	0	0

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Estão incluídos nos totais das «receitas dos exclusivos» e «outras receitas» os valores das receitas consignadas às diversas entidades autónomas, que a partir de 1995 passaram a ser contabilizados nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 4

Receitas da concessão de exclusivos

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
Rend.exclusivo dos jogos de fortuna ou azar	4.612.918	4.635.536	5.353.648	2.779.388	2.544.276
Renda	4.219.482	4.504.413	5.221.578	2.718.038	2.482.126
Compensação	3.630	3.993	4.392	0	0
Prémio	122.700	121.700	121.700	60.350	60.350
Fundo de carácter social e assistencial	0	0	0	1.000	1.000
Comparticipações correntes	800	800	1.000	0	800
Comparticipações de capital	262.000	0	0	0	0
<i>C.M.Iilhas - prémio casino da Taipa (a)</i>	2.153	2.315	2.489	0	0
<i>Fund.Macau - prémio casino da Taipa (a)</i>	2.153	2.315	2.489	0	0
Rend.exclusivo de lotarias C.P.S.	2.088	1.997	2.411	1.205	1.259
Renda	1.988	1.902	2.296	1.148	1.199
<i>Adicional à Fund.Macau (a)</i>	100	95	115	57	60
Rend.exclusivo das corridas de galgos	39.748	40.336	40.572	19.828	18.534
Renda	35.437	35.954	36.196	17.651	17.439
Prémio	2.000	2.000	2.000	1.000	0
Cláusula 8ª	2.117	2.219	2.223	1.099	1.018
Rec.consignadas ao Instituto dos Desportos	194	163	0	0	0
<i>Rec.consignadas ao Fundo de Desenv.Desport. (a)</i>	0	0	153	78	77
Rend.exclusivo das corridas de cavalos	14.003	14.385	15.209	7.541	7.866
Renda	0	0	0	0	0
Compensação	0	0	0	0	0
Prémio	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das apostas	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das lotarias	0	0	0	0	0
<i>Produto de bilhetes premiados e não reclamados (a)</i>	1.553	1.312	1.497	764	886
<i>Contribuição para o desenvolvimento das Ilhas (a)</i>	12.112	12.717	13.353	6.594	6.924
<i>Percent. bilh. entrada no recinto p/Fundo Turismo (a)</i>	338	356	359	183	56
Rend.exclusivo das lotarias instantâneas	3.802	2.343	3.500	1.750	302
Compensação	0	10	0	0	10
<i>Receita consignada à Fundação Macau (a)</i>	3.802	2.333	3.500	1.750	292
Rend. exclusivos de "Slot-Machines"	0	532	586	586	0
Remunerações aos delegados do Governo	1.460	1.500	1.635	1.170	1.328
Outras receitas consignadas prov.dos exclusivos	510	598	743	280	905
Receita consignada ao Montepio de Macau	293	344	253	110	129
<i>Receita consignada ao IASM (a)</i>	217	254	490	170	776
Rend.excl. de Telecomunicações	58.029	64.823	69.106	33.443	38.106
Rend.excl. do serviço de Abastecimento de Água	2.815	3.344	3.206	3.206	3.476
Rend.excl. da Energia Eléctrica	8.563	10.527	11.105	11.105	12.416
Rend.excl.concedido à S.T.C.M.	0	0	0	0	0
Rend.excl.concedido à TRANSMAC	790	870	953	952	0
Rend.excl. da actividade de radiodifusão	0	0	0	0	0
Rend.excl.concedido à Cia. Parques Macau	575	0	3.611	3.583	713
Receitas totais de exclusivos	4.745.301	4.776.791	5.506.285	2.864.037	2.629.181

NOTA: * Valores provisórios.

(a) As receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem», a partir de 1995.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 5

Receitas provenientes de rendimentos de propriedade e outros activos

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
Juros - Outros Sectores	770	776	770	386	388
Dividendos - Outros Sectores	24.235	15.035	12.118	9.425	8.527
Rendas de Terrenos - Foros	131	140	164	156	139
Rendas de Concessões de Terrenos	43.876	38.998	48.737	39.434	40.253
Prémios de Concessões de Terrenos	2.481.824	2.466.185	697.510	541.128	203.962
Outros Rendimentos	0	0	0	0	192.762
Total de rendimento de propriedade	2.550.836	2.521.134	759.299	590.529	446.031

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 6

Receitas provenientes de impostos directos

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
Contribuição Industrial	26.357	26.820	27.127	26.214	26.127
Imposto Profissional	192.798	242.870	258.358	122.388	142.185
Contribuição Predial Urbana	97.079	120.376	134.268	25.615	24.095
Imposto Complementar	489.323	623.371	595.098	51.950	26.075
Imposto sobre Sucessões/Doações	22.604	14.300	19.392	9.672	8.303
Sisa	340.221	402.138	324.518	169.514	161.867
Total de impostos directos	1.168.382	1.429.875	1.358.761	405.353	388.652

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 7

Principais componentes provenientes de outras receitas

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
<i>Imposto de Turismo (a)</i>	118.964	124.145	103.264	46.024	54.793
Imposto de Selo	171.755	190.615	202.564	104.464	114.930
Imposto de Consumo	378.053	400.999	342.993	151.877	151.060
Taxas, Multas e Outras Penalidades	351.896	374.495	388.149	184.482	186.120
Taxas, Multas e Outras Penalidades	322.724	336.034	345.555	165.553	157.229
<i>Comparticip. do Cofre de Justiça e dos Registos e</i>					
<i>Notariado nas taxas dos Serviços de Registo e Notariado (a)</i>	24.377	33.230	38.099	17.045	27.715
<i>Taxa a cobrar pela emissão de licença de obras (a)</i>	3.566	4.220	3.032	1.412	290
<i>Taxa a cobrar pela realização de vistorias (a)</i>	1.229	1.011	1.463	472	886
Activos Financeiros	0	0	0	0	0
Passivos Financeiros	0	0	0	0	0
Saldos de anos económicos anteriores	396.736	0	2.081.640	2.081.640	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	7.386	8.606	35.204	21.491	17.053
Outras Receitas Diversas	177.470	260.078	226.541	118.938	121.035
Emolumentos pela emissão de certificação de origem	24.241	24.872	9.066	3.897	3.637
<i>Comparticip. do F.D.I.C. nos emolum. de certif. origem (a)</i>	36.343	37.260	27.140	11.674	14.549
Custas das Execuções Fiscais	1.716	403	1.901	1.652	0
Custas de Tribunal Administrativo	7	6	0	0	0
Emolumentos pela emissão de Licenças de Trânsito	549	656	917	316	0
<i>Comparticip. da F. Macau nos emolum. de certif. origem (a)</i>	12.114	12.420	9.047	3.892	0
<i>Comparticip. do IPIM nos emolumentos e certificados (a)</i>	8.076	8.280	45.234	19.457	18.185
Custas do Tribunal de Contas	0	220	0	0	0
Encargos da República relativamente ao Território	0	41.031	2.775	0	2.776
Venda de Bens Duradouros	808	2.685	967	306	2.055
Venda de Serviços e Bens não Duradouros	32.684	40.728	46.449	27.081	28.010
Outras Receitas Correntes	16.897	13.629	5.102	1.517	31.346
Venda de Bens de Investimento	44.035	77.888	77.943	49.146	20.477
Transferências - Autoridade Monetária e Cambial de Macau	0	0	0	0	0
Total das outras receitas	1.602.260	1.358.938	3.380.355	2.708.916	644.991

NOTA: * Valores provisórios.

(a) A partir do ano de 1995, as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 8

Execução orçamental das receitas públicas
Janeiro a Junho de 1996

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	OGT/96	OGT/96 (Corrigido)	** Receita Cobrada	* % de execução
Concessão de exclusivos (a)	5.784.097	5.784.097	2.629.181	45,5%
Impostos directos	1.350.000	1.350.000	388.652	28,8%
Impostos Indirectos	665.560	665.560	269.627	40,5%
Taxas, multas e outras penalidades	302.780	302.780	157.229	51,9%
Rendimentos da propriedade e out. activos	1.287.920	1.287.920	446.031	34,6%
Transferências correntes	5.550	5.550	2.776	50,0%
Venda de bens duradouros	800	800	2.055	256,9%
Venda de serv. e bens não duradouros	48.196	48.196	28.010	58,1%
Outras receitas correntes	10.280	10.280	31.346	304,9%
Venda de bens de investimento	58.000	58.000	20.477	35,3%
Transferências	80.000	80.000	0	0,0%
Activos financeiros	4.400	4.400	0	0,0%
Outras receitas de capital	0	0	0	-
Reposições não abatidas nos pagamentos	10.000	10.000	17.053	170,5%
Contas de Ordem ***	216.100	216.100	116.418	53,9%
Receitas totais	9.823.683	9.823.683	4.108.855	41,8%

NOTAS: * A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT corrigido.

** Valores provisórios.

*** Receitas consignadas das «contas de ordem».

(a) Inclui-se nos «exclusivos» parte das receitas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 9

Despesas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das despesas	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1. Despesas correntes	5.984.917	6.826.828	6.106.586	2.947.758	2.997.917
1.1 Pessoal	1.958.982	2.297.628	2.326.566	1.091.218	1.219.886
1.2 Bens e Serviços	379.534	467.308	469.548	159.199	178.527
1.3 Juros	5.817	10.122	17.559	5.762	51.586
1.4 Transferências Correntes	3.593.422	4.017.081	3.243.429	1.678.340	1.527.122
1.5 Outras Despesas Correntes	47.162	34.689	49.484	13.239	20.796
2. Despesas de capital	2.299.485	1.700.013	3.928.026	2.401.015	558.042
2.1 Outros Investimentos	1.613.485	1.018.728	1.244.052	169.656	165.555
2.2 Transferências de Capital	11.710	19.200	321.310	12.917	133.292
2.3 Operações Financeiras	674.290	662.085	2.362.664	2.218.442	259.195
2.4 Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0
3. Subtotal (1+2)	8.284.402	8.526.841	10.034.612	5.348.773	3.555.959
4. Contas de ordem	2.135.581	2.724.498	5.437.553	^(a) 76.356	^(a) 88.778
5. Despesas totais (3+4)	10.419.983	11.251.339	15.472.165	5.425.129	3.644.737

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 10

Principais componentes das despesas correntes

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1- Despesas com pessoal	1.958.982	2.297.628	2.326.566	1.091.218	1.219.886
Remunerações certas e permanentes	1.525.861	1.804.880	2.075.004	983.403	1.097.704
Pessoal dos quadros	760.408	885.307	1.048.596	486.997	584.919
Pessoal além do quadro	211.904	302.710	347.920	175.608	164.685
Salários do pessoal dos quadros	34.190	35.584	37.057	18.268	17.514
Salários do pessoal eventual	222.115	231.833	232.320	115.075	114.693
Gratificações certas e permanentes	72.742	86.001	107.148	47.168	53.465
Outras despesas	224.502	263.445	301.963	140.287	162.428
Remunerações acessórias	136.375	160.322	185.800	83.415	95.115
Horas extraordinárias	22.254	27.843	30.434	12.147	15.004
Subsídio de residência	65.940	73.858	86.287	42.065	44.347
Outras despesas	48.181	58.621	69.079	29.203	35.764
Abonos em espécie	11.830	8.949	12.048	1.857	2.663
Classes inactivas	245.919	277.989	2.496	0	0
Pensões de aposentação e reforma	170.117	194.469	0	0	0
Pensões de sobrevivência	31.365	34.584	0	0	0
Outras despesas	44.437	48.936	2.496	0	0
Previdência social	28.740	32.854	38.336	18.630	19.529
Compensação de encargos	10.257	12.634	12.882	3.913	4.875
Deslocações	7.697	9.354	9.970	3.456	3.889
Outras despesas	2.560	3.280	2.912	457	986
2- Despesas com bens e serviços	379.534	467.308	469.548	159.199	178.527
Bens duradouros	24.798	30.010	28.622	8.092	9.608
Bens não duradouros	45.433	52.700	59.004	18.097	22.335
Aquisição de serviços	309.303	384.598	381.922	133.010	146.584
3- Juros	5.817	10.122	17.559	5.762	51.586
4- Transferências correntes	3.593.422	4.017.081	3.243.429	1.678.340	1.527.122
Sector público	3.332.764	3.634.960	2.778.382	1.442.899	1.344.165
Instituições particulares	162.491	240.924	174.567	45.101	87.055
Particulares	41.364	41.139	193.149	160.082	75.026
Exterior	56.803	100.058	97.331	30.258	20.876
5- Outras despesas correntes	47.162	34.689	49.484	13.239	20.796
Restituições	23.178	14.003	31.667	8.286	13.292
Outras despesas	23.984	20.686	17.817	4.953	7.504
Total de despesas correntes	5.984.917	6.826.828	6.106.586	2.947.758	2.997.917

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 11

Principais componentes das despesas de capital

(Milhares de patacas)

Designação	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1- Outros investimentos	1.613.485	1.018.728	1.244.052	169.656	165.555
Terrenos	0	0	2.394	0	0
Habitações	19.198	14.559	13.717	1.955	0
Edifícios	150.079	152.969	333.664	29.373	28.074
Estradas e pontes	290.786	123.902	156.062	19.039	15.998
Portos	356.290	2.385	1.449	0	0
Construções diversas	451.631	422.706	426.254	59.587	47.523
Melhoramentos fundiários	0	0	0	0	0
Material de transporte	1.579	6.128	2.434	399	28
Maquinaria e equipamento	195.666	175.237	162.941	17.122	12.648
Outros investimentos	148.256	120.842	145.137	42.181	61.284
2- Transferências de capital	11.710	19.200	321.310	12.917	133.292
Instituições particulares	11.710	19.200	321.310	12.917	133.292
3- Operação financeiras	674.290	662.085	2.362.664	2.218.442	259.195
Empréstimos a médio e longo prazos	77.846	76.865	130.818	39.896	244.195
Títulos de participação	596.444	585.220	2.231.846	2.178.546	15.000
4- Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
Total de despesas de capital	2.299.485	1.700.013	3.928.026	2.401.015	558.042

NOTA: * Valores provisórios.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 12

Despesas públicas por códigos orgânicos

(Milhares de patacas)

Classificação Orgânica	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1- Por áreas administrativas	2.189.512	2.648.814	4.551.109	2.097.672	2.296.533
01 - Encargos Gerais	178.176	214.112	1.782.571	791.628	906.205
03 - Serv. de Administração e Função Pública	51.164	57.627	114.381	49.854	46.403
04 - Serviços dos Assuntos Chineses	46.106	41.663	0	0	0
05 - Serviços de Educação e Juventude	438.640	536.603	666.816	355.124	329.327
07 - Serv. de Estatística e Censos	61.327	67.731	74.138	33.697	36.011
09 - Serviços de Finanças	77.957	86.161	95.406	42.335	46.589
18 - Serviços de Identificação de Macau	21.687	24.135	25.396	11.025	13.062
19 - Serviços de Economia	57.152	66.835	71.867	33.275	36.020
22 - Serv. Meteorológicos e Geofísicos	14.460	17.982	21.815	9.557	11.076
23 - Serviços de Turismo	40.224	49.773	55.862	26.975	26.570
24 - Gabinete de Comunicação Social	25.172	28.939	31.181	14.463	15.786
26 - Dir. de Inspeção e Coordenação de Jogos	28.283	33.180	36.378	17.303	20.477
27 - Serviços de Marinha	76.557	80.959	87.885	38.543	44.154
28 - Serv. das Forças Segurança de Macau	700.432	796.293	907.235	410.551	469.489
29 - Serviços de Trabalho e Emprego	39.316	42.440	47.461	20.867	22.317
31 - Serviços Cartografia e Cadastro	23.899	26.716	30.121	13.680	15.168
32 - Directoria da Polícia Judiciária	52.321	61.769	71.047	31.246	35.648
33 - Centro Atend. e Informação ao Público	4.336	4.273	0	0	0
34 - Direcção dos Serviços de Justiça	164.970	178.402	200.843	92.517	101.847
35 - Serv. de Solos, Obras Públicas e Transportes	81.569	91.218	98.874	43.750	48.719
36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	5.764	20.848	25.750	11.330	13.677
37 - Instituto dos Desportos de Macau	0	38.794	28.999	13.782	14.793
38 - Instituto Cultural de Macau	0	82.361	67.471	32.155	38.286
39 - Gab. p/Prev. e Tratam. da Toxicoddependência	0	0	9.612	4.015	4.909
2- Gerais a toda a Administração	6.094.890	5.878.027	5.483.503	3.251.101	1.259.426
10 - Encargos da Dívida Pública	83.662	86.986	148.377	45.658	295.782
11 - Pensões e Reformas	245.919	277.989	2.496	0	0
12 - Despesas Comuns	4.158.672	4.502.709	4.095.543	3.036.976	799.124
40 - Investimentos do Plano	1.606.637	1.010.343	1.237.087	168.467	164.520
3-Subtotal (1+2)	8.284.402	8.526.841	10.034.612	5.348.773	3.555.959
4-Contas de ordem	2.135.581	2.724.498	5.437.553 ^(a)	76.356 ^(a)	88.778
5-Despesas públicas totais (3+4)	10.419.983	11.251.339	15.472.165	5.425.129	3.644.737

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Valores das despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 13

Despesas públicas por funções

(Milhares de patacas)

Classificação funcional	1993	1994	1995	1ºS/95	1ºS/96*
1 - Serv. gerais de administração pública	1.268.495	1.516.061	1.647.668	655.428	714.634
1-01 Administração geral	1.067.806	1.286.062	1.397.651	550.979	596.734
1-02 Justiça, ordem, segurança	200.689	229.999	250.017	104.449	117.900
2 - Segurança pública	796.198	899.038	1.001.143	416.087	475.449
2-01 Comando	712.844	806.387	915.121	410.551	469.488
2-02 Polícia	66.747	65.245	29.180	0	2.577
2-03 Bombeiros	14.137	25.759	56.810	5.536	3.384
2-04 Protecção civil	2.470	1.647	32	0	0
3 - Educação	437.093	542.894	707.643	359.149	330.031
3-01 Administração, regulamentação, investigação	256.087	297.085	334.510	155.638	178.624
3-02 Ensino	177.560	243.803	363.115	203.257	149.698
3-03 Formação profissional	3.446	2.006	10.018	254	1.709
4 - Saúde	598.273	677.542	836.322	380.564	459.195
4-01 Administração, regulamentação, investigação	547.000	658.630	810.000	375.000	450.000
4-02 Medicina	50.124	17.648	15.009	1.439	4.053
4-03 Higiene e saúde pública	1.149	1.264	11.313	4.125	5.142
5 - Previdência social	498.011	514.766	252.440	122.809	141.731
5-01 Administração e regulamentação	3.591	4.000	5.500	2.750	3.250
5-02 Acção Social	248.501	232.777	244.444	120.059	138.481
5-03 Pensões e reformas	245.919	277.989	2.496	0	0
6 - Habitação	47.312	49.151	55.527	20.067	22.721
6-01 Administração e regulamentação	12.989	19.306	29.484	12.244	13.971
6-02 Habitação social	34.323	29.845	26.043	7.823	8.750
7 - Outros serv. colectivos e sociais	408.529	376.354	601.081	169.955	212.001
7-01 Cultura	179.259	117.224	215.670	63.569	82.395
7-02 Desporto e Recreio	101.104	110.663	188.181	33.494	47.886
7-03 Cultos	8.790	10.508	10.210	4.564	4.078
7-04 Meteorológico e Geofísica	15.704	22.027	59.769	10.727	15.982
7-05 Cartografia	25.898	29.409	31.411	13.699	15.171
7-06 Comunicação Social	37.758	43.138	47.923	23.035	24.172
7-07 Assuntos de Trabalho	40.016	43.385	47.917	20.867	22.317
8 - Serviços económicos	1.450.556	968.455	1.333.405	294.570	405.979
8-01 Administração, regulamentação e investigação	207.931	234.063	290.753	126.486	135.853
8-02 Agricultura, siveicultura, pecuária e pesca	0	0	0	0	0
8-03 Indústria	2.501	881	375	0	0
8-04 Infraestruturas	161.971	264.041	101.935	25.726	6.588
8-05 Transportes	714.179	179.204	568.660	49.267	156.655
8-06 Comunicações	37	30	47	21	26
8-07 Comércio	0	0	0	0	0
8-08 Turismo	89.864	87.068	104.343	30.095	26.570
8-09 Ordenamento físico/Ambiente	274.073	203.168	267.292	62.975	80.287
9 - Outras funções	2.779.935	2.982.580	3.850.636	3.006.500	882.996
9-01 Operações da dívida pública	83.663	86.986	148.377	45.658	295.782
9-02 Transferências sector público	532.556	571.824	437.355	128.038	236.672
9-03 Diversas não especificadas	2.163.716	2.323.770	3.264.904	2.832.804	350.542
Despesas públicas totais	8.284.402	8.526.841	10.285.865	5.425.129	3.644.737

NOTA: * Valores provisórios.

(a) Incluem-se nos totais de 1995 e 1996, os valores das despesas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 14

Execução orçamental das despesas públicas
Janeiro a Junho de 1996

(Milhares de patacas)

Designação das despesas	OGT/96	OGT/96 Corrigido	* Despesa Realizada	** % de execução
Pessoal	2.617.502	2.617.821	1.219.886	46,6%
Bens e serviços	543.970	546.889	178.526	32,6%
Juros	34.100	53.271	51.587	96,8%
Transferências correntes	3.369.139	3.383.291	1.527.122	45,1%
Outras despesas correntes	494.277	477.232	20.796	4,4%
Outros investimentos	1.437.067	1.477.156	165.555	11,2%
Transferências de capital	158.170	158.170	133.292	84,3%
Operações financeiras	757.850	738.679	259.195	35,1%
Outras despesas de capital (a)	173.138	132.704	0	0,0%
Contas de Ordem ***	238.470	238.470	88.778	37,2%
Despesas totais	9.823.683	9.823.683	3.644.737	37,1%

NOTAS: * Valores provisórios.

** A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT/96 corrigido.

*** Despesas consignadas das «contas de ordem».

(a) Valores das dotações concorrenciais/provisionais do Plano de Investimento.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 15

Comparação da evolução das contas públicas

(Milhares de patacas)

Designação	1995	OGT/96	Previsão/96	OGT/97
1 Receitas correntes	8.558.189	9.432.813	8.689.050	9.442.530
2 Despesas correntes	6.106.586	7.058.988	7.023.057	7.358.868
3 Saldo corrente(1-2)	2.451.603	2.373.825	1.665.993	2.083.662
4 Investimentos do PIDDA	1.237.087	1.600.000	1.040.000	1.500.000
5 Saldo após investimentos(3-4)	1.214.516	773.825	625.993	583.662
6 Outras origens de recursos:	364.871	390.870	587.000	470.124
6.1 Activos financeiros	0	4.400	0	4.400
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	77.943	58.000	44.000	58.000
6.4 Transferências	0	80.000	43.000	146.203
6.5 Repos. não abat. nos pagamentos	35.204	10.000	20.000	12.000
6.6 Contas de Ordem *	251.724	238.470	480.000	249.521
7 = 5 + 6	1.579.387	1.164.695	1.212.993	1.053.786
8 Outras aplicações de recursos:	2.942.192	1.164.695	1.208.170	1.053.786
8.1 Outros investimentos	6.965	10.205	10.000	10.142
8.2 Amortização da dívida pública	130.818	327.850	530.000	413.953
8.3 Imobilizações financeiras	2.231.846	430.000	30.000	272.000
8.4 Outras transferências	321.310	158.170	158.170	108.170
8.5 Contas de Ordem *	251.253	238.470	480.000	249.521
9 = 7 - 8	(1.362.805)	0	4.823	0
10 Saldos de anos económicos anteriores	2.081.640	0	0	0
11 Saldo do Exercício (9+10)	718.835	0	4.823	0

NOTA: * A partir de 1995, as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas contas de ordem.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 16

Comparação da evolução das receitas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1995	OGT/96	Previsão/96	OGT/97
Concessão de exclusivos *	5.506.285	5.784.097	5.560.000	5.543.590
Impostos directos	1.358.761	1.350.000	1.372.000	1.331.800
Impostos indirectos	557.441	665.560	580.000	687.920
Taxas, multas e outras penalidades	345.555	302.780	320.000	332.735
Rendimentos de propriedade e outros activos	759.299	1.287.920	750.000	1.494.920
Transferências correntes	2.775	5.550	5.550	5.550
Venda de bens duradouros	967	800	2.500	1.000
Venda de serv. e bens não duradouros	46.449	48.196	49.000	54.756
Outras receitas correntes	5.102	10.280	50.000	15.280
Venda de bens de investimento	77.943	58.000	44.000	58.000
Transferências de capital	0	80.000	43.000	146.203
Activos financeiros	0	4.400	0	4.400
Passivos financeiros	0	0	0	0
Outras receitas de capital	2.081.640	0	0	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	35.204	10.000	20.000	12.000
Contas de Ordem **	227.279	216.100	480.000	224.500
Receitas totais	11.004.700	9.823.683	9.276.050	9.912.654

NOTA: * Estão incluídas as receitas consignadas às diversas entidades autónomas provenientes de exclusivos.

** Receitas consignadas às diversas entidades autónomas não provenientes de exclusivos.

FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V - 17

Comparação da evolução das despesas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das despesas	1995	OGT/96	Previsão/96	OGT/97
Pessoal	2.326.566	2.617.502	2.685.000	2.827.908
Bens e serviços	469.548	543.970	600.000	572.915
Juros	17.559	34.100	91.000	80.110
Transferências correntes	3.243.429	3.369.139	3.130.000	3.365.386
Outras despesas correntes *	49.484	494.277	510.000	512.549
Outros investimentos	1.244.052	1.437.067	1.050.000	1.253.645
Transferências de capital	321.310	158.170	158.170	108.170
Operações financeiras	2.362.664	757.850	560.000	685.953
Outras despesas de capital **	0	173.138	0	256.497
Contas de Ordem ***	251.253	238.470	480.000	249.521
Despesas totais	10.285.865	9.823.683	9.264.170	9.912.654

NOTAS: * Os OGT/96 e OGT/97 incluem as dotações provisionais.

** Os OGT/96 e OGT/97 representam os agregados das dotações concorrencionais e provisionais do Plano de Investimentos.

*** Valores das despesas consignadas às diversas entidades autónomas, os quais passaram a ser incluídos nas «contas de ordem», a partir de 1995.

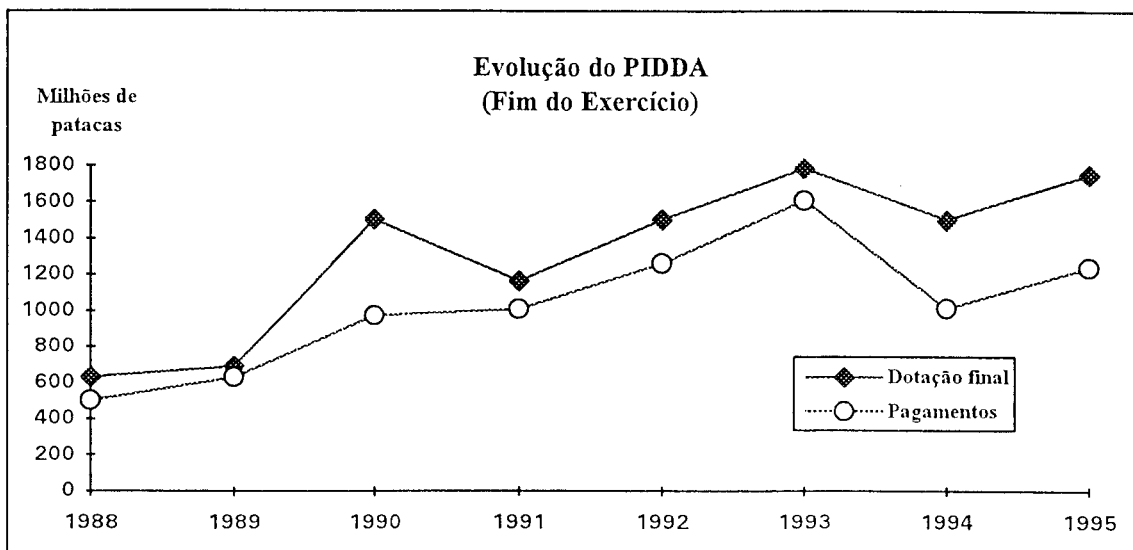
FONTE: Departamento de Estudos e Planeamento Financeiro da Direcção dos Serviços de Finanças.

VI — PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

VI.1. — Evolução dos investimentos públicos

Conforme se pode constatar no quadro I, o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração

para 1995, foi inicialmente dotado com 1 750,00 milhões de patacas, representando um decréscimo de 3,8% relativamente ao ano anterior, enquanto que o valor das despesas públicas orçamentadas crescia 3,1%. Verificou-se assim uma diminuição do peso relativo do PIDDA no total do orçamento de 16,4% em 1994 para 15,4% em 1995.



Quadro I

Evolução das despesas orçamentadas no início do exercício

(Milhões de patacas)

DESPESAS ORÇAMENTADAS (INÍCIO DO ANO)		1991	1992	1993	1994	1995
Total do OGT	Valor	5.777,7	6.785,3	9.358,0	11.047,6	11.391,8
	Δ %	38,9	17,4	37,9	18,1	3,1
PIDDA	Valor	1.435,7	1.500,0	1.620,0	1.820,0	1.750,0
	Δ %	36,1	4,5	8,0	12,3	(3,8)
Peso relativo do PIDDA no OGT		24,8%	22,1%	17,3%	16,4%	15,4%

Atendendo a que o PIDDA/94 foi alvo de uma desdotação orçamental no decurso do exercício, assumindo um valor final de 1 500,0 milhões de patacas, a verba atribuída ao PIDDA/95 traduz, na realidade, um crescimento de cerca de 16,7%. Esta situação pode ser explicada pelo facto de o ano de 1994 ter sido especialmente dedicado à conclusão de parte dos grandes empreendimentos que vinham sendo executados nos anos anteriores e ao estudo e proposta de novos investimentos o que, por regra, não

implica grandes encargos financeiros.

Por outro lado, o PIDDA/95 beneficiou de um reforço de verba no montante de 5,5 milhões de patacas, sendo a sua dotação autorizada de 1 755,5 milhões de patacas.

Ainda durante o exercício de 1995, foram pagas despesas na ordem dos 1 238,0 milhões de patacas, (+22,5% do que no ano anterior), ficando, assim, a taxa de realização próxima de 70,7%.

Quadro II

Evolução das despesas orçamentadas e realizadas no final do exercício

(Milhões de patacas)

PIDDA	1991	1992	1993	1994	1995
Dotação final	1.164,6	1.501,7	1786,3	1.500,0	1.755,5
Δ %	(22,7)	28,9	19,0	(16,0)	16,7
Pagamentos	1.008,5	1.262,4	1606,8	1.010,9	1.238,0
Δ %	3,5	25,2	27,3	(37,1)	22,5
Taxa de realização	86,6	84,1	90,0	67,4	70,7

O quadro III, por sua vez, reflecte a estrutura dos investimentos quanto à natureza e revela que o subconjunto «Obras» concentrou, em 1995, 65,5% da dotação global. Esta natureza integrava, nesse ano, 191 acções de investimento de que se destacavam o «Complexo Desportivo da Taipa» (com 78,6 milhões de patacas), o «Centro Cultural de Macau» (que absorveu 70,9 milhões de patacas) e o «Aeroporto Internacional de Macau» (66,5 milhões de patacas). De referir que da verba afecta ao projecto do «Aeroporto Internacional de Macau», apenas foi despendida cerca de 61%, enquanto que do «Complexo Desportivo da Taipa» apenas se concretizou 77% do previsto, em termos financeiros.

A natureza «Equipamento», embora registando um ligeiro aumento da dotação atribuída, reduziu o seu peso relativo no total dos investimentos relativamente ao ano de 1994. Em 1995, contri-

buiu com 11,3% do total dos investimentos, valor que ficou aquém do registado no ano anterior.

Nesta rubrica, merecem destaque, pelo seu peso relativo, o «Apetreçamento do Complexo Hospitalar» e a «Semaforização e controlo de tráfego», que absorveram respectivamente 25,4 e 20,7 milhões de patacas.

Por outro lado, o agrupamento das «Aquisições» tem pouco significado no total dos investimentos, contando em 1995, com apenas 3,1% do PIDDA, embora seja a rubrica que registou o maior aumento relativo em relação ao ano anterior.

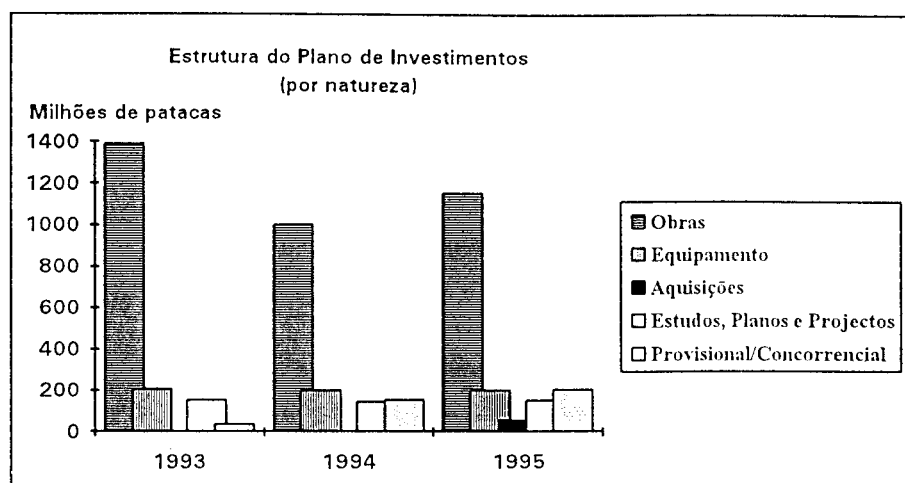
Sob esta epígrafe foram despendidos, em 1995, 35,4 milhões de patacas, de que se destaca a regularização de aquisições de imóveis efectuadas em anos anteriores a 1990.

Quadro III

Investimentos públicos segundo a natureza das despesas

(Milhões de patacas)

NATUREZA	1993		1994		1995	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obras	1.389,9	77,8	1.000,3	66,7	1.150,1	65,5
Δ %	36,7		(28,0)		15,0	
Equipamento	206,4	11,6	198,9	13,2	199,2	11,3
Δ %	(32,5)		(3,6)		0,2	
Aquisições	1,9	0,1	2,5	0,2	54,4	3,1
Δ %	(92,1)		31,6		2176,0	
Estudos, Planos e Projectos	151,0	8,4	144,3	9,6	148,4	8,5
Δ %	121,4		(4,4)		2,8	
Provisional/Concorrencial	37,1	2,1	154,0	10,3	203,4	11,6
TOTAL	1.786,3	100,0	1.500,0	100,0	1.755,5	100,0



Finalmente, a natureza «Estudos, planos e projectos» atinge um peso relativo inferior em cerca de 1,1 pontos percentuais, comparativamente com o ano anterior contando, em 1995, com 8,5% das verbas atribuídas ao Plano, embora registre um crescimento em valor absoluto de cerca de 2,8%, passando a deter 148,4 milhões de patacas em 1995, contra 144,3 milhões de patacas em 1994. Nesta rubrica destacam-se os investimentos efectuados no plano de «Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos» e da «Exploração da Central de Incineração».

Deslocando a análise para uma perspectiva de «áreas de intervenção», verifica-se que foi a área «Social» a que reflectiu, de forma

mais acentuada, o incremento do investimento ocorrido durante o ano, ao passar de 347,2 milhões de patacas em 1994 para 524,9 milhões de patacas no ano de 1995, correspondentes a 29,9% do total dos investimentos (quadro IV).

No entanto, continua a ser a rubrica «Infra-estruturas» a que detém o maior peso relativo no total dos investimentos.

Esta rubrica era então constituída por 76 acções, merecendo realce a «Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos» e o «Aeroporto Internacional de Macau».

Quadro IV

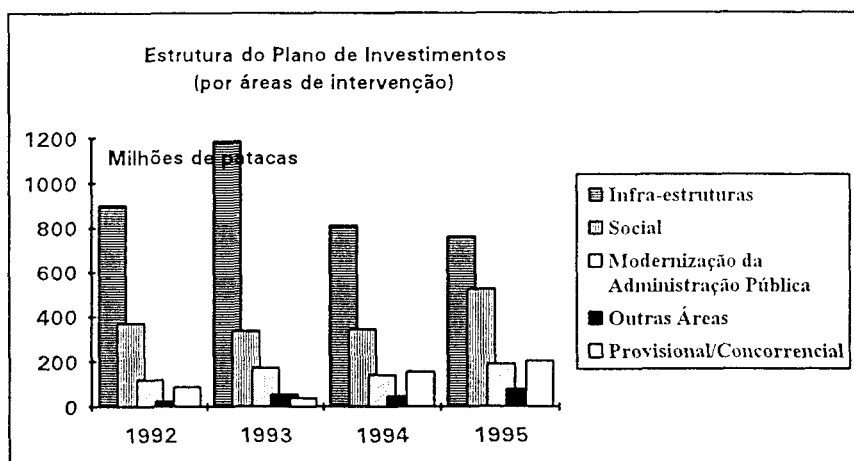
Investimentos públicos, segundo as áreas de intervenção

(Milhões de patacas)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	1993		1994		1995	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infra-estruturas	1.186,8	66,4	811,1	54,1	761,5	43,4
Δ %	31,6		(31,6)		6,1	
Social	336,9	18,9	347,2	23,1	524,9	29,9
Δ %	(9,4)		3,1		51,2	
Modernização da Administração Pública	170,7	9,5	141,0	9,4	188,0	10,7
Δ %	45,6		(17,3)		33,3	
Outras Áreas	54,8	3,1	46,7	3,1	77,7	4,4
Δ %	130,2		(15,0)		66,4	
Provisional/Concorrencial	37,1	2,1	154,0	10,3	203,4	11,6
TOTAL	1.786,3	100,0	1500,0	100,0	1755,5	100,0

Por ordem de importância, vem a seguir a área «Social» com 29,9% do total da dotação corrigida de 1995. Nesta rubrica,

destacam-se, pela sua importância, o «Complexo Desportivo da Taipa» e o «Centro Cultural de Macau».



O valor dos investimentos atribuídos à área de «Modernização da Administração Pública» recuperou do decréscimo verificado no PIDDA/94, ao aumentar de 141,0 milhões de patacas em 1994 para 188,0 milhões de patacas em 1995, traduzindo assim uma subida de cerca de 33,3%.

Por fim, a rubrica «Outras áreas», embora mantendo um peso relativo muito reduzido no total dos investimentos, registou um incremento de 66,4%, em valor, relativamente ao ano anterior. Sob esta designação são congregados os projectos ligados ao turismo, dos quais se destaca a «Fonte Cibernética».

VI.2.— Execução financeira do PIDDA-1996

O Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1996 foi dotado inicialmente com 1 600,0 milhões de patacas, representando 13,4% do total das despesas previstas no Orçamento Geral do Território para o corrente ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1995, verifica-se um decréscimo nominal de 8,6%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA-1996, 154,2 milhões de patacas destinaram-se à constituição de uma

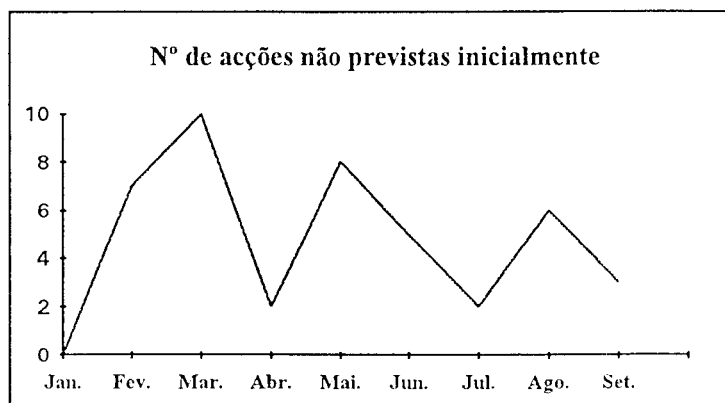
dotação provisional, 19,0 milhões visavam cobrir, concorrencialmente, um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e os restantes 1 426,9 milhões foram afectos às 249 acções de investimento previstas inicialmente.

Repartindo a dotação inicial por áreas de responsabilidade, constata-se que as entidades tuteladas pelo Secretário-Adjunto

para os Transportes e Obras Públicas absorveram cerca de 60,7% do total, donde merece realce a fatia atribuída à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, 645,5 milhões de patacas, e ao próprio Gabinete, 280,9 milhões de patacas.

Do conjunto de empreendimentos inscritos no corrente ano, merecem realce, pelo montante de verbas envolvidas, os seguintes:

Designação	Proponente	Dot.Inicial	Dot.Actual
Centro Cultural de Macau	D.S.S.O.P.T.	205.416.367,1	166.025.424,7
Museu de Macau	S.A.C.T.C.	68.828.140,0	45.645.192,0
ETAR da Taipa	S.A.T.O.P.	72.577.757,0	73.165.517,0
Aquisição de Instalações	D.S.F.	45.000.000,0	45.679.125,0
Remoção, Recolha e Limpeza de Resíduos Sólidos	S.A.T.O.P.	96.287.600,0	96.287.600,0
Complexo Desportivo da Taipa	D.S.S.O.P.T.	54.517.165,3	63.295.492,6
Alameda do NAPE	D.S.S.O.P.T.	51.362.757,8	54.486.229,8
Central de Incineração	S.A.T.O.P.	44.273.156,0	44.273.156,0



De realçar as desdotações de que foram alvo os «Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane» e o «Centro Cultural de Macau», situação sobretudo devida à recalendarização a que foram sujeitos.

Durante os três primeiros trimestres do ano foram inscritas 43 novas acções, representando um acréscimo de 17,3% em relação à situação inicial.

As verbas cativas totalizaram, no mesmo período, 969,1 milhões de patacas (60,6% da dotação total do Plano) das quais 426,9 milhões (cerca de 44,1%) se concretizaram em termos de liquidação.

Como já foi referido, as liquidações atingiram, em 30 de Setembro, 426,9 milhões de patacas, o que se traduz numa taxa de execução efectiva de 26,7% (quadro V).

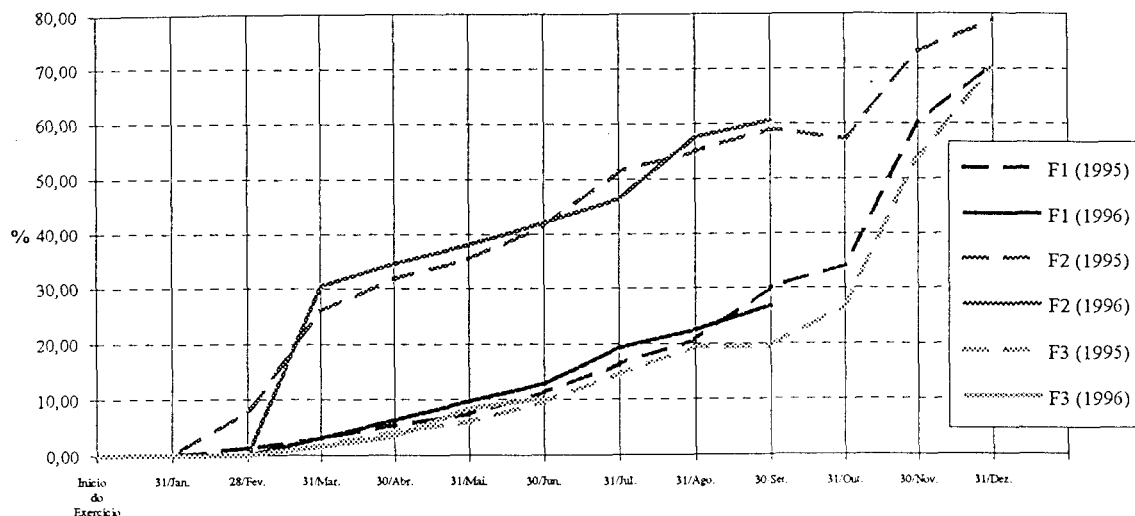
Quadro V

Execução financeira dos investimentos públicos

(Milhões de patacas)

DESIGNAÇÃO	30 de Setembro de 1995		30 de Setembro de 1996	
	Valor	%	Valor	%
Liquidações	450,0	25,7	426,9	26,7
Verbas Cativas	581,9	33,3	542,1	33,9
Saldos	718,0	41,0	629,6	39,4
Dotação Actual	1.750,0	100,0	1.598,7	100,0

Evolução da execução do PIDDA, 1995/96



$$F1 = \frac{\text{Liquidações}}{\text{Dotação Actual}}$$

$$F2 = \frac{\text{Liquidações + Cativos}}{\text{Dotação Actual}}$$

$$F3 = \frac{\text{Pagamentos}}{\text{Dotação Actual}}$$

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um abrandamento da execução efectiva do Plano no corrente ano, embora os indicadores de execução apresentem valores superiores para o corrente ano, devido à redução do valor do PIDDA/96, que serve de base ao cálculo dos referidos indicadores. Se tomarmos em conta a taxa de execução conseguida no final do ano anterior, conjugada com a expectativa de execução dos projectos de maior porte, em curso no corrente ano, poderemos projectar um valor na ordem dos 65% para a execução final

efectiva do PIDDA/96 a que corresponderão cerca de 1 040 milhões de patacas.

Na estrutura, por natureza, destaca-se a rubrica «Obras» que, tendo sofrido uma redução de 9,3 milhões de patacas, continua a absorver actualmente 66,1% da dotação do Plano. Esta rubrica regista uma taxa de execução efectiva na ordem dos 26,2% (quadros VI e VII).

Quadro VI

Estrutura do plano por natureza

(Milhões de patacas)

NATUREZA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CATIVO	LIQUIDADO
Obras	1.065,7	1.056,4	441,9	276,4
Aquisições	48,0	47,6	0,1	1,9
Equipamentos	149,3	173,1	64,4	42,0
Est., Plan. e Projectos	163,8	161,6	35,7	106,6
Sub-total	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
Dot. Provisional	154,2	134,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	19,0	25,5	0,0	0,0
Total	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

Por ordem de importância segue-se-lhe a rubrica dos «Equipamentos» que, por sua vez, apresenta uma taxa de execução de

24,3%, valor que deixa antever uma boa taxa de execução final, face às características dos projectos que nela se inserem.

Quadro VII

Indicadores de execução por natureza

NATUREZA	ESTRUTURA	F1	F2
Obras	66,08	0,262	0,680
Aquisições	2,98	0,040	0,043
Equipamentos	10,83	0,243	0,615
Est., Planos e Projectos	10,11	0,660	0,881
Sub-total	89,99	0,297	0,674
Dot. Provisional	8,41	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	1,60	0,000	0,000
Total	100,00	0,267	0,606

A rubrica «Estudos, planos e projectos», que apresenta a taxa de execução mais elevada do Plano (66,0%), viu a sua dotação reduzida em cerca de 2,2 milhões de patacas, desde o início do ano. Por

fim, a rubrica «Aquisições», com um peso relativo muito reduzido no total dos investimentos, regista uma taxa de realização efectiva de apenas 4,0%.

Quadro VIII

Estrutura do plano por áreas de intervenção

(Milhões de patacas)

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CATIVO	LIQUIDADO
Social	631,0	627,0	201,1	134,6
Infraestruturas	560,6	554,6	250,4	236,3
Mod. Adm. Pública	131,1	175,1	43,8	40,9
Outras Áreas	104,1	82,0	46,8	15,1
Sub-total	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
Dot. Provisional	154,2	134,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	19,0	25,5	0,0	0,0
Total	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

Por áreas de intervenção, merece realce a rubrica «Social» que concentra 39,2% das disponibilidades de investimento, correspondentes a 627,0 milhões de patacas, menos 4,0 milhões do que inicialmente. Esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 21,5%, cerca de 8,2 pontos percentuais abaixo da média das quatro rubricas. Segue-se-lhe a área «Infra-estruturas» que detém 34,7% do total das verbas atribuídas ao Plano, ou seja, 554,6 milhões de patacas e que apresenta uma taxa de realização efec-

tiva de 42,6%, cerca de 12,9 pontos percentuais acima da média das quatro rubricas (quadros VIII e IX).

A rubrica «Modernização da Administração Pública» conta com 10,9% do PIDDA, a que correspondem, em valor absoluto, 175,1 milhões de patacas, dos quais 44,0 milhões reforçados já no decurso do exercício. A realização financeira desta rubrica, nos três primeiros trimestres do ano, aproxima-se da média do Plano.

Quadro IX

Indicadores de execução por áreas de intervenção

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	ESTRUTURA	F1	F2
Social	39,22	0,215	0,5367
Infraestruturas	34,69	0,426	0,878
Mod. Adm. Pública	10,95	0,233	0,484
Outras Áreas	5,13	0,185	0,750
Sub-total	89,99	0,297	0,674
Dot. Provisional	8,41	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	1,60	0,000	0,000
Total	100,00	0,267	0,606

Finalmente, com uma importância relativa mais reduzida no total do Plano, surge a rubrica «Outras áreas» que, com 82,0 milhões de patacas, apresenta uma taxa de execução de 18,5% no final do período em referência.

atribuídas à função «Serviços económicos», que inclui os projectos de infra-estruturas ligados aos transportes, saneamento básico e aterros. Esta rubrica detinha, no final de Setembro, uma dotação de 554,0 milhões de patacas e registou uma taxa de realização efectiva de 41,1%, a melhor de entre as diversas funções e bastante acima da média do Plano (quadros X e XI).

Cerca de 34,7% das disponibilidades de investimento estão

Quadro X

Estrutura do plano por funções

(Milhões de patacas)

FUNÇÕES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CATIVO	LIQUIDADO
Serviços Gerais	128,9	156,8	35,4	31,1
Segurança Pública	72,7	93,7	47,9	27,7
Educação	101,9	120,5	46,3	36,5
Saúde	57,0	54,7	8,8	15,3
Previdência Social	26,0	35,3	12,7	3,3
Habituação	20,0	17,8	9,3	3,8
Outros Serviços	444,7	405,9	131,8	81,4
Serviços Económicos	575,6	554,0	249,9	227,8
Sub-total	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
Dot. Provisional	154,2	134,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	19,0	25,5	0,0	0,0
Total	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

Quadro XI

Indicadores de execução por funções

FUNÇÕES	ESTRUTURA	F1	F2
Serviços Gerais	9,81	0,198	0,425
Segurança Pública	5,86	0,296	0,807
Educação	7,54	0,303	0,687
Saúde	3,42	0,281	0,442
Previdência Social	2,21	0,092	0,452
Habituação	1,11	0,215	0,739
Outros Serviços	25,39	0,201	0,525
Serviços Económicos	34,65	0,411	0,862
Sub-total	89,99	0,297	0,674
Dot. Provisional	8,41	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	1,60	0,000	0,000
Total	100,00	0,267	0,606

Com o segundo maior peso na estrutura do Plano figura a rubrica «Outros serviços colectivos e sociais» que conta, actualmente, com 405,9 milhões de patacas. Na óptica da execução financeira, esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 20,1%, enquanto os compromissos assumidos atingem os 131,8 milhões de patacas, correspondentes a 32,5% do total. Os «Serviços gerais» absorvem 156,8 milhões de patacas, o equivalente a 9,8% do total das verbas do PIDDA, sendo que apenas 19,8% foi realizado. As rubricas «Segurança pública», «Saúde», «Habituação», «Previdência social» e «Educação» representam, respectivamente, 5,9%, 3,4%, 1,1%, 2,2% e 7,5% do total dos investi-

mentos.

Nos escalões de dotação, destaque para as acções acima dos 20 milhões de patacas, que absorvem 47,8% das verbas afectas aos investimentos do Plano e equivalem a 763,8 milhões de patacas, embora tenham sofrido, no decurso do exercício, uma desdotação de cerca de 13,9% relativamente à verba que lhe havia sido atribuída inicialmente. De referir ainda que são estes projectos os que revelaram maior dinâmica na execução ao longo dos primeiros três trimestres do ano, a avaliar pela taxa de realização efectiva apresentada (31,3%) (quadros XII e XIII).

Quadro XII

Estrutura do plano por escalões de dotação

(Milhões de patacas)

ESCALÕES DE DOTAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CATIVO	LIQUIDADO
E<1 Milhão	57,2	45,0	10,7	12,9
1 Milhão≤E<5 Milhões	263,2	237,1	74,4	58,2
5 Milhões≤E<10 Milhões	117,2	146,5	60,2	44,2
10 Milhões≤E<20 Milhões	102,6	246,3	108,2	72,6
20 Milhões≤E	886,6	763,8	288,6	239,0
Sub-total	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
Dot. Provisional	154,2	134,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	19,0	25,5	0,0	0,0
Total	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

Quadro XIII

Indicadores de execução por escalões de dotação

ESCALÕES DE DOTAÇÃO	ESTRUTURA	F1	F2
E<1 Milhão	2,81	0,288	0,527
1 Milhão≤E<5 Milhões	14,83	0,245	0,559
5 Milhões≤E<10 Milhões	9,16	0,302	0,713
10 Milhões≤E<20 Milhões	15,41	0,295	0,734
20 Milhões≤E	47,78	0,313	0,691
Sub-total	89,99	0,297	0,674
Dot. Provisional	8,41	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	1,60	0,000	0,000
Total	100,00	0,267	0,606

Finalmente, por classificação económica, merece realce a rubrica «Edifícios», que agrega projectos de investimento totalizando 621,9 milhões de patacas, correspondentes a 38,9% do total dos investimentos públicos. Esta rubrica, que desde o início do exercício conta com a maior fatia das verbas de investimentos, contou ainda, ao longo do exercício, com um reforço financeiro de cerca de 12,6 milhões de patacas. Em termos de execução financeira situa-se, abaixo da média do Plano com uma taxa de execução efectiva de 20,0%. A rubrica «Construções diversas» conta agora com 385,3 milhões de patacas (menos 45,1 milhões do que inicialmente previsto), correspondendo a 24,1% do total do Plano.

Quanto à realização financeira verifica-se que a sua taxa de execução se situa nos 30,7%.

Também a rubrica «Outros investimentos» sofreu uma redução das disponibilidades inicialmente atribuídas, de cerca de 0,9 milhões de patacas, contando agora com 164,7 milhões de patacas, verba equivalente a 10,3% do total. A sua taxa de realização efectiva regista o valor mais elevado do Plano (65,1%). A rubrica «Maquinaria e equipamento» detém, por seu lado, 166,5 milhões de patacas, registando uma taxa de realização muito próxima da média das doze rubricas (quadros XIV e XV).

Quadro XIV

Estrutura do plano por classificação económica

(Milhões de patacas)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ACTUAL	CATIVO	LIQUIDADO
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	19,0	16,3	8,2	3,8
Edifícios	609,3	621,9	181,2	124,6
Estradas e Pontes	55,4	79,8	47,4	32,1
Portos	0,0	0,0	0,0	0,0
Construções Diversas	430,4	385,3	204,5	118,3
Melhor. Fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0
Mat. de Transporte	0,0	4,2	0,0	0,0
Maquinaria e Equip.	147,1	166,5	63,2	40,9
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Investimentos	165,6	164,7	37,6	107,2
Sub-total	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
Dot. Provisional	154,2	134,5	0,0	0,0
Dot. Concorrencial	19,0	25,5	0,0	0,0
Total	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

Quadro XV

Indicadores de execução por classificação económica

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	ESTRUTURA	F1	F2
Terrenos	0,00	0,000	0,000
Habitação	1,02	0,235	0,743
Edifícios	38,90	0,200	0,492
Estradas e Pontes	4,99	0,403	0,997
Portos	0,00	0,000	0,000
Construções Diversas	24,10	0,307	0,838
Material Transporte	0,26	0,000	0,000
Maquinaria e Equip.	10,42	0,246	0,625
Outros Investimentos	10,30	0,651	0,879
Sub-total	89,99	0,297	0,674
Dot. Provisional	8,41	0,000	0,000
Dot. Concorrencial	1,60	0,000	0,000
Total	100,00	0,267	0,606

一九九七年度施政方針

1. 經濟及就業政策

由於以向外經濟為主而且內部市場狹小，因此，澳門經濟活動的發展主要是依賴出口（貨物或服務）生產結構的增長和競爭力，而這是過去、現在及將來經濟發展的關鍵因素。

一九九五年，本地區內部生產總值實質增長為百分之三點九，顯示由一九九三年開始的經濟活動放緩仍然持續，而主要原因是投資下降了百分之十及個人消費持續疲弱，實質增長只有百分之三點七。結果是過去作為增長因素的內部需求失去優勢，由外部淨需求取而代之。

上述的個人消費趨勢始於一九九五年，而一九九六年第一季度更為明顯，表明今年的趨勢將持續疲弱。這個情況，可以解釋為同時受到人口及薪金增長放緩，以及香港的政治過渡所帶來的消費心理所影響，香港的個人消費趨勢亦出現同樣的現象。

一九九五年，在內部生產總值中，貨物及服務的淨出口有明顯的貢獻，抵消了一部份內部需求疲弱及由此產生的入口減少。事實上，雖然入口方面由於內部需求縮減，出現百分之三點一的跌幅，但貨物及服務出口有良好發展，實質增長為百分之四點四，使外部淨需求的增長達到百分之二十一點七，且明顯提高了貨物及服務的順差。

關於貨物出口方面，一九九五年之實質增長為百分之三，相對於一九九四年的百分之六點七，實則是減少了。此外，還要強調主要集中在紡織及製衣方面。

然而，一九九六年第一季度的貨物出口明顯是受到我們的主要買家經濟不景所影響，此外，還有其他因素，尤其是受到歐盟及美國紡織貿易等國際貿易規則的修改影響。所以，預期一九九六年，貨物出口增長並不理想，然而卻因為貨物入口預測會有下降而使貿易結餘得到改善。

服務出口方面，一九九五年有百分之五點八的增長，而一九九六年第一季由博彩業及旅遊業的反向表現決定，前者收入下降百分之十二，後者由於機場的開通，使遊客數目有所增長，帶動住宿及飲食的支出有明顯增長。

近年一直維持於低水平的失業率在一九九五年有上升趨勢，平均數字為百分之三點六，導致須採取若干政策穩定就業市場。一九九六年第二季度的失業率仍然偏高，為百分之四點五，因此上述政策應繼續予以實施。不過，倘情況許可，此等政策應靈活予以執行，以便能為本地提供就業額的新投資項目得以落實，及增加就業機會。

消費物價指數曾一度呈惡化趨勢，在一九九五年錄得平均數字為百分之八點六。但是，一九九六年上半年情況有了明顯改善，只為百分之五點五，而今年內這趨勢應會持續下去。預計至本年底，有關的數字不會超過百分之五。

總括來說，分析過一九九六年上半年的指標形勢後，澳門經濟活動的放緩現象會持續下去。若果一九九五年是內部因素的負面影響某程度由貨物及服務出口的興旺所抵消，那麼，一九九六年則是內部需求疲弱和外部淨需求放緩的相結合，後者主要是受輸美成衣減少及博彩收入明顯下降的影響。

現時來看，內部及國際的主要趨勢仍未可以扭轉，一九九六年內部生產總值增長會以最近過去最為顯著的步伐持續放緩下去。

然而，今年下半年一些經濟指數的改善蹟象，可以預料一九九七年本地區的經濟將會部份復甦。

一九九七年政府在這方面的主要方針以及如下所介紹的政策和工作，都標誌著我們一直以來為謀求扭轉過去持續的經濟放緩作出更大的努力。

1.1. 經濟活動方面

對澳門來說，在經濟調整的現階段裡，極需要維持一個革新和有競爭力的，那怕是規模細小的工業基礎，從而可以在世界各地眾多低工資成本的新生產商的競爭下生存。與此同時，擴大由整個華南地區社會經濟迅速發展帶動的國際性服務行業並使之多元化。制訂法規，以優惠政策及簡便程序吸引投資，特別是鼓勵高科技、附加值高及無污染產業的投資。

基此，及在工業現代化輔助政策的方針下，將會改善該行業的鼓勵制度，而對於引入新技術及提高素質方面，就會由澳門生產力暨技術轉移中心引領和鞏固。此外，還會繼續檢討規範工業場所及其設施的登記的法規（十一月九日第95/85/M號法令）。

在工業產權法例方面，對於工業產權的保護，將透過執行澳門現行的商標保護政策和制定法例保護專利權來開展本地區的獨立化進程。

為補充這方面，將計劃立例保護知識產權，尤其是授權海關沒收偽造和假冒產品。

在本地區經濟活動現代化的進程上，將會延續規範本地區經濟參與人的活動的措施，尤其在保障公共衛生及消費者等方面為然，辦法是制定法例向商業零售活動引入更多的紀律。

同時，亦會重新制定消費稅方面的法規，將多個法規融匯為單一法規，目的是使之更清晰和更具經濟合理性，以及更確切地結合實際情況和商業政策的指導方針。

為了跟隨在蒙特利爾達成的協議而逐漸減少在澳門使用破壞臭氧層的物質，將會設立該類物質輸入份額的制度。

為了簡化行政程序，並與私人機構更好地聯繫，亦會對行政組織作出修改。這範疇內，包括重組經濟司，而有關工作將與設立澳門海關的研究結果相配合。此外，還會設立一套資訊系統，透過電子程序解決對外貿易准照的發出工作。

在對外方面，將會深化與外地的關係，透過澳門已加入的各種協議尤其是與歐盟簽訂的商貿及合作協議所提供的條件，取得最大的好處。

另一方面，要強化澳門在國際性組織中的存在，例如世界貿易組織（OMC），主要是為跟進和實現因多邊協議所產生的承諾及該組織對本地區經濟的影響。為此，在立法、規範和行政程序方面將採取一些所需的措施，以便烏拉圭回合談判的最後會議錄能有效地適用於澳門。世界海關組織（OMA）方面，主要著重把該組織有助貿易的提議引入本地法例。

同時，將繼續跟進國際紡織及成衣局（ITCB）、聯合國亞太經濟及社會委員會（ESCAP）及其附屬機構的活動。

對於促進投資及使出口市場多元化方面，將於一九九七年繼續開展協調活動，使一九九六年進行的工作得以鞏固，並計劃向亞太區發展較快的國家，例如新加坡、香港、日本、台灣、南韓及中國實施。

吸引歐洲先進工業國家的投資及貿易是另一項優先考慮，此外，亦會關注到東歐尤其是有較佳對外償付能力的國家所浮現的新經濟。

在美洲方面，將會在美國、加拿大及巴西等國家向特別是華裔及土生葡人社群開展工作，鼓勵當地與澳門建立貿易關係，並設法利用該等社群的影響力，從而更容易和更深入地向那些國家中的實力投資者拓展澳門的潛力。

至於在推廣貿易的特定工作上，除了繼續支持本地區的出口商，陪同或資助他們參加國際性展覽外，同時亦會設法促進出口的實質增長，減低出口貨物的集中程度，並使出口市場多元化。

澳門企業家在發展本身貿易策略所作的努力，將會透過對本地企業各自提出的推廣工作給予適時的輔助得以落實，特別是對那些打算全力進軍新市場的企業。在促進投資方面，將為投資者提供有關投資政策及優先項目之指引。

此外，還會加強貿易投資促進局與本地區參與的推廣性質企業機構之間的功能聯繫，例如澳門世界貿易中心及聯生工業村有限公司；同時亦會加強與澳門歐洲資訊中心的聯繫。

貿易投資促進局將透過列明提供協辦服務之主要範圍與條件、公開宣傳服務內容，切實跟進協辦個案及定期檢討服務成果，以便改進協助落實投資項目的工作。

延續一項先訂下的策略，目的是吸引有潛力的投資者其所屬國家的金融服務，尤其在“離岸”的基礎上駐足本地區。設立一所向鄰近區域擴大的風險資本公司，這亦加強澳門的服務台階角色。

最後，改善對本地區尤為重要的投資者和高素質的技術人員的申請居留案卷的管理工作，以便加快處理和批核程序。為配合新的發展形勢和投資環境，將由經濟委員會檢討由貿易投資促進局執行的投資居留法。

為適應現代物業市場的發展，將透過適當措施促使商業、機構使用商業單位從事業務及研究消除在物業轉移稅評估上對出租單位的不公平因素，為商業樓宇租售市場提供合理的經營環境。

1.2. 金融、貨幣及匯兌制度方面

服務業，包括金融服務，在澳門整體的經濟架構中佔有一席相當重要的位置。

本地金融制度現依然是以繼續提高其現代化、多元化和國際化工作為基礎，這方面，需要創造條件使有能力回應因澳門經濟發展進程及轉變而增長的需求，並以這種方式在服務業中作更廣泛的參與，而這個發展是人所期望的。

按照執行權一直採取的策略，上述政策將主要集中於建立規範性法律框架及監管金融制度經營人兩個方面，儘管如此，但仍保持本地區尤其是該制度的自由經濟特性。

基此，在一九九七年，將會開展一些配合工作，以跟進規範保險活動的新法規、“離岸”金融活動架構新制度，及外匯公司“孖展”投資新法律制度的推行。

在“離岸”業務方面，亦會促進制訂保險業架構的法例和其他特定法例，尤其關於信託管理（TRUSTS）及投資基金的法律制度。同時亦會開展向國際推廣這種新制度的工作。

在保險業方面，還會制訂娛樂船隻及家庭氣體運送和裝置的民事責任強制性保險新法規。此外，還會制訂海上保險及私人退休金法律框架的法規。

鑑於本地區金融制度必須繼續保持奉行國際對經營者活動發出的要求及主要監管指引的形象，亦鑑於由此帶來的固有利益，將會就複雜的“洗黑錢”問題及獲准經營人的行為守則，開展多項工作。

為履行傳統及向國際推廣，將會制訂發行澳門現行流通硬幣紀念套裝的法規。

同時，亦會為一九九八年在澳門舉行的「東亞保險會議」第二十屆國際性會議做必需的準備工作，預料屆時與會者及隨同人員將超過一千五百名。此外，還會對決定設立銀行及保險培訓學院的可行性作出研究。

在貨幣暨匯兌政策方面，將會維持澳門幣匯兌制度的策略，因為顧及到現時澳門經濟的特殊情況及與香港幣直接掛鈎所帶來的積極作用。

1.3. 勞工暨就業、職業培訓及社會保障方面

行政當局在勞工範疇內的工作將會朝著以促進社會對話作為發展經濟和社會的主要工具這個方向前進，目的是落實一項切合澳門特殊實況的社會勞動法規。同時亦謀求確保現有勞工法的實施，並透過加強向勞資雙方提供有關權利和義務的培訓及信息，改善勞資關係。

設立調解及仲裁部門，以在勞資雙方出現爭拗之前將問題化解，幫助改善雙方的關係，及可透過一個由一名主席及數名委員組成，代表各個社會夥伴的有效組織來解決勞資關係問題。

至於立法方面，將頒布以下範疇的法規：現有勞工法的檢討、夜間工作、持續工作、輪班工作以及童工等。

在保障工人健康及工作地點的安全方面，目標是加強職業意外的預防工作，這將透過教育社會夥伴及開展稽查和技術援助工作進行，包括培訓和宣傳工作，尤其在工作地點宣傳關於建築業噪音、衛生及安全及工業場所衛生和安全的規章及關於工作意外及職業病傷亡的法律制度。

在就業市場的政策上，鑒於目前就業形勢的嚴重性，將根據實現充分就業、合理配置人力資源、促進經濟發展的總體目標，以保障本地居民優先就業、保障就業機會均等，以及對就業有困難之人士提供必要援助為原則，進一步檢討本地區就業政策並完善有關措施。為此，將與立法會合作，就制定本地區《就業政策綱要法》之問題進行研究。

在提升人力資源素質方面，為了創造條件回應科技革新的新形勢及隨之而來的要求人力資源具備新件的工作編配方式，從而減低在企業需求的條件與現有工人的能力之間的差異，將會在不同層面上投資。一方面是創造條件，通過勞資雙方在培訓的各個發展階段中擔當參與者的角色，使新的、改變方式的或屬於再培訓的職業培訓活動能有系統地進行，另一方面是，提供物質條件，通過提供更多場地來開展新的職業培訓，並對接受轉業培訓的人士給予生活津貼，以增加培訓機會。新近設立的職業培訓協調委員會將對由各不同的培訓實體所舉辦的培訓活動作出識別及進行統一聯繫的工作。這個委員會更得到行政當局以及勞資雙方的積極參與，因此定必加強這方面培訓工作的效力。

設立一所“就業觀察中心”，可以更清楚地了解經濟轉型中的就業趨勢，在社會和經濟的發展前景下，預先掌握就業市場的实际需求。

同時亦會對就業／失業和職業培訓的主要變數做成數據，目的是在經濟增長和社會發展下，評估勞動力在質和量方面的需求。

對本地失業勞工，按市場工種需要加以培訓，以便滿足現有職位的空缺。

在設立“觀察中心”之前，將會設計和推行一個適用於分析社會和經濟的“EIS-執行資訊系統”類型資訊系統，用於整合關於本地勞動市場尤其是輸入非本地勞工的不同來源數據。

至於非本地勞工方面，將會充實關於輸入勞工的管理資訊系統並向程序內其他有關實體推廣。就總體政策而言，輸入非本地勞工作為補充本地人力資源不足的暫時措施，應遵循保障本地居民就業及其薪酬不受衝擊之原則。在制定法例時，將全面諮詢勞資團體的意見。

根據社會協調常設委員會的意見，檢討12/GM/88及49/GM/88號批示及當時頒佈的其他法規，以便制訂配合新的輸入非本地勞工措施的手續和法例。

在工人的社會保障方面，尤其是因為年邁、殘障、失業和患病而喪失工作收入方面，一九九七年最重要的工作將會是發放不同的金錢給付，總數應達澳門幣九千萬，和去年比較大約增加百分之三十。

除此之外，將根據實際情況，檢討設立出生津貼和結婚津貼的需要性。

研究擴大社會保障基金的可行性，把範圍擴闊至某些自營工作者，例如的士司機和流動小販等，符合這些工人已明確表示的希望。

另一方面，會透過宣傳和稽查，為未登記的受薪工人進行登記。

另一項重要的工作是關於社會保障基金的內部運作，主要目的是籌備過渡而又不忽略提高效率。為此，計劃檢討會計制度，以便更有效地回應社會保障基金的管理需要，尤其是透過與管理公司簽訂合同，延續財政資源管理政策，目的是改善財政收益；並著手研究增加社會保障基金的財政資源。並會著手研究新的聘用辦法，消除現時的不穩定情況，因為事實上社會保障基金仍未有人員編制，現時是以編制外合約或散位制度聘用人員。

最後，將修改社會協調常設委員會的章程，以使其工作能與現時由經濟委員會及職業培訓協調委員會負責擔當的工作相銜接。

1.4. 統計製作方面

本地區的社會和經濟發展顯然急需一套更全面、更可靠和最新的統計資料，無論是本地的抑或是地區性的，這些統計資料對有效認識本地區的實況和需要起着重大作用，並且是作出社會經濟政策決定的基礎。

為此，一九九七年，在經濟統計的範疇中，將會提供一嶄新的，以一九九五／九六年為基年並加入私人住宅租金資料的“消費者物價指數”。同時，會進行兩項新的調查，其一是“旅遊物價指數”，目的是對本地區的遊客所取得的貨物及服務的價格演變提供資料，另一是“批發零售貿易狀況調查”，為評估澳門商業活動的水平提供資料。亦會開展“家庭預算試驗調查”，目的是為評估和測試確定在一九九八年進行的活動中所使用的程序和工具。而“工業生產指數”的試驗調查亦將開展，以取得本地區工業活動主要項目其生產水平之演變資料。

關於對外貿易統計方面，將繼續支持經濟參與人正確地使用根據協調制度的澳門對外貿易貨物分類表第二修訂本，並鞏固由有關法例訂定的統計計算的方法。同時亦會根據一九九六年一月起生效的對外貿易新法規所定的流量，調整和提供物價指數，在出口方面，根據澳門經濟活動分類／澳門對外貿易貨物分類表為

之，入口方面，則根據經濟貨物大類／澳門對外貿易貨物分類表為之。

憑藉“九六年中期人口統計”所得結果，將對人口統計資料，人口評估和預測，以及主要的人口統計指數進行更新。隨著這些工作的開展，將會製作新的人口統計資料，尤其是死亡統計表和人類發展指數。

在就業統計方面，將會擴大“關於勞工需求評估和工資的調查”的覆蓋面，目的是更清楚了解及回應各主要行業之所需，並在各個企業中開展“職業培訓需求調查”，主要目的是確定本地區的職業培訓需求在職業培訓範圍及模式方面的數據。

在統計的協調和整合工作方面，將會根據聯合國一九九三年通過的原則和建議，處理用於建立地區帳目制度的現有統計資料。

為了加強統計整合工作，將會為澳門地區帳目制度的統計來源和方法開列清單及詳細說明整合情況，同時，亦會為經濟分類發展一套完整制度，包括製定澳門經濟活動分類(CAM)第一修訂本，澳門對外貿易貨物分類表／協調制度(NCEM/SH)，產品分類，及最終消費物品和服務分類之間的對照表。

實施統計暨普查司新組織法和調整於一九九六年通過並頒布的法規中所載的澳門統計資訊系統運作的原則，機關和規定，此舉有助於以更有效率和簡化的統計活動管理，更適當地去回應使用者的需求。

2. 行政、教育、青年和體育政策

澳門公共行政除在人力和物力資源素質方面有所提升外，其架構和職能的合理化亦漸趨穩健。有見及此，澳門公共行政決意繼續循這個方向發展，以求改善素質和效率。

在這個前提下，首先要做的是維護市民的利益，包括群體和個人的利益。同時，在政治、法律和社會方面的工作必須因應過渡期所需的條件而發展。

因此，在上述各個範疇中所主要關注的是，保留能夠確保公共行政逐漸雙語化，逐漸本地化和提高效率的條件，並加以發展；鞏固本地區公立高等教育機構，以培訓及留住本地人員並普及免費教育和擴大大學校網，以全面改善教育以及增加入學機會；再者，努力激勵青少年參與創造未來的工作，加強青少年團體的參與能力，以及推動全面培訓青少年，好讓他們承擔建設澳門未來的共同責任。

2.1. 行政和公職方面

透過在招聘、甄選、職業和語言培訓等方面開展適當的工作，提高公務員的素質及改善他們的專業技術資格，從而加快和深化行政當局的公務員本地化工作。領導和主管人員職位將逐漸由在一九九九年後仍留澳服務的本地合資格公務員擔任。

至於有關公務員的公共政策方面，將繼續推展現有的計劃，以及發展跨部門的總體協調和合作方式，儘量避免出現窒礙公共部門正常和有效運作的情況。

對於新近加入行政當局服務的本地公務員，已為他們舉辦了大量的培訓活動，而現在首要關注的是在職培訓活動，將透過推展理論及實踐基本課程予以充實，並計劃出版語言及專業培訓進修的新教科書及其他教學技術輔助教材。

將繼續發展旨在普及雙語的工作，尤其是提高兩種官方語言地位及增強翻譯和傳譯能力的工作。近年來，翻譯和傳譯工作明顯增加。今天，各部門一般都已擁有本身的翻譯人員，因此，將創設條件，使市民在一般公共機構所填寫的文件及所接收的書面訊息，均可以其懂得的語文書寫。

在行政當局的法律體系方面，將制定有關改善公職法律制度和促使現行制度現代化的新法規。

在資訊新科技方面，將訂定一套整體政策，正確地管理和善用行政當局的現有設備和科技資源，從而使之得到合理的發展和革新。在這方面，將繼續拓展電信通信網，支援各部門之間的電子通信。

在行政組織方面，除重組某些部門外，將繼續推動簡化工作程序，目的永遠是改善投入與產出的關係，縮短回應時間，改善維護平等的制度以及推廣行政當局和市民拉近距離的工作，從而改善市民日常的生活環境。為此，將完成《行政程序法典》的修訂，繼續推行簡化行政程序，提高行政辦事效率和透明度，避免官僚化。此外，由於聘用了合資格和有幹勁的新公務員，所以這方面的工作有長足的進展。

主要考慮到行政程序、會計、預算執行、人員管理及行政當局財產的正確使用等規則，將開展行政技術監察及審查工作，目的主要是作出預防和指導。

將對選民登記及澳門兩個市議會的競選活動，提供協助。

各市政機關和部門將繼續為市民謀求利益和福祉。而其法律制度可能會被修正和改善，俾能在舉辦活動時與其他公共部門配合，避免發生權限衝突。

同時，公務員納入葡萄牙共和國編制的工作將繼續進行，並在緊密配合公務員本地化程序下逐一落實在這方面已作出的其他選擇。

在社會保障方面，確保在職或已退休的公職人員仍繼續享有現時的康樂、體育和文化活動福利，同時，亦會賦予他們經濟和社會方面的優惠。

在公共行政尤其是技術合作和專業技術培訓方面，亦將繼續擴大和深化已與本地區、國家或國際的機構、社團和組織所建立的關係。

2.2. 教育方面

2.2.1. 高等教育方面

在高等教育方面，促進其發展仍為行政當局的主要目標，將通過協助鞏固本地區的公立教育機構為之。

各公立教育機構的人員通則已獲通過，而現在將致力創設有利條件，吸引合資格的人員、教師和非教師人員留在澳門，藉著穩住這批本地人員，達至高等教育持續發展為高素質高等教育之目的。為此，將特別注重本地教師的培訓，會為他們開辦多項研究生課程及再培訓計劃，同時，亦會設立一些多媒體實驗課室，為實用研究，尤其是資訊科技研究，增加條件。

一九九七年將會是公共高等教育對其陸續舉辦的課程教學計劃進行自我評估，以及按各個教育水平對該等計劃作外部評估的一年。目的是鞏固公共高等教育或根據以前的學術經驗和按本地區就業市場的實況，引進必要的修改。

澳門大學和理工學院肩負起地區性和國際性的使命，這促使他們推動一系列工作，俾能更積極地參與亞太地區高等教育的組織和活動，並使本身舉辦的課程獲得澳門以外的地區認可。

鑑於澳門大學和理工學院的設施及人力物力現時都大大增加，因此，現在必不可缺的是，對在不同知識層面進行的實用研究引進資源，使持續進行的學術活動制度化的同時，賦予澳門公共高等教育一個鑽研學術和技術中心的國際形象。

此外，亦將鼓勵出版有關公共高等教育的刊物，作為傳播學術和技術活動的方式。

而各公共高等教育機構必須不斷與社會保持聯繫，這是非常重要的，因為可以促使本地企業及其他機構參與我們高等教育機構的事務，藉著所取得的資助，可向學生發放助學金，而透過反映的意見，可訂定符合澳門利益的活動和計劃。

在學生和體育結社方面，由於成績驕人，因此將繼續與本地區各高等教育機構合作，共同拓展這方面的活動。

將透過澳門基金會按照其章程職責及按照所簽定協議由本地區承擔的責任，繼續向聯合國大學電腦軟件技術研究中心提供適當協助，此外，基金會亦將擴大其工作範圍，增加助學金數額以及其他的協助，鼓勵攻讀研究生課程，推動學術和科技研究的發展，以及確保會與本地區、葡國、中國和其他國家的學術機構進行合作。

2.2.2. 非高等教育方面

非高等教育方面的施政方針，際此後過渡期，應成為促使教育制度現代化及穩定的工具，從而延續教育改革進程序，務求確保本地區擁有本身的教育制度。在這前提下尤其重要的是，完成制定八月二十九日第 11/91/M 號法律的補充性規範，以及在在不影響各教育機構教學自主權下，繼續制定和試行以中文為教學語言的基礎教育計劃。

遵照關於逐步普及免費教育的第 29/95/M 號法令的規定，有關方面將設法擴大免費教育計劃的覆蓋面，從而創造條件，令兒童和青少年在衡平和人機會均等的原則，增加接受教育的機會。因此，必須根據教育制度法律的規定，完成有助於擴大免費就學範圍的研究——有計劃地加快實現十年普及免費基礎教育進程——和延續提供直接經濟輔助、助學金、其他支持及補充津貼的政策。另一方面，亦將延續關於推廣成人和特殊教育學生教育及向職業培訓機構，提供財政資助的政策。

提高人力資源素質將繼續受到特別重視，對於有助於創造能使教育管理現代化、教育機構革新和素質得到提高的環境的單一或一系列的創議，將予以鼓勵。在提高教師及其他教育工作者的資格方面，將加強有關的培訓計劃，優先處理有關中文培訓和擔任教學及學校行政職務培訓的工作。在教師培訓方面，將繼續特別關注特殊教育及成人教育的師資培訓，尤以回歸教育和職業培訓等方面為然。

將透過發展及建立新教育基建以及把現有的教育基建加以重新規劃，延續已廣為推行的擴大校網計劃，以便令場地能配合就學人口的實際需要。在教育工作的現代化和革新方面，須繼續注重新科技在教育領域的重要角色，使年青人能在不同的就學水平中選擇性地體驗多媒體工具。

同時將籌辦一所葡文學校，以確保葡語教育在澳門未來特別行政區得以延續。

為改善年青人對就業市場的適應能力以及令教育制度的潛能適應年青人和成年人在職業方面的期望，將致力支持開辦職業技術學校及舉辦各項技術和專業的教育課程，其內容將能適應本地區具戰略價值產業的發展。這項工作還會透過設立有助於令年青人得到首份工作及鼓勵他們與其他國家的年青人進行交流和合作的條件和機制而得以加強。

令人人得到終身教育，是經濟及社會發展的必需條件，而在延續以此為目標的政策這方面，將會加強成人教育和回歸教育這些令市民獲得整體培訓的工作，例如舉行以所有家庭成員為對象的公民和社會文化等方面的活動，令他們在餘暇中獲得培育和培訓。在同一方面，雙語制政策將繼續加強發展，以便擴大市民對本地區兩種官方語言已有所增加的認識。

為提高市民的公民意識及政治意識，將制訂與公民權責任有關的教育計劃，尤其包括本地區的政治制度及選舉制度，以及道德規範和法律常識等內容。

在特殊教育方面，遵照七月一日第 33/96/M 號法令的規定，將繼續鞏固對需要特殊教育輔助的人士有幫助的條件，發展促進對話的工作以及注重與家庭及教育團體共同作出努力，務求令需要特殊教育的年青人能獲得均等機會和完全融入社會。

2.3. 青年事務方面

在青年事務政策方面，令年青人透過文化和公民意識的培訓而獲得完全發展是重要的，為加強這方面的重要性，將會推展促使作為變革和進步推動力的年青人積極參與的活動。

在這方面必須令各青年團體發揮更高效能，賦與他們隨着本地區青少年事務而得到提升的地位，並加強他們與其他國家和地區同類團體的交流與合作。

在學生體育方面，透過對學生團體的鼓勵以達到普及基礎體育運動和令更多人參與戶外活動的目的，為體育運動建立新場地 and 條件顯得特別重要。

多個新青年中心將會設立，並透過舉辦一連串能增加利用餘暇的不同類型活動，以期達到對年青人的需要作出適當回應的目的，而重點是對藝術教育、文化、公民意識和環境起促進作用的工作。

關於打擊青少年問題和青少年吸毒問題，將延續發展策略的政策以及與其他公共和民間組織協調進行的旨在吸納在工作上不能適應的青少年以及使行為偏差的青少年回歸正途的工作。

特別關注監管不准青少年進入的娛樂場所、掃蕩毒品、檢控違法售賣藥物和色情物品，以及遏止有組織犯罪集團向學校及青少年群體滲透等。

為加強對有偏差行為青少年的補救工作，將致力推展外展社會工作的服務，包括由執行青年政策的公共機構或與民間組織合作，在本地區被視為治安情況較差或不良青少年活動的地方，透過社會工作者的專業服務，挽救在犯罪邊緣的青少年脫離犯罪的誘惑。

著手建立家庭、學校、社區的教育協調機制，加強對青少年的品德操守教育和法制教育，尤其是對他們進行反吸毒和防止其他不良行為的教育，採取預防措施消除不良社會因素對青少年的影響。

此外，亦將為青少年設立心理輔助部門，處理青少年學業失敗的問題以及令他們能完全投入家庭及學校。

2.4. 體育方面

體育政策的目標主要是維持已達理想普及化的體育運動及使之正確發展。該等體育運動的普及是建基於向不同的體育工作者和實體所作出的合理資源分配，包括主要由體育發展基金的撥款所支持的財政資助和以提供設施的方式的後勤支援。近年，合理資源的分配正不斷增加，令蓬勃發展的體育運動獲得所需的資源，對之必須在組織運作計劃方面加以更進一步的完善。

基此，所有與體育有關的法例已在近年來獲得頒布，以後將會著重於透過運動暨體育學校繼續培訓在學術和技術方面具備資格的體育工作者，該校的第一批畢業生不但意味着體育教學化的計劃可得到擴大，更代表了體育運動的正確發展獲得了確保。

同樣成為首要目標的是公共和民間機構的緊密合作以及推動多個界別的在社團體育、學生體育、工人體育、傷殘人士體育和大學生體育等範圍從事不同活動的有代表性機構繼續共同發展能達到“全民體育”的工作，使老年人亦能參與體育運動，所有市民也身心康泰。

將透過加強與教育暨青年司以及社團協調進行的工作，大力鼓勵學生和年青人參與體育運動，從而幫助年青人得到最佳的培育、善用餘暇和提高體育能力。

繼續支持參與國際體育賽事和在本地區舉辦高水平的比賽，同時為本地體育運動員提供必需比賽接觸和為領導人提供關於技術組織標準的新經驗。

氹仔大球場將於一九九七年啟用，屆時會為體育運動尤其是比賽設施方面增添更多和最佳的資源。同時，將繼續促進建設新設施和優化對現有場地的使用。

3. 傳播、旅遊及文化政策

溝通、瞭解及諒解；文化生活、各種文明互相影響及交匯的地點；與眾不同的旅遊勝地，這些都是澳門在長久歷史中存在的特徵，政府將發展的長遠政策，是在傳播、旅遊及文化等領域中把這些特徵凸顯及發揮出來。

今日，處於過渡進程的澳門必定要本著有效益的和自主的肯定路線，透過加強其不同處、保持其本身的特點和獨有性及繼續發揮達到作為“界面”的中介功能，同時亦通過協商，尤其通過出色的傳播及文化去計劃創造未來。

澳門地處於世界上其中一個旅遊業增長最高的地區。國際機場開幕之後，澳門作為終點站的潛力、以百年文化財產為基礎的旅遊產品的素質和多元化，以及在本地區經濟中旅遊活動與日俱增的重要性，在在都令人把推行客觀而有競爭力的旅遊政策，與私人從業員界別的合作視為當然的指導因素，並把卓越的服務作為其優越性的基礎。

澳門，民族之間和平共處及文化交流的鮮明象徵，為應邀參加主題為“海洋，未來的寶藏”的里斯本世界博覽會——EXPO 98，將與本澳社會的不同界別在這時期共同努力工作，使澳門能以相稱及具名望的身份立足於這歷史、學術、文化的獨特表現上。

對在旅遊及文化推廣領域內存在的人力及物力資源合理化，避免額外的固定成本；在文化範圍引進壓縮預算的標準，特別是對公眾吸引力不大的活動，因為本地區現時的財政情況並不豐裕。

3.1. 傳播方面

現在是過渡期的關鍵階段，需要落實可以鞏固兩種渠道的傳播政策。其一是內在渠道，旨在加強信心的基礎，加強澳門行政當局與本地社會不同界別的瞭解和對話，另一是外在渠道，特別要加強與葡國、中華人民共和國以及我們所處的區域有關的外在渠道，因為，令國際矚目的區域性事件如香港主權移交中華人民共和國一事的臨近。

雖然程序是形形色色的，但由於這種形勢，澳門必須懂得肯定其歷史財產的寶藏、本身過渡的與別不同及其政治、經濟、文化和社會體系的特徵。

重要的是，推廣、鞏固澳門近年以來合理地贏得的現代特色及自主的正面形象，激發國際傳播媒介增加對本地區事物的濃厚興趣。

這一切都因傳播渠道的發展而發生，而新科技使這些渠道變成伸手可及和在時間、距離及途徑方面獲益。所以，行政當局繼續致力使澳門立足在世界訊息網絡，同時，又打破隔閡及盡速對科技的高速演變所帶來的機遇作出回應。

因此，傳播本身的概念——及由此而來的傳播的人力與技術資源的概念——需要漸進的改變。為此，在內部方面，繼續給與新聞司各部門一些有助於資訊及逐漸自動化的新硬體結構，及對人員提供這方面的基本培訓致力於提高專業素質以面對未來的挑戰。

在後勤及技術支援方面，必須把這個方法擴展至本地的傳媒機構，行政當局將繼續給予這些機構更廣泛的支援，旨在提高資訊媒介的素質及自主，以面對不同的合法權力。

另一方面，同樣的努力工作需要涉及全面提升由有關的法律所賦予報章、電台、電視台的基本價值、權利和保證，這些正是現在及將來的思想表達自由的基礎及維護澳門自主的主要條件。

在保存四個世紀的文化互相滲透及各種文明的共存及獨特遺產的大前提下，亦要考慮保護葡國的言語和文化，目的是繼續作出努力，特別是開創條件使他們可於即將來臨的世紀，在文字與視聽傳播媒介中長存。此目的是十分重要的，在一九九七年，在澳門作為葡語首都城市聯盟（UCCLA）的葡語文化之都時，此目的尤為凸顯。

在對社會傳媒的協助、培訓、新的資訊技術、特別活動及服務的特別範圍內，應重視：

- 加強通訊渠道，透過對新聞界開放及對話，對行政當局與社會各界別之間的瞭解予以肯定；
- 隨著技術的不斷發展所帶來的新潛力，繼續及完善對本地社會傳播機構所提供的資訊、技術及後勤的協助；
- 確保跟進對前來本地區進行採訪的傳播機構及專業人士所提供的協助；
- 繼續以多種語言出版官方刊物及一般性的及特別的視聽制品，該等出版物作為新聞工作關於澳門的參考資料；
- 與社會傳媒機構及其他實體合作，共同發展新聞工作中有關新資訊技術方面的特別培訓項目，以便為電台和電視台培訓新的優秀人才；
- 為傳播專業人士繼續進行培訓及加深雙語的計劃；
- 與社會傳播機構及其他實體合作，發展特別是在新聞工作中新的資訊技術運用的培訓計劃；
- 加強資訊工具的多樣性及在資訊選擇方面的多種性，並鞏固言論及思想自由的基礎；
- 處理、分析、整理澳門視聽及出版的財產；
- 完成有關法律及行政框架，使電視廣播事業開始以認股方式在澳門營運，而衛星電視訊號亦開始由澳門播送；
- 發展及鞏固澳門在國際資訊網絡（INTERNET）上的地位，鼓勵行政當局的部門及機構參與，並統一有關程序及內容；

• 考慮及時回應快速的技術發展，在資訊網絡上開展新的參與方式及確立澳門的名稱的新方式，開拓旨在使用即將在澳門投入服務的新電訊基礎建設的程序；

• 與其他實體合作出版關於澳門的CD-ROM 選集，以便收集、整理、處理大量的資訊，其中包括有關澳門各種各樣且有價值的實況及多元文化的歷史；

• 就澳門舉辦在葡語報業世界會議而加強接觸，因為澳門將於一九九七年成為葡語首都城市聯盟（UCCLA）的葡語文化之都；

• 鞏固新聞司的工作，加強對差不多全屬雙語人員的專業資格培訓，使他們擁有能回應新技術不斷帶來的要求的技術工具，以便從質量上，不論對內還是對外，加強及肯定他們在澳門行政當局與社會傳播機構之間的中介作用。

3.2. 旅遊方面

旅遊業一直並將繼續是澳門經濟的極重要行業。旅遊業除了有利於澳門的本地生產總值（今天高於百分之四十“40%”）外，還引進投資，創造工作崗位，促進新職業的發展，並對改善居民生活水平及財產保護作出貢獻，加強與不同民族和文化的接觸。透過旅遊業，澳門一直加強本身的特徵，以及確立在區域及國際上。旅遊業不單是本地區財富的主要來源之一，而且亦反映澳門的社會文化特徵，肩負作為遊客及文化交匯點的使命。

東亞及太平洋區的遊客數目持續快速增長。近二十年來，年平均增長率為百分之十（10%），預料未來幾年的年平均增長率為百分之七點六（7.6%），差不多是全球平均增長率百分之四點一（4.1%）的兩倍。此外，由於受到澳門所處區域總體增長趨勢的影響，澳門於八十年代及九十年代初，遊客數字持續增長，然而，近三年來，保持穩定狀態，雖然受到香港這個重要市場不景的影響，但這種情況隨著國際機場的啟用、並透過努力推廣、提高財產價值、旅遊禮品的多元化及基礎建設的發展而有所改變。澳門將肯定不會錯過任何機會，因此，將充份利用至今所進行的投資。

制定二十一世紀初澳門旅遊指導方針必須要有一個具策略性及整體性計劃，當中要考慮到過渡期的特徵及確立澳門作為一個多面體的、優質的、具競爭性的、獨特的、擁有超過四百五十年來所積聚的豐富文化及建築財產的旅遊目的地。

在發展旅遊政策當中，要達到及實踐的活動及目標將要注意到一系列外在及內在的影響因素，當中值得一提的是，在世界的這一區，不同的旅遊點正在發展中；提供的產品及服務的素質；積極及具實力的競爭；作為入境台階的新國際機場的運作。

提高遊客數字、增加在本澳的逗留時間及“個人”消費、爭取舉辦會議與優惠活動及發展旅遊產品，如果我們把這些項目視為一九九七年的整體目標，則下列目標被視為優先：

- 發展及鞏固澳門旅遊策略性計劃，以便能鞏固一些設立、推動、推廣優質旅遊產品的客觀條件，這不單涉及現在的計劃，亦是一個中期及跨越一九九九年的計劃；

·鞏固澳門作為不假外求及直接的旅遊目的地，突出其文化及歷史基礎，以及生活、社會環境，其獨特性及不同處；

·開展旨在改善旅遊產品的質量及使之多元化的工作，當中培訓、財產保存、與私人從業員合作及文化和娛樂設施的現代化、興建及改良，在在都是基本的要件（例如大炮台的澳門博物館、海邊馬路的旅遊開發、主題公園、氹仔遊艇俱樂部、文化中心、東望洋城市公園、望廈城市公園及媽閣城市公園、電腦噴泉、酒類博物館、大賽車博物館、旅遊點及古蹟的照明）；

·鞏固推廣策略的重整工作，透過澳門國際機場空中航線所服務或開發的目標市場是優先的工作；

·繼續加強澳門積極參與國際旅遊機構且盡可能加入其領導層，以便增加澳門的知名度及爭取在該領域中出現的推廣機會；

澳門國際機場對消除來往本地區的有形及無形障礙已經作出貢獻，同時亦有助擺脫以香港作為主要前來澳門的通道的形象，因此，需要制訂一個符合新實況的推廣計劃。

預計在未來幾年，機場成為吸引區域市場的重心，因此，將向這些市場特別是香港、中華人民共和國、台灣、日本、南韓及東南亞市場（新加坡、馬來西亞及泰國）作努力推廣。這方面亦將致力於在中期階段爭取長途航線市場的特定段落，鼓勵有關航空公司使用機場，作為到達這個急速發展區域特別是中國巨大市場的台階。因此，將與澳門國際機場管理公司、澳門民用航空局、澳門航空公司合作開展一些工作。

要充分利用澳門國際機場所帶來的機會必須要所有從事旅遊業的人的參與，創立並發展伙伴關係，務求促進設立優先市場的航空公司及其從業員與推廣的工作的互補關係。

今天澳門成為不同航線的旅遊目的地，因為有條件成為集消閒娛樂、文化及會議與優惠活動於一身的旅遊業。因此，應對每一航線進行特別及必需的推動及推廣。

在會議與優惠活動方面，將加強澳門作為舉辦此項活動的理想地方的“意念”，使到服務日益專業化。繼續近年來開展的工作，力求給予旅遊活動中心所需的技術及人力條件，鼓勵私人從業員改善現存條件以發展旅遊業市場。

為了娛樂環節更具吸引力，將發揮本地區各種潛力：運動，特別是高爾夫球，烹飪及娛樂活動尤其是博彩活動。

這個新的推廣策略將引起澳門旅遊對外辦事處的重組及在地域上的重新確定，這計劃得到亞太旅遊協會（PATA-Pacific Asia Travel Association）的幫助，現正處於形勢評估階段，將於一九九九年推行該項計劃。

考慮到遊客在推廣訊息方面的不斷要求，將推行新的推廣工具及有創意的活動，透過電子出版物 CD-ROM 介紹澳門旅遊業、以及擴大及改善在 Internet 上澳門旅遊的網頁、更新旅遊宣傳材料及在優先市場使用“媒體”來進行推廣澳門作為有吸引力及多姿多采的目的地的特別活動。

在宣佈了一系列目標後，除了在此所述的及已發展的推廣活動之外，將在旅遊產品、培訓及組織與內部管理方面開展的活動如下：

- 對可能帶來遊客的主要國家或地區進行市場研究；
- 加強與官方統計生產機構合作，旨在獲得對不論私人界別或行政當局界別的決策提供協助的資訊；
- 加強與廣州及香港實體的區域合作計劃，“珠江三角洲”計劃始於一九九三年，目的是盡可能開發分別在在權移交及“一九九七中國遊”活動時前往香港及中華人民共和國的旅客人流；
- 合作及互動途徑要與該界別的經濟參與人，特別是旅遊、酒店、運輸的從業員及參與人相配合、協調並把距離拉近，目的不單為了推廣工作且是為了訂定培訓計劃；
- 鼓勵私人舉措，目的是透過設立具吸引力的新項目，特別是具有熱鬧氣氛的項目來豐富旅遊產品；
- 與市政機構、官方及私人實體合作，發展及實踐在城市繁華區興旺旅遊業的計劃，當中包括發揮有潛質的吸引力：電腦噴泉、手工藝展、地區性及國際性的推廣活動，如大賽車、國際煙花匯演、龍舟競賽及澳門小姐選舉；
- 加強一九九六年公佈新的《酒店業及同類行業規章》的適用，特別是酒店的重新評級和為導遊及其相應學歷證明制定一個專業章程；
- 組織及推行旅遊業宣傳運動，目的是發動社會在本地區社會經濟環境中促進旅遊活動；
- 繼續簡化服務運作手續，特別是書信管理及發牌電腦化，該計劃正在進行當中。

澳門旅遊業成功的未來的重要領域是教育及培訓，一九九六年設立及啟用的旅遊培訓學院（IFT），是澳門地區旅業及酒店業中一所完善的教育與培訓的公共單位。旅遊培訓學院已開展一系列形象宣傳的活動，目的是讓學員、旅遊界及大眾認識該學院，通過該等活動，超過二百人報讀旅遊高等學校（EST）——當中錄取了六十七人，約二千人就讀旅業學校（ETIH）課程（一千二百人就讀培訓課程、三百九十人接受再培訓，三百四十人參加研討會），以及促進了與旅業的關係。旅遊培訓學院（IFT）參與澳門酒店業工會（AHM）的會議，亦是 AHM 的人力資源及培訓委員會的推動者之一。透過與本地從業員的良好關係，使到旅遊高等學校（EST）所有學員可於夏季期間在有關單位實習。

此外，亦與一些學術單位建立國際聯繫，計有：日本的 Kagoshima International Tourism College，該院接納了旅遊高等學校兩個實習生；倫敦 University of South Bank；埃什托里爾（Estoril）旅業高等學校；Hotel School The Hague；Haaga Institute de Helsingin；荷蘭 Hogeschool of Groningen, Faculty of Economics，同時加強了與廣州和上海的中文學校的聯繫。

一九九七年，將貫徹既定的基本原則，該原則有兩個主要的目標：改善教育質量以便服務澳門社會及區域；把旅遊培訓學院作為區域性及國際性的一個參考，並利用澳門所享有的特別地理戰略條件。為了實現該等目標，將開展下列工作：

- 發揮內部人材及吸納新人是設立教師職程不可或缺的條件，該職程學歷水平及學術價值為基本以訂定條件，鼓勵研究及改善教師職能；
- 開始學士學位計劃，旨在為確保本地區酒店旅遊業學員的學位獲得區域及國際認可，並且容許與外地同類機構進行學術交流，從而整體提高旅遊業方面的教育水平；

- 在旅遊高等學校設立一旅遊研究中心，以在內部開展研究計劃、舉辦研討會及工作會議，旨在對旅遊業進行概念性的研究及推廣學術交流；
- 改善現有基礎建設，尤其是望廈賓館，旨在使其成為一個符合其教學目標且名符其實的實用單位；
- 鞏固及優化在首年已被指定的工作領域的培訓計劃以及發展符合各種不同需求的計劃；
- 與旅遊司及旅行社合作開展導遊培訓及再培訓工作，旨在服務優先市場以及為推廣活動的旅遊司人員進行市場及公共關係的再培訓；
- 與本地區其他官方機關，尤其是與勞工暨就業司合作，旨在可根據澳門經濟的發展，使第二產業的勞動力轉投入第三產業。

3.3. 文化方面

文化是人類的優越產物，它透過賦予每個人類社會特色的各式各樣的表達形式而體現出來，並且集合了豐富其內容的整體歷史及未來計劃。這些表現肯定能以積極及富創意的方式對為鞏固可凝聚每個社會的歸屬感作貢獻。澳門的文化生命由兩種不同文化幾百年來的共存所致的，而在種族融合中這種共存又逐步吸收各種文化的元素，因此，本地區就有“文化交匯點”的稱號了。

現在這個歷史時刻對澳門文化特徵來說，是一個挑戰，大家要互相協調地致力於保存歷史、藝術、文化財產以及在將來更努力地推廣文化。

歷史基石、文化環境、人口特徵的標記在現在或將來均為對本地區有決定性及重要意義的元素，因為這些元素是唯一且不可轉讓的，更因為它們決定社會的生活方式，並且帶出一個創造、溝通及運用知識的有效模式。

一九九七年繼續推行的主要策略方針如下：在互相認同及互相尊重不同點方面，為現存的各社群提供各種互相認識及對話的方式；透過對文化、歷史、財產及人文的保存，計劃及開展有利於捍衛澳門文化獨特性的活動，計劃及開展有利於保存澳門所處地理空間的具葡國特色的文化根源的活動等。

推行以上策略性方針的目標如下：

- 致力加強及保存澳門人口的獨特性，推動本地區各社群的互相認識，尊重整體歷史及經驗；
- 為肯定及發展學術、藝術、文學及文物的價值而創造條件，旨在提高澳門市民的文化水平；
- 鼓勵、促進及支持每個藝術工作者及本地區文化團體各種形式的藝術創作及學術文化的生產；
- 透過推行澳門演藝學院的音樂、舞蹈及戲劇學校的課程、教育及教學架構，以鼓勵本地區的藝術培訓；
- 舉辦及進行文化藝術的活動，以促進本澳文化、活躍本地文化生活及有利於本澳逐步國際化；
- 維護、保存及修葺澳門人文文化、建築、城市及景觀的財產，訂定方針確保其繼續存在，並促使其得以享用，旨在為後世留下此等重要遺物，並得以永遠延續下去；

- 加強澳門與葡國、中華人民共和國及東方其他國家的文化關係，並加強葡國、中國及鄰近國家之間對彼此文化的認識；
- 加強澳門與各個東方葡語社會的歷史文化聯繫，發揚澳門作為這些社會之間的傳播點、連結點、文化和交流的使命；
- 促進及鼓勵對本澳、其文化和有關社群在作為澳門特徵的歷史、地理及人口方面的科研、刊物搜集及調查的工作；
- 為維護、保存及推廣澳門刊物財產而創造條件；
- 搜集、處理、保存及推廣有關澳門及葡萄牙在東方的重要文獻，不管是來自本地區公共及私人機構的藏書庫，或取自世界各地的檔案室及圖書館；
- 就目前的過渡時期及九九年以後，分析現時澳門文化司署的任務及架構，在需要範圍內，則開始對它進行重組及重訂其權限；
- 開展使葡國在澳門及東方永存的活動，例如為此而設立一機構或對現有架構進行重組；
- 繼續及完成大炮台的澳門博物館工程，此博物館以主題及多樣的形式使澳門及澳門人幾百年來的生活面貌得以永存；
- 透過即將設立的機構，跟進澳門文化中心工程，該機構將負責開展有關確定其架構及管理形式的活動，為招聘及培訓人力資源開展所需程序；
- 就澳門將參加在里斯本舉行的九八博覽會，致力於構思、計劃及施行有關活動，適當研究其預計成本。

為了實現上述目標，在文化工作及推廣方面，繼續開展一系列旨在舉辦及推廣藝術文化活動的工作，這些活動不僅是活躍本地文化及促進本地區藝術生活的元素，而且能在此區域及國際上對澳門加以推廣。

將舉辦的活動如下：第十一屆澳門國際音樂節、第十二屆Vianna da Mota 國際比賽（是次國際性音樂藝術活動是首次在本澳舉行）、第八屆澳門藝術節、第三屆美術雙年展、第十五屆青年音樂比賽、電影巡迴展、澳門室樂團及澳門中樂團定期演出的音樂會，舞台劇及粵劇演出，在本地區及外地舉行本地、葡國和中華人民共和國等地音樂家和藝術家的獨奏會及展覽會。

必須繼續發展的重要活動為保存和發展澳門中樂團及繼續正在進行中的室樂團重組工作，旨在使後者除了作為一個音樂團體之外，還可以在本地區的演藝學院及各間學校中成為一個教育元素。

繼續支持本地區約九十個的文化活躍團體，透過發放津貼、開展培訓及藝術進修活動來予以協助，並給予比率更大的資助及資源。

近五年來，一直十分重視文化遺產的修復，而澳門行政當局把修護費用增加十倍，修葺了六十幢被綜合評定的建築物，三十三幢具有建築特色或紀念性建築物，包括了牌坊、大炮台、聖奧斯定堂、玫瑰堂、聖約翰修院，還有十二座在澳門及離島的中國廟宇。該工作將繼續進行，不但是新工程的實施而且已進行工程的保養亦繼續下去。

將對一般的文化財產及特別的建築財產進行清點工作，同時發展這過程的調研工作。並將之列入歷史文物當中。

在研究、刊物出版、文獻學及藝術教育方面中，將進行下列活動：

- 特別透過研究計劃的推廣，研究獎學金及按時發放津貼、研究工作的出版來鼓勵、推廣、支持研究工作；
- 為澳門促進、推動、組織、支持大小會議、研討會、座談會的舉行及其它學術、歷史、藝術、文學、文化主題的交流方式；
- 透過合作及交流計劃，保持及加強與葡國、中國及國際機構，特別是與鄰近地區的聯繫；
- 透過翻譯一些以中文為母語的作家的作品，加強推介本地區作家；
- 透過“葡語作家叢書”，繼續以中文出版一系列最具代表性的葡國文學作品。直至一九九六年，“葡語作家叢書”的出版作品將達十九本；
- 出版與葡萄牙在東方的主題有關的作品，尤其是對澳門歷史有重大價值的作品；
- 籌辦澳門圖書展覽會，參加在葡國和北京舉行的同類書展，推廣書籍，並鼓勵閱讀；
- 保存、豐富及推廣澳門中央圖書館的藏書庫；
- 繼續以葡、中、英語出版「文化」雜誌，全力促使葡人及華人互相認識漢學及拉丁語研究；
- 對葡國駐此區域國家的大使館文化處繼續給予支持；
- 舉辦書展，繼續出版「澳門圖書目錄」；
- 繼續澳門演藝學院的培訓工作，提供音樂、舞蹈及戲劇方面的教育條件，而目前其容量在進行擴建工程後亦有所增加，此外還加強其教師隊伍；
- 設立「安全檔案」，旨在保護作為研究澳門歷史的重要史料文獻藏品的；
- 開展有關保存文獻財產，確保其安全及提升其價值的活動，將所有存檔及圖書文獻以電腦技術加以處理及有系統地進行微縮處理；
- 透過即將為本地人力資源開辦的課程，開展檔案、圖書館學及文件、陶瓷、繪畫修復等方面的培訓工作。

4. 社會事務暨預算政策

4.1. 在衛生方面

繼續推行全澳居民平等獲得衛生服務機會的原則以及促進改善有關的素質是衛生政策的主要工作，而將要發展的且較為重要的措施如下：

- 編制並核准多項法規，主要針對目前進行的衛生系統法律制度的本地化；
- 編制精神衛生綱要法草案，目的是訂定精神病治療的應遵規範；
- 編制復康綱要法草案，其中確定澳門衛生司和澳門社會工作司在有組織地貫徹援助傷殘人士的一般原則上的特別權限；
- 更新醫生實習法律制度，目的是在醫療專職化和專業化方面完善甄選投考人的準則、跟進和評核實習醫生的機制及確認在外地取得的專業資格的程序；

- 更新藥物登記的法律制度，這是加強保護公共衛生的法律措施；核准一些規範，使受國際管制藥物的監察工作更見效率；
- 更新取得衛生護理的法律制度，尋求落實有關求診者負責分擔衛生系統財務支出的社會公正問題；
- 透過計劃合同加強仁伯爵醫院和鏡湖醫院間的互補關係；
- 檢討發出衛生場所准照制度，以加強對衛生和私人住院治療的援助；
- 建立衛生司技術學校和澳門理工學院間的關係或將前者納入理工學院，目的是改善護士和衛生科技的公共教育；
- 改善與中華人民共和國衛生系統的合作政策，尤其在打擊腫瘤科疾病方面；
- 確認中醫學和其代表團體在澳門居民衛生文化中的重要性；
- 在硬體基本建設方面，加強仁伯爵醫院作業的條件，其中為慢性神經病單位進行擴建和全面保養工程及就痛症治療單位和冠心病深切護理單位的設立作最後決定；
- 把公共衛生化驗室遷往新設施，原則上，該新設施設在仁伯爵醫院附近；
- 把捐血中心遷往適合的設施，同時透過立法規定澳門捐血制度的無償原則，這與本區域目前所實行者有別；
- 核准並進行衛生中心網絡的擴建和保養計劃，並把諮詢性質的機關以試驗的方式引入台山衛生中心和內港（海傍區）衛生中心。該諮詢機關主要是加強衛生基本護理網絡和社會間的連繫。經評核後，該種經驗將可能會引入所有的衛生中心；
- 就在氹仔開設一所新醫院作出決定，倘肯定設立時，則確定其設計及規模；
- 在國際合作方面，將首先透過總址設在馬尼拉的西太平洋區域委員會，加深澳門衛生司與世界衛生組織的結構關係，該委員會的優先項目是群策群力根除一些當前屬危急性的和復發性的疾病，如愛滋病及結核病。

4.2. 在社會工作方面

在社會政策方面，首要工作將集中於促進改善貧苦居民的生活素質和水平，其中，會特別關懷社會中較易受到傷害的人仕，如兒童、老年人、殘疾人士及精神病患者。

將發展技術和財務援助的工作，以設立五項新的社會設施——一兩所托兒所、一所青少年院舍、一所老人院舍和一所社區中心——並完善現存的有關網絡。

將核准規範澳門社會工作司的法規的改革——這是葡國行政當局在澳門對社會事務範圍的最後一次結構性的改革——該機構將致力於三類的社會互助工作，即社會工作、預防及治療藥物依賴和在家庭內復康的特別計劃，以及對私營的社會互助機關的援助等。

將家庭綱要法制訂規章，其中確定社會需要和社會危險的統一概念，這概念將是社會援助標準的基礎。

透過與澳門衛生司的聯繫，提高對家居援助的回應能力。

同時透過與衛生司和和營社會互助機構的聯繫，力促設立末期病人房舍，其中會特別關注老年居民。

繼續與澳門房屋司合作以設立及裝備老人房舍。

將編制復康綱要法，其中包括隨後推行的援助傷殘人士的機構的工作。

將着重社會範疇的國際合作，尤其與聯合國亞洲及太平洋經濟社會委員會（ESCAP）、Helpage International 和家庭組織國際聯盟（UIOF）的合作，後者的亞太區主席職務由澳門擔任。

4.3. 在預防和打擊藥物依賴方面

在預防和打擊藥物依賴方面，施政方針首要目的是加強預防吸毒的工作，其中特別關注確保預防工作能遍及陷於危險的市民，並仰助有效的方法和技術。

因此，優先的措施和工作將是向社會，特別是向父母和教育工作者加強警覺意識和預防的工作，鼓勵民間社會參與預防吸毒的活動；另外，對在社會工作而又能在預防因心理情緒障礙而誘發吸毒的情況的工作上提供合作的社會職業團體，加強培訓和加強警覺意識的活動。

同時，力求加強對共同努力於幫助依賴藥物者康復的非官方組織的技術援助，並在區域性及國際性的層面上與在毒品課題上佔有地位的非官方組織進行技術及科學的互相交流和合作。

4.4. 在退休及撫恤制度方面

在跟進、監督和管理本地區公共行政公務員和服務人員的退休及撫恤制度上，將貫徹的政策是使澳門退休基金會與受益人之間的關係更合理，特別透過設立一個專門以熱線方式運作的接待部門，務求把等候的時間減至最少。

在移轉退休金往葡國退休事務管理局的程序方面，將加強澳門退休基金會與該管理局和公共行政公務員和服務人員保護總局（ADSE）的結構性關係。後者的職務是分擔現在居於或將居於葡國的澳門行政當局前退休公務員和領取退休金的人的衛生護理的給付。

按照加強澳門退休基金會財政實力的目的，將採新的財政管控措施，遵照安全運用財務的原則和按各階段抵補責任的程度而使財務的運用多元化。

另外，配合澳門基金會的實際職責和權限，為其設立適合的人員編制。

4.5. 環境和保護消費者政策

4.5.1. 在環境方面

發展與環境二者不可分及現今一代只是管理其遺產和負責把遺產傳給後代的觀念，一向都是國際組織、政府及非官方組織長期關注的課題。

因此，將編制新的環境委員會綱要法草案，使其運作具體化及靈活化，並加強該機關作為環境政策的諮詢部門和組織工具的性质。

同時，與澳門教育架構配合，一起發展一系列有關兒童、青少年和家庭的环境教育工作，這些工作主要是喚醒學界的責任感和團結精神，以正視生態的問題。

此外，又將與市政機關和其他的行政部門合作，共同發展環境衛生的工作，主要是喚起大眾關注城市噪音、空氣素質的問題，以及名勝和自然景觀、沿海地區和工業區的規劃所帶來的益處的保護。

4.5.2. 在保護消費者方面

在這方面，將繼續使消費者委員會體制化。為此，在加強其對社會的參與能力的觀點下，將核准其人員編制。

同時，參照發達國家的經驗，評核設立澳門消費糾紛自願仲裁中心的可能性。

4.6. 預算政策

4.6.1. 在稅收方面

一九九七年將繼續完善近年來逐步確定的稅收政策，其目的在於使稅制現代化及經常與本地區的社會和經濟實況配合。這目的當以低稅收為前提。低稅收是澳門稅收制度的傳統特徵。

基此，將完成稅務施行和課稅程序法典的編制工作，並以之替代四十及五十年代的有關法例。

在不動產有償移轉及繼承和贈與的課稅方面，將完成新的物業轉移稅及繼承與贈與稅法典的編制工作。該法典將廢止本世紀初的有關法例。

鑑於稅務優惠制度在吸引對澳門產生利益的投資的政策上的重要性，尤其是在吸引外資方面，將敦促編制稅務優惠綱要法的籌備研究工作。

在吸引外來投資的路向下，將展開旨在剔除對國際作業的雙重課稅的研究。

在印花稅方面，將落實對有關規章及總表的修訂，關於這方面的研究已於一九九六年開展。

另外，也將修訂所得補充稅規章，尤其關於解釋課徵對象制度、修訂A組和B組的歸類規則、納稅人的擔保和處分制度等方面。

4.6.2. 在預算方面

在預算方面，將展開旨在對本地區總預算的管理制度在質量上經常作出改善的研究工作，改善工作的大前提是簡化預算的分類、規範常設基金的制度及更新工程和取得財貨和服務的開支制度。

將更新收納處制度、司庫部營運會計管理制度和出納處的運作制度。

繼續研究完善預算和政府發展投資計劃的執行，其目的在於保證運用可動用財政資源時能獲得最高的實效。

此外，在標準化的觀點下和為了詳審本地區總預算，將確定組成本地區總帳目的文件和要件。

最後，為確保和穩定本地區的財政資源，繼續研究設立財政儲備制度。

4.6.3. 在財產方面

在財產管理方面，將加強耐用財產管理的現代化，並制定所需法例。

財產，如由行政當局負責的可清點財產，其管理的需要愈大時，則需要更有效的管理。在這觀點下，應在法律效力的範圍內，對本地區財產的法律制度的重新確定予以重視，尤其關於制定規範有關取得、管理——財產清冊和紀錄——及轉讓的規定。

在本地區的住屋方面，有兩個層面需要特別注意，以完善不動產租賃管理的管控。

首先，核准旨在向當中有屬本地區及私人產業的獨立單位的樓宇推動設立“小業主團體”的措施，這些團體透過代表切實執行共管部分的管理，其包括不動產的各種管理層面、保養和安全，而行政當局在其中擔當統合、支持和監督的積極角色。

同時，預期完成把住宅歸屬於本地公務員的競投程序，同時與之配合以檢討法律和管理的機制，以改善及簡化本地區為簽署人的不動產租賃合同的監督。

5. 司法政策

在分析最近數年及計劃明年於司法領域內推行的工作後，可將這些工作分屬下列範圍，即：司法體系；司法部門；民事身份資料及刑事資料；預防、偵查及打擊犯罪；立法事務；法律翻譯等範圍。

5.1. 司法體系領域

七月二十九日第23-A/96號法律通過了最近對《澳門組織章程》的修改，修改後之條文賦予本地區本身管理機關——立法會及總督權限，對澳門司法體系之綱要立法。此項修改具特殊政治

意義，因為如此，才能使本地區的《司法組織綱要法》得以本地化，並使澳門的司法體系具有完全自主權及終審權。行政當局於一九九七年於該領域的主要目標毫無疑問是着手進行這一本地化工作，故此在以往數年採取了一系列措施。

於一九九六年採取的措施較突出的，係藉七月十一日第29/96/M號法令核准建立新仲裁法律制度，該制度令澳門擁有一套現代及適當的法律規定，以滿足法律界及經濟界人士的需要，且能使爭議無須經法院解決。

再者，一九九六年為鞏固本地區的司法自主所採取的一系列立法及組織上的措施，亦取得成效。其中較重要且值得提的，係從司法官培訓中心培育出的本地人材中挑選數名委以首批雙語司法官重任。

在司法部門方面，於一九九六年進行了一系列入職及晉升試，並取錄了十九名實習員在法院各辦事處及檢察院各部門工作。

就司法組織及司法部門領域，於一九九七年尚準備採取下列措施：

- 在南灣海傍新填海區興建一座樓宇作為法院的設施；除其他法院外，日後的上級法院亦設於該處；
- 在司法官培訓中心方面，繼續錄取與培訓司法參事及實習員，以便進入法院及檢察院司法官團；
- 修改各第一審法庭的組織制度，使之符合司法官團本地化的新需求，並透過適當的專門工作，改善司法體系的效率和運作程序；
- 為檢察院提供所需的人力和物力資源，使之能適當地應付因新的刑事訴訟法典的生效而導致權限增加的工作；
- 為司法文員開辦一系列有計劃的在語言及職業知識上的學習、培訓及進修活動，目的在法院普及雙語的使用以及提高本地人材的質素；
- 評估實際及長期工作需要後，繼續採取已開展的人員編制的調整及重整措施，尤其是執行本地化的指引及措施，旨在更佳善用人力資源；
- 設立一所葡萄牙法律資料中心，及將高等法院的司法見解轉錄於磁碟上，以備應用；
- 繼續進行司法體系的電腦化計劃，並將之調整，以及維持及改善現有的設備。

5.2. 司法部門領域

一九九六年在公務員本地化方面所採取的立法及組織性措施均取得成效，尤其在挑選本地雙語人材方面，其中聘用多名為未來公證員及登記局局長。

登記局局長及公共公證員之通則獲核准後，於一九九六年錄取了九名助理。

為保證在司法、登記、公證、監獄及社會重返各領域內的工作效率能符合過渡期所要求的標準，將籌辦一系列公務員培訓活動，以回應實際需要。在登記及公證體系方面，將繼續實行法律

本地化的工作，並使有關程序現代化、配合實況及簡化，旨在擴大雙語的使用及更佳配合法律事務的實際需求。

為實現上述目標，於一九九七年將採取下列措施：

- 公布新《登記暨公證組織法》；
- 修正登記及公證手續費價目表；
- 為登記及公證人員舉辦入職及晉升考試；
- 為登記及公證人員開辦更多有計劃的語言及職業上的學習、培訓及進修活動，旨在於登記局及公證署內普及雙語使用以及提高本地人材的質素；
- 繼續實行部門的電腦化計劃，並將之改善及調整，以配合登記及公證工作新法規的需要；
- 為起着預防和指引的作用，將創設一些條件，以便能有效地跟進及監察私人公證員的業務；
- 促進與登記及公證工作有關的公共、私人實體的技術、學術交流與合作關係，尤其是與本區域的公共、私人實體的交流與合作關係。

在監獄及社會重返方面，為有效回應在治安及居民對安全感上日益增加的要求，且為預防犯罪活動，尤其是青少年犯罪，同時亦為改善社會重返及改過自新的計劃，將採取下列措施：

- 開辦培訓輔導員的活動；
- 完成改建電子監視系統的工程；
- 設立瘋君子治療單位；
- 在跟進及輔助囚犯重返社會方面，促進與公共及私人機構的合作；
- 公布《青少年感化院訓導及看守人員通則》；
- 完成青少年感化院主樓的正在進行的工程；
- 將青少年感化院女院部分遷往他處；
- 聘用合資格人員，加強培訓工作，以改善部門的組織及效率；
- 與教育暨青年司合作，並根據司法事務司與教育暨青年司簽訂之議訂書，繼續為感化院的未成年人提供基礎培訓以及重新投入社會生活的準備工作；
- 為獲釋放的感化院未成年人制定社會輔導方面跨部門計劃。

5.3. 民事身份資料及刑事資料領域

根據既定計劃，於一九九六年一月開始發出無註明有效期的新澳門居民身份證，於一九九八年十二月三十一日前必須以舊證件換領新證件，每年平均約十二萬張。

自一九九六年八月一日起，將屬司法警察司的關於刑事紀錄的權限轉授予身份證明司，並自始以電腦科技發出申請人所要求的證明文件。

雖然未有計劃賦予權限予身份證明司發出對外有效的居住證明及為臨時逗留證的持有人發出居民身份證，但今年已擴大該機關權限，以實施這些較重要的措施。

今年已在本市北區建立一新服務站，並採取適當措施，於一九九六年底前租賃與現時設施較接近的新設施，以改善對公眾提供的服務。

在人事方面，將繼續開辦培訓活動，尤其在中文書寫及葡文培訓方面，這些計劃將延續至一九九九年。

於一九九七年除進行日常工作外，下列者屬優先工作：

- 研究以新電腦設備取代已過時的中央電腦系統；
- 安裝一自動諮詢系統（IVR-interactive voice response），其內存入關於在身份證明司辦理申請各種證件手續的資料，包括居民身份證、認別證、旅行證件、刑事紀錄證明、居住證明、社團登記、入籍申請及各類證件等等；
- 改善刑事紀錄系統，包括：
 - a) 自資料庫中取消過時資料；
 - b) 將最新資料藉掃描器（scanner）轉錄於光碟上；
 - c) 採用較精密的查閱資料方法，主要為避免身份資料不全及姓名不清楚或有多種寫法所產生的問題；
 - d) 將刑事紀錄系統與法院連接，使法院可直接查閱所需檔案，省卻現時採用的以公文索取資料的方法。

5.4. 預防、偵查及打擊犯罪領域

在預防、偵查及打擊犯罪方面，優先目標主要為：

- 致力於司法警察司的現代化，並鞏固以往所取得的工作成果，以便加強警力的回應效率，以及提供一安全環境，使本地區的經濟發展及社會安定得到保障；
- 致力於預防、遏止犯罪活動，為此將加強搜集、處理及交流犯罪情報的能力，尤其是涉及青少年犯罪、販賣毒品及有組織犯罪的情報；
- 繼續本地化進程，致力於培訓刑事偵查人員，並培訓有才幹的人員，以便日後擔任主管職位；
- 繼續與本地區警察機構及司法實體以及與其他同類性質的國際組織，尤其屬亞洲的組織，發展長期合作關係；
- 加強與市民溝通，旨在令大眾意識本身應參與預防犯罪的義務。

為此，將採取下列措施：

- 在刑事偵查警察方面，繼續發展電腦應用新方法，並配備搜索情報的現代科技；
- 促進刑事偵查人員的培訓，並提供職業知識及語言進修機會予專業技術人員，尤其是化驗室、通訊及電腦方面的技術人員；
- 與本地區保安部隊及檢察院共同制訂計劃及執行各項工作，旨在有效打擊有組織犯罪、販賣毒品、青少年犯罪，並在各學校及街坊會內推行一系列培訓與提供資訊性質的活動；
- 將致力打擊在賭場從事高利貸活動的有組織犯罪行為；
- 在氹仔設立一司法警察司分署；為改善北區的治安，在該區設立一司法警察司分署；
- 將司法警察司的有關法例及規章配合重組司法警察司的組織法，並促進對治安政策及執行該政策所需之適當資源的研究。

5.5. 立法事務領域

在立法事務方面，將繼續執行以往訂定的各項工作，其中的一項優先工作係將源自葡萄牙的法例本地法，尤其是關於司法組

織的法例及各大法典，將現行的其餘法例配合實況及現代化，並使國際協約延續生效，以及促進司法協助。

關於各大法典及澳門法律體系的其他重大法規方面，將致力於一九九七年內與立法會配合，通過下列法規：

- 《公司法》及商業登記法律制度；
- 《民法典》及《民事登記法典》；
- 《公證法典》及《物業登記法典》；
- 《民事訴訟法典》；
- 未成年監護制度。

同時，於一九九七年亦將實行下列工作：

- 將法例編列及系統化的資料輸入立法事務辦公室的資料庫，以供法律從業員及其他有興趣人士查閱；
- 繼續進行將由葡萄牙主權機關所通過的法例本地化的工作，該等法規為數二百五十九份，並載於一臨時清單上，由政府各部門在立法事務辦公室協助下實行將之本地化；
- 繼續挑選於一九九九年十二月十九日後仍應生效的國際法文件，以供聯合聯絡小組審議，並完成約五十份關於國際協約的工作，該等協約為擬在一九九九年後繼續生效者，現正對之協商；
- 籌備國際司法協助，並制定國際合作的協定及其他機制，尤其是由聯合聯絡小組通過的協定範本；
- 繼續出版《澳門法律雜誌》。

5.6. 法律翻譯領域

法律翻譯為司法政策的重要工具，以實現鞏固澳門本身雙語法律體系的策略目標。這一體系藉在立法及司法方面，保證兩種官方語言的真正平等及擴大其使用範圍，以及向大眾宣傳澳門現行法律，保證澳門繼續享有自治。

為貫徹上述策略目標，在繼續執行以往所訂的工作下，法律翻譯將充分注意嚴謹性及中葡語文表達的習慣。於一九九七年將採取下列措施：

- 繼續執行尚未有中譯本的澳門現行法規的翻譯計劃；
- 完成《民法典》的中譯工作；
- 開展《商法典》及《民事訴訟法典》的中譯工作；
- 加強並改善澳門法院的翻譯及傳譯服務；
- 開展第四屆同聲傳譯培訓課程；
- 繼續以中文出版法律推廣及資訊的刊物，以及製作有關法律推廣及資訊節目；
- 就推廣澳門法律的活動方面，加強與香港及中華人民共和國的學術機構或大學的合作。

6. 保安政策

與近年來遵從的方針相似，保安政策的最終目標為：“面對違犯法律、犯罪行為、失控的移入人潮、嚴重意外、災難或災害所帶來的威脅，確保在本地區的生活條件，以便所取得的經濟發展能體現在個人及群體的福祉上；確保公共秩序和安寧、人身和財產的保護、社會安定及市民基本自由和權利的適當使用。”

現行的法律框架和尊重居民的權利及保障是澳門保安部隊行動的範圍；市民基本自由的行使和不過分限制市民的正常活動是本地區安全的表現。

透過完成各部隊和機關的架構重組及軍事化人員職程的結構等的工作，並透過推行高層人員本地化工作、加強人力資源的培訓和物力資源的現代化，而使澳門保安部隊的架構融入澳門未來特別行政區的條件獲得確保後，一九九七年在保安方面的工作主要集中在改善指揮、控制及通訊系統的架構和行動的形式，藉此使可動用的人力物力資源在應用上發揮更大的效率，尤其在加強第一線警力和預防及打擊不法行為和犯罪方面。

作為澳門特徵的地理、環境、人口、經濟、社會及文化因素和其所處的區域以及限制以往推行保安政策的上述因素，都是澳門保安部隊在邊境控制、打擊犯罪和違法行為及民防工作上遇到困難的主要原因。特別是本區域罪案率的增加，香港政權移交及澳門國際機場的整體運作，這一切意味着必須齊心合力，以減少負面的影響，保持本地區政治社會穩定及發展的條件。

犯罪率、失業率的上升以及本區域的移民潮為澳門帶來日漸增加的安全憂慮，且因澳門的刑罰一般較輕，而令犯罪者選擇澳門作為庇蔭及作案的地方。

香港主權的移交可能導致香港部份有組織犯罪活動轉移至澳門。

澳門機場的整體運作以及其邊境向世界越來越多的地方開放，令保安方面面臨各種的威脅，例如，國際恐怖主義將使澳門成為販毒和偷運武器活動的舞台，而且一般將會是國際有組織犯罪活動的地方。

因此，一九九七年保安政策的施政方針，除負責內部安全層面的特別指引外，亦包括全面持續及長期的結構性或行動性的指導方針如下：

- 繼續本地化進程及加強雙語培訓；
- 致力人員的技術培訓及完善警務人員的一般培訓，特別在公民教育方面，以提高服務效率，改善與公眾的關係和形象，取得市民的信任，以及提高市民的參與及合作程度；
- 透過適當的保養及現代化計劃的制定，以提高設備的運用；
- 更新及改進現有的基本建設，使能更好地運作，從而令使用的部隊及機構具有更高的應變能力及效率；
- 與不同範圍轄下的機構及部門以及與行政當局有關的機關之間發展緊密及長期的合作；
- 繼續向居民提供資訊及開展宣傳活動，使其積極參與預防及打擊違法和犯罪活動，阻嚇及打擊非法移民，預防嚴重事故或災難的發生，以及制訂解決此類事情應採取的措施；
- 鼓勵警方與民間團體合作，共同推展及執行在人身及財產安全方面的預防及協助工作；
- 將研究成立輔助警察隊、志願消防隊等輔助性組織，以提供更多可動員的後備資源，在嚴重意外或災難時協助確保公共秩序和人身安全；

- 與有權限實體合作進行調整本地區現行法規懲罰制度，特別是更新對較嚴重及常見的違法行為所施的罰則，以遏止可能發生的瀆職行為；
- 在預防和打擊犯罪，以及在控制邊境的人和財貨流動方面，加強並深化與鄰近當局的聯繫，尤其是與中華人民共和國境內比鄰澳門的區域的當局聯繫。

特別在預防及打擊違法及犯罪方面，其目的為：預防、阻嚇違法及犯罪的行為的發生，倘發生，應以法律手段遏止，以確保對市民的正常活動不受違法活動所致的任何危險及限制，並且創造條件吸引本地區經濟、社會發展所需的人才及投資。此外，施政方針還包括：

- 鑑於可能出現國際性有組織犯罪及恐怖主義活動，致力獲取內外情報；
- 向企業及各種場所宣傳保安建議，以避免彼等成為犯罪行為的對象或減低因犯罪行為所造成的後果；
- 為針對極有可能發生的情況，藉訓練及對內部安全總計劃及機場安全計劃中的行動計劃作出驗證和調整，以完善警察部隊的工作程序；
- 完善及驗證警察部隊與部門之間尤其與司法警察司的合作方式；
- 提高應變能力，以打擊嚴重暴力、控制擾亂公共秩序的行為及消除其他特別威脅，並保證執行該等任務的保安部隊有適當的訓練、組織及裝備；
- 加強行動協調中心的設施和推行良好的運作。

在邊境控制方面，要達的目標為：阻嚇及遏止不符合法律所定入境措施的人士的入境和在本地區的逗留，以及因經濟、衛生或安全理由阻嚇及遏止不符合現行法律的貨物的入境和在本地區停留；此外，有關的施政方針尚有：

- 保證邊境檢查站的有效運作，並加強監察工作，以便更有效地控制貨物進出本地區，特別是運輸毒品及武器的企圖；
- 加緊海上管轄區的巡邏，以監督船隻及船員，並阻嚇及揭發非法入境活動；
- 加緊認別身份及監察的工作，以輔助上述的兩項行動，並遏制非法入境的活動；
- 重新興建和重組出入境事務局，以便運作上具有最大效率；
- 發展與世界海關組織的聯繫。

民防的目標為：救援並幫助處於危險的人；對於嚴重的意外、災害或災禍，預防其產生、減低其出現的可能性、防止其發生集體的危險，並舒緩其對人、財產和環境的影響，以確保能滿足個人及團體生活的基本需要的條件，有關的施政方針計有：

- 根據以往應付危險情況的經驗繼續更新「颱風」民防計劃及擴大其範圍至其他的危險情況；
- 驗證及調整有關應付在敏感地方，尤其是機場可能發生的嚴重事故的應變計劃；
- 推廣提供資訊及宣傳的活動，目的是使團體主動參與和合作，採取有助減少損失及提高救援工作效率的措施；
- 將在人煙稠密的北區增加常駐的救護車，並研究設立醫院、救護車、交通警察及交通燈號系統控制中心之間

的聯絡機制，使救護車能盡快履行拯救任務，確保傷者獲得最快的救治；

- 透過與公共及私人實體訂立合作議定書，確保在緊急情況下獲得所需的物資，以加強民防組織的行動能力；
- 致力與負責民防工作的本區域的國際機構合作，特別是加強與中華人民共和國及香港的合作關係。

7. 工務運輸政策

過渡期已過三分之二，踏入最後一個階段的第二年，工務運輸的施政方針雖然必須配合新的情況和形勢，並必須對該領域的既定指引的某些細節作出若干可能需要的修改，然而，主要還是平穩地延續過往數年的政策。

這並不代表在發展的過程中不思進取或因循守舊，而是考慮到政策活動不可時常突變，而是必須按照事先既定的最終目標，把已經進行的及尚未進行的適當地銜接。這個目標可從基建的建造和都市、文化和社會設施網的推展中體現，目的是為本地區的未來作好準備。

另一方面，工務運輸施政方針不能不顧及有必要令澳門國際機場的營運獲得盈利，亦不能忽略必須繼續改善道路網、基本衛生、公共交通以及體育和休憩設施，以確保居民的生活素質。

亦必須保證延續社會房屋政策，確保較貧苦的社會階層有符合尊嚴的居住條件，拆除非正式建築物，設法建立機制和找出解決方法，去面對在本地經濟發展及總預算平衡中有明顯重要性的地產界所出現的危機。

最後，隨着為政權的移交不會出現明顯不平衡而加快進行的本地公務員培訓和跟進工作，落實公務員本地化已進入關鍵步驟。這確實是一個不易達至的目標，而口頭和書面溝通所出現的困難以及某些明顯重要的領域欠缺有經驗的學士學位公務員來提高部門的運作效率，都加劇了這方面的困難。

工務運輸領域各個層面現正推行的計劃和工作亦將繼續發展。

7.1. 大型基建計劃方面

7.1.1. 澳門國際機場

機場首年的商業營運結果可說已達到當初預計的水平。因此預期一九九六年底旅客將由一百一十萬人次增至一百二十萬人次，而貨物則增至一萬八千噸和郵件增至二百噸。

而機場的經營，在運作、配套、互補和商業等活動方面，亦可說並未遇上困難。

澳門國際機場專營公司負責的一九九七年的目標工作主要是優化與機場營運有關的運作及加強以公司收益為目的的市場營銷推廣工作。

因此，澳門機場管理公司將擴建停機坪，增加停機位，以方便飛機駛進貨運碼頭。

另一方面，將興建747-400型飛機專用的機庫，令澳門國際機場的基本建設向所有使用該機場的商業班機提供支援，尤其是對澳門航空公司。

這項工程的費用將由本地區行政當局、次承批公司MASC/OGDEN及澳門機場管理公司負責。

7.1.2. 九澳港

集裝箱碼頭的營運方面，集裝箱活動比去年增長約百分之二十。

三間經營澳門／香港、澳門／新加坡以及澳門／臺灣的集裝箱貨運公司的碼頭常規經營，構成了上述的集裝箱活動，而該三間公司亦計劃開設澳門／菲律賓航線。因此，碼頭是以地區性航運為優先目標。

同時，已為集裝箱活動添置更多設備，並展開了只屬第一階段的泊位擴充計劃。

第二階段的擴充計劃是專營公司的當然責任，但由於考慮到須動用大量財力，故實施該計劃的決定仍在考慮和研究當中。

相信一九九七年內會有結果，當然還要視乎各股東何時完成研究和作出決定。

7.1.3. 污水處理廠

澳門污水處理廠已告落成及正常運作中，而氹仔的污水處理廠亦已進入完工階段，預料今年底可進行試用。

路環污水處理廠的工程將於一九九七年展開，該工程完成後，處理本地區所有污水的總體計劃將告完成。

7.1.4. 路環填海區

該填海區總計劃的發展仍依舊處在先前的階段，停滯不前，今年並未取得任何進展。

儘管從整體看來在一九九七年不會有明顯的進展，然而，位於路環公路西面的兩幅土地已經批出，將在一九九九年前開展兩項重要建設。

其中一幅土地透過公開競投批出，用作興建氹仔南面遊艇港池，當中包括一個碼頭和最少能容納一百五十艘船隻的錨地以及撥給該港池的設備和服務，此外尚有酒店和住宅區。

另一幅土地透過直接磋商，按照現行的計算表計算溢價金批予興建一個會議展覽中心，當中包括一幢用作展覽活動、商業中心和貿易中心的大樓、一間酒店、一間公寓式酒店、一個會議中心和其他設施。

7.2. 其它公共建設

關於一九九六年展開的，將在一九九七年及其後數年完成的工程有：

- 氹仔綜合運動場預計在一九九七年第一季度完成；
- 澳門文化中心——工程會延至一九九八年；
- 特警隊新大樓；
- 水警稽查隊指揮部新設施；
- 魯彌士主教學校重建及擴建工程以及巴巴沙職業技術學校；
- 高等法院新設施——工程會延至一九九八年；
- 大炮台澳門博物館工程。

將於一九九七年動工的公共工程有：

- 公共衛生化驗所；
- 設立歐洲研究學院總址；
- 澳門衛生司行政大樓。

在研究階段以便於一九九七年開始：

- 興建立法會主席官邸；
- 興建最高審級法院院長的官邸。

7.3. 本地區的整治工程

向來在這方面發展的工作通常會跨越一年，因為該等工作通常存在複雜性，而且要與都市化規劃、道路網、環境限制和其它方面相配合；

因此，有關於一九九六年公佈並將繼續展開研究的工作有：

- 路環都市化計劃，此計劃將於短期內完成；
- 內港商業及服務區域的詳細計劃；
- 澳門西北區都市及道路重整的研究，仍視乎何時解決土地被各種建築物佔用的問題；
- 澳門中區重整的研究；
- 未來氹仔醫院的選址研究正交由一個成立於一九九六年五月組成的工作小組進行。

7.4. 基本衛生和基建方面

繼續執行計劃中的工作和進行一系列工程，當中有些雖在去年提出，但預計在一九九七年仍繼續，主要有：

- 改善高士德馬路雨水及污水的排流；
- 重整祐漢區排水網；
- 完成路環排水網的擴建，第二期工程已告完成，而第三期工程亦已展開；
- 改善氹仔村的排水渠及加壓站；
- 為規劃筷子基而興建的防波堤及進行的填海工程。

此外，個別由租賃合同承批人負責，正處在研究或施工階段的其他的基建主要有：

- 南灣整治工程；
- 亞馬喇前地加壓站；
- 和樂坊填海區加壓站；
- 南沙梨頭基建；
- 外港新堆填區第三階段基建，包括羅理基博士大馬路與松山之間的區域；
- 北區西北部基建；
- 沙梨頭雨水渠和加壓站。

7.5. 土地批給方面

如眾所知，房地產呈現不景氣，因此，先前與土地小組中方達成的批給計劃中還有相當面積的土地仍未批出。

批地收益一直下降，除了因為沒有批出土地外，亦由於溢價金和其他已批出土地的到期款項被拖欠。

關於這個問題已由一個特別為此委任的工作小組作成詳細報告，其結論將用作制定改善現時情況的措施的指引。

在政府一直尋求解決的現有限制中，將設法改善一九九七年土地收益的收入。

在土地批給計劃中，將重視適當增加經濟房屋的供應，以及提供條件使學校網絡各種社會設施獲得平衡的發展。

7.6. 道路整治及公共運輸

諸如其他城市，道路交通流量的問題一直是澳門經常出現的問題。也是本地區行政當局一直憂慮的問題。除此之外，亦是一個漸趨惡化的問題，因為在市面上行駛的車輛數目年年增加，而主要塞車區域的街道實際並無增加。

直至現在，行政當局都認為在任何可行情況下都不宜用行政手段限制汽車入口或控制車輛的流量。

因此，已積極推行下列項目，主要工作有：

a) 道路及各類型通道的重整

- 重整關前地以及聖老楞佐堂外圍地區；
- 重整和修葺媽閣廟前地的公眾地方；
- 在外港新堆填區東面架設行車天橋，連接外港新堆填區海邊馬路、友誼大馬路及外港堆填區，有關的工程將於一九九七年初動工；
- 在何賢紳士大馬路架設橫跨青洲大馬路的行車天橋；
- 在高士德大馬路架設橫跨南沙梨頭海邊大馬路以及提督馬路的行車天橋；
- 在南灣大馬路、賈羅布大馬路、漁翁街、何賢紳士大馬路（往孫中山紀念公園處）及在氹仔體育館附近架設行人天橋。

b) 新公共停車場的興建

批給澳門泊車管理公司三幅公共停車場建築用地，位於爹美刁施拿地大馬路和巴素打爾古街的，興建有三百一十七個泊位的內港停車場；位於沙梨頭海邊街的，興建有四百個半重型車輛和四百五十個輕型車輛泊位的林茂塘停車場；位於俾利喇街的，興建約有四百五十個輕型車輛泊位的望廈停車場。此外，由行政當局直接興建或透過批地由承批人負責興建的，目前正處於施工階段的停車場有：

- 位於黑沙灣污水處理廠附近的停車場，設有二百七十五個輕型汽車泊位，二百五十個輕型公共汽車泊位以及二百一十五個一般公共汽車泊位，有關工程將於一九九七年完成；
- 位於南灣海灣E區近法院交匯處的南灣停車場，設有約一千一百個輕型汽車泊位，有關工程將於九七年完成；
- 位於關前附近的警察球場地下停車場即將興建有約一千個泊車位。

c) 中央交通燈系統的實施

控制交通的中央系統工程現正進入第二施工階段，預計會在一九九七年上半年投入運作，而餘下各階段的工程亦將在一九九九年前陸續展開。

d) 路面車輛流通方面的專業研究

- TECNEP公司正就泊車問題進行研究。有關報告贊同行政當局一直以來在這方面所採取的措施。
- FBO 合伙公司的研究所得出的結論指出，自二零零零年起，有需要設立一些新的運輸系統作為現有的系統的補充，該公司亦提供了一些可行的選擇，如快速電車——（LRT - Light Rail Transit）——或設有專門導向基建的自動化車輛系統——（AGT - Automated Guideway Transit）。

在這領域將尋求：

- 完善交通管理的統籌機制，全面規劃本地區的道路交通事務；
- 健全交通諮詢委員會的運作，使能聽取公眾對交通事務的意見和建議；
- 研究停車場的合理布局和使用，減少車輛停泊佔用行車道路；
- 與社團學校密切合作加強交通安全守則的宣傳。

7.7. 技術法例、技術標準以及技術規章方面

繼續進行有關的工作，以便為澳門設立一系列監管建築業及其他行業的技術規定和規章。

這項工作涉及多方面，包括徵詢多個不同實體的意見（這些意見有時是不一致的），進行中文翻譯工作及對種種情況作周詳考慮等。由於需時頗長，因此，這些規定和規章要耗上一段時間才能實施。

而有關在往年施政方針所提及的規定和規章，其中多項已完成及已公佈或正處於公佈階段。

將於一九九七年公佈的有：

- 更新都市建築總章程——RGCU
- 鋼筋混凝土手冊
- 地基規模指南以及土地支承結構規章

將透過稽查行動檢討「消除建築障礙」法律的實施情況。旨在方便殘疾人士使用交通設施和建築設施。

7.8. 地圖繪製及地籍方面

由於一九九六年施政方針內所指的工作均屬有關部門的正常職務，故一概保留為一九九七年的工作，儘管會按科技發展加以改良，引進其他尖端技術，諸如將本地區基本地籍圖以1/1000、1/10,000以及1/20,000的比例製成光碟。

7.9. 氣象及地球物理方面

同樣地，在這領域內仍保留以往的工作指引，一九九七年的工作僅為：

- 以世界氣象組織（O. M. M.）成員身份協助該組織制定各項有關世界天氣監測、世界氣候規劃以及總體觀察系統等計劃；
- 繼續整體培訓氣象和地球物理技術員以及特別培訓氣象雷達技術員；
- 改善空氣質量樣本收集網絡，並使之自動化。

7.10. 電信公共服務方面

隨着電信科技日新月異，電信公共服務承批人在這方面需要急速開展的工作有：

- 在外港新堆填區裝置第6號數碼站；
- 連接海底電纜的國際網絡；
- 將數碼網絡連接入綜合業務數字網絡（ISDN）的服務；
- 將同步數字系列（SDH）傳送系統取代准同步數字體系結構（PDH）傳送系統；
- 在流動電話服務方面進行個人手提電話系統（PCN）以及無線接駁系統（PHS及DECT）的測試；
- 透過流動電話網絡發展數據和傳真服務，以及推介簡短留言服務；
- 國際聯網（INTERNET）——透過接駁綜合業務數字網絡（ISDN）和網上購物來穩固此項服務，以面對在這方面的競爭；
- 改善顧客服務的素質；
- 有關電子文件傳遞（EDI）以及其他方面的電子傳遞新服務；
- 裝置及發展大型資訊科技系統。

基本服務方面所預計的增長是：固定電話網絡會增加七千五百名用戶，流動電話網絡一萬零五百名用戶，而每分鐘的國際通訊亦有所提升，發出和接收的通訊將分別上升百分之二十一點五（21.5%）和百分之六點四（6.4%）。

電信公共服務批給合同的批給期將於二零零一年屆滿，而有關的檢討工作正在審議中，延長合同期是重要的，此舉可讓承批人安心作出各項重大投資，從而使電信服務達到國際標準水平。

是次的檢討將容許開放電信方面的一些服務（這已是時下所實施的方式），並更新現行合同內某些條文。

此事正由中葡聯合聯絡小組進行審議。

7.11. 郵務及電信方面

將跟隨過往數年的政策，並由於作為公共郵遞服務提供者和電信監管機構的郵電司的指引方針較諸一向所採取的總指引並無重大改變，因此，只就一九九七年繼續進行的工作簡介如下：

郵務方面：

- 發展傳統服務，按照市場的趨勢引進新服務和新郵品，以滿足使用者的需求；
- 為郵政服務樹立一個通用和劃一形象，俾讓人們易於清楚識別；
- 隨着人口和都市的發展，擴大銷售網，將通過在友誼大馬路和海洋花園城市設立新郵站，改建一些現有的郵站，以及多安裝新自動售賣郵票和集郵品的機器，予以實現；
- 研究改革郵務法例，予以更新，以配合現有的需要；
- 開展集郵活動，並利用此機會去推廣澳門的形象及文化。

電信權限方面：

- 協助發展無包括在專營制度內的新電訊公共服務，並跟進其推行工作；
- 管理無線電頻譜，為監察站裝置新設備；
- 繼續制定規範本界別的法例，尤其是有關此界別的綱要法；
- 根據核准的方案，着手興建郵政和通訊博物館。

7.12. 海事活動方面

為了貫徹過去數年所推展的施政方針，澳門港務局負責執行的海事活動的一般指引工作側重於確保船艇的海上安全；開展特別與澳門國際機場有關的搜索及拯救行動；跟進有關水文繪製工作以及疏浚航道和操作區域的工作；以及按照國際航海公約的指引協助進行有關民防的活動。

同時，港務局仍繼續支持澳門航海學校和澳門海事博物館所舉辦的活動。

7.13. 社會房屋及經濟房屋方面

在社會房屋總政策方面，除總目標不變外，澳門房屋司仍以改善貧困家庭的居住條件為職守，而將在一九九七年開展的活動有：

a) 計劃與方案

透過一九九六年進行的一項公開競投，掌握了一套申請購買經濟房屋人數的準確資料，而在一九九七年的上半年亦將取得關於申請租賃社會房屋人士的準確數字。

掌握這些基本資料後便可：

- 列出因木屋清拆、傳統屋邨過度擠逼、屋邨殘舊以及人口正常增長所帶來的需求；
- 考慮目前正在研究、計劃及興建中的工程而列出肯定可供使用的單位；
- 計算供求間的差額，並預計供出售及租賃的新單位的需求量及期限；
- 擬定清拆非正式建築物的方案，並把從執行本地區基礎建設和都市化計劃所引致的需求列入房屋計劃內作為補充；
- 研究可以促進社會房屋承租人購買經濟房屋的新手法，俾能騰空這些單位予其他有此等需要的家庭租住。

b) 立法方面的措施

- 完成修改規範房屋發展合同法例的工作；
- 研究及施行一項法規，使房屋發展合同中的社會房屋承租人能夠自己購買房屋，並使分配予澳門房屋司作為房屋發展合同回報的單位能夠以經濟房屋方式出售。

c) 屋宇發展

- 促進及推廣正在研究、計劃或興建中的房屋發展合同；
- 跟進有關社會房屋的一些特別重要計劃，如筷子基平民坊、馬場區 HR/HS 地段以及批予 Panasonic 負責重建的青洲平民坊等計劃。

d) 房屋司房屋的維修

鑑於要對社會房屋樓宇進行內外修繕工程，因此，一九九七年仍將繼續以維修房屋司房屋為工作目標，此等工作將透過在行政當局投資及發展計劃內設立澳門房屋司的項目進行。

此外，還須加強監督平民坊及經濟房屋樓宇的管理工作，以確保該等樓宇有良好的衛生和安全條件。

最後，僅將澳門社會及經濟房屋的狀況作一概述，並將之總結如下：

非正式房屋（木屋）

	九一年五月 之狀況	九六年七月 之狀況
1. 樓宇.....	4, 603	2, 175
2. 單位.....	5, 369	2, 469
3. 家庭數目.....	5, 415	2, 377
4. 居住人數.....	19, 739	8, 526

社會房屋（租賃） （九六年七月之狀況）

	單位總數	空置單位
平民坊.....	2, 143	151
房屋發展合同及特殊情況的回報.....	4, 385	1, 236
總數.....	6, 528	1, 387

社會房屋（現正進行的計劃）

	單位數量
馬場區 HR/HS 地段.....	880
筷子基平民坊.....	734
總數.....	1, 614

經濟房屋（目前狀況） （澳門房屋司（IHM）的回報）

	單位數量
已興建的單位.....	3, 605
已批出及發展中的單位.....	4, 168
總數.....	8, 773

II —— 1997 年度行政當局投資與發展開支計劃

1997 年度之行政當局投資與發展開支計劃（PIDDA）總額達澳門幣 15 億元，佔本年度地區總預算的預算總開支 15.5%。與 1996 財政年度初期數字比較有 6.25% 的名義跌幅。

在 PIDDA —— 1997 的總預算額內，1 億 5230 萬澳門幣撥為備用撥款，另外有 2900 萬元用以同時支付一系列由土地工務運輸司所負責計劃的開支。而其餘 13 億 1870 萬元則分配於 275 項投資項目中。

表I
1997——行政當局投資與發展開支計劃
(以性質及管轄範圍分類)

(千元澳門幣)

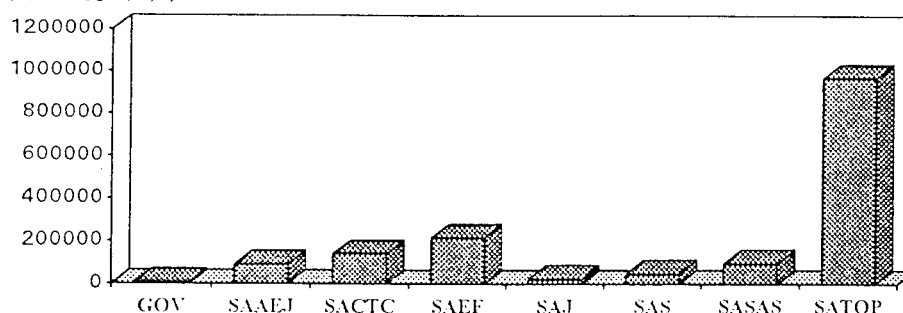
性質	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	總額
工程	4,300.0	79,830.7	111,140.0	2,350.0	3,997.0	5,100.0	46,940.0	719,761.6	973,419.3
購置	0.0	500.0	0.0	0.0	5,900.0	0.0	1,000.0	1,000.0	8,400
設備	2,000.0	5,000.0	10,290.0	26,900.0	13,399.0	21,937.4	46,060.0	41,307.9	166,894.3
研究、策劃及計劃	0.0	0.0	2,000.0	4,500.0	1,648.0	0.0	15,600.0	146,290.4	170,038.4
小計	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	109,600.0	908,359.9	1,318,752.0
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	152,269.6	0.0	152,269.6
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28,978.4	28,978.4
總額	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	261,869.6	937,338.3	1,500,000.0

註：

GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP
總督	行政、教育暨青年事務政務司	傳播、旅遊暨文化事務政務司	經濟協調政務司	司法政務司	保安政務司	社會事務暨預算政務司	運輸暨工務政務司

以管轄範圍分類之預算投資分佈

(千元澳門幣)



將總撥款以負責部門分類，由運輸暨工務政務司管轄的工程約佔 PIDDA —— 1997 內各項計劃的 62.5%。

至於屬其他管轄範圍的項目，減去由社會事務暨預算政務司負責的，被撥入 PIDDA 總體部分的備用撥款不計，分別由傳播、旅遊暨文化政務司、社會事務暨預算政務司及行政、教育暨青年事務政務司按次序佔 8.2%、7.3% 及 5.7%。

在運輸暨工務政務司管轄範圍內值得一提的，有撥予土地工務運輸司用於 41 個投資項目的 6 億 1500 萬澳門幣（PIDDA 總撥款的 41%）以及撥予該政務司辦公室用於 10 項計劃的 2 億 8220 萬澳門幣。

根據性質來分析各項投資，發覺撥予 PIDDA —— 97 的款項約有 64.9%（9 億 7340 萬澳門幣）用於“工程”（表 I）。

表 II

PIDDA —— 1997 年預算提案
(以管轄範圍及參與範圍區分)

(千元澳門幣)

參與範圍	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	總額
社會	0.0	79,130.7	20,680.0	15,220.0	730.0	21,757.4	90,200.0	377,565.4	605,283.5
基建	0.0	0.0	0.0	1,800.0	0.0	0.0	0.0	523,264.5	525,064.5
公共行政現代化	6,300.0	6,200.0	11,850.0	16,730.0	24,214.0	5,280.0	19,400.0	5,080.0	95,054.0
其他方面	0.0	0.0	90,900.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2,450.0	93,350.0
小計	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	109,600.0	908,359.9	1,318,752.00
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	152,269.6	0.0	152,269.6
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28,978.4	28,978.4
總額	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	261,869.6	937,338.3	1,500,000.0

以參與範圍分類，“社會”一項佔 6 億 530 萬澳門幣，即總投資的 40.4%，其中 48.6%（即 2 億 9240 萬澳門幣）用於澳門文化中心。“基建”方面佔 5 億 2510 萬澳門幣，其中固體廢料的搬

遷、收集及清潔計劃佔去 9500 萬澳門幣，澳門污水處理廠鄰近之停車場則佔 6960 萬澳門幣，而焚化中心預計將耗用 4580 萬澳門幣。

以參與範圍分類之預算投資分佈

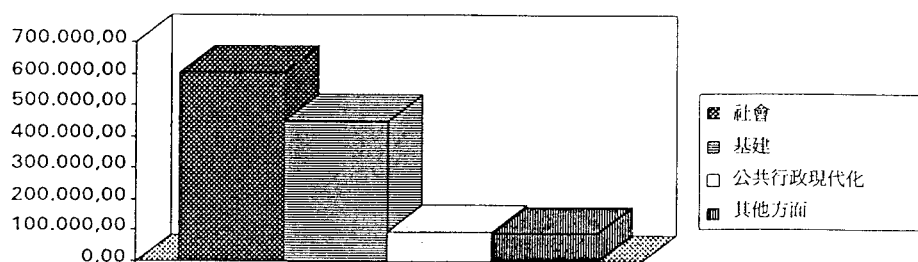


表 III
PIDDA——1997年預算提案
(以管轄範圍及經濟類別區分)

(千元澳門幣)

經濟類別	GOV	SAAEJ	SACTC	SACE	SAJ	SAS	SAASO	SATOP	總額
土地	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
房屋	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11,625.2	11,625.2
樓宇	4,300.0	58,330.7	89,350.0	2,350.0	9,897.0	5,100.0	47,940.0	357,498.3	574,766.0
街道及橋樑	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	74,090.5	74,090.5
港口	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	400.0	400.0
各類建設	0.0	22,000.0	23,400.0	0.0	0.0	0.0	0.0	276,737.7	322,137.7
土地改良	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
種植	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
運輸物品	0.0	0.0	0.0	0.0	1,000.0	0.0	0.0	0.0	1,000.0
機械及儀器	2,000.0	5,000.0	8,680.0	26,900.0	12,399.0	21,937.4	35,060.0	41,307.9	153,284.3
動物	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
其他投資	0.0	0.0	2,000.0	4,500.0	1,648.0	0.0	26,600.0	146,700.4	181,448.4
小計	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	109,600.0	908,359.9	1,318,752.0
備用撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	152,269.6	0.0	152,269.6
同期撥款	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	28,978.4	28,978.4
總額	6,300.0	85,330.7	123,430.0	33,750.0	24,944.0	27,037.4	261,869.6	937,338.3	1,500,000.0

以經濟類別分類，“樓宇”佔總投資約38.3%，相當於5億7470萬澳門幣。該項目主要包括澳門文化中心、特警新大樓以及澳門博物館，按次序分別佔2億9240萬、3100萬以及3080萬元。

按重要性排列，緊隨的是“各類建設”，佔2億4280萬澳門幣，即PIDDA——97的16.2%。在該項目的各項工作中值得強調的有澳門污水處理站及其鄰近之停車場。

表IV
PIDDA——1997年預算提案
(以功能類別區分)

(千元澳門幣)

功能類別	1997年度之提案	
	撥款	%
1. 公共行政一般事務	85,884.0	5.7
010 - 一般行政	57,410.0	3.8
020 - 司法, 秩序及治安	28,474.0	1.9
2. 公共治安	70,199.9	4.7
010 - 總部	16,380.0	1.1
020 - 警察	47,032.5	3.1
030 - 消防	6,707.4	0.5
040 - 民防	80.0	0.0
3. 教育	64,180.7	4.3
010 - 管理、規範及調查	0.0	0.0
020 - 教育	49,030.7	3.3
030 - 職業培訓	15,150.0	1.0
4. 衛生	63,000.0	4.2
010 - 管理、規範及調查	1,000.0	0.1
020 - 醫療	37,500.0	2.5
030 - 公共衛生及健康	24,500.0	1.6
5. 社會福利	27,200.0	1.8
010 - 管理及規範	5,500.0	0.4
020 - 社會工作	21,700.0	1.5
030 - 撫卹金及退休金	0.0	0.0
6. 房屋	13,500.0	0.9
010 - 管理及規範	1,000.0	0.1
020 - 社會房屋	12,500.0	0.8
7. 其他集體及社會服務	446,197.9	29.8
010 - 文化	387,886.7	25.9
020 - 體育和康樂	52,356.2	3.5
030 - 宗教	0.0	0.0
040 - 天文學和地球物理學	3,275.0	0.2
050 - 製圖學	1,800.0	0.1
060 - 社會傳播	430.0	0.0
070 - 勞工事務	450.0	0.0
8. 經濟服務	548,589.5	36.6
010 - 管理、規範及調查	1,800.0	0.1
020 - 農業、林業、畜牧及漁業	0.0	0.0
030 - 工業	900.0	0.1
040 - 基建	110,603.4	7.4
050 - 運輸	229,306.1	15.3
060 - 通訊	0.0	0.0
070 - 貿易	0.0	0.0
080 - 旅遊	26,600.0	1.8
090 - 土地整理和環境	179,380.0	12.0
小計	1,318,752.0	87.9
備用撥款	152,269.6	15.3
同期撥款	28,978.4	1.8
總額	1,500,000.0	100.00

表V
PIDDA——1997年預算提案
(以機構區分)

(千元澳門幣)

機 構	1997年度之提案	
	撥款	%
40.03-行政暨公職司	2,500.0	0.2
40.05-教育暨青年司	59,630.7	4.0
40.07-統計暨普查司	6,950.0	0.5
40.09-財政司	11,450.0	0.8
40.18-澳門身份證明司	944.0	0.1
40.19-經濟司	1,500.0	0.1
40.22-地球物理暨氣象台	4,000.0	0.3
40.23-旅遊司	22,500.0	1.5
40.24-新聞司	430.0	0.0
40.27-港務局	17,295.0	1.2
40.28-澳門保安司	27,037.4	1.8
40.29-勞工暨就業司	18,000.0	1.2
40.31-地圖繪製暨地籍司	1,800.0	0.1
40.32-司法警察司	15,000.0	1.0
40.34-司法事務司	6,000.0	0.4
40.34-立法事務辦公室	2,000.0	0.1
40.35-土地工務運輸司	615,000.0	41.0
40.36-法律翻譯辦公室	1,000.0	0.1
40.37-澳門體育總署	23,000.0	1.5
40.38-澳門文化司	28,000.0	1.9
40.39-預防及治療藥物依賴辦公室	1,400.0	0.1
40.57-澳門社會工作司	26,000.0	1.7
40.63-公職人員福利會	200.0	0.0
40.64-政府船塢	2,000.0	0.1
40.67-澳門政府印刷局	0.0	0.0
40.73-澳門房屋司	15,000.0	1.0
40.76-澳門貿易投資促進局	3,500.0	0.2
40.78-澳門衛生司	63,000.0	4.2
40.95-消費者委員會	500.0	0.0
40.96-旅遊培訓學院	5,000.0	0.3
40.82-總督辦公室	6,300.0	0.4
40.83-傳播、旅遊暨文化事務政務司	67,500.0	4.5
40.85-社會事務暨預算政務司	7,250.0	0.5
40.86-經濟協調政務司	3,800.0	0.3
40.89-運輸暨工務政務司	282,243.3	18.8
小計	1,347,730.4	89.8
備用撥款	152,269.6	10.2
總額	1,500,000.0	100.00

III — 澳門經濟及金融展望分析

目 錄

I. — 世界經濟發展

- I. 1. — 經濟合作發展組織 (OCDE) 的經濟
- I. 2. — 亞洲勁力經濟及中國
- I. 3. — 其他經濟

II. — 澳門經濟整體特徵

- II. 1. — 總體演變
- II. 2. — 私人消費
- II. 3. — 公共消費
- II. 4. — 投資
- II. 5. — 對外服務及商品貿易
- II. 6. — 就業及薪酬

III. — 外貿

- III. 1. — 特別註解
- III. 2. — 整體演變
- III. 3. — 出口結構
- III. 4. — 出口表現

—— 紡織品和衣服出口
 —— “非紡織品”出口
 —— 市場出口劃分

III. 5. — 入口表現

IV. — 金融及匯兌的發展狀況

- IV. 1. — 總體發展
- IV. 2. — 利率及匯率走勢
- IV. 3. — 貨幣

- IV. 4. — 內部信貸
- IV. 5. — 對外金融關係
- IV. 6. — 澳門貨幣暨匯兌監理署的工作
- IV. 7. — 其他金融機構的活動情況
 - a) 銀行業的活動情況
 - b) 銀行同業市場

V. — 公共財政

- V. 1. — 本地區公共帳目的發展
 - A. 預算執行結餘
 - B. 公共收入
 - C. — 公共開支
 - C. 1. — 從經濟展望角度分析
 - C. 2. — 從組織展望方面分析
 - C. 3. — 從功能展望角度分析

V. 2. — 一九九七年預算案

VI. — 公共投資及發展開支計劃 (PIDDA)

- VI. 1. — 公共投資計劃的發展
- VI. 2. — PIDDA — 一九九六年之財政執行

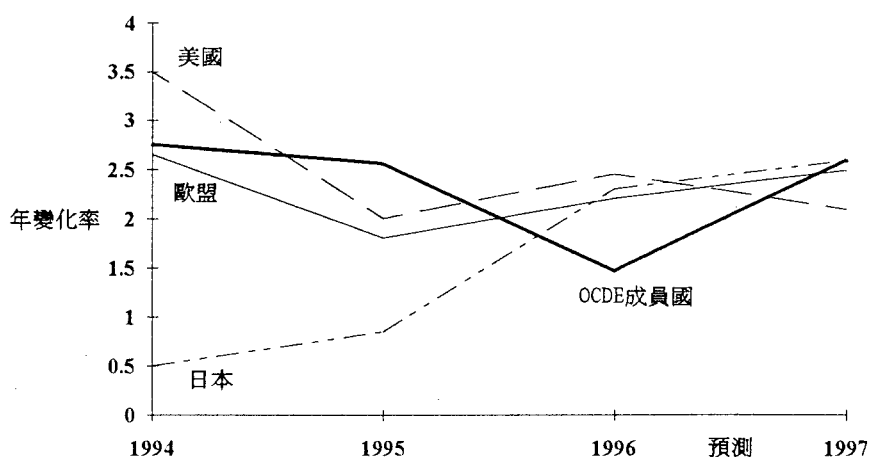
I. — 世界經濟發展

I. 1. 經濟合作發展組織 (OCDE) 的經濟

在一九九五年，經濟發展及合作組織 (OCDE) 的經濟以百分之一點九的溫和速度演變 (與一九九四年百分之二點七相比) 及比最初預計為低，原因來自主要工業經濟衰退。

一九九六年上半年，經濟發展及合作組織 (OCDE) 繼續緩慢地以百分之二增長，但相信下半年將加速增至百分之二點五，且將維持至一九九七年。同時，鑑於預測日本進一步收復經濟，及更重要的是歐盟經濟復甦，故此，展望一九九六年及一九九七年各主要工業國之增長相約。

OCDE 國家經濟增長預測
 內部生產實際總值 (PIB)



在美國，由避免經濟過熱政策導致生產總值增長由一九九四年百分之三點五下降至一九九五年百分之二。高息及控制公共開支亦令需求和生產量減弱。

美國在本年上半年中的生產增長復甦，回升至百分之二點四，而OCDE國之增長預期在一九九六年及一九九七年分別為百分之二點三及百分之二，此等增長是基於通脹壓力無大變化及現行失業率不高之情況下所預測的。

然而最近北美的反傳統經濟表現，致令部分經濟學者認為一九九六年的增長會有一較高之調整，而其他則懷疑一九九七年隱藏著一個新的經濟週期。

在這情況下，一九九五年初期預視會相對平穩的私人消費，仍可能受一些不明朗之因素影響。儘管如此，一九九六年及一九九七年北美進口仍預期趨降，以實行控制公共開支和總體需求政策。

另外一個對預測不明朗的因素是今年尾舉行之總統競選。若克林頓連任，也許能落實提高最低薪酬及衛生計劃的建議，此等建議雖曾修改，卻能使內部需求增加。

在歐盟方面，雖然一九九五年及一九九六年上半年的經濟活動呈現弱勢，但五月份的委員會報告顯示，下半年會因有利之金融及財務條件推動下而轉好。

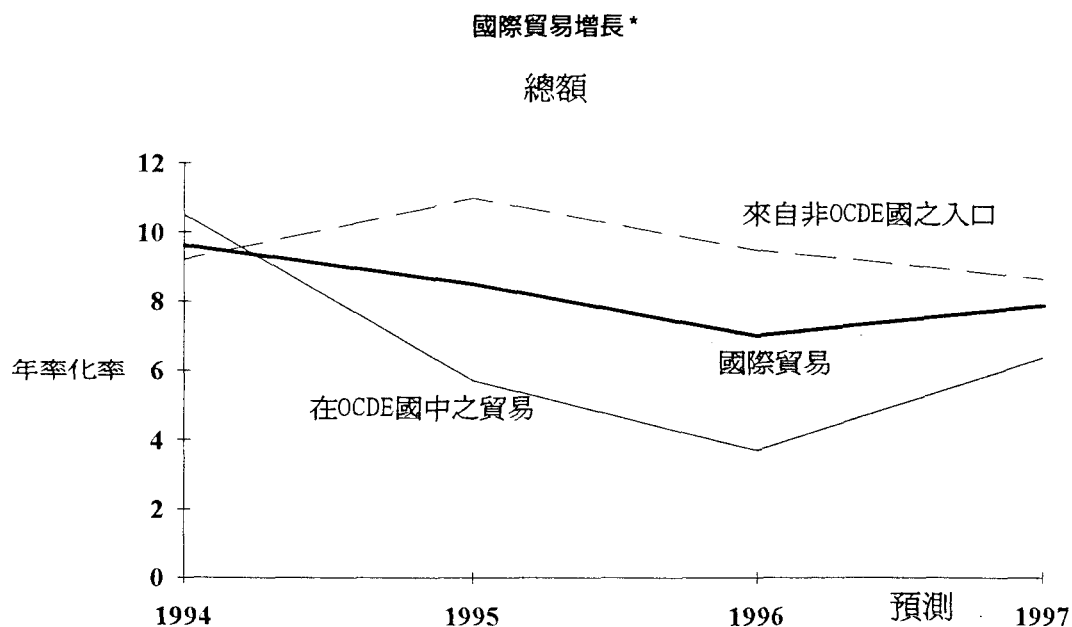
雖則如此，據該委員會指出，一九九六年歐洲共同體生產總值的實際增幅只能達百分之一點五，或據OCDE國預測的百分之一點七，又或比一九九五年度少及比期初預測為低。而乘著本年度下半年生產增長復甦之好勢頭更令一九九七年去勢更強。（據OCDE國之預測百分之二點二或委員會百分之二點四）。

雖然這於歐盟之較強增長預測或可控制通脹至現水平，但一般亦相信，對現時仍處於兩位數字之失業率而言，在一九九六年和一九九七年將不會真正受惠，更可在私人消費的變化中明顯看到。

在澳門出口輸往的三個主要共同體市場當中，唯獨英國例外。剛好與德國及法國相反，由於英國的私人消費增長（一九九六年的百分之三比對一九九五年的百分之二點三）及對外競爭力加強，一九九六年的生產將不會明顯地放緩。而於一九九七年中，英國之私人消費可望因實施提高就業及薪酬計劃而上升至百分之三點二。

國際貿易雖在過往年度中有減退跡象，但在一九九六年仍將繼續有約百分之七的增長額，而據國際貿易組織表示，其增幅則稍高於國際生產，到一九九七年時可回復至百分之八的水平。

OCDE國家之貿易在一九九六年將只會有百分之三點六的增長，反映出歐洲方面的增長困境。反之而言，OCDE國家源自非成員國的入口，增幅則將傾向如以往般高於國際貿易的水平。



* 國際出口和入口貿易平均增長

資料來源：OCDE：一九九六年六月〈經濟展望〉

預測澳門工業品主要出口市場概況，可望增長穩定或輸美出口略受影響，及往歐盟出口稍跌。

儘管如此，對於澳門對外貿易而言，仍受着其他推動或阻礙的因素所限制，分別是：國際貿易規則之更改（尤其對紡織品貿易）、地區性協議的編制或實施（NAFTA、美國／加勒比各國、歐盟／土耳其，與及中、東歐）、對澳門為非國際貿易組織（OMC）（中國、台灣）成員之紡織品出口管制，以及最後，中美兩國間矛盾之惡化。

事實上，在一九九五年中，美國對中國的貿易赤字早已取代其對日本的貿易赤字，致令中國成為北美對外貿易政策所針對的最優先對象，同時，一如過往的危機，美國的一舉一動亦定必影響澳門（及香港）。

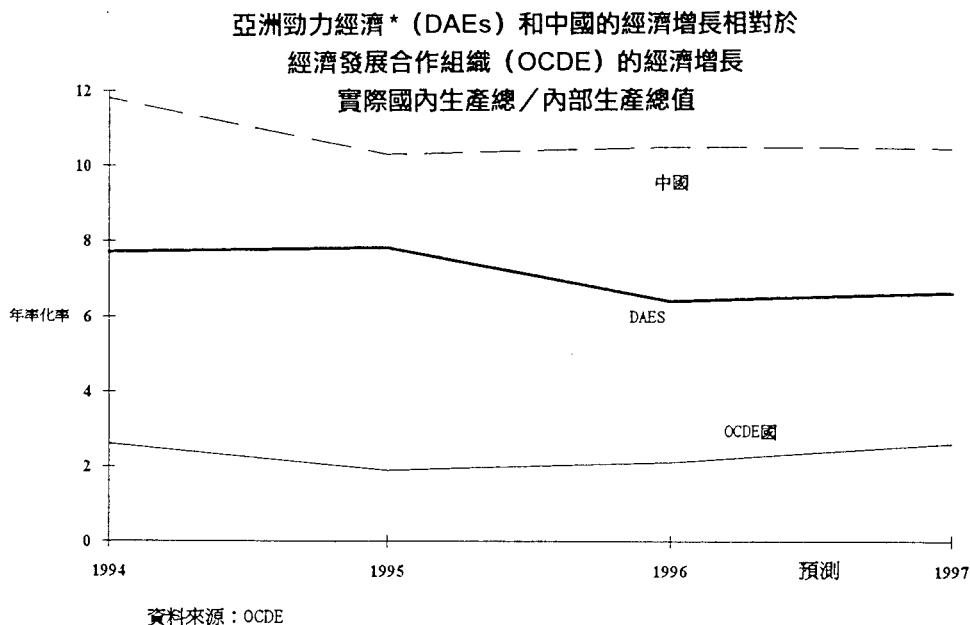
雖然預測美國在今年下半年之經濟活動可處於合理之水平上，但最近實施之紡織品原產地規則將令下半年的數字降低，數值可在今年首數個月的出口數字獲悉。

在歐盟方面，儘管有着不利於出口滲透的經濟氣候，對於自一九九六年年初，就有關雙邊貿易協議限制中國輸往歐盟紡織品出口配額，與及取消五類由中國出口紡織品配額，澳門仍定可因而受惠。

1.2. —— 亞洲勁力經濟及中國

亞太區的生產增長速度（日本除外）仍維持全球最高的增長率。然而，此等地區為免內部經濟過熱而實施之金融管制政策，以及其貨幣兌換日圓匯價升值，令一九九五年下半年之經濟活動放緩。

亞洲勁力經濟的總體內部生產總值（PIB）（香港、台灣、南韓、新加坡、泰國及馬來西亞）由相對一九九四年的百分之七點六上升至一九九五年的百分之七點七，預測本經濟年度初之經濟放緩將持續兩年（一九九六年及一九九七年之升幅分別為百分之六點四及六點六），當面對着更疲弱的經濟時，維持謹慎的金融政策和對抗日圓貶值措施就顯得意義重大。



事實上，日圓對美圓貶值，除了會減少來自日本的投資外，更令致DAEs各國喪失對外競爭力，此乃對其經濟增長的一個重要影響因素。而對外競爭力減弱，反映了出口尤其在電子產品的增長放緩，但在另一方面，一九九五年之入口數字反而上升，令貿易平衡結餘數值惡化，繼有台灣、香港、南韓及新加坡。

在香港方面，一九九五年私人消費顯着下降（相比一九九四年百分之六點三，數值只達百分之一點三），促使生產增長疲弱及連同投資不動產下跌百分之九，但在基建方面仍有大量建築業投資項目，以及再出口有優良表現（增幅為百分之十四），令生產的弱勢有所緩和，比對九四年百分之五點四跌幅達百分之四點六。

值得一提的是，一九九五年的貿易平衡赤字加劇惡化，差不多為一九九四年百分之八十，主要是因為增加了用於基建建築方面之投資物品入口。

雖然在一九九六年下半年度出口表現預期可有反彈，但由於上半年之表現較最初預計稍遜，驅使近期有需要使生產增幅由最初估計的百分之五調低至百分之四點七。

然而，根據“經濟家資料調查”（EIU）及其他非官方資料顯示，要達到此升幅是有一定的困難，而經濟活動增長必要在下半年上升至百分之六，才可使年均增幅達百分之四點七。這不太樂觀的看法是基於私人消費（佔內部生產總值（PIB）的百分之六十五）持續疲弱，與及期望私人投資和及出口於本年度下半年度復甦。

如此，這些政治因素正不斷影響耐用品尤其在車輛方面的消費，而 EIU 亦預計在渡過一九九六及一九九七年經濟增長不明朗因素後（增長分別為百分之三點五及百分之二），生產增長由一九九八年起將漸升高於百分之五的水平。

* DAEs 代表“亞洲勁力經濟”—— OCDE 國所採用之簡稱。

為落實此點，香港方面可在過渡後繼續保證對向澳門能有一合適及穩定的經濟和政治架構，此亦為對本地區發展不可缺少的因素。

中國在長久以來皆為香港最大的再出口市場，而最近處於本地出口市場的地位更為鞏固，遠遠超越美國市場。就算中國經濟正維持在降溫期，它仍然給予香港一個出口擴張市場，尤其在輸往其他地區於香港再出口及轉口時之出口服務，同時中國會繼續成為香港之相向直接投資活動中心。

內部需求增長緩慢將令通脹壓力放緩，與其他 DAEs 國家一樣，輸入之通脹卻可與此趨勢抗衡。

在中國，管制金融政策的實施令增長率由一九九二年百分之十四點二下跌至一九九五年百分之十點二，而通脹率則由一九九四年百分之二十一點七降至一九九五年百分之十四點八。

此趨勢在一九九六年上半年持續，並期望在今年可首次見生產增長率（9% - 10%）高於通脹率（8%）。

自一九九二年起，出口增長一直維持平均百分之十五的水平，此情況估計不可再延續，這是由於對外競爭力喪失（人民幣兌日圓升值），而此點亦同樣影響着 DAEs 各國。展望出口在數量上之增長率可達百分之八，同時，由於中國對國際貿易法規逐漸開放，以及發展基建之投資需求加強，入口方面將有較高之升速（12%-13%）。

在中國在九七年再次加入國際貿易組織的大前題下，出口增長率仍能達兩位數字，強大的貿易順差數字在下一年度則漸次減低至二十八億美圓。

第九個五年計劃（1996 - 2000）重申管制金融政策以令經濟降溫之重要性，於五年內制定許多大目標計劃，增加生產力及保持通脹率年平均分別在百分之九點三及百分之八的水平。

澳門方面，在現階段不能有所祈望，中國修改管制金融政策或可刺激不動產業復甦，另一方面，亦期望能漸次擴張雙邊貿易關係對本澳之影響，以及中國增加經濟體系的自由度。

雖然五年計劃優先實行內陸開發及提高農產品生產力，但沿海區域在五年內預測本身年平均增長為百分之十四，令中央政府面臨整治因地區差異而引致之社會不穩定趨勢的挑戰。

儘管中央政府企圖撤回對企業利潤之稅務優惠，外商直接投資的總值仍有差不多四百億美元，而其中百分之八十會投放在經濟特區內。

在某些城市，例如廣州，已獲准外資銀行設立分行，此乃全國對外財務體制開放跨出的第一步。

隨着貿易順差下降之趨勢，廣東省在今年上半年的出口數值與去年同期比較下跌百分之七點四，同期在入口方面則有百分之二的升幅。

1.3. ——其他經濟

繼墨西哥貨幣比索危機後，中、南美經濟增長在一九九五年急劇下跌。

雖然對外資金回流，利率仍繼續高企，令公共帳目（特別在巴西）及對外帳目赤字更惡化，預期維持金融管制政策最終可提高已低迷之內部儲蓄。

一九九六年預測增長緩慢，可令通脹率繼續下降和對公共及對外帳目數字有一正面衝擊。一九九七年或可印證這些令生產增長之條件。

捷克和匈牙利分別在一九九五及一九九六年加入 OCDE 組織，令中、東歐之經濟加速進入世界經濟內，而波蘭、斯洛伐克及俄羅斯亦朝着同樣步伐。

而羅馬尼亞、保加利亞及波羅的海三國，由於要積極過渡市場經濟，令進程顯得較慢，而俄羅斯的情況更為混亂。而烏克蘭在所有國家中表現最差，並錄得生產跌幅達百分之十二。

大部分中、東歐過渡期經濟意味着增加對澳門之競爭力，特別對歐盟市場之紡織及成衣之貿易往來。

而往後幾年此競爭力會更強，首先在一九九七年，歐盟對源自 PECO 國（波蘭、捷克、斯洛伐克及匈牙利）紡織品將不採用任何海關規條，及在翌年伸展至保加利亞和羅馬尼亞，及至一九九八年甚至廢止對第一組提及之國家的紡織品入口配額，而上述第二組國家則將於一九九九年執行。

這地區合併趨勢，會影響澳門在貿易轉向中之潛力。另外，NAFTA 協議，在紡織品方面將成為喪失美國市場之配額的一個重要成因，對東亞洲各國特別是中國及香港尤為傷腦筋，但卻有利於墨西哥、加拿大、中美洲及加勒比海區等。

表 I-1
 OCDE (經濟合作發展組織)
 成員國經濟內部生產總值 (PIB)
 之實際增長預測

	同期變化(a)					
	1994	1995	95/上半年	預測		
				96/上半年	1996	1997
美國	3.5	2.0	1.2	2.4	2.3	2.0
日本	0.5	0.9	0.0	2.2	2.2	2.4
德國	2.9	1.9	2.0	-0.3	0.5	2.4
法國	2.8	2.2	2.4	1.3	1.0	2.4
意大利	2.2	3.0	2.8	1.1	1.7	2.3
英國	3.8	2.4	2.0	2.1	2.2	3.0
加拿大	4.6	2.2	1.5	2.1	2.1	3.4
七國總和	2.8	1.9	1.4	1.8	1.9	2.3
歐洲聯盟	2.8	2.5	2.5	1.2	1.4	2.5
OCDE總和	2.7	1.9	1.4	2.0	2.1	2.5

(a) 經季節性調整後之年率。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

表 I-2
 OCDE 國家之失業率 (a)

	(百分率)					
	1994	1995	95/上半年	預測		
				96/上半年	1996	1997
美國	6.1	5.6	5.6	5.5	5.5	5.6
日本	2.9	3.1	3.0	3.3	3.3	3.2
德國	9.6	9.4	9.3	10.2	10.3	10.4
法國	12.3	11.6	11.7	11.9	12.1	12.2
意大利	11.3	12.0	12.0	12.1	12.1	12.0
英國	9.2	8.2	8.3	7.9	7.9	7.5
加拿大	10.4	9.5	9.6	9.5	9.3	9.0
七國總和	7.1	6.8	6.8	6.9	7.0	6.9
歐洲聯盟	11.6	11.2	11.2	11.4	11.4	11.3
OCDE總和	7.9	7.6	7.6	7.7	7.7	7.6

(a) 佔工作人口比率。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

表 I-3
 OCDE 國家之通脹率 (a)

	同期變化(b)					
	1994	1995	95/上半年	預測		
				96/上半年	1996	1997
美國	2.4	2.3	2.5	2.1	2.0	2.3
日本	0.7	-0.5	-0.6	-0.4	-0.4	0.6
德國	2.8	2.0	1.8	1.4	1.6	1.5
法國	2.1	1.6	1.8	2.4	1.9	1.3
意大利	4.7	5.7	6.3	3.5	3.9	2.9
英國	2.5	2.6	2.9	2.7	2.5	2.5
加拿大	0.7	1.6	1.8	1.3	1.4	1.4
七國總和	2.2	2.0	2.1	1.7	1.7	1.8
歐洲聯盟	3.3	3.0	3.1	2.5	2.5	2.2
OCDE總和	4.3	4.7	5.3	4.0	3.9	3.4

註：(a) 根據私人消費消費計算。

(b) 經季節性調整後之年率。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

表 I-4

OCDE 國家之私人消費及入口之發展

	(年增長)							
	私人消費				入口			
	1994	1995	預測		1994	1995	預測	
			1996	1997			1996	1997
美國	3.0	2.4	2.5	2.0	15.6	11.2	6.7	6.5
日本	1.8	1.6	2.4	2.2	19.9	21.9	10.9	13.2
德國	0.9	1.7	1.3	2.0	10.1	4.0	3.4	6.8
法國	1.4	1.8	1.4	1.9	8.8	8.0	2.1	6.1
意大利	1.6	1.6	1.4	2.1	16.1	8.2	4.5	6.0
英國	2.7	2.3	3.0	3.2	8.6	2.5	5.4	6.2
加拿大	3.0	1.4	2.2	3.0	15.8	11.0	5.0	7.3
平均值*	2.4	2.2	2.2	2.1	13.4	9.0	5.6	6.6

註：*經澳門在1996年上半年本地出口往主要市場的相對比重調整。
資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

表 I-5

亞洲強勁及中國之短期經濟預測

	(年增長)							
	實質PIB/PNB				通脹(IPC)			
	1994	1995	預測		1994	1995	預測	
			1996	1997			1996	1997
南韓	8.4	9.0	6.8	7.3	6.2	4.5	4.2	4.0
台灣	6.1	5.9	5.0	5.5	4.1	3.7	3.5	4.0
香港	5.4	4.6	5.0	5.0	8.1	8.7	7.5	8.0
新加坡	10.2	8.9	7.8	7.3	3.0	1.7	1.5	1.5
泰國	8.5	8.9	8.0	7.5	5.1	5.8	5.5	5.0
馬來西亞	8.7	9.3	8.0	7.5	3.7	3.4	3.2	3.0
DAEs總和*	7.6	7.7	6.4	6.6	5.4	4.7	4.3	4.4
中國**	11.8	10.2	10.5	10.5	21.7	14.8	9.0	10.0

註：*按OCDE採用之縮寫，DAEs為亞洲強勁。

**國民生產總值(PNB)之實質增長及城市消費價格之年變動。

資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

表 I-6

亞洲強勁及中國之對外貿易增長及貿易平衡(B.T.C.)

	(單位為百萬美元)							
	貿易平衡				經常貿易平衡			
	1994	1995	預測		1994	1995	預測	
			1996	1997			1996	1997
南韓	-3.1	-4.8	-4.3	-3.8	-4.5	-8.8	-8.5	-8.0
台灣	12.0	13.6	14.0	13.0	6.2	5.0	6.3	5.0
香港*	-10.9	-19.0	-20.5	-19.5	2.8	-1.5	-1.8	-2.0
新加坡	2.1	1.7	2.0	2.0	11.9	15.0	14.5	14.0
泰國	-3.7	-7.5	-6.5	-6.0	-8.4	-13.5	-12.5	-11.5
馬來西亞	1.6	0.3	0.8	1.0	-4.1	-7.1	-6.5	-5.5
DAEs總和	-2.0	-15.7	-14.5	-13.3	3.9	-10.9	-8.5	-8.0
中國	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	7.7	18.2	8.0	5.0

註：*香港之B.T.C.只包括貨物及服務之淨出版(不包括資本性收益及轉移)。

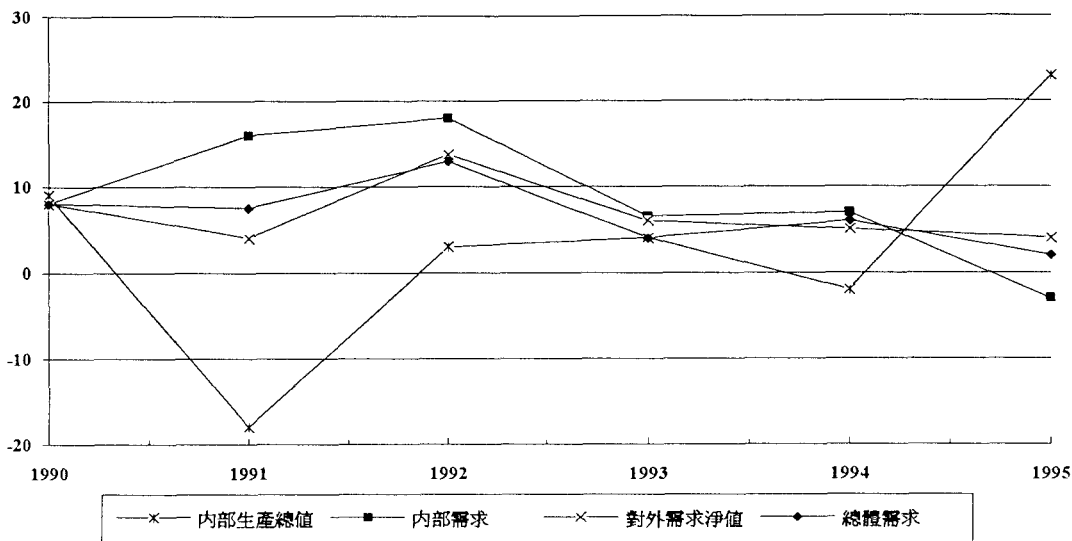
資料來源：「OCDE經濟展望」，一九九六年六月。

II. 澳門經濟整體特徵

II. 1. —— 總體演變

澳門經濟在一九八九至一九九四年間，每年皆以一平均速度增長，實際數字約為百分之七，標誌着一活躍之內部需求，在此期間之年均變化率在量方面升幅約為百分之十點七。

總體宏觀經濟——變化
內部生產總值及內部需求（實際增長率）



註：對外需求淨值：出口—入口貨物及勞務。

資料來源： 內部生產總值 (PIB) 估計—以1989年為基礎預測。
統計暨普查司 (DSEC)

在一九九五年本地區之經濟活動指標呈現跌勢，尤其在下半年開始更為明顯。經濟增長以內部生產總值 (PIB) 估計增幅為百分之三點九，另外，受對外需求推動下，增長淨值在量方面上升百分之二十一點七 (表 II —— 16)。而內部需求與一九八九年價格相比有頗大的名義跌幅，實際幅度為負百分之二，引致投資意向下降、私人消費減弱以及本地區通脹高企 (8.6%)。

在一九九二年，由大型建設引發大量建築方面的投資帶動“一窩蜂”的內部經濟後，於九三及九四年增長平衡地放緩，另外由於在九五年度要使上述工程得以竣工，令投資新計劃趨勢收縮，以致跌勢更顯着。

一九九六年上半年之指標顯示內部需求繼續呈現弱勢，對外需求跌勢更甚，在出口商品方面跟同期比較亦減少，而對外勞務差額則有輕微上升。本地區之經濟活動，包括與世界各國之貿易，在九五年下半年開始明顯減縮。這情況再加上內部通脹顯著滑落、不動產投資及私人信貸指望復甦、澳門國際機場實務令勞務差額有正面影響等因素，預期九六年度將可輕微扭轉上述經濟活動弱勢。本年上半年度之實際經濟增長將介乎於負百分之零點四至正百分之零點六。

透過內部生產總值 (PIB) 來預測澳門經濟，一九九六年與去年相比，內部需求在量方面估計會有一介乎於負百分之四點一至負百分之三點九的負增長，而總體需求升幅則於負百分之二點三

至負百分之一點五之間，淨對外需求擴大，增幅可望徘徊在 8.3% 至 11.3%。

II. 2. —— 私人消費

隨着人口及家庭收入的轉變，私人消費在一九八九年至一九九四年間持續上升，每年平均名義增長估計為百分之十五點二。而以一九八二年的常數計算升幅則為百分之七點三，同期比重在內部生產總值 (PIB) 內在量方面之增幅為百分之三十三。

綜合指標指出在一九九五年間之私人消費明顯減弱，可由平均名義收益變化率、總體通脹率估計下降百分之八點六、以及消費品入口之負增長情況得知。而估計九五年度之私人消費在家庭總消費而言，與九四年相比在量方面上升百分之三點七，人均增長相對地有約百分之零點四的增幅。(一九八九至一九九四年間之人均私人消費實際平均變化率為百分之二點七)。

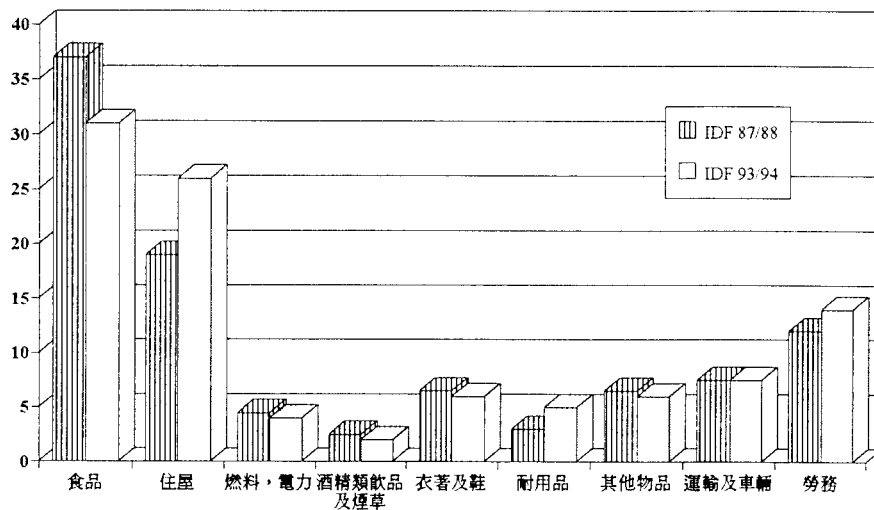
在一九九五年，本地區人口增長速度較緩慢 (表 II —— 1)，尤其在下半年度，反映出實施管制非本地工人之就業措施。結果，九五年上半年的移民數目至該年年尾佔人口增長的百分之五十八點二，但同年下半年數字只錄得百分之九點三。在一九九六年上半年，非本地工人之進出境比重減少令移民差額比重相應下降，亦令本澳居住人口增長緩慢，錄得增幅跟九五年同期比較只上升百分之一點三。

在一九九五年，由消費者價格指數(IPC)年平均變化率計算之通脹(房租不計算在內)，倒轉對上三年處於滑坡之局勢(表II—3)而上升至百分之八點六(九四年之數字為百分之六點三)。與前幾年一樣，此指數之年變化數值大部分來自“出外用膳”組別，平均增長率為百分之九點三(九四年為百分之八點四)，該組別比重清楚見於家庭消費結構(表II—4)。一九九五年在這組別內升幅較大的項目分別為“衣着及鞋”(12.5%)、“勞務”(11.3%)及“食品及非酒精類飲品”(8.1%)。

與去年相比，消費價格指數(IPC)自一九九五年最後一季開始有下跌趨勢，特別在一九九六年上半年，同期比較減低三點一個百分點，而當時通脹正處於百分之五點五的水平。此跌勢在一九九六年上半年，分別顯示在各價格走勢如“食品”級別中之“出外用膳”(5%)、“運輸及車輛”(2%)以及“其他物品”(5.1%)。預期九六年下半年價格走勢將持續下跌，尤其在食品方面，本年度平均通脹率則可望徘徊在百分之五左右。

內部市場價格因供求不定而表現在不同之水平，這些可作為影響收益及家庭開支結構變化的其中因素。在澳門最近兩期之「家庭開支調查報告」(IDF)分析中(表II—4)，發現本地區人口平均生活標準有一個有趣之社會經濟趨勢。澳門家庭消費與經濟發展的社會一樣，傾向消費於非食品類產品組別。因此，「家庭開支調查報告」的項目指出在1987/88及1993/94五年間之人均較大變化項目，分別在於耐用品、住屋開支及勞務方面，而本地區家庭消費結構方面比重亦相對上升。而同期之每月之人均支出平均大約上升百分之六十六點八，經價格變化調整後，增長量估計約為百之九點一，顯示澳門人口生活狀況又跨進一大步。

家庭開支調查報告 (IDF) —— 87/88 及 93/94 之消費結構分析 (%)



一九九六年上半年之一般性指數顯示私人消費升幅維持在較弱之水平，而售賣輕型車輛方面增幅則較理想(表II—5)，這是由於信貸的刺激及很自然地使用家庭的儲蓄。在九六年度，預測通脹率會調低，雖然收入水平仍持續下降，但私人消費在量方面仍預期升幅能在百分之四及四點七之間，另外由於人口增長下降而連帶人均消費會比一九九五年有輕微上升。

II.3. 公共消費

在一九八九至一九九四年間，公共消費之實際年均變化率約為百分之七點六，在一九九五年升幅約為百分之九。與前幾年一樣，員工開支由於實行本地化和提高本地區人力資源計劃而在升幅佔最大比例。

在內部生產總值(PIB)實際結構比重中上升百分之八點七，預期非企業性的公共消費在一九九六年有持續上升趨勢，與九四年相比，預測實際升幅將介乎百分之五點九至百分之六點九之間。

II.4. 投資

在一九八九年至一九九四年間，固定資本總組合每年平均名義增長估計數字為百分之二十七，以一九八九年的常數計算則為

百分之十六點六，佔生產中的結構性平均比重約為百分之二十八。在九五年，一般性指標指出建築及設備投資量，估計總體下跌百分之十，此跌趨極為突出，除在九二年因受部分大型建設包括澳門機場刺激而增長異常外，九四年之公共投資及九五年之私人投資均呈現明顯倒退。

在一九九六年上半年水泥入口的增幅達百分之四十三點四以上(表II—6)，在同期出口水泥，尤其輸往香港，升幅約為百分之五十。這情況實際並不表示水泥在本澳內部耗用量增加。事實上，此類建築物料的內部耗用量因為樓宇建築投資趨勢之明顯放緩而一直下降。

在一九九五年，雖然落成新廈的建築總面積與以往比較有百分之七的升幅，但有關指標卻表示該段期間初建新廈總數與同期比較下跌百分之二十九點一，住宅方面跌幅為百分之四十六點九，而工業用途方面則為百分之三十二(表II—8)。此跌勢在九六年上半年更為嚴重，除了建築總面積及落成新廈有增幅外，新廈之投資數目明顯減少，且將與私人建築活動大倒退趨勢一樣延續至年底。

樓宇分層單位買賣自九五年下半年起開始下降（表 II — 9），但在九六年上半年則有上升跡象（30.1%），預期至年尾不動產中之邊際工人在量方面會有一負增長。

有關機器、設備及運輸物料的固定資本總組合（FBCF），按照上半年資產性物品入口之變化，及同時不期望此類投資在經濟較活躍的行業上有任何起色，預測九六年設備投資將與往年一樣於負水平上繼續下跌。

綜觀整個情況及基於一些數據分析，預測九六年，FBCF 仍繼續下降，與去年比較在量上跌幅將介乎負百分之十七點六至負百分之十六點七之間。

II. 5. ——對外服務及商品貿易

一九九五年由對外需求帶領本澳工業在名義上上升百分之十二點四，九六年上半年則異常下跌，在出口物品方面錄得百分之四點五的名義減幅（表 II — 15）。基於這個趨勢，及考慮到由澳門售予外國之主要貨物（紡織及成衣）的最重要客戶（美國）引出之問題，部分將由售予歐盟方面所解決，預期九六年下半年，出口增長率會較上半年為好。另一方面，根據內部需求放緩及在九六年上半年之突出表現，相信下半年商品入口可有較強負增長。在這情況下，預計貿易差額結餘在九六年底將上升，並會在第三章之對外貿易章別中詳細分析。

一九九六年首六個月入境旅客數字（三百九十五萬）與去年同期比較增幅為百分之二點七，而部分旅客經澳門國際機場入境之因素影響下，旅客由此路線入境的增幅達百分之一百五十七，而由陸路及水路入境之旅客跌幅則分別為百分之二點五及百分之零點八（表 II — 10）。其中，香港居民入境比重數字跌幅仍為最大，而相反中國及台灣旅客似乎仍熱衷由各種不同路線到本澳觀光，相信此趨勢將持續至九六年尾。

透過問卷收集旅客消費資料，調查結果顯示經陸路來澳之旅客消費數字中以中國旅客的消費較顯著（表 II — 11）。

酒店業指標與去年同期比較繼續表現穩定，九五年及九六年上半年之入住率在百分之五十七以上（表 II — 12）。而四星及五星級酒店入住率較高，九五年及九六年上半年入住率分別在百分之六十三及百分之六十四點五以上。房客數字亦持續上升（九五年升幅百分之一點四，九六年頭六個月升幅約為百分之八），香港旅客住宿澳門酒店亦保持在百分之三的增幅。另一方面，旅客平均逗留時間為一點三晚，其中台灣及香港旅客較多於酒店過夜住宿（表 II — 13）。

自酒店房間供應量於一九九三年（21.8%）及一九九四年（7.6%）之大幅上升後，酒店業在九五年明顯放緩，特別是在下半年（2.8%）。一九九六年上半年由於去年首六個月之酒店設施高速增長，令此一旅遊業活動指標急速下降，這因素亦可能對旅遊業職位有一負面影響（表 II — 14）。

總體而言，非居民消費在一九八九至一九九四年間，估計佔內部生產總值（PIB）內之實際結構性比重約百分之四十，每年平

均增長量為百分之七點五，九五年與往年同期變化比較增長只為百分之五點八。預測九六年由於賭客消費下降會令跌幅更大。

在一九九五年，出口勞務名義增長為百分之十六，實際增長則為百分之五點八，而可以預期在一九九六年底，將由於澳門國際機場業務及旅客主要消費項目（其中為住宿消費）之內部價格下降，而造成出口勞務增幅比去年的稍低。

而入口勞務方面，由於控制對外聘用私人工業及非工業顧問服務，令致一九九五年數字明顯下降（實際跌幅為負百分之七點八），除預期公營部門之購置及支付澳門航空租用飛機費用下降外，預測一九九六年費用在量方面能維持與去年之總體水平一樣。

整體上，限據所得資料繪圖的場景，有資料支持一九九六年商品及勞務出口有實際拓展，預測增幅介乎負百分之零點七和百分之零點五之間，以及商品和勞務進口下降，跌幅介乎負百分之五點七至百分之五點四之間。總而言之，對外需求淨值（出口減入口）將呈現上升趨勢（預測於量方面之增幅介乎在百分之八點三及百分之十一點三之間），但仍比一九九五年之增長為低（在量方面為百分之二十一點七）。

II. 6. ——就業及薪酬

一九九五年之就業人口增加百分之五點五，此情況自九三年起不斷上升（表 II — 2）。一九九六年上半年之數字更能證實此趨勢。

同年就業人口數字上升百分之四點三，在一九九六年，估計約有二十萬零四仟個工人。就算就業人口增加，就業人口增加率似乎不足舒緩勞動市場的壓力，更遑論扭轉失業率至一九九六年上半年尾達百分之四點五的增加趨勢。（表 II — 2）

就業人口之結構按年齡分（表 II — 18.1）之情況亦不如意，只可勉強在九四及九五年年齡在 45 至 64 之間的級別中發現其比重有輕微上升。而同一情況亦可見於九五年及九六年六月份之比較數字。

失業人口（表 II — 18.2）約有九仟七百個左右，而在九六年六月顯示在年齡於 25 至 44 之間的失業人口數字為百分之五十八，這情形亦可能反映此類別人口在勞動市場要求日增下所面對之困境。

就業人口按經濟業務分類（表 II — 19.1），在一九九五年對於經濟結構轉移有減弱的跡象，在“貿易、餐廳及酒店”、“保險、銀行及不動產操作”及“社會及私人服務”等行業都呈現一頗明顯跌幅情況，這或許可歸咎於私人消費放緩。

製造業估計在一九九五年的就業率有百分之零點七的負增長，但分析兩項六月份之數字，則其結構上的比重仍有下降。

而近期上述工人在失業人口結構（表 II — 19.2）按已有行業分類中比重跌幅較大。

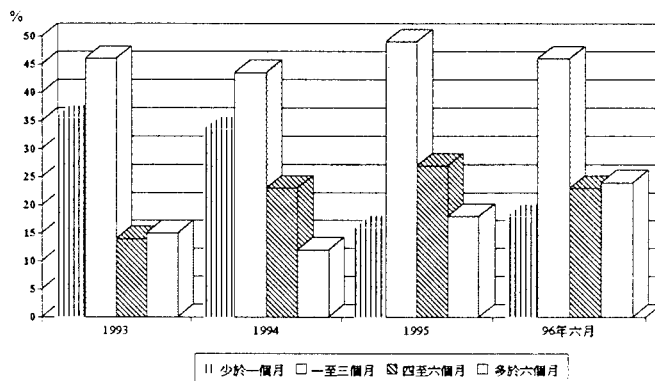
而在“建築及公共工程”之走勢也與上述情況相同，此項在就業結構比重及失業率中同時下降，反映出由於減少此項之非本地工人政策所致。

另外在“貿易、酒店及餐廳”和“社會及私人服務”兩方面之表現亦不如理想。在“貿易”一項而言，雖然在就業結構中有增加的趨勢，但在失業結構中亦同樣增加；同時在“社會及私人

服務”一項不但只在就業結構比重下降，亦於失業中比重有頗大增幅。

自一九九四年起，失業人口在“失業多於六個月”組別中有急劇上升趨勢，這與“暫時職位結束”及“解雇”項目中情況一樣（表II—20）。由於此等特性與總體經濟活躍情況有極大直接關連，在短期內難扭轉此趨勢。

失業人口按失業期之變化

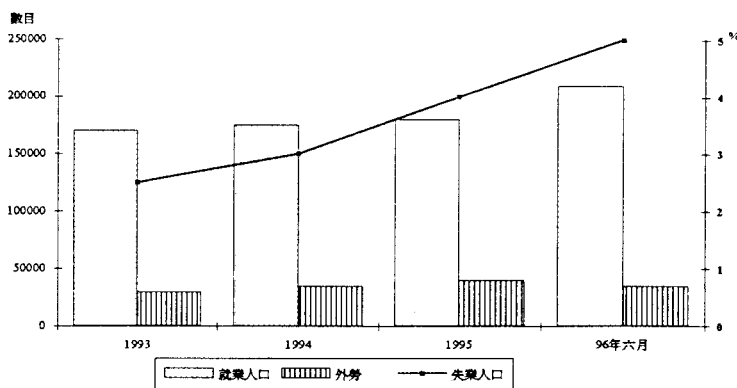


資料來源：統計暨普查司（DSEC）就業調查（由一九九六年開始改變計算方法）。

另一方面，非本地工人（TNR）於本澳之數目，增幅曾達百分之二十，在九五年十二月三十一日之數字超過三萬五千五百人，但現時之年增長已逐漸放緩（增幅百分之十三點一）。此數字不能夠反映由一九九五年下半年開始管制直接輸入勞工的情況，因為

在一九九六年七月前之十二個月期間減少五千個非本地工人，與去年同期變化為負百分之十四。失業率及本澳外勞數目持續表現不一致，指出現時經濟局勢存在之不配合（質與量）的重要性。

非本地工人數目及失業率之變化



資料來源：統計暨普查司（DSEC）就業調查（由一九九六年開始改變計算方法）。

總體而言，自一九九四年，每月估計收入中位數與一九九五年同期比較有約百分之八的明顯跌幅（表II - 21）。

同時亦反映出此時期有呆滯的時刻，令有某些行業的工人因所賺取的收入減少，繼而影響家庭消費可應用開支。

表 II - 1

人口

		直至12月31日			直至6月30日	
		1993	1994	1995	1995	1996
居民人口數字	10 ³	395.3	410.5	424.4	417.5	426.0
實則增長	%	+3.8	+3.9	+3.4	+3.6	+2.1
男性	10 ³	192.9	200.0	205.4	202.7	206.1*
女性	10 ³	202.4	210.5	219.0	214.8	219.9
年歲分配結構						
小於15歲	%	23.9	25.4	25.0	25.2	24.8*
由15至64歲	%	69.5	67.5	67.8	67.6	67.9
超過65歲	%	6.6	7.1	7.2	7.2	7.3*

註：*臨時數值。

資料來源：人口調查 — 統計暨普查司。

表 II - 2

就業，失業及轉業率

比率	(%)				
	1993	1994	1995	1995年 五月	1996年 四至六月
就業率	65.2	63.9	65.3	67.3	66.6
男性	79.8	77.7	78.3	78.2	79.7
女性	52.0	51.7	53.7	57.1	54.9
失業率	2.1	2.5	3.6	3.3	4.5
就業不足率	1.4	1.6	2.6	2.5	1.5

資料來源：就業調查 — 統計暨普查司。

表 II - 3

消費價格指數
(同期比較)

物品及勞務	比重(a)	1993	1994	1995	1995		1996	
					上半年	上半年	上半年	上半年
總指數(b)	82.5	6.7	6.3	8.6	8.6	5.5		
食品	38.3	7.1	7.2	8.1	8.4	5.0		
出外用膳	19.8	10.4	8.4	9.3	9.4	5.1		
住屋(b)	2.2	8.7	3.4	6.3	6.1	4.3		
汽油、電力	4.0	3.7	0.4	6.6	6.8	5.6		
酒精類飲品及煙草	2.0	5.0	1.0	2.8	0.8	7.2		
衣著及鞋	6.8	2.2	3.0	12.5	11.6	7.9		
耐用品	3.7	1.1	2.1	6.3	6.4	2.4		
其他貨物	6.0	6.3	4.8	7.8	7.7	5.1		
交通及車輛	7.4	5.7	7.4	7.6	8.6	2.0		
勞務	12.1	10.1	8.8	11.3	10.7	8.3		

註：(a)以87/88 IDF為基礎。

(b)不包括租金。

資料來源：消費價格指數(IPC)。以1988/89為基礎。統計暨普查司。

表 II - 4

居民家庭開支分析

87/88 IDF組別 (*)	開支結構 (%)		人均年開支 1987/88及1993/94之變化(**)	
	87/88 IDF	93/94 IDF(*)	變化%	平均年增長%
總數	100.0	100.0	66.8	8.9
食品	38.4	31.2	35.6	5.2
出外用膳	19.9	16.5	38.0	5.5
住屋	19.7	26.4	123.9	14.4
汽油、電力	4.0	3.8	57.4	7.9
酒精類飲品及煙草	2.0	1.4	18.9	2.9
衣著及鞋	6.8	5.7	40.6	5.8
耐用品	3.0	4.8	167.0	17.8
其他貨物	6.5	5.4	38.7	5.6
交通及車輛	7.3	7.2	63.3	8.5
勞務	12.2	14.0	90.1	11.3

註：(*) 93/94 IDF組別已被整理為87/88 IDF之物品及勞務分類。

(**) 根據地區賬目方法論分析私人消費估值。

資料來源：家庭開支調查報告 (IDF): 1987/88 IDF及1993/94 IDF。統計暨普查司。

表 II - 5

已登記之輕型私家車

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年(a)
數目	5,057	5,260	3,647	1,945	2,557
同期比較 (%)	3.0	4.0	-30.7	-29.9	31.5

註：(a) 臨時數值。

資料來源：統計暨普查司。

表 II - 6

入口建築材料

	1995 千元澳門幣	同期變化 (%)				
		1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
水泥	133,985	3.0	8.7	-30.3	-28.6	43.4
石灰	133,391	4.2	9.1	-30.4	-28.8	43.9
其他	594	-65.2	-53.1	18.8	29.8	-37.0
鋼筋	110,445	103.7	3.7	-56.0	-57.7	-33.5
磚	2,364	-67.2	-33.0	32.4	23.9	-70.2
瓷磚及瓦磚	78,892	31.7	27.3	31.7	109.4	-46.6
浴室設備	11,599	65.6	-2.6	-8.4	13.1	-11.1

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 7

水泥耗用量

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
噸	306,299	455,929	311,007	171,935	126,435
同期變化 (%)	17.0	48.9	-31.8	-18.0	-26.5

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 8
初建及落成新廈 - 以用途分類

	1995	同期比較			(%)	
		1994	1995	1995 上半年	1996 上半年	
初建新廈 - 以用途分類(面積 - m2)	1,581,985	38.1	-29.1	-30.8	-53.1	
住宅	582,486	3.3	-46.9	-45.5	-25.5	
商業及服務	686,316	177.5	1.9	-0.4	-76.3	
工業及其他用途	313,182	47.8	-32.0	-32.0	-66.3	
初建新廈 - 以用途分類(數量)	12,584	19.1	-26.6	-30.1	-34.5	
住宅	7,016	-4.5	-42.1	-41.1	-13.6	
商業及服務	5,508	197.1	11.6	-4.1	-64.5	
工業及其他用途	60	95.5	-30.2	-42.3	-60.0	
落成新廈 - 以用途分類(面積 - m2)	1,221,131	-20.1	7.0	5.3	57.1	
住宅	563,443	-37.9	-2.6	9.9	129.3	
商業及服務	398,112	26.2	21.8	-4.1	-31.2	
工業及其他用途	259,576	-0.4	10.3	13.3	45.4	
落成新廈 - 以用途分類(數量)	9,432	-39.0	-1.3	8.3	90.1	
住宅	6,030	-45.5	-19.0	-13.2	163.1	
商業及服務	3,330	9.3	73.1	93.1	-32.9	
工業及其他用途	72	-23.1	-61.3	-46.9	55.9	

資料來源：建築業統計, 統計暨普查司。

表 II - 9
按照物業轉移稅之樓宇分層單位買賣
(以用途分類)

	1995	同期比較			(%)	
		1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
樓宇分層單位買賣價值 (千元澳門幣)						
總值	6,399,553	-11.7	20.2	-8.8	7.6	30.1
新型建築 〔第一次成交〕	3,282,695	20.2	49.1	-19.4	16.7	51.8
住宅	1,996,759	21.2	42.5	-30.4	-0.3	108.4
商業	1,206,515	32.1	82.6	7.4	52.4	-21.5
樓宇分層單位買賣 (數量)						
總數	14,284	-1.3	4.5	0.2	23.6	-19.3
新型建築 〔第一次成交〕	7,572	29.3	0.4	-11.6	23.9	-3.1
住宅	5,474	36.0	-4.3	-22.8	9.3	17.3
商業	1,778	10.4	25.5	41.7	95.4	-52.7

資料來源：建築業統計, 統計暨普查司。

表 II - 10
經海路，陸路及空運入境之旅客
(以國籍分類)

	1995 數目	1996 上半年 數目	同期比較			(%)	
			1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
旅客總人數	7,752,495	3,947,695	0.0	0.1	-1.0	-0.2	2.7
1. 旅客人數(經海路)	5,989,222	2,936,479	-3.7	-0.9*	-1.1	0.7	-0.8
1.1 香港	4,393,060	2,056,853	-6.6	-0.8	-4.2	-1.0	-7.1
1.2 日本	383,080	225,732	-20.3	3.6	10.0	-5.3	34.9
1.3 台灣	186,014	95,113	13.3	-10.9	11.6	15.0	3.6
1.4 中國	286,346	166,061	636.5	-11.1	20.8	43.2	21.3
1.5 其他	740,722	392,720	2.8	2.4	2.6	-0.2	12.1
2. 旅客人數(經陸路)	1,730,603	852,344	15.5	3.6	-1.5	-3.5	-2.5
2.1 香港	1,211,695	558,440	17.3	4.0	-18.8	-15.6	-14.4
2.2 日本	32,210	15,721	-12.7	10.2	7.2	8.5	4.1
2.3 台灣	84,350	96,818	15.9	-9.1	9.7	9.8	130.7
2.4 中國	255,522	102,103	9.6	51.8	3,208.2	2,122.3	10.3
2.5 其他	146,826	79,262	6.2	3.9	-2.3	-6.2	9.1
3. 旅客人數(經空運)	32,670	158,872	52.2	7.1	77.9	21.5	1,586.9
3.1 直升機	17,945	8,202	52.2	7.1	-2.3	21.5	-12.9
3.2 飛機	14,725	150,670	-	-	-	-	-

註：*自1994年起，經海路入境旅客包括由外港及十四號碼頭入境的旅客人數。
資料來源：旅遊業統計—統計暨普查司。

表 II - 11
經海路入境旅客之人均消費

	1995 (澳門幣)	同期比較			(%)
		1993	1994	1995	
經海路入境之遊客					
1. 遊客人均消費	1,525.5	-2.9	2.7	20.7	
1.1-消費(不包括購物)	1,177.8	2.6	3.9	10.7	
-住宿	468.1	9.9	-1.9	18.4	
-飲食	462.9	-1.8	14.0	5.8	
-運輸、娛樂及其他	246.8	-1.5	-2.5	6.8	
1.2 購物消費	347.8	-23.0	-3.2	73.9	
2. 旅行團旅客人均消費	584.2	-8.6	7.3	35.0	
2.1-消費(不包括購物)	293.4	-6.8	3.2	-2.2	
-住宿	0.0	-	-	-	
-飲食	121.1	-10.5	4.8	-2.8	
-運輸、娛樂及其他	172.3	-3.9	2.1	-1.8	
2.2 購物消費	290.8	-13.1	17.6	119.0	
經陸路入境之遊客					
3. 遊客人均消費	2,327.8	-	-	-	
3.1-消費(不包括購物)	747.9	-	-	-	
-住宿	56.3	-	-	-	
-飲食	552.7	-	-	-	
-運輸、娛樂及其他	138.9	-	-	-	
3.2 購物消費	1,579.9	-	-	-	

資料來源：旅客消費問卷調查，統計暨普查司。

表 II - 12
旅遊業指標

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
入住率					
總額	57.02	55.57	57.03	54.47	57.37
酒店—總數	60.12	58.41	60.05	57.28	60.44
- 五星級及四星級	57.28	58.36	63.47	59.85	64.54
- 三星級	64.68	63.49	63.83	61.59	63.32
房客數字變化	11.27	6.95	11.36	8.34	7.96
香港居民	-1.29	3.89	3.09	0.91	3.61
逗留時間(晚)	1.35	1.32	1.30	1.28	1.31
香港居民(晚)	1.22	1.21	1.22	1.20	1.19

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 13
經海路入境之房客及旅客比率

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
香港	30.0	31.4	33.7	31.5	35.0
日本	19.4	20.6	22.8	21.8	22.7
台灣	34.2	40.1	55.5	46.4	47.8
南韓	12.6	17.5	24.7	23.1	35.5
東南亞(1)	26.6	31.6	27.0	26.4	26.8
西歐	12.6	15.0	16.1	14.2	16.8
美加	12.6	14.4	14.6	14.7	15.9
澳紐	13.1	15.6	19.8	22.2	21.0

註：(1) 菲律賓，印尼，馬來西亞，新加坡及泰國。

資料來源：旅遊業統計—統計暨普查司。

表 II - 14
旅業設施

	1995 數目	同期比較				(%)	
		1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年	
房間							
總數	8,591	21.8	7.6	2.8	9.0	1.2	
酒店	7,796	26.9	8.3	2.7	9.3	1.1	
五星級及四星級	4,212	45.9	0.1	5.1	2.3	2.8	
三星級	2,429	8.9	18.2	-0.2	18.6	1.0	
服務員工							
總數	7,369	20.0	5.3	-0.2	5.3	-0.1	
酒店	7,095	22.6	5.8	3.0	8.5	0.4	
五星級及四星級	4,449	34.9	-1.1	5.7	3.7	-0.4	
三星級	2,179	1.9	21.3	-0.6	21.5	2.7	

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 15
物品及勞務結餘

(千元澳門幣)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年 (*)
出口,離岸價	14,236,218	14,853,890	15,913,453	7,208,907	6,882,132
入口,到岸價	17,234,104	18,695,459	18,258,217	9,126,699	8,628,747
貿易平衡	-2,997,886	-3,841,569	-2,344,764	-1,917,792	-1,746,615
出口勞務	19,899,896	21,714,035	25,172,858	12,918,881	13,321,641
入口勞務	2,090,866	2,268,976	2,276,550	1,037,992	1,254,042
勞務結餘	17,809,030	19,445,059	22,896,308	11,880,889	12,067,599
物品及勞務結餘	14,811,144	15,603,490	20,551,544	9,963,097	10,320,984

註：入口貨物之估價是經過將入境而未登記的消費食品、飲品及煙草、建築材料及紡織品的調整，此等數值是按照資源及使用平衡之分析所計算的。

(*) 估價根據1996年8月31日所提供的資料作基礎。

資料來源：PIB估價—整體統計數字經修改及再以1989年為基礎。統計暨普查司。

表 II - 16
經濟內部生產總額 (PIB)
實質增長率

(%)

開支之主要項目	1993	1994	1995	1996 (p)
私人消費	7.0	7.3	3.7	4.0 ~ 4.7
公共消費	6.6	5.0	9.0	5.9 ~ 6.9
不動產之購置	4.3	5.4	-10.0	-17.6 ~ -16.7
物品及勞務之出口	2.5	4.2	4.4	-0.7 ~ 0.5
物品及勞務之入口	1.8	6.6	-3.1	-5.7 ~ -5.4
經濟內部生產總額 (PIB)	5.4	4.7	3.9	-0.4 ~ 0.6
內部需求	5.8	6.7	-2.0	-4.1 ~ -3.9
外部需求淨值	4.0	-1.1	21.7	8.3 ~ 11.3
總體需求	4.0	5.4	1.3	-2.3 ~ -1.5

(p) 以1996年8月31日的資料所作之預測。

註：物品及勞務出入口。

資料來源：PIB估價—整體統計數字經修改及再以1989年為基礎。統計暨普查司。

表 II - 17
經濟內部生產總額 (PIB)
定價開支之結構

(%)

開支之主要項目	1993	1994	1995	1996 (p)
私人消費	32.5	33.3	33.3	34.4
公共消費	7.8	7.8	8.2	8.7
不動產之購置	32.2	32.5	28.1	23.3
物品及勞務之出口	83.1	82.7	83.0	83.0
物品及勞務之入口	56.6	57.6	53.7	50.6
經濟內部生產總額 (PIB)	100.0	100.0	100.0	100.0
內部需求	73.5	75.0	70.7	67.6
外部需求淨值	26.5	25.0	29.3	32.4
總體需求	156.6	157.6	153.7	150.6

(p) 以1996年8月31日的資料所作之預測。

註：物品及勞務出入口。

資料來源：PIB估價—整體統計數字經修改及再以1989年為基礎。統計暨普查司。

表 II - 18

就業及失業人口結構
按年齡組別分類

18.1 就業人口

	1993	1994	1995	1995年 六月	1996年 六月
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
十五至二十四歲	16.3	15.5	14.5	14.6	13.1
二十五至四十四歲	63.6	64.9	63.9	64.1	65.2
四十五至六十四歲	16.6	17.2	19.9	19.4	19.7
超過六十五歲	3.5	2.4	1.7	1.9	2.0

18.2 失業人口

	1993	1994	1995	1995年 六月(1)	1996年 六月
失業人口總數	100.0	100.0	100.0		100.0
十四至二十四歲	31.0	35.9	24.6		20.6
二十五至四十四歲	55.6	54.3	58.3		58.1
四十五歲及以上	13.4	9.8	17.2		21.3
初次尋找工作之失業人口	100.0	100.0	100.0		100.0
十四至二十四歲	75.1	92.5	100.0		68.1
二十五至四十四歲	24.9	7.5	0.0		31.9
四十五歲及以上	0.0	0.0	0.0		0.0
尋找新工作之失業人口	100.0	100.0	100.0		100.0
十四至二十四歲	24.4	28.0	20.5		18.4
二十五至四十四歲	60.2	60.8	61.4		59.3
四十五歲及以上	15.4	11.2	18.1		22.3

註：(1)1995年6月—未能提供資料。

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

表 II - 19

**就業及失業人口結構
按行業分類**

19.1 就業人口

行業活動/CAM	百分比(%)				
	1993	1994	1995	1995年 六月	1996年 六月
總數	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
3.加工業	25.0	22.8	21.8	23.8	20.7
4.電力、汽油及自來水	0.4	0.6	0.8	0.9	0.5
5.建造業及公共設施	10.0	7.5	9.5	10.0	8.5
6.商業、餐廳及酒店	26.0	26.1	25.6	24.7	28.4
7.運輸及通訊	6.1	5.9	5.8	5.5	6.3
8.保險、銀行、地產買賣	5.4	6.3	6.1	5.5	6.8
9.集資企業、私人機構	26.5	30.4	30.0	29.4	28.4
其他行業	0.6	0.4	0.4	0.2	0.4

19.2 尋找新工作之失業人口

按失業前之行業分類

	百分比(%)				
	1993	1994	1995	1995年 六月(1)	1996年 六月
總數	100.0	100.0	100.0		100.0
3.加工業	36.7	31.0	36.5		19.9
5.建造業及公共設施	22.2	7.1	21.8		17.2
6.商業、餐廳及酒店	17.6	27.0	17.7		28.8
7.運輸及通訊	3.2	2.5	0.6		6.1
8.銀行、保險、地產買賣	2.0	4.5	4.1		4.3
9.社會及私人服務業	17.2	26.9	18.4		23.2
其他行業	1.1	1.0	0.9		0.0

註：(1)1995年6月—未能提供資料。

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

表 II - 20

**失業人口結構變化
按失業原因及時期分類**

	百分比(%)				
	1993	1994	1995	1995年 六月(1)	1996年 六月
失業人口—按動機分類	100%	100%	100%		100%
解雇	13.8	10.1	14.8		26.7
條件不滿意	19.0	36.4	20.7		12.4
臨時工作終止	23.5	22.5	32.4		31.3
私人或家庭理由	21.7	17.8	15.3		16.3
其他	22.0	13.1	16.8		13.2
失業人口—按時期分類	100%	100%	100%		100%
少於一個月	32.7	31.0	14.3		16.1
一至三個月	44.2	40.5	46.6		42.7
四至六個月	11.3	19.4	24.7		19.6
超過六個月	11.8	9.1	14.5		21.6

註：(1)1995年6月—未能提供資料。

資料來源：統計暨普查司—就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

表 II - 21
報酬及平均名義收益

單位: 澳門幣

	1993	1994	1995	1994年 同期變化	1995年 同期變化
月薪中位數 (所有行業)(1)	4,067	4,476	4,830	10.1%	7.9%
平均收益	1993 (2)	1994 (2)	1995 (3)	1995年 六月(2)	1996年 六月(3)
紡織					
工作報酬—總數	4,633	4,929	3,926	5,315	3,370
本地	4,975	5,506	5,193	5,936	4,927
非本地	2,610	3,021	3,030	3,325	2,984
成衣					
工作報酬—總數	4,968	5,565	4,221	5,446	3,909
本地	5,135	5,735	4,772	5,752	4,282
非本地	3,429	3,821	3,351	4,227	3,333
玩具					
工作報酬—總數	5,495	5,328	2,952	5,873	2,948
本地	6,826	6,868	6,747	7,395	5,571
非本地	2,273	2,546	2,362	2,659	2,460
酒店業					
工作報酬—總數	5,868	6,160	6,284	6,421	5,959
本地	5,923	6,589	6,899	7,015	6,651
非本地	5,706	5,245	5,079	5,241	4,571
建造業及公共設施(4)					
工作報酬—總數	n.d.	254	256	258	265
專業	n.d.	276	281	290	287
無列明	n.d.	173	164	174	178

註: n.d. — 未能提供資料。

資料來源: 統計暨普查司—(1)就業調查—參閱始自1996年之改變計算方法。

(2)工資及福利調查。

(3)勞工報酬及必需品調查。

(4)建造業及公共設施行業中是指“平均、日及名義工資”。

III. — 外貿貨物

III.1 — 特別註解

《66/85/M號法令》實施的結果，改變了外貿貨物登記作業的行政程序和概念，使外貿的統計數字在一九九六年一月整體下跌。

事實上，在本地區外貿活動引入新法規，改變了出、入口流量的概念，在這些法規涉及範圍中，特別要指出本地出口概念的引入和臨時入口流量的撤銷。

因此，在比較今年（一九九六年）的外貿統計數字與上一年（或往年）外貿統計數字時，應該持某些保留態度。

本《報告》採用統計暨普查司（DSEC）對現在和過去的入口流量的對應方法，這方法是以下列假設作為根據：

一、“一九九六年的出口流量”是本地出口流量（任何從本地區出口且產地為澳門的貨物）和再出口貨物流量的總和。一九

九五年和往年出口流量是指“永久性出口”（再不回流入本地區的出口貨物）；

二、“一九九六年的入口流量”等於進入本地區的外地貨物，但不含以直接轉口形式進入澳門的貨物。一九九五年和往年的入口流量是指“永久性入口”（供本地區消費的入口貨物）；

三、從分析外貿的表現來看，一九九六年的貿易結算是等於出口（本地出口流量和再出口流量的和）和入口之間的差額。在一九九五年和往年，貿易結算是等於永久出口和之永久入口的差額。出口價格以船上交貨價計算，入口價格以運費、保險費在內的價格計算。這些流量的數值可能和外貿數目並不一致，這是由於內部生產總值估計數字修正的結果（出、入口內部生產總值未作統計登記）。

值得指出，因法規和行政程序的修改，可能在貨物出口流量和以直接轉口形式入口流量的進出登記出現一些“遷移”現象，依照傳統，這種現象在進行外貿貨物分析時不在考慮之列。由於這個原因，可以見到本年上半年直接轉口活動數目有令人矚目的增長：

	1991	1992	1993	1994	1995	96年上半年
直接轉口	789.5	896.2	1110.4	1626.0	1707.2	1516.5
同期變化率	+27%	+14%	+24%	+46%	+5%	+90%

註：以百萬澳門元計算（統計暨普查司的外貿統計數字）

一九九六年一月至六月，經澳門直接轉口數字是十五億一千六百萬澳門元，這與上一年同期比較，增長為七億一千九百萬澳門元（+90%）。在這增長數字中，約有四分之一的貨物經澳門國際機場出口，四分之三的貨物增長和海路及公路出口活動擴大有關。

較多使用直接轉口流量，在感覺上，有食品、飲料、煙草和運輸器材等貨物。經澳門的直接轉口貨物的主要目的地是中華人民共和國（總流量活動的百分之八十三）。

故此，也許由於在一九九六年較多使用直接轉口的原故，上一年出、入口的負增長率可能因行政程序的改變而受到懲罰，至於有關受牽涉範圍不能量化。

III. 2. —— 整體演變

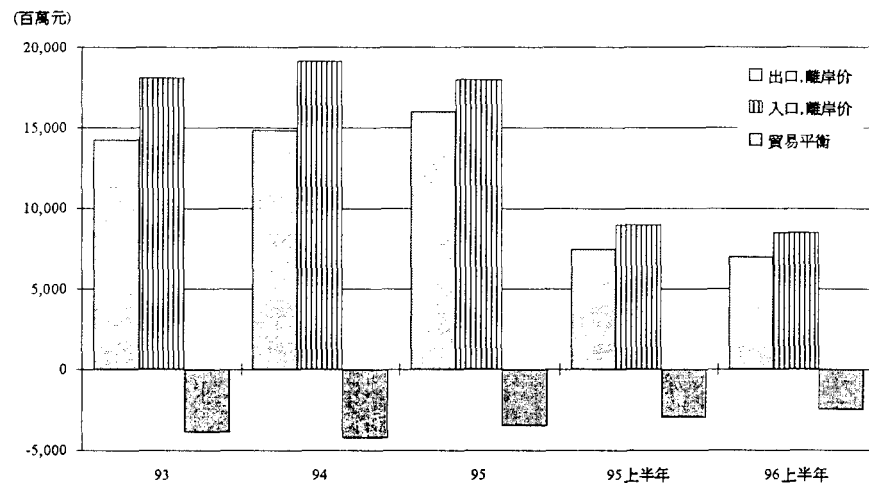
在一九九六年上半年，本地區的貨物外貿表現在外部需求方面進展欠佳，並且因整體需求減少使入口下降。

一九九六年一月至六月期間，貨物出口約達六十九億澳門元⁽¹⁾，與一九九五年同期比較下跌百分之四點五，同時和上一年（+7%）相比，貨物出口演變欠佳。

在同期，貨物入口數字達八十六億澳門元，呈現同樣變化，數字約為百分之五點五，高於在一九九五年所錄得的變化。

⁽¹⁾ 貨物外貿整體分析是根據統計暨普查司（DSEC）為評估內部生產總值（PIB）對出、入口數字進行調整的調整數字。

圖一
澳門外貿演變綜合圖



資料來源：經濟司（DSE）研究廳根據統計暨普查司（DSEC）的內部生產總值的評估數字。

由於出口表面數字的下跌速度比起入口數字為低，外貿逆差與一九九五年同期比較，下跌速度呈輕微舒緩，因此，出、入口的涵蓋率由邊際的百分之七十九上升至百分之七十九點八，相信在一九九六年年末，貿易赤字與內部生產的表面總值（PIB）比較仍會持續下降（在一九九五年是負百分之三點九）。

在數量上⁽²⁾，估計在一九九六年上半年，貨物出口可能下降百分之五左右，這是與一九九五年貨物出口的真正擴展數字百分之三比較。在同期，入口可能出現大幅下降（約-8%），比起上一年下降數字（-3%）更為突出。

⁽²⁾ 經濟司研究廳（GE/DSE）根據統計暨普查司在評估內部生產總值（PIB）時所使用的外貿指數作出的評估。

在目前環境，本地區出口的負面趨勢基本反映出衣服外部需求大幅放緩（減幅是和美國市場表現不佳有關，而且售往歐洲聯盟的增長數字不夠彌補這方面的減幅）和“非紡織品”的一般出口顯著下降（參看外貿表現章節第 III. 4. 段的詳細介紹）。

在短期內，本地區出口的發展展望受附加的不明朗因素制約，在這些因素中以近期北美政府當局加強對衣服和紡織品非法“轉口”的預防和監管措施尤為突出，在這方面以澳門為例，在一九九六年七月二日草簽“諒解備忘錄”。

來自美國這方面的監管壓力不單只是沖著澳門的出口而來，同時亦針對香港出口，並且亦對中美紡織品雙邊協議施加懲罰，這種懲罰性的措施自然對亞洲地區出口的發展帶來不良的氣候，特別因此而令到北美入口商卻步不前（北美入口商愈來愈多選擇 NAFTA 和加勒比海國家供應商）。

在這種情況下，輸往美國的衣服類貨物在今年下半年對恢復九六年上半年度的負增長機會不大，輸美衣服在不久之前對澳門總出口的正值增長擔負起重要責任。

至於歐洲聯盟市場，一九九六年衣服類貨物銷售展望較為樂觀，這主要和歐盟與中國的雙邊紡織品協議的限制條款惡化的潛在因素有關。但是，來自和歐盟簽訂特惠協議的生產商方面的競爭的增加，私人消費趨勢放緩和澳門是以“供應商佔主導”條件等因素使澳門進一步擴展輸往歐共體國家的衣服出口貿易受到限制⁽³⁾。

有關“非紡織”品出口，在今年上半年大幅下降（-20%），預料負增長趨勢仍然持續，特別如本地出口的玩具、鞋類和電子產品。其他產品出口（特別是再出口）負面表現可能比較少，特別是輸往中華人民共和國的貨物，原因是在三月期間中國將關稅減低⁽⁴⁾。

綜合以上情況，在一九九六年年底，澳門出口繼續為負增長率數字，雖然負增長率與上半年比較較為溫和。本年下半年外部需求的不再惡化下去的速度主要視乎澳門衣服輸往歐共體的表現和對失去來自歐盟的外部需求活力的應變能力。

由於澳門出口沒有增長加上建築業衰退，因此原材料入口和半加工產品入口（佔澳門總入口一半以上）在本年底前仍然為負數實不足為奇。這種趨勢加上私人消費疲弱和在設備投資方面可能出現退縮等因素令到一九九六年的入口下降率稍高於出口下降率。

III. 3. ——出口結構

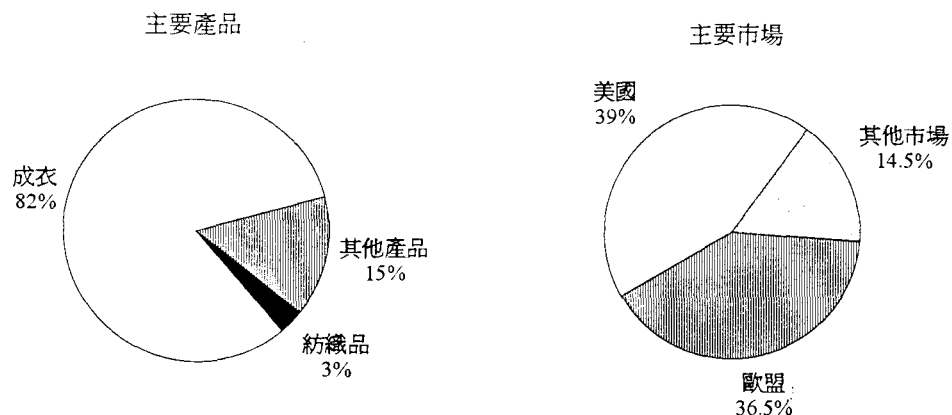
外貿活動新法規的引進帶來統計方面的其中一個好處，就是能夠在澳門整體出口之中將本地出口流量和再出口流量各自分開。

按照一九九六年首六個月的資料，出口總值達六十九億澳門元左右，其中本地出口和再出口分別佔總值百分之八十三和百分之十七（參看圖 III - 2）。

本地出口非常集中在紡織和衣服這類出口（85%），在這類出口數字中衣服類又佔百分之八十二。玩具、鞋類和電子產品佔出口總數不超過百分之七。

美國和歐洲聯盟仍然是澳門本地出口的主要市場，兩者吸納總出口量約百分之八十五。

圖二
澳門本地出口
一九九六年一月至六月



再出口貿易的產品類別呈現較大的變化，主要是利用再出口輸出纖維和紡織品（佔總數的47%）。經澳門再出口的貨物主要是輸往中華人民共和國（54%）和香港（38%）。

概括來說，本地出口在澳門的總出口中佔舉足輕重的地位，但其指數主要集中在衣服類產品和美國及歐盟市場。與之相反，再出口佔較輕比重，產品較多樣化，主要輸往中國和香港鄰近市場。

III. 4. ——出口表現

一九九六年首六個月澳門出口（本地+再出口）的負表現（-4.5%左右⁽⁵⁾），反映出西方主要市場外部需求放緩和在這些市場出現不利的競爭環境，這主要與近期將整體貿易偏向與持有優惠協議的伙伴進行地區性貿易的趨勢有關。

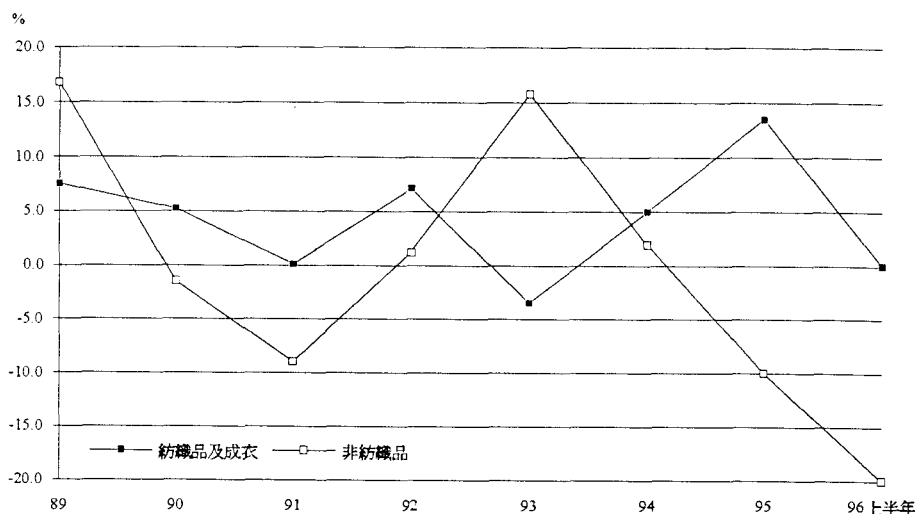
另外，“非紡織”產品在西方市場的出口發展在近期因實際失去玩具入口美國市場的關稅優惠和歐洲市場為澳門電子產品和鞋類出口設下種種困難，例如以“廉價傾銷”或“來源規則”等藉口，受到很大程度的影響。

除此之外，外部對來自中華人民共和國消費品的需求下降和影響再出口的流量，並且對“非紡織”品的整體出口帶來負面表現。

從整體情況來看，“紡織”品在一九九六年上半年出口的拓展幾乎等於零（低於百分之零點五），此種情況說明這方面的出口與往年比較增長放緩現象顯著。在同期，“非紡織”品的出口，因玩具、鞋類、電子產品和其他產品出口數字下跌，繼續呈現明顯的負面趨勢（-20%左右）（圖三）。

⁽⁵⁾ 在III.4. 段提及的百分數的變化是同期出口流量之間涉及外貿數字的表面約數的變化（在一九九五年和以往的永久出口流量和一九九六年本地出口+再出口流量）。

圖三
出口項目變化
名義增長率



資料來源：經濟司研究廳（DSE）根據統計暨普查司（DSEC）的外貿統計資料編製。

紡織品和衣服出口

紡織產品和衣服產品向外銷售停滯不前的現象，幾乎可從衣服本地出口往美國和歐洲聯盟這兩個設有貿易限制市場方面反映出來。

實際上，在一九九六年首六個月，衣服出口往美國無論在數量或出口價方面都往下跌，這情況發生在產品在該市場暢銷期之後，當時產品銷售能得到這麼大的拓展，原因是和一九九四年十二月最後的一份雙邊紡織品協議的較高靈活性所帶來的潛在有利因素有關，特別從非管制類產品出口的極高增長表明出來。

須要說明，今年美國對衣服類產品的外部需求下降不但只澳門出口商人感覺得到，而且連亞洲四大供應商——中國、香港、台灣、南朝鮮也感覺得到，這些地區的商人在一九九六年首六個月內結算出在全球入口需求的真正下跌數字中（-2%），衣服以平方米計算跌幅顯著（-16%）。與此相反，墨西哥出口再次以高速度增長（+38%），與美國簽訂優惠協議的加勒比海國家的出口增長亦十分可觀（+7%）。

要特別指出，自一九九四年起（NAFTA 協議延伸墨西哥的第一年），大供應商輸往美國市場的衣服入口配額起急劇變化，墨西哥卻在這時以大生產商和大供應商的姿態出現，令到亞洲區傳統供應商的地位受損（參看圖表）。

美國入口成衣
(市場配額量)

	1993	1994	1995	96年一月至五月
墨西哥	4.3	5.7	8.4	10.9
CBI*	18.4	19.1	21.7	22.5
亞洲四大供應國**	36.9	34.0	28.4	23.4
其中：				
中國	12.4	11.1	9.3	7.1
香港	10.2	10.2	8.9	7.6

*加勒比海內灣動議-Caribbean Basin Initiative.

**中國、香港、台灣、南朝鮮

資料來源：美國貿易部，主要船運商。

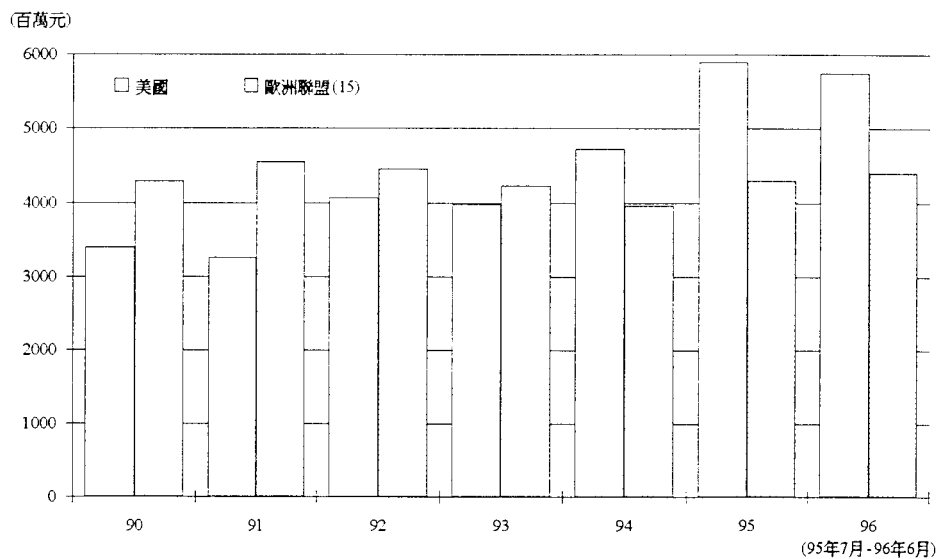
此外，雖然面對私人消費的擴展動力微弱和存在著與歐共體簽訂優惠協議締約國市場競爭每況愈烈等情況(例如東歐國家、土耳其和非洲近地中海國家)，在一九九六首六個月，澳門輸往歐洲聯盟市場的衣服產品的出口表現比起往年仍取得好成績。

取得這樣的成績相信部份原因是歐盟市場對中國擴大衣服出口近期採取更嚴厲的限制手段(降低入口增長率和削減某些種類產品配額)，部份訂單轉往澳門製造廠。同時，歐盟在一九九五

年對普及優惠制度的檢討，結束給予第三世界國家的衣服製造商某些關稅好處，這些國家是澳門在歐盟市場的競爭對手(這種情況令到入口單一價錢在一九九五年攀升，與過往形勢相反)。

在這種環境下，衣服產品近年輸往歐盟市場與輸往美國市場比較，輸美衣服的高優出口表現趨勢近期已告沉寂。值得指出，截至一九九六年六月前的十二個月時間內，衣服類產品在歐盟市場銷售增加(圖四)。

圖四
澳門成衣主要出口市場



資料來源：經濟司研究廳 (DSE) 根據統計暨普查司 (DSEC) 的外貿統計資料編製。

“非紡織品”出口

在一九九四年首六個月內，“非紡織”產品出口從整體上而言負面趨勢明顯，玩具行業和電子產品行業特別感覺到這種下降形勢(兩種行業的表面下降率高於-50%)。同時，製鞋業在經歷膨脹期之後，出現負演變局面(-19%)。另外，“非紡織類”的其他產品銷售亦稍微下降，原因主要歸咎於輸往中國的出口下降(主要是消費品的再出口)。

玩具出口呈現下降的原因主要是澳門產品在美國銷售經過稅率為百分之零的關稅鞏固期之後有下降趨勢(這種趨勢延伸至各國)。須要補充說明，在今年上半年，經營某些行業的一些重要企業在歐共體的銷售亦出現顯著下跌，這些企業在不久之前曾大力擴展他們輸往歐共體市場的出口。

另一方面，在近年來不遺餘力向外推銷鞋類產品的活動，特別在歐共體市場方面的推銷活動因不實施“普及優惠制度”而大

受影響，究其原因是在實施這制度時，對來源方面要求規定過苛。

同樣，電子產品，尤以輸往歐共體市場的電子產品銷售向負面情況演變，這種負面趨勢在上一年經已察覺（特別是當這行業某類產品出口時，已開始感覺到“廉價傾銷”藉口的效應）。

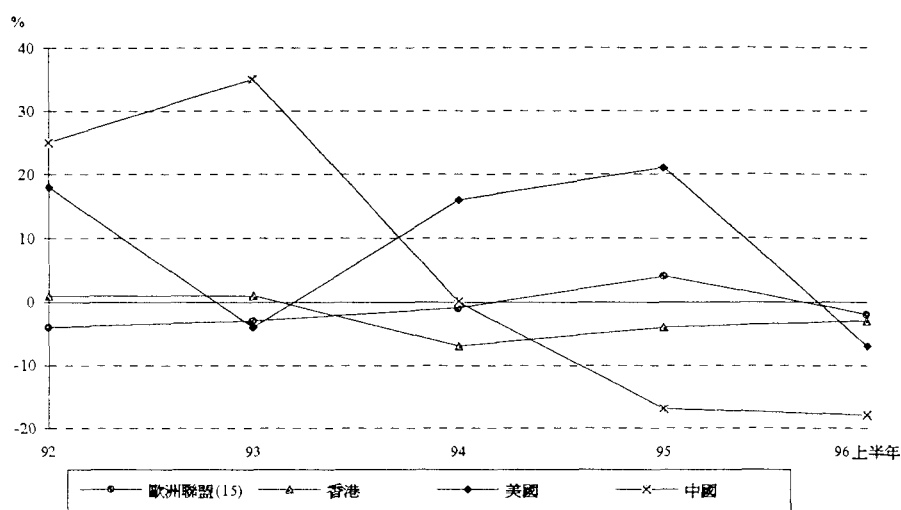
由於一九九六年上半年各製造業的不同表現，澳門出口過份集中在紡織品和衣服方面（佔總數79%）的情況更加惡化，破壞了玩具、鞋類、電子產品（6%）和其他產品（15%）的地位。

市場出口劃分

按出口目的地市場劃分，今年上半年澳門出口表現就以北美的外部需求而言顯示出非常不利的變化，這種形勢與最近兩年的強勢增長相反。輸往歐洲聯盟和亞太區的出口值亦告滑落，只是數字較為輕微。

美國、歐盟、中國和香港被認為本地區出口的四個主要目的市場，這四個市場吸納對外總銷售量百分之九十四，在一九九六年上半年的出口全面顯示負面走勢，並且輸美出口表現稱得上是迂迴曲折。

圖五
運往主要市場之出口概況
名義增長率



資料來源：經濟司研究廳（DSE）根據統計暨普查司（DSEC）的外貿統計資料編製。

今年輸往美國出口產品大幅滑落（-7%左右）的原因主要歸咎於衣服和玩具訂單下跌。

澳門輸往歐洲聯盟的出口產品的輕微下跌原因（-1%左右）主要是和“非紡織”產品非常負面的銷售表現有關，例如：玩具，電子產品和鞋類。與之相反，衣服類產品擴展銷售情況可觀，繼承上一年情況已開始回復舊觀的好勢頭。

另一方面，輸往中華人民共和國出口，其中以紡織品和其他消費品再出口為主，負面演變仍然十分顯著，相信出口下降受行政程序修改影響（更多使用直接轉口制度）。

同樣，輸往香港的產品出口（特式是再出口比例明顯）繼續呈現負增長，雖然在一九九六年上半年下跌速度經已緩和。

在一九九六年首六個月內，由於外部需求發展不一，出口市場劃分結構發生改變，出口目的地稍微以歐洲聯盟為主（33%），這種變化影響出口結構目的地的位置，特別是美國的位置，但即使如此，美國仍然是本地區出口的主要目的地市場（39%）。在同期，亞太區佔澳門出口百分之二十六，其他市場佔澳門對外銷售總數百分之三。

總的來說，在首六個月內澳門出口的整體表現主要受美國的外部需求減少（特別對本地衣服和玩具出口需求）和來自中國及香港這兩個亞洲伙伴的負需求狀況影響（這兩個市場的再出口佔很重比例）。輸往歐盟的產品出口只呈現輕微的負面演變，原因是適當擴大本地衣服類產品出口所取得的成績抵銷玩具鞋類和電子產品銷售量的顯著下跌。

III. 5. 一一入口表現

在一九九六年上半年，向外購買貨物的總值與上年同期比較再次下跌（約-5.5%）⁽⁶⁾，繼承上一年趨勢。

向外購買物品減少的原因是本地區經濟活動動力減弱，特別從消費品（-5%）、原材料、半加工製成品（-3%）和資本性物品（-30%）等物品的入口下降方面反映出現。與此情形相反，燃料和

⁽⁶⁾ 本文所提及的增長率是為估計內部生產總值（PIB）數字而將入口數字調整後的表面增長率。基於“外貿”章節的有關特別註解部份內所指出的原因，對這些增長率數字分析應持一些保留，為的是統計數字系列的斷裂和貨物出入流量的“遷徙”的可能性。相當一部份入口（數字估計不少於入口總數百分之十）是再行出口貨物。

潤滑劑(+22%)等購買數量卻例外地擴大，這主要和澳門國際機場投入運作有關。

佔澳門總入口百分之三十的消費品入口在“其他消費品”的分項中呈負面演變(-9%)，在“糧食、飲品和煙草”分項的數值中基本停留不變。

另外，佔入口總值百分之五十四的原材料和半加工製成品(MPPST)的入口需求的負面趨勢，反映出工業活動的困難期和建築行業衰退。

因欠缺資本性物品的投資活力，早已決定有關入口表面數值下跌(-30%)的局面，這是繼一九九五年負面變化後的另一次負面演變。要指出，澳門航空公司以“租用”的特別形式購買飛機的費用是以服務入口而非以貨物入口作為統計數字。

按供應商市場分析⁽⁷⁾，顯示在一九九六年上半年歐盟入口數字(-21%)和美國入口數字(-16%)負面演變情況突出，這些

數字基本可以說明這兩個市場以供應資本性物品和某些消費性物品為主。

亞太區作為澳門原材料、半製成品和主要食物供應商，地位優越，故此來自亞太區的入口表現較為良好。但是，亞太區出口的發展狀況並不一致，例如來自日本、香港和新加坡的出口數值下跌，來自南朝鮮、台灣和中國的出口表現與一九九五年的同期比較卻呈現正面的表面變化。

在一九九六年首六個月內，澳門入口以亞太區入口為主(約佔總數的78%)，其中香港(28%)、中國(23%)、日本(10%)和台灣(9%)的地位仍較為突出，其他進入澳門市場的百分之二十二入口貨物主要屬歐洲聯盟(13%)和美國(7%)的入口貨物。

⁽⁷⁾ 供應商市場分析只根據外貿的統計數據，不考慮為估計內部生產總值的入口修正數字。因此經本文分析的供應商市場增長率和市場結構應用接近嚴謹的保留態度觀察研究。

表 III - 1
澳門對外貿易數據

(百萬元澳門幣)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
出口, 離岸價	14,236.2	14,853.9	15,913.5	7,208.9	6,882.1
入口, 到岸價	17,234.1	18,695.5	18,258.2	9,126.7	8,628.8
貿易平衡	-2,997.9	-3,841.6	-2,344.8	-1,917.8	-1,746.7
貿易平衡/PIB(%)	-6.3	-7.2	-3.9	n.d.	n.d.
覆蓋系數(%)	82.6	79.5	87.2	79.0	79.8
數量變化率(%)					
出口	3.4	6.7	3.0	n.d.	n.d.
入口	0.2	7.6	-2.8	n.d.	n.d.

註：*自1996年1月統計數字整體下跌(參閱外貿貨物章別之特別註解)。

“n.d.”代表“無提供”。

資料來源：統計暨普查司，根據外貿資料以作出之PIB估值。(統計數字經修改及再以1989年為基礎)。

表 III - 2
澳門出口、本地出口及再出口之結構
(以產品及主要市場分配)

時期：1996年1月至6月

(百萬元)

	總出口	結構 %	本地出口	結構 %	再出口	結構 %
產品：						
紡織品及成衣	5,429.7	79.1	4,852.9	85.1	576.8	49.5
紡織品	736.8	10.7	187.7	3.3	549.2	47.1
成衣	4,692.8	68.3	4,665.2	81.8	27.7	2.4
非紡織品	1,438.4	20.9	849.5	14.9	589.0	50.5
玩具	151.7	2.2	145.9	2.6	5.8	0.5
電子	97.6	1.4	79.4	1.4	18.2	1.6
鞋	153.3	2.2	147.0	2.6	6.2	0.5
其他	1,035.9	15.1	477.2	8.4	558.7	47.9
總額	6,868.1	100.0	5,702.3	100.0	1,165.8	100.0
市場：						
美國	2,672.5	38.9	2,653.1	46.5	19.4	1.7
歐洲聯盟(15)	2,229.9	32.5	2,211.0	38.8	18.9	1.6
中國	661.9	9.6	34.3	0.6	627.6	53.8
香港	784.3	11.4	339.2	5.9	445.2	38.2
其他亞太區市場	341.8	5.0	289.3	5.1	52.5	4.5
其他市場	177.8	2.6	175.4	3.1	2.4	0.2

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 3
澳門出口概況

	總額 (百萬元) 1995	分配率 1995	平均 增長 1987 - 92	同期變化(%)				
				1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
出口總值	15,913.5	100.0	4.6	1.1	4.3	7.1	10.5	-4.7
紡織品出口	12,357.6	77.7	5.4	-3.5	5.2	13.2	19.7	0.2
成衣	10,858.8	68.2	5.7	-3.6	5.9	14.1	22.4	0.6
其他紡織品	1,498.8	9.4	3.3	-2.3	1.3	6.8	5.3	-2.6
非紡織品出口	3,555.9	22.3	2.3	15.8	1.9	-9.7	-10.3	-19.6
玩具	578.3	3.6	-8.9	-13.3	21.8	-20.6	7.2	-52.4
電子	404.9	2.5	9.7	15.8	15.1	-28.4	-28.9	-53.7
鞋	326.6	2.1	18.0	37.9	48.9	20.0	64.6	-19.3
其他	2,246.0	14.1	6.1	23.9	-8.5	-5.2	-16.7	-3.2

註：*自1996年1月統計數字整體下跌（參閱外貿貨物類別之特別註解）。

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 4
澳門入口概況

	總額 (百萬元) 1995	分配率 1995	平均 增長 1987 - 92	同期變化(%)				
				1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
入口總值	18,258.2	100.0	n.d.	1.1	8.5	-2.3	0.8	-5.6
消費品	5,287.2	29.0	n.d.	7.8	8.9	-4.5	-2.4	-5.1
食物、飲品及煙草	2,093.9	11.5	n.d.	10.4	16.6	-3.3	-2.4	0.1
其他消費品	3,193.3	17.5	n.d.	6.4	4.5	-5.2	-2.3	-8.5
原材料及半製成品	9,854.8	54.0	n.d.	1.4	8.0	-2.7	-1.1	-2.8
燃料及潤滑劑	833.8	4.6	n.d.	10.9	7.3	5.1	4.3	22.3
資本性物品	2,282.4	12.5	n.d.	-15.6	9.9	1.8	19.7	-30.2

註：*自1996年1月統計數字整體下跌（參閱外貿貨物類別之特別註解）。

*n.d.*代表「無提供」。

資料來源：統計暨普查司，根據外貿資料以作出之PIB估值。（統計數字經修改及再以1989年為基礎）。

表 III - 5
配額使用率
(澳門與美國及歐盟簽訂之紡織品協議)

	(限額之百分比)				
	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
美國					
第一組 (棉織及其他纖維, 羊毛除外)					
其中:					
第 333/4/5/833/4/5 組別	101.5	113.0	94.7	36.2	29.5
第 338 組別	103.7	112.9	107.5	56.2	49.8
第 339 組別	103.2	113.7	106.3	58.3	48.7
第 340 組別	101.1	108.6	111.4	43.1	37.4
第 347/8/847 組別	102.9	113.0	105.3	58.7	39.2
第 633/4/5 組別	106.9	104.0	90.1	29.1	27.7
第 638/9/838 組別	84.9	93.2	111.0	37.2	40.4
第 647/648 組別	104.8	111.8	101.1	48.3	37.3
(此等組別於美國總限額中之比重)	75.7	76.9	76.9	73.8	73.8
第二組 (羊毛) - 總體	40.3	62.5	107.3	28.2	15.1
歐洲聯盟*					
第4類(汗衫)	90.5	73.6	63.4	29.5	34.5
第5類(套頭絨線衣)	102.6	100.7	109.5	42.9	45.1
第6類(褲)	107.3	99.4	93.2	40.2	44.7
第7類(女裝紡織品)	88.5	99.4	93.6	39.9	40.8
第8類(男裝紡織品)	88.1	69.6	73.2	31.2	26.2
第18類(內衣及睡衣)	66.3	61.4	51.5	22.9	21.2
(此等組別於歐洲聯盟總限額中之比重)	81.8	81.8	81.1	80.6	80.0
組別項目:	第 333/4/5/833/4/5 組別 - 棉織、混合絲織及其他植物纖維外衣。 第 338 組別 - 男裝棉織恤衫及汗衫。 第 339 組別 - 女裝棉織襯衣、鬆身外衣及汗衫。 第 340 組別 - 男裝棉織恤衫。 第 347/8/847 組別 - 棉褲、其他植物纖維及混合絲織褲及短褲。 第 633/4/5 組別 - 人造纖維外衣。 第 638/9/838 組別 - 人造及植物纖維及混合絲織恤衫、鬆身外衣及汗衫, 棉織衣物除外。 第 647/648 組別 - 人造纖維褲及短褲。				
* 歐洲聯盟(15)自1995年1月起。					

資料來源: 經濟司研究廳。

表 III - 6
澳門主要出口市場

	總額 (百萬元) 1995	分配率 1995	平均 增長 1987 - 92	同期變化 (%)				
				1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
北美	6,932.0	43.6	5.8	-4.3	15.3	21.1	40.1	-7.3
美國	6,692.8	42.1	5.8	-4.5	16.1	21.2	40.6	-7.2
加拿大	239.2	1.5	5.2	0.7	-2.8	17.5	29.3	-11.0
歐洲聯盟(15)	5,047.1	31.7	3.0	-3.8	-1.2	4.3	4.9	-1.4
亞洲及太平洋區	3,737.8	23.5	6.0	13.6	-1.0	-7.4	-12.3	-3.9
其中：								
香港	1,594.1	10.0	0.3	1.2	-7.0	-4.0	-7.7	-2.3
中國	1,562.3	9.8	26.8	34.5	0.1	-17.2	-24.6	-18.0
日本	157.9	1.0	-5.6	-12.3	-13.0	12.4	49.0	35.1
澳洲	38.0	0.2	-18.3	-33.4	2.6	-20.9	-26.5	24.2
其他	196.5	1.2	-3.3	41.3	-15.3	-21.8	-10.9	-19.4
總數	15,913.5	100.0	4.6	1.1	4.3	7.1	10.5	-4.7

註：*自1996年1月統計數字整體下跌（參閱外貿貨物章別之特別註解）。
資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 7
運往主要出口市場之出口製品分類

A——成衣

	總額 1995 (百萬元)	分配率 1995	同期變化 (%)				
			1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
美國	5,935.0	54.7	-2.2	18.6	25.7	48.4	-5.1
歐洲聯盟(15)	4,142.8	38.2	-5.2	-6.2	4.5	-0.3	7.8
加拿大	198.2	1.8	-0.1	-4.0	21.4	25.8	0.0
台灣	130.9	1.2	48.1	31.7	-2.3	30.3	48.6
香港	111.1	1.0	11.5	-11.5	-21.2	-33.8	27.2
其他國家	340.8	3.1	-15.9	10.9	-12.2	12.7	-5.1
總數	10,858.8	100.0	-3.6	5.9	14.1	22.4	0.6

B——其他紡織製品

香港	691.2	46.1	-1.0	1.9	5.2	5.3	-8.7
中國	628.0	41.9	-3.7	-2.4	3.3	-4.1	10.6
美國	41.7	2.8	280.2	355.4	233.8	n.d.	-76.3
日本	37.7	2.5	-5.8	-3.0	-10.3	16.4	-30.8
新加坡	26.0	1.7	-85.0	n.d.	n.d.	n.d.	-10.7
其他國家	74.1	4.9	-2.0	14.9	-11.0	8.8	4.9
總數	1,498.8	100.0	-2.3	1.3	6.8	5.3	-2.6

C——電子

歐洲聯盟(15)	234.3	57.9	13.3	30.2	-34.6	-34.2	-61.6
香港	84.6	20.9	-24.2	32.2	-34.9	-47.8	-13.4
中國	55.5	13.7	79.6	-30.1	-12.2	39.0	-78.5
美國	13.4	3.3	-99.4	n.d.	195.4	-41.6	155.4
日本	6.2	1.5	145.8	n.d.	155.0	138.4	18.4
其他國家	11.0	2.7	n.d.	-73.8	54.8	126.7	-32.2
總數	404.9	100.0	15.8	15.1	-28.4	-28.9	-53.7

D——玩具

	總額 1995 (百萬元)	分配率 1995	同期變化(%)				
			1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
歐洲聯盟(15)	280.9	48.6	-20.5	145.2	54.2	160.4	-38.4
美國	215.5	37.3	-20.0	6.3	-50.6	-34.8	-69.5
台灣	24.3	4.2	649.0	104.8	130.6	64.3	-17.2
香港	14.5	2.5	46.9	-35.4	21.1	28.4	-58.5
加拿大	12.5	2.2	-10.8	-40.3	18.1	42.1	-70.9
其他國家	30.6	5.3	96.4	7.4	-47.5	-58.4	-71.6
總數	578.3	100.0	-13.3	21.8	-20.6	7.2	-52.4

E——鞋

歐洲聯盟(15)	238.4	73.0	35.7	50.8	31.8	112.7	-8.2
美國	37.1	11.4	36.5	-17.7	8.8	-19.8	-88.8
中國	17.1	5.2	16.7	234.4	-33.0	-27.0	-68.8
香港	8.6	2.6	25.5	92.5	-40.2	-19.8	-25.2
澳大利亞	5.4	1.7	344.7	-39.9	n.d.	n.d.	-11.8
其他國家	19.9	6.1	393.7	190.2	16.3	117.1	-10.4
總數	326.6	100.0	37.9	48.9	20.0	64.6	-19.3

註：*自1996年1月統計數字整體下跌（參閱外貿貨物章別之特別註解）。
資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 8
普及優惠制下澳門之出口數量
以市量分類

	金額 (百萬元)	結構		同期變化(%)			
		佔對該地區 總出口 之百分比 1995	佔普及優惠 制下總出口 之百分比 1995	1993	1994	1995	1996 上半年
北美	411.3	5.9	46.8	-16.4	-7.5	-34.5	-43.4
美國	395.4	5.9	45.0	-16.7	-6.7	-35.6	-44.0
加拿大	15.9	6.6	1.8	-4.6	-33.2	21.2	-30.1
歐洲聯盟(15)	453.5	9.0	51.6	-8.4	15.7	-18.9	-65.0
其他國家							
其中:							
日本	6.5	4.1	0.7	-55.1	-10.7	-14.6	-67.2
澳洲	4.5	11.9	0.5	-11.0	-28.1	-3.4	-81.8
總數	879.6	5.5	100.0	-13.8	2.0	-26.9	-56.7

資料來源: 經濟司研究廳。

表 III - 9
入口來源國

	分配率 1995	平均增長 1987- 92	同期變化(%)				
			1993	1994	1995	1996 上半年	1996 上半年*
香港	28.9	5.7	-6.6	6.6	-8.5	-7.1	-2.7
中國	21.8	10.8	7.0	-7.1	11.1	7.9	3.8
歐洲聯盟	14.7	16.0	33.2	32.2	-8.4	14.0	-21.3
日本	10.5	26.0	-9.7	-15.1	-20.9	-24.1	-16.0
美國	7.4	13.0	15.6	23.8	4.3	18.3	-16.4
台灣	7.2	15.6	4.2	9.1	2.4	9.2	8.6
南韓	2.4	14.9	6.8	13.5	-7.7	-16.3	24.5
新加坡	0.9	23.8	-4.8	18.5	55.1	107.8	-31.9
其他國家	6.2	10.6	21.3	8.2	0.3	-4.0	10.6

註: *自1996年1月統計數字整體下跌(參閱外貿貨物章別之特別註解)。
資料來源: 經濟司研究廳, 以外貿統計數字為計算基礎。

IV —— 金融及匯兌的發展狀況

IV.1 —— 總體發展

在本年上半年, 本地區的經濟金融變數的演變主要受經濟速度放緩的情況和第一季減息支配。

雖然自一九九四年六月起, 企業和私人信貸的季度增長率極高, 事實上, 在這段時間內信貸進度一般維持在緩慢水平。另一方面, 內部需求放緩和因此而導致入口下降等因素, 是對外可動用資產淨值(DLX)甚好表現的開端。

因此, M2 廣義的償還能力指標仍承接上一年下半年的增長趨勢, 但是由於在一九九五年六月出現突增現象, 增長變化差異相同亦只為百分之九點四。

另外, 有限制M1貨幣本身(流通、活期存款和儲蓄存款)的數值約一百九十億澳門元, 大致上與一九九五年十二月的數值相同, 年增長為正值的百分之二點八, 打破了在一九九三年年底與去年十一月之間的周年負面變化循環現象。

雖然M1走勢良好, 但由於上列情況的發展, M2貨幣的擴展基本上繼續受定期存款較良好的變化所支配, 這類存款在今年上半年的平均年變化為正百分之十五點九。

利息下降雖對金融有影響(最近一次發生在二月五日), 但仍然維持在比較高的水平, 這種現象可以解釋定期存款的相對良好表現的理由何在和此種表現如何對M2貨幣的擴展作出更大的貢獻。

另外, 在六月時, 雖然錄得內部信貸的年變化在整個上半年度的最低變化(+3.9%對比上一個月的9.4%), 但內部信貸維持

溫和的上升走勢。即使如此，信貸表現將不會特別受降息的刺激影響，正好反映逐漸構成本地區經濟演變的特有條件。

澳門元由於其本身的金融和匯兌環境制約，緊跟美外匯對主要貨幣的活動，在今年首六個月對德國馬克獲得百分之五點六的利益，對日圓虧損百分之六點五。

雖然銀行系統表現整體良好，但亦不能掩蓋經濟活動的放緩效應。因此，銀行業的活動和收益指標所披露的“表現”稍微低於去年上半年錄得的表現。

IV. 2. ——利率及匯率走勢

澳門金融和匯兌框架是以澳門元與港幣之間的固定兌換率（壹元港幣等於壹點零三澳門元）的存在作為主要導向，定出在面對其他貨幣時，這兩種貨幣百分數變化相同。

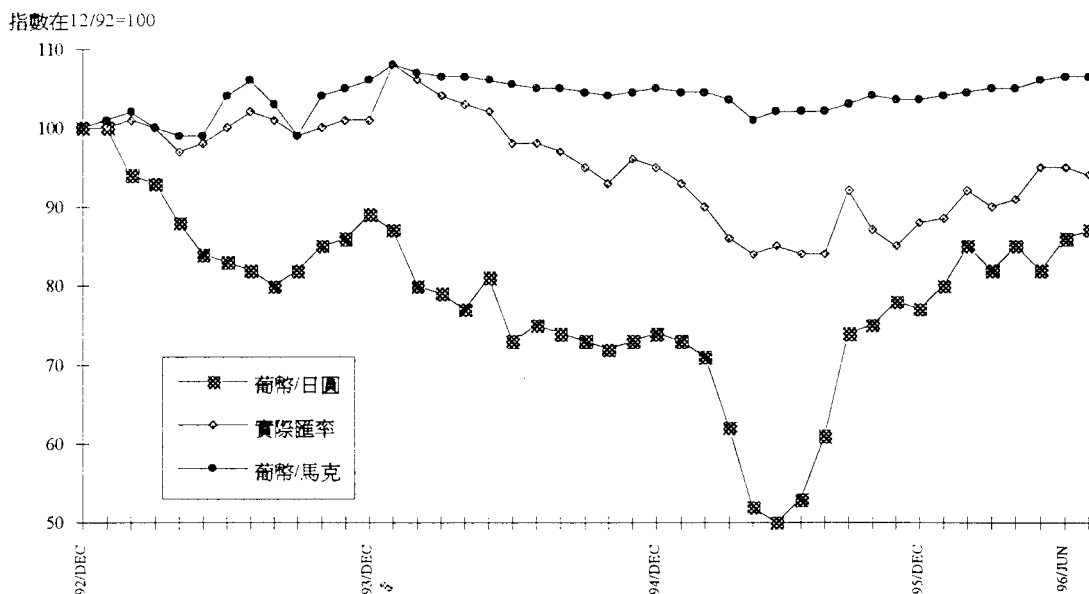
由於港幣是透過一個只容許港幣和美元之間變幅甚少的系統與美元掛鈎，因此澳門元間接上算是和美元接上關係。

這樣的選擇對澳門經濟從業員在本地區金融問題上給予高度的信心，但另一方面使本地區不能執行一個自主的金融政策。因此，澳門的利息是隨著香港利率的變化而波動，並且最後亦離不開因美元利率的變化而變化，特別是受所謂聯邦儲備（FED）——貼現率和“聯邦儲備利率”影響。

由一九九四年二月至一九九五年二月，出現數次聯邦儲備（FED）指導利率加息，加息效應很自然地在港幣利率和澳門元利率反映出來，但是由於美國經濟冷卻，這些利率後來被調低（七月六日，十二月十九日和本年一月三十一日），故此，在六月底，經澳門銀行業工會批准的指引利率分別為：儲蓄存款利率3.5%，七天預先通知存款利率4.25%；與上年同期比較，兩項利率減少了零點五個百分點。

在一九九六年上半年之前的期間，澳門元銀行同業市場利率（MAIBOR）和資產利率演變方向相同，優惠利率（PRIME-RATE）亦同時減低約零點五個百分點，居屋借貸利率約為10.5%，九十天票據貼現利率9.5%。

葡幣匯率之演變
(九二年十二月至九六年六月)



註：指標上升（下降）代表澳門幣升值（貶值）。

有關匯兌演變，在一年半時間之後，時間計算以一九九五年六月為終端期，澳門元逐漸失去與主要貨幣的普遍性的兌換價值，這種趨勢定要回復舊觀。因此，本地區貨幣由於在下半年度得到復蘇，在一九九五年全年澳門元與德國馬克比較貶值率僅為百分之七點七，同時如與日圓比較，澳門元升值百分之三點六，這些情況並不尋常，因為在六月時，貶值率仍接近百分之十八。

在一九九六年，美元繼續攀升，部份和歐洲增長放緩有關，結果做就金融政策擴張傾向。在日本，為求利率復蘇，利率維持在歷來最低水平，結果，上半年年底的利率與一九九五年年底利

率比較，澳門元兌德國馬克取得百分之五點五的利益，兌日圓取得百分之五點六。

但是須要指出，意大利里拉與這趨勢相反，在今年首六個月內被看好百分之三點五，主要因是這個國家可能由一九九九年開始成為歐盟使用單一貨幣國家的其中一名組員，與這趨勢相反還有澳洲元和新西蘭元，這兩種貨幣與澳門元比較分別被看好百分之六點二和百分之四點九，因為澳洲和新西蘭增長前景美好和原材料售價高漲。

至於亞太區其他貨幣，在今年上半年澳門元與韓國幣比較被看好百分之四點九，與台幣比較被看好百分之零點九。相反，澳門元兌馬來亞幣虧損百分之一點九，兌新加坡幣虧損百分之零點三，兌人民幣虧損百分之零點一。

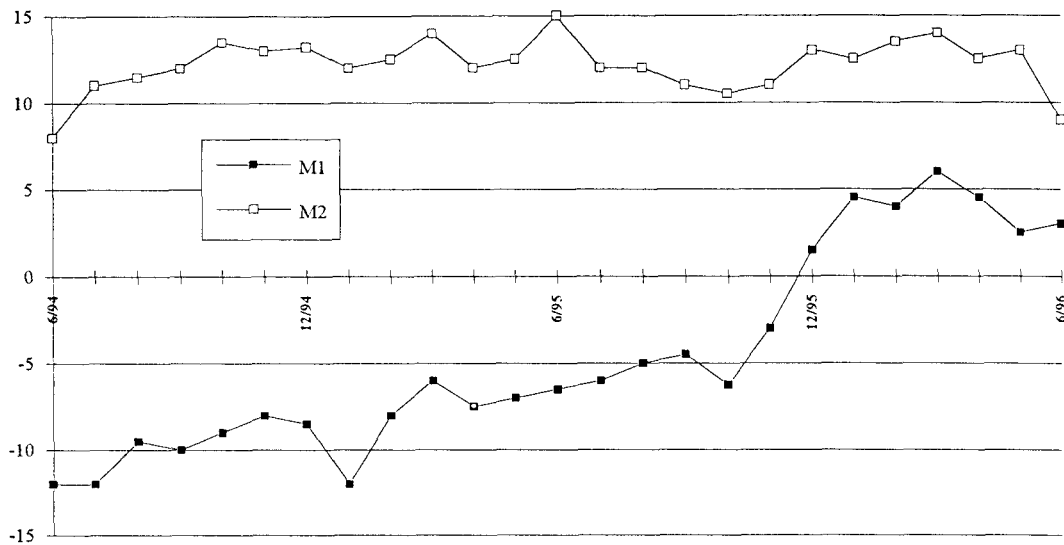
在今年上半年和在一九九五年減少百分之零點五七之後，能夠反映以主要貿易伙伴的外貿流量衡量匯率變化的澳門元的實際表面匯率上升百分之一點三，但是，由於在一九九五年上半年

度，澳門元的大幅度貶值，在六月的實際匯率指數的同類變化甚高（百分之四點一）。

IV. 3. — 貨幣

自一九九四年第三季末變化之後，期間在一九九二年中開始的放緩趨勢得到扭轉，主要貨幣在一九九六年上半年表現平穩和有承托力的增長。

貨幣增長
(年率變化)



但是M2廣義的整體償還能力（M1和近乎金融責任），由於在上年六月份內償還要求突增，原因和澳門國際機場的財務運作有關，在今年上半季末錄得近二十四個月以來最低同類利率增長，因此，M2的年變化，由一九九四年下半季起，連續處於兩位數字水平，在有關年份六月內下跌百分之九點四。

此外，與M2的穩定情況相反，M1狹義的償還能力指標（流通貨幣和現金存款）經過自一九九三年年底至一九九五年十二月這段長時期的持續周年負變化，期間錄得正面同類增長百分之一點一，在今年上半年固定了上年的倒置趨勢，呈現連續增長，以年指數為基礎的變化數字達百分之六點七，在五月和六月份則徘徊在百分之三。

由於規模細少和澳門經濟高度對外開放，在一九九六年首六個月內M2走勢與去年相同，主要由對外可動用資產淨值〔M2=對外可動用資產(DLX)+內部信貸(CI)+債務淨值(DIV.LIQ)〕的可觀增長速度決定。對外可動用資產淨值在一九九五年上半季末和一九九六年同期這段時間內增加百分之十七點六。從不同的變化中認識到貨幣表現的另外一面，即內部信貸，這種信貸由於經濟活動放緩，在一九九五年的六月份內只錄得百分之三點九的增長。

在即付存款（定期存款+預先通知存款）的年增長率雖曰緩慢但卻牢固的背景下，貨幣流通即使呈現高的年變化率，即付存

款所佔比重相對減輕約為百分之七。M1基本維持不變，在上年十二月至今年六月的M1數字在一百九十億澳門元左右，這數目等於類變化率正數。

另外，透過RQM（定期存款和預先通知存款）的壯大，在六月份內表現百分之十二點一的年變化，加上M1良好表現，M2在今年上半年上升至七百二十七億澳門元。與上年情況相反，當時只看到定期存款年增長率正數，在今年的上半年內，除活期存款外，各類存款呈現正面變化，預先通知存款、儲蓄存款和定期存款分別增加百分之三十九，百分之三點八和百分之十一點九。

由於這個原因，減息會將定期存款在M2中的增長比重減輕，這樣會導致損害一部份即付存款（以較低報酬），並且必定會將M1和M2之間的增長速度差距減低。

有關貨幣構成成份，在一九九五年和一九九六年同期之間，M2成份中被稱為澳門元的部份從原來數字下跌一個百分點至百分之二十八點六，但港幣卻加多一點七個百分點上升至百分之五十六點七。另外，其他貨幣繼續呈下跌走勢，跌至百分之十四點七的水平，下跌數字與一九九五年上半年比較為零點八個百分點。

IV. 4. — 內部信貸

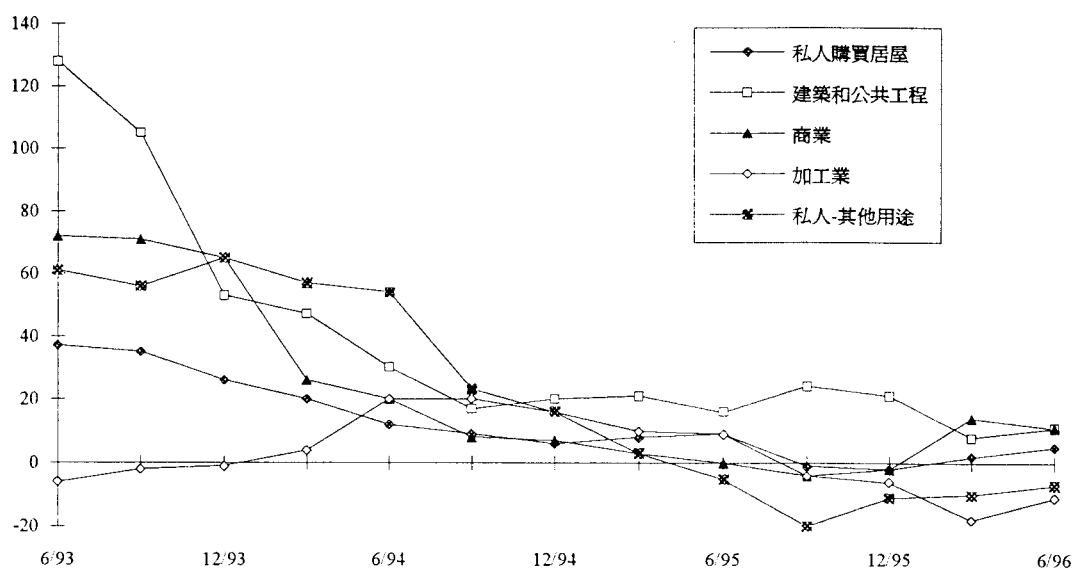
布邏輯上，內部信貸(CI)的演變是和信貸成份本身走勢有關，和商業及私人信貸(CEP)及公共部門淨信貸(CLSP)有

關，後一種信貸是以批給公共部門信貸數字和有關存款兩者差額計算。

由於在傳統上只給予公共部門少量的信貸額（在六月份為一億九千二百萬澳門元），而且公共部門存款金額數字非常高（四十三億），在計算內部信貸時（CI=CLSP+CEP），公共部門信貸（CLSP）變成一項帶有負記號的成份，內部信貸的巨大重要性基本上可從商業及私人信貸金額得到啟示（39.917億）。

但要指出，在上半季末，內部信貸的一年增長只得百分之三點九，這變化遠遠低於近十八個月來錄得的同類增長率的平均數，這種表現的原因不是和商業及私人信貸（CEP）的顯著變化有關，而主要是和一九九五年六月公共部門淨信貸金額減少百分之九點八有關，當時，以行政當局名義動用了二十一億澳門元作為資助機場建設項目。

商業及私人信貸
變化年率



由於經濟活動放緩，原因是內部和外部需求活力變得更為疲弱，商業及私人信貸在本年六月錄得同類表面增長率是百分之四點五。這種表現經插進放緩趨勢行列內，而且由一九九四年初起一直都備受商業及私人信貸（CEP）注視，可以被視為在近十二個月來的一之輕微降幅。

但要注意，在第二季裡，商業及私人信貸（CEP）呈現百分之三點八的正數變化，是一九九四年六月以來最大的季度擴張，與一九九五年第三季所錄得的百分之一點六跌幅成明顯的對比。

另外，雖然整體環境較為不利，但有個別行業的信貸有令人觸目的增長，例如建築和公共工程（+10.4%），商業（+10.9%），飯店、酒店和其他同類行業（+16.1%）和私人購買居屋貸款（+4.7%），雖然這類貸款只是以接近平均數的速度增長。與此相反，其他行業吸納信貸金額減少，甚至有些情況頗為突出，例如加工業（-13.3%），主要原因是給予製衣和製造業的信貸下跌（-15.7%）。即使其他紡織產品行業（+21%）有很高的增長，但仍不能彌補減少的數字。除加工工業外，信貸金額減少的情況在水電和煤氣（-8.6%）、私人購買居屋作不同用途（-7.2%）亦十分明顯。

總的來說，商業及私人信貸（CEP）維持定期結構縮減趨勢，與一九九五年同期比較，今年六月的變化十分突出，限期至三個月月的信貸比重增加，由總數的百分之十三點三增至百分之二

十一點七。同期，超過一年期信貸與一年前比較跌至總數的百分之五十一，即減少三點四個百分點。然而由於票據貼現和其他效應的使用情況顯著減少，在今年的六月份只佔總數百分之一點六比對於上年同月的百分之七點六，使用這種信貸手段的減少情況會進一步擴大。

有關各種貨幣的商業及私人信貸結構，澳門元部份信貸繼續增加，幅度增至現時百分之二十四點四，令到本地區貨幣的參予在以六月為終端點的兩年時間內增加五點六百分點。但是，港幣信貸部份的情況與以六月為終端前的十二個月內的情況相反，信貸由百分之六十五點四增加至百分之六十六點九，其他貨幣由百分之十二點一下跌至百分之八點七。

IV. 5. ——對外金融關係

在一九九五年上半年，對外可動用淨值資產（DLX）的走勢有很好的表現，在期末，錄得數字為四百零六億澳門元。以澳門經濟近年情況作為說明對象的變化圖只在一九九二年年中至一九九四年初這段期間才被更改，當時來自本地區經濟系統以外的強大壓力因素令對外可動用淨值資產（DLX）出現負面走勢。

等於對外可動用淨值資產（DLX）變化的非金融運作結餘（BONM），在本年一月至六月之間的累積金額為十三億澳門元，比一九九五年同期所得金額少百分之三十點六。

非金融運作結餘 (BONM) 的反向發展, 亦即產品及服務結餘 (BBS) 和收益、轉帳及資金 (BRTC) 結餘的總和, 在上半季增長結果緩慢, 在下半季走勢為負面結果。但要強調, 以受到內部需求不景氣環境影響下的一個對外極端開放經濟的角度來看, 收益、轉帳及資金結餘下降 (-1.2%) 的現象可視為正常的情况, 因為產品及服務結餘 (BBS) 的緩慢演變 (+3.6%) 不能不算是本地區經濟降溫指標。

和近年情況明顯相反, 是貿易結餘 (BC) 而不是服務結餘 (BS), 從相對值來說, 對產品和服務結餘 (BBS) 的正數演變作出更大的貢獻。因此, 雖然服務結餘 (BS) 為正數數值和貿易結餘 (BC) 為負數值, 有關全年數值變化為 +1.6% 和 +8.9%。

從組成成份數值下跌這方面情況來考慮, 貿易結餘 (BC) 的利好變化原因是和出口 (-4.5%) 對比, 入口 (-5.5%) 下降非常明顯, 令貿易逆差數字下降, 涵蓋率由一九九五年六月時的百分之七十八點九上升至本年上半季末時的百分之七十九點八。至於對外銷售方面, 有關情況受外部需要的急劇下跌影響, 這種現象還延伸至東南亞一些有更大經濟活力的地區, 例如: 中國、南朝鮮、泰國、越南和台灣。在澳門方面, 因地區經濟仍未走出放緩低谷, 入口貨物與去年上半年比較再次出現下跌走勢。

遊客消費增長雖佔一席重要位置, 但由於博彩業收入走勢欠佳, 對服務出口放緩 (+3.2%) 起決定性作用。服務出口表現出更大活力, 年增長為百分之二十點八, 對服務順差的欠佳表現作出應有貢獻, 雖然相對來說數字不高。

在本年的首六個月, 非金融運作結餘 (BONM) 和產品及服務結餘 (BBS) 數值對收益、轉帳及資金結餘 (BRTC) 的剩餘數字進行估價, 錄得各方組成的數字總數共九十億澳門元, 比一九九五年同期高百分之十一點七。

雖然出口經濟行業變弱, 在加強對外可動用淨值資產的庫存 (STOCK) 後 (仍然低於上年數字), 這行業繼續是貨幣擴大的主導因素。

IV. 6. ——澳門貨幣暨匯兌監理署的工作

在一九九六年, 澳門貨幣暨匯兌監理署 (AMCM) 為長期履行其機構的職能, 財務監督、金融儲備管理、本地貨幣的推廣和保障及維持貨幣和金融政策穩定等領域內, 繼續推進合適的行動。

同時, AMCM 執行納入政府施政方針內的工作, 目的是創造條件支援本地區財經行業的現代化和國際化事業的壯大。

在保險業方面, 完成檢討管理保險業活動法律草案的準備工作, 設立強制保險的統計制度和訂立張貼廣告及宣傳材料民事責任的強制保險法規。

製訂規範保險合約法規的準備工作, 私人退休基金的法律框架的準備工作和正式保險行業從業員的操守法典等工作正朝著在本年年底完成的目標進行。

至於銀行業, 完成“離岸”財經活動新法律制度草案的準備工作, 製訂和二十澳門元新紙幣和十元硬幣發行有關的法規, 透過這些工作, 完成信用流通紙幣和硬幣新制度各項工作。

在三月份, 完成 AMCM 章程修訂程序。

IV. 7. ——其他金融機構的活動情況

a) 銀行業的活動情況

根據所得資料, 銀行業活動和收益受本地區經濟活動放緩制約。

因此, 透過資產值評定銀行業活動的活力 (從內部帳目和修正帳目中減除), 看到在以六月為終端點計算的最近十二個月時間內, 從表面值來說, 資產值變化僅為百分之三點六。雖然, 這增長值已高於至三月份時所錄得的數字 (-8.1%) 但從實際值來說不能不說是減少, 因為銀行業的發展遠低於以往取得的成績, 特別是兩年前取得百分之三十三的成績。

在最能影響銀行業整體活動變化的資產項目中以下列項目最為突出: 銀行業在外可動用資產的矚目增長 (+20.2%); 在外財務運用的大幅減少 (-48.1%); 商業及私人信貸的疲弱增長 (+4.4%)。在這種情況下, 撇除與銀行中介活動 (純活動) 沒有密切關係的財務運用不計, 特別是票據運用, 銀行的財務運用數量雖在整體不利的形勢下仍然在以六月為終端點計算的十二個月時間內增長 11.4%。

按照這些發展情況, 雖然在兩年時間內錄得較低的同類變化 (+13.2%), 但作為記錄信貸業務收益和涉及他人資源報酬的財務負擔之間的差分指標的邊際利息仍比中介毛邊際利息為高, 這類的利息在過去從不超過 5.9%。從票據運用取得的利潤下降 (-47.5%) 和從金融業務中取得的利潤下降 (-35.7%) 兩者對這最後結果都有壓力, 而且即使其他銀行業務上升都不足補償利潤下降數字, 此中如其他服務方面收入的大量增加 (+76.1%)。

因此, 他人資源的演變和資產演變接近 (+2.3%), 同時, 在此特別指出因非本地居民存款含存款信用證下降 (-22.2%), 使他人資源面對上年的強勁增長 (328%) 得以調整, 不但如此, 銀行在外短期責任的下降情況亦得到調整, 本地居民定期存款的增加 (+11.9%) 已足夠補償在外短期責任的下降數字有餘 (-12.4%)。

但是, 因資產利率和負債利率的差距擴大, 雖然定期存款在整體存款中佔較重要的地位 (由九五年六月的百分之七十一點七升至九六年同月份的百分之七十四點一) 和存款的相關利率較高等因素, 收益不受約束, 有關原因經已提及, 即邊際利益指標增加 (+13.2%), 這增長率數字比起商業及私人信貸的增長率數字 (+4.4%) 高出甚多。

另外, 從外地市場吸收得來的資源維持下降趨勢, 剛與從本地區吸收得來的資源的擴充情況相反, 後者由九五年六月的百分之六十七點八升至九六年同月的百分之七十二點三。但是, 有關

運用情況，相對來說表現不一；在本地市場運用數字下降百分之零點三，在外地市場運用數字上升百分之三點八。雖然這種情況不一定能反映實質的變化，但是可等同去年放緩趨勢的延續，當時本地市場運用數字增加百分之十九點七，外地市場下降百分之十五點二。

在此方面活動放緩的同時，增值毛額（VAB）亦一起放緩，在一九九六年上半年末錄得年表面變化數字與一九九五年六月錄得的數字比對是百分之四點七和百分之九點二，因此，在維持接近九五年十二月前這段期間的工人數目增長率時（3%），此部份行業的生產力將稍微下降。

b) 銀行同業市場

直至一九八七年初，銀行同業市場的業務是限於銀行間基金的運用和其他金融機構（OIM）和澳門貨幣暨匯兌監理署之間的貨幣掉期（SWAP）。由這年的二月開始。金融票據（BMS）運用亦成為銀行同業市場業務的一部份，主要目的是吸納澳門元流動資金，避免流向其他貨幣，例如港幣（港幣兌現將減少官方的匯兌儲備）。

由那時開始直至現在，雖然存在一些局限和困難，例如接近香港這一重要且具規模的財經中心，市場仍然達到高度發展期。

事實上，涉及銀行之間的交易金額數目甚低，無論指總資源而言（在六月百分之二點一）或是指金融票據（BMS）運用數字方面（23%）。即使從這兩種運用的綜合數值方面考慮（一百三十六億澳門元），發覺到有關綜合數值只佔其他金融機構對外地銀行可動用資產百分之三十三。

在去年，對外銀行可動用資產增加六十九億澳門元，遠遠超出本地信貸機構的運用增加數字（+九億三千五百萬）和存在

AMCM 的金融票據（BMS）運用的平均增長結存數字（+拾壹億）。

由於取得更多的信貸運用基金，同一時間內發現貨幣掉期（SWAP）運作的月平均“周轉”（TURNOVER）大幅下降（-41.3%）和平均期限突然下跌由四十八天降至十五天。

澳門銀行寧與外地建立更密切的關係而不重視加強內部合作，原因和環境及在本地營運的信貸機構（IC'S）的本身特點有關。事實上，在去年，本地銀行的比例增加顯著，大部份的澳門信貸機構（IC'S）卻不過是外地銀行在澳門的代辦處。即使已取得本地公司法律地位的信貸機構，有相當一部份是外國銀行在澳門的分行，這種情況在結構上有利於與外界銀行建立關係。

另一方面，當經濟活動放緩導致信貸增長放緩的同時，對外可動用資產淨值（DLX）繼續顯示高度活力，使銀行存款現時高出信貸金額百分之八十，平均增長速度比起信貸平均增長速度更高（分別是百分之十二點二和百分之五點一）。因此，財務運用在對內缺乏選擇空間時，銀行只能求之於外地市場。

上述的演變亦同樣作用於銀行在外地責任方面，金額由二百二十一億澳門元減少至一百九十四億澳門元。由一九九四年第三季開始至現在，在外地市場資源和運用的差距擴大，在六月份錄得同類增長率負數字，是至今為止的最高負數（-37.8%）。

在本節內，值得提及的要點有：取自外地資源減少；在本地銀行同業市場內運用資源數字增加；金融票據（BMS）平均結存擴大和銀行在外地可動用的資產增加，這類資產主要是提供流動資金運用以外的另一種選擇。另外，當本地銀行同業市場似乎仍有發展空間的同時，內部信貸（IC'S）在外地要求嚴格和更具競爭性的銀行同業市場業務中所取得的經驗對發展澳門銀行業務極有好處。

表 IV - 1
利率
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
港幣貸款優惠利率	6.50	8.50	8.75	9.00	8.50
澳門幣存款利率*	1.25	3.50	3.75	4.00	3.50

註：*由澳門銀行公會厘定之利率。

資料來源：Datastream及澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 2

澳門幣匯率
1993-1996 年上半年

(期末之匯率)

(每100元外幣兌澳門幣)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
葡國土姑度	4.5	5.0	5.1	5.5	5.1
美元	795.6	797.0	796.5	797.0	797.3
德國馬克	458.6	514.4	553.9	576.3	522.8
日元	7.1	8.0	7.7	9.4	7.3
英磅	1,176.5	1,248.5	1,234.9	1,268.4	1,238.0
法國法郎	135.0	149.3	689.9	164.2	154.6
新加坡元	494.8	546.7	563.1	570.5	564.9
台幣 (a)	29.8	30.3	29.2	30.9	29.0
人民幣 (a)	137.2	94.4	95.8	96.0	95.8
南韓圓 (a)	1.0	1.0	1.0	1.1	1.0

註：(a)無官方報價之貨幣。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 3

港幣及澳門幣兌換率指標
1993-1996 年上半年

(期末月份之每月平均值)

(指數:基數 = 1983年10月24-28日為100)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
澳門幣					
總體指數(入口+出口)	104.0	107.3	106.0	103.2	107.4
指數-入口	112.0	120.7	120.6	115.0	122.5
指數-出口	97.9	97.3	95.3	94.4	96.4
港幣					
總體指數	113.8	121.8	122.5	118.5	124.3

註：指數下跌表示貨幣貶值。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 4
金融綜合概況
1993-1996 年上半年
(期末金額)

(單位為百萬元)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
對外淨資產	28,262.8	32,583.3	39,256.6	34,498.5	40,585.9
同期變化(%)	-12.0	15.3	20.5	21.4	17.6
對外資產	65,049.7	64,117.1	66,241.6	68,686.1	70,464.4
對外負債	36,786.9	31,533.8	32,685.4	34,187.6	29,878.5
內部信貸	31,382.9	34,520.1	37,241.0	38,421.5	39,917.4
同期變化(%)	37.9	10.0	7.9	10.5	3.9
公共信貸	-4,614.1	-5,187.1	-4,407.4	-3,718.6	-4,081.5
商業及私人信貸	35,997.0	39,707.2	41,648.4	42,140.0	43,998.9
同期變化(%)	39.1	10.3	4.9	8.0	4.4
貨幣供應(M2)	53,956.1	61,018.8	69,284.4	66,476.9	72,736.0
同期變化(%)	7.1	13.1	13.5	15.0	9.4
貨幣供應(M1)	20,602.8	18,809.5	19,010.5	18,679.9	19,201.9
同期變化(%)	-1.8	-8.7	1.1	-6.9	2.8
流通貨幣	1,080.8	1,197.8	1,280.3	1,184.4	1,324.4
現金存款	19,521.9	17,611.7	17,730.2	17,495.6	17,877.5
準貨幣	33,353.3	42,209.3	50,273.9	47,797.0	53,534.1
雜項	5,689.6	6,084.6	7,213.2	6,443.0	7,767.4

註: 期末絕對值。

與往年同期比較之變動(%)。

資料來源: 澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 5
貨幣供應
1993-1996 年上半年
(期末金額)

	1993	1994	1995	(變化年率)	
				1995 上半年	1996 上半年
貨幣供應M1	-1.8	-8.7	1.1	-6.9	2.8
流通貨幣	11.6	10.8	6.9	7.3	11.8
支票存款	-14.0	-11.1	8.7	-4.2	-3.2
儲蓄存款	1.4	-9.4	-1.6	-8.7	3.8
準貨幣	13.5	26.6	19.1	26.6	12.0
定期存款	12.7	27.4	19.0	27.2	11.9
通知存款	114.4	-30.5	28.8	-22.6	39.0
貨幣供應M2	7.1	13.1	13.5	15.0	9.4

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 6
貨幣供應結構 - 按貨幣分類
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(%)	
				1995 上半年	1996 上半年
貨幣供應M1	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
澳門幣	31.5	35.8	38.5	35.9	39.9
港幣	53.2	53.0	51.3	52.7	50.5
外幣	15.3	11.1	10.2	11.3	9.7
貨幣供應M2	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
澳門幣	26.2	27.1	29.0	29.6	28.6
港幣	50.9	55.5	56.3	54.9	56.7
外幣	22.9	17.4	14.7	15.5	14.7

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 7
居民存款結構 - 按存款方式分類
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(%)	
				1995 上半年	1996 上半年
總存款	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
支票存款	8.8	6.7	6.3	7.5	5.7
儲蓄存款	28.6	22.9	19.9	20.3	19.5
通知存款	0.9	0.6	0.7	0.5	0.7
定期存款	61.7	69.8	73.1	71.7	74.1

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 8
銀行系統給予商業機構及私人之貸款及墊支
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(變化年率)	
				1995 上半年	1996 上半年
貸款及墊支	36.9	11.3	4.7	8.1	11.3
透支	35.3	7.9	4.8	6.3	-1.2
其他貸款及墊支	37.1	11.8	4.7	8.3	13.0
三個月內	40.5	20.0	13.4	10.9	69.8
三至六個月	6.1	48.7	-9.8	41.0	6.6
六個月至一年	47.6	31.9	41.3	28.7	25.6
一至二年	46.0	15.1	-8.8	38.6	-14.8
二年以上	36.5	4.6	0.2	0.9	-0.1

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 9

商業機構及私人貸款 - 按貨幣分類
1993-1996 年上半年

(期末數字)

	1993	1994	1995	(年率變化)	
				1995 上半年	1996 上半年
商業機構及私人貸款	39.1	10.3	4.9	8.0	4.4
澳門幣	60.1	28.8	22.9	22.7	13.0
港幣	34.4	7.6	2.3	5.7	6.8
外幣	39.7	-0.4	-12.0	-2.4	-24.9
貸款及墊支	36.9	11.3	4.7	8.1	11.3
澳門幣	61.3	27.1	23.8	23.5	13.5
港幣	33.6	8.2	2.4	5.4	11.4
外幣	23.3	2.9	-22.3	-5.8	4.4
L/C及類似工具	76.1	-6.6	9.4	3.7	-78.3
澳門幣	-91.8	-6.7	-71.4	-98.4	-71.4
港幣	52.7	-4.6	1.4	13.7	-78.5
外幣	109.8	-8.4	17.0	4.6	-78.1
財務投資	12.8	170.1	-12.8	169.7	-6.6
澳門幣	24.5	179.6	-12.3	176.9	-8.1
港幣	-65.1	-56.7	-84.6	-43.5	-84.6
外幣	-	-	-	-	-

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表IV-10
向各行業之信貸分類
1993-1996年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(%)	
				1995 上半年	1996 上半年
農業及漁業	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
開採業	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
加工業	10.7	11.1	9.7	11.4	9.6
食品及飲品	0.2	0.1	0.2	0.1	0.1
成衣紡織	3.7	3.8	3.7	4.1	3.3
其他紡織製品	1.0	0.9	0.8	1.1	1.3
皮革用品	0.2	0.2	0.1	0.2	0.1
木製品及傢俱	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
陶瓷	0.2	0.2	0.2	0.1	0.2
紙張、工藝品及刊物	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
玩具	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2
電子機械	0.7	0.8	0.7	0.7	0.6
人造花	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
其他無指定工業	4.0	4.6	3.5	4.5	3.5
電力、汽油及自來水	2.3	3.2	3.3	3.3	2.9
建造業及公共設施	16.2	17.5	19.8	17.3	18.3
商業	15.9	15.4	14.5	14.3	15.2
餐廳、酒店及類似設施	3.8	3.8	4.0	3.6	4.0
交通、貨庫及通訊	2.1	1.8	2.2	2.3	2.1
非金融系統內之財務機構	0.0	0.0	0.5	2.5	0.0
其他信貸	49.0	47.3	46.0	45.4	47.9
私人-住宅	25.6	24.5	22.9	24.1	24.1
私人-其他用途	9.1	9.5	8.0	8.8	7.8
其他	14.2	13.2	15.1	12.6	16.0
總貸款	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
總貸款〔百萬澳門幣〕	35,922.4	39,505.5	41,472.3	41,946.9	43,818.5

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 11
非金融性活動之估值
1993-1996 年上半年
(期末數字)

(單位為百萬元)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年(1)
1. 貨物出口(離岸價)	14,236	14,854	15,913	7,209	6,882
2. 貨物入口(到岸價)	17,234	18,669	18,240	9,127	8,629
3. 貿易差額[1-2](2)	-2,998	-3,816	-2,327	-1,918	-1,747
4. 出口勞務	19,900	21,714	25,173	12,919	13,322
5. 入口勞務	2,091	2,269	2,277	1,038	1,254
6. 勞務差額[4-5](2)	17,809	19,445	22,896	11,881	12,068
7. 貿易及勞務差額[3+6]	14,811	15,629	20,570	9,963	10,321
8. 收入, 轉移及資本性差額(3)	-18,654	-11,309	-13,896	-8,048	-8,992
9. 非金融性活動差額[7+8]	-3,843	4,321	6,673	1,915	1,329
10. 對外貯備變化	-3,843	4,321	6,673	1,915	1,329

註：(1) 臨時數值。

(2) 根據 PIB 之估值(統計暨普查司)。

(3) 包括差誤, 遺漏及押匯活動。

資料來源：統計暨普查司；澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 12
金融工具 - 金融票據及掉期
1993-1996 年上半年
(期末數字)

(單位為百萬元)

	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年
金融票據					
買賣次數	4336	4261	4865	2288	2325
交易金額	168,605.0	136,464.5	198,612.5	92,652.5	64,847.5
期末結算額	5,880.0	8,686.0	11,252.0	11,953.0	11,099.0
掉期					
操作次數	62	120	118	54	56
交易	1,682.4	4,176.0	2,101.3	1,266.1	704.0
期末結算額	358.0	361.7	35.0	282.3	34.0

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 13
銀行體系指數
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(年率變化)	
				1995 上半年	1996 上半年
業務量	27.3	4.5	12.0	0.4	3.6
利率差	-9.6	33.6	58.1	85.1	13.2
銀行投資	12.3	9.8	19.1	-0.2	11.4
第三者資源	28.1	3.8	11.8	-0.4	2.3
參予活動毛利	31.9	17.6	-3.3	8.0	5.9
增值毛額	34.7	18.0	-4.8	9.2	4.7

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 14
銀行業市場 - 商業銀行
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(單位為百萬元)	
				1995 上半年	1996 上半年
其他金融機構負債	1,071.4	1,899.2	3,545.8	1,614.2	2,549.5
澳門幣	270.4	331.2	1,177.0	615.3	790.2
港幣	391.1	783.5	1,057.0	531.3	787.3
外幣	409.9	784.5	1,311.7	467.6	972.0
其他金融機構負債	1,071.4	1,899.2	3,545.8	1,614.2	2,549.5
七日內	337.8	536.7	630.8	424.0	607.3
八日至一個月	258.4	428.9	719.9	263.6	1,009.8
一個月至三個月	168.6	527.4	1,185.1	488.9	406.8
三個月以上	306.5	406.2	1,010.0	437.7	525.6

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 15
澳門銀行業內之離岸業務比重
1993-1996 年上半年
(期末數字)

	1993	1994	1995	(單位為百萬元)	
				1995 上半年	1996 上半年
離岸業務 (a)	35,731.3	30,491.4	31,478.8	32,906.5	28,209.8
總資產	96,360.5	112,279.6	109,908.0	110,339.8	108,985.0
離岸業務比重 (%) (b)	37.1	27.2	28.6	29.8	25.9

註：(a) 離岸業務 = MIN (Dx, Rx) (取兩者中較小之值)

Dx = 對外資產

Rx = 對外負債

(b) 比重 (%) = 離岸業務 / 總資產

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

V. 公共財政

V.1. —— 本地區公共賬目的發展

A. 預算執行結餘

表 V-1 反映在一九九三年至一九九六年上半年這段期間內組成結餘的不同綜合數學的表現，這表現在整整三個有關財政年度內都為正數；金額數目變化界乎一九九三年的十七億八千二百肆拾萬澳門元與一九九五年財政年度終結時的七億壹仟捌佰捌拾萬。

但是如果不作補充解釋說明，這些資料不過是一堆數字，因為不論在一九九三年還是在一九九五年，清楚列出歷年滾存的帳目數字，所以應按照這真實情況結算結餘。

結果發覺在一九九四年獲得最高“盈餘”，金額達十五億五仟九拾九萬澳門元；在一九九五年獲得的正式正數差額一統庫房滾存的真實下降金額，庫房滾存金額數字十三億六千二百八十萬澳門元。

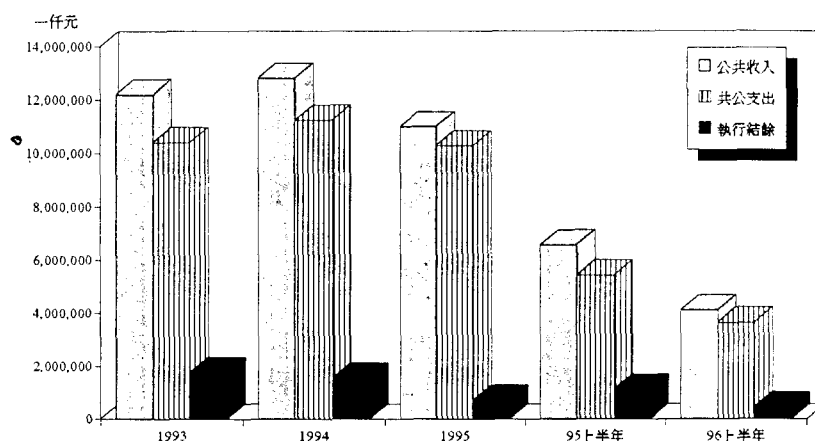
這種情況是由一個獨立而且是十分特別事件帶起——認購為開發批給“CAM——澳門國際機場有限公司”的土地的目的而開辦的一組企業和與這些企業有關的“集團（HOLDING）”公司的公司資本，可以說有關這項特別開支還原的顯著程度可從為這運作而動用的資源部份經已回歸作出衡量。

同時，這項投資的潛在權益的回歸，在將來，將以產業收益的名義得到實現。

還須要說明，在一九九四年內亦完成 OGT（《地區總預算》）的修訂工作，將一月付給澳門特別行政區基金的相當金額併入《總預算》內。但是，法律沒有強制須要併入，所以沒有將這金額入帳，因為發覺無須動用這筆款項。

除此之外，在實行這項新創意工作的數年內，由於只是在款項收入和與中方分析有關款項之間搬走一個月的墊托物（DECALAGE），故此這項新創意只不過是服從於流量改正這樣一個展望而已。

預算執行
一九九三年至一九九六年上半年



資料來源：財政司策略研究及計劃廳

現在比較一九九六年上半季的數據，再將這些數據和一九九五年同期的指標相比，可以說明某些主要問題：

- 一九九五年上半年的經常性收入呈正面表現，收入款項數字接近在這方面收入總數的50%，雖然比起預算收入金額低5.2%；
- 一九九六年上半年度經常性收入與同期比較，數字微減（少三億六千一百二十萬澳門元），相信徵收速度將和一九九五年經濟年度徵收速度相等，若參照預算數字，距離特別明顯（-16.3%）；
- 在比較兩季開支時，經常性開支承擔的金額表現相對穩定，出現這種穩定的局面是和付給澳門特別行政區基金（RAEM）款項的減少原因有關，但與壓縮機關運作開支無關，特別是人員支出，這點我們稍後將會談及；

- 《投資和發展計劃》（PIDDA）維持低實施率，這幾乎已是慣例，因為與較大規模的實質或和財務的行政程序推出期有關；
- 在一九九六年上半年，由於本地區作為澳門國際機場有限公司（CAM）的貸款的保證人，因此，在一九九六年上半年，撥給公共債務的資源增加。（這種情況在一九九五年已得到反映，有關影響只在這年的下半季出現）；
- 在一九九六年的分析期間，財務性的固定資本急劇下降，原因是在一九九五年認購公司資本，這點在上文經已提及；
- 在一九九六年的上半年“其他劃撥”項目增加，原因是在一九九五年撥給澳門國際機場有限公司（CAM）營運補貼只在這年的年底才發放。

B. 公共收入

現在對表V-2內的數字進行分析，可以察覺到大部份的資源都用在以“經常性開支”為名的項目上。“經常性開支”顧名思義，在每項開支使用後便不存在，雖則在事後的任何一期內可以重新組合，但情況歷來一成不變，即使法律賦予“經常開支”可以以整年來計算的合法地位。

在上面已透露過，和一九九五年同期比較，“經常性收入”整體下跌8%，原因是受房地產行業復蘇緩慢因素影響，令到庫房收入數字遠比預計數字為低，雖然這種惡化趨勢已對一九九五年的全年執行情況有明顯的影響，而且嚴重情況沒有扭轉，即使是透過《一九九六年預算法》批准稅務赦免這一應變辦法亦無補於事。

至於預算執行，如參看起初預計數字，在本年上半年度“經常收入”的實施率為41.8%，“資本性收入”在同期的執行率為24.6%左右（表V-8）。如果和一九九五年上半年相比，“資本性收入”的負變化是一個表象，它的出現只是將歷年滾存重新在本經濟年度登記而引起。

現在對收入各成份進行分析（表V-3），博彩專營、彩票專營和公眾服務業專營收入仍佔主導地位，在一九九六年上半年的結構比重佔總收入的64%，佔這組別收入的預算數字中的44.8%。

在這組收入項目中，以“博彩”收入最為突出（在一九九六年首六個月佔這組收入總數96.7%）。在過去，這項收入一直都有增長，雖則增長幅度不同，但在九六年上半年，“收益”這項收入下跌約二億三千六百萬澳門元，在這方面的範疇內下跌情況顯明。（一九九六年一月的二十四億八千二百萬比對上年同期二十七億一千八百萬元——表V-4）

在“產業權和其他資產收入”（表V-5）一章內摘要介紹的財產性的收入，是在一九九三年與一九九四年之間，繼放棄直接判給改以公開競投方式批給土地後，是行政當局所能取得的資源來源中的第二大資源，第一次公開競投日期可追溯至一九九一年第四季度。

由於中國經濟資產過剩，銀行信貸寬鬆和廣東省的物價變動等利好因素，批地溢價如旋風般上升，在一九九二年時處於最高點，其後在一九九三年和一九九四年時，溢價金額仍然為重要數字。

在一九九四年年底危機出現，因此決定減少批地活動和集中追收過期金額，由此時開始，溢價金收入亦明顯減低，下降數字與一九九四比較達69.9%。結果在收入結構而言比重相對下降。

在一九九六年，上半年數字反映出情況繼續欠佳，和一九九六年同期比較下跌62.3%。在稅務方面，包括在《預算法》所列出的挽救措施沒有產生明顯效果，實施這些措施的目的是希望能夠收回這類稅項的遲交稅收。

這些損失部份在上半年從一九九一年已開始的鑄造輔幣工作完成後，由廢幣回收所得利潤中得到補償。除此之外，本地區從

貨幣暨匯兌監理署（AMCM）獲得的業績中分配得到的利潤部份亦彌補這方面的損失。

至於“直接稅”，這項稅收在一九九三至一九九五年這三年期間內佔公共收入總數的12.7%，其中又以所得補充稅和物業轉移稅（表V-6）有較為特別的貢獻。

在一九九六年上半年期間，直接稅金額佔收入9.5%，數目達三億八千八百六十萬澳門元，但這數目仍比起一九九五年同季度入帳數目稍低（-4.1%）。

在這組的各成份中，須要特別強調職業稅和物業轉移稅（SISA）的貢獻。這兩種稅收的徵稅方式各有特點，前者以三個月一期為徵稅期（在一月和四月），至於物業轉移稅以全年十二個月計劃徵收。

須要指出，有關物業轉移稅是收取在最後三年內房地產銷售的分期付款項，因此，在未來的經濟年度不排除有某些下降情況的出現，而且建築業和房地產危機仍然存在。

讓我們繼續分析直接稅的情況，在這方面錄得職業稅收增加（增加金額二千萬澳門元，或相當於16.2%），增加的原因是除了工作收益增加之外，還有打擊瞞稅和逃稅的努力使到真實下降的形勢得到扭轉，並且由一九九四年一月起已看到成效。

另外，如將兩季數字比較，補充稅收金額的變化沒有特別值得一提的地方，因為基本上是收回待收的沒有活動的金額。

至於歸納在以“其他收入”名義作為總稱的收入資源（表V-7），在一九九三年，一九九四年，一九九五年和一九九六年上半年⁽¹⁾分別錄得為總收入的15.9%，13.5%，30.7%和15.7%。

順便一提，一九九五年的結構比重是下列情況的一種反映：入帳和動用歷年滾存用作認購公司資本，目的是增加“CAM——澳門國際機場有限公司”的價值。

以絕對值來說，“雜稅項和罰款”和“消費稅”一般在稅收中佔較大部份，兩者在一九九六年上半年共佔相對比重約52.3%。

另外，旅遊業稅收有起有落，但這方面的影響不會在《地區總預算》中直接反映出來，因為旅遊業稅收是屬於旅遊業基金的一項指定收入。

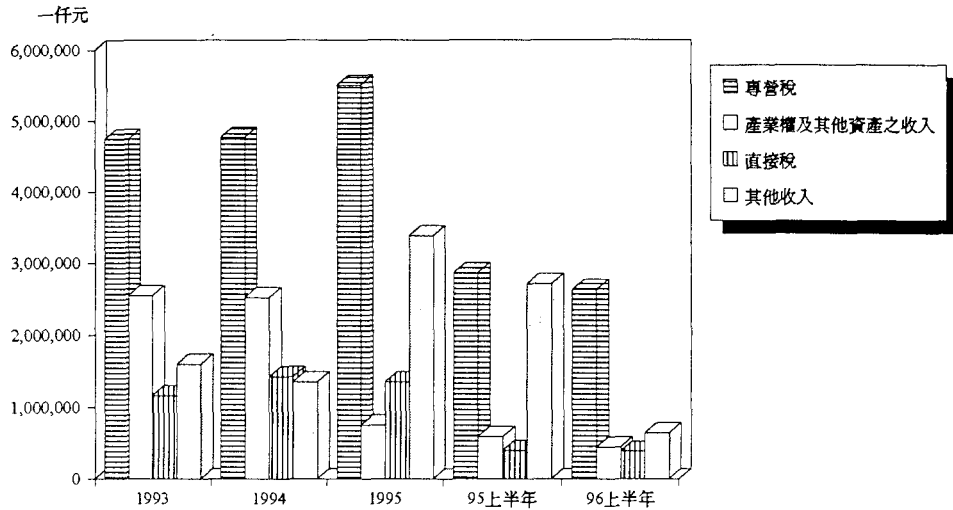
旅遊業稅收的遞交期規定為按月遞交，任何很少的變化，都可能由下列原因引起：活動的翻版或延交過期付款。但是，可以說，和一九九五年同期相比，在一九九六年上半年錄得的增長和旅遊工業的良好變化有關，這都是澳門國際機場開始營運帶來的貢獻。

⁽¹⁾ 不計“指定收入”，但含指配收入，這項收入由一九九五年起已列入這章節內。

由於印花稅受所謂“收據印花”的實質影響，維持正面演變趨勢，錄得增長率最高的一年是一九九三年（13.6%），最低的一年是一九九五年（6.3%），如季度和季度比較，增長變化為10%。

如果我們對各組或各章內稅收金額和預算金額進行比較（表V-8），我們發覺“其他經常收入”這部份在一九九六年一月至六月達到最高的實施率（304.9%——雖然以並不重要的數字作為計算基礎）。直接稅剛好與此情況相反，在徵收期內的真正實施率只為28.8%，主要是來自城市物業稅和補充稅。

公共收入結構



資料來源：財政司策略研究及計劃廳

C. 公共開支

有關“公共開支”的變化，一九九六年上半年支出金額比一九九五年同期支出金額為低，數字為十七億八千零四十萬澳門元，下跌32.8%，下跌的實際原因是和“財務運作”有關，這部份的開支在一九九五年上半年度下跌數字是88.3%，原因早已說明。

從表V-9的讀數中，可以發覺經常開支在公共開支總數字中常常超出70%（指定收入包含在相關的金額內，因為給予自治機關和自治基金的指定劃撥），但一九九五年除外。一九九五年的波折和這情況在該年上半年內和在一九九六年同期內引起的衝擊，完全屬於偶然性質，因為在財務運作方面錄得增長。

按照列入OGT（《地區總預算》）內的全年數字在一九九六年上半年，公共開支的執行達到《預算》37.1%的水平（表V-14），同類開支在去年上半年內的執行水平為47.2%。

可用同一方法解釋這種演變。

但是，如果單以綜合項目來分析這些變數的變化並非十分合適，故此只能以詳細的數字才可以實際將這不足的情況糾正過來。

“公共開支”這部份在一九九五年首六個月內的變化和一九九六年首六個月內的變化的對比情況，就是這樣的一個例子。

在同例分析中，指標數字表現看似幾近平穩，這種事實的真實性應是無庸置疑的，如果我們只考慮因薪金調整由一九九五年七月開始產生的效應的衝擊在這些數字中反映出來的現象。但是，這不是正確的情況。由於計算薪金的乘數由41變為44，人員開支數字和由十億九千一百萬澳門元增至十二億一千九百九十萬澳門元，百分率增長數字為11.8%高出原先的7.32%。

數字的差額部份原因可用職程晉階的理由解釋，但是在一定程度上反映出工作人員數目增長的一些現象。

經常開支的綜合數因減少撥款給澳門特別行政區基金（RAEM）的原故和指配收入採用新的入帳方式的關係得到“補償”，這方面的表現在比較整體作業時特別明顯。根據新的入帳方式，指配收入改為列入“指定收入”這一章內，並且要指明有關收益機關的資料。

C.1. 從經濟展望角度分析

以結構方面而言，經常劃撥在公共開支的整體範疇內佔較大的結構比重（41.9%，見表V-9），情況與一九九三年至一九九六年這段期間表現相似。

有關人員開支佔結構比重第二位（33.4%），同時亦須考慮從OGT（《地區總預算》）中撥給自治實體的津貼和指配收入在自治實體《本身預算》的發展水平，在這類《預算》中人員開支亦是重要的一環。

因此，要取得整體公共開支經濟分類的可靠性資料，必須創造條件，將 OGT (《地區總預算》) 和自治機關和自治基金《本身預算》綜合一起。

其次，“財務運作”亦較為突出，這類開支佔已支出開支總數7.1%，其中94.2%用作攤還CAM (澳門國際機場有限公司) 以本地區名義作保證的貸款，其他5.8%是涉及認購澳門生產力和技術轉移中心(GPTTM)的公司資本，這中心是經五月二十二日《第21/95/M號法令》批准開設。在一九九五年上半年，無須兌現第一類貸款的任何一期還款，這類變數承擔的金額出自認購為增加批給CAM土地價值而設的公司的資金。

與上年首六個月比較，資本性轉帳含付給CAM的營運津貼增長奇高(931.9%)。在一九九五年，有關金額只在經濟年度完結時才進行劃撥，故此不影響上半年數字。

最後，我們要提的是“其他投資”章節，在這章內主要集中在PIDDA (《投資發展計劃》) 工作項目的執行數值。在這方面，我們發現數值幾乎一致，原因是受較大規模投資起步遲和某些早期建議構思較不穩定等因素影響，這種情形在執行時反映出來，而且常常導致更換工作項目或推遲或甚至放棄。

C.2. —— 從組織展望方面分析

在這方面，傳統分析往往是將組織代號分成兩堆，選擇以“行政範圍支出”和“行政當局的一般支出”作為代號的命名，用這種方式分類是將運作支出或本身支出的金額或以組織或以上級監管機關名義作為依歸的可能性。在經過修改“預算建議組織”後，將給予自治實體的劃撥列入監管各自治實體的政務司的辦公室帳目內，這一觀點顯得頗為正確。

至於兩組中的第一組的情況，據我們手上資料顯示預算金額的整體執行數值是47.8%，從這點中我們可以肯定地結論，除少數例外情況，執行數值與原先預計數值相去不遠，如果不考慮本年七月的薪金調整參數。因此，一些機關可能在本身可動用資金的剩餘中吸取部份多出金額。

一九九六年上半年的執行狀況加強“一般負擔”⁽²⁾的結構重要性(39.5%)，這是因應“預算建議”的重組而出現，須要強調，在過去“教育暨青年司”和“澳門保安部隊事務司”這兩部份佔這項負擔很大的數字，平均金額合計比重高出50%。

在一九九五年上半年，“行政範圍的特別開支”的總增長是9.5%，如按絕對數值而言，“一般負擔”錄得最高增長(一億一千四百六十萬澳門元)，但如按百分數計算，預防及治療藥物依賴辦公室獲得撥款最多(22.3%)，雖然用作計算百分數的數字沒有重大意義。

有關“行政當局一般支出”下跌的原因(61.3%)是受“一般支出”章節⁽³⁾內的數字影響(佔總數63.4%)，與上一年同

季比較，這項支出下跌73.7%，下跌主要原因是因為在今年上半年撥給澳門特別行政區的款項和撥給財務參與項目的款項都較為少。

在這組別內，“公債負擔”在觀察期的季度內卻反為增加547.8%，相等於二億五千零十萬澳門元，這些數字涉及CAM——澳門國際機場有限公司貸款利息和貸款攤還金額，貸款是由本地區根據七月十九日《第5/93/M號法律》規範作出保證。

最後，截至一九九六年六月底前，PIDDA (《政府投資發展計劃》) 動用金額為一億六千四百五十萬澳門元比對於上年同期的一億六千八百五十萬澳門元，稍微下降2.3%，同時亦錄得預算執行率數字達《九六年地區總預算》的10.3% (以修正後的《九六年地區總預算》的數字作為計算基礎)。

我們曾經說過，PIDDA (《投資發展計劃》) 往往在每年的上半年的執行程度都非常低(在一九九四年同期是二億九千五百五十萬)，這是由於某些投資和發展主意動搖不定，這點在前面經已說明，加上大型建設計劃的工程判給程序緩慢，因此，投資發展項目經常被迫在各經濟年度之間以“斷續”執行。

還有一點須要說明，非現職員工類別的分期撥款責任已改由澳門退休基金會直接承擔，將來在基金會裡只餘下神職人員的退休金(這些人員沒有納入自治實體的管理計劃之內)和退休公職人員的某些津補，這些退休人員雖然已將退休金的繳付責任轉往葡國退休事務管理局，但仍然在澳門居住。

C.3. —— 從功能展望角度分析

公共開支的功能分類是唯一可以準確量度資源的分配是否與不同領域的政策措施一致。

雖然，在澳門，功能分類的接受程度一直以來都不太受歡迎，政府機關在這方面不能提出肯定的答覆，並且這方面還出現普及趨勢，使功能分類與組織分類混淆一起。

在一九九六年上半年，24.2%的支出用於“其他功能”，其中“公債運作”和“公共部門劃撥”兩者佔總數73.2%和“其他非指定開支”佔26.8%。

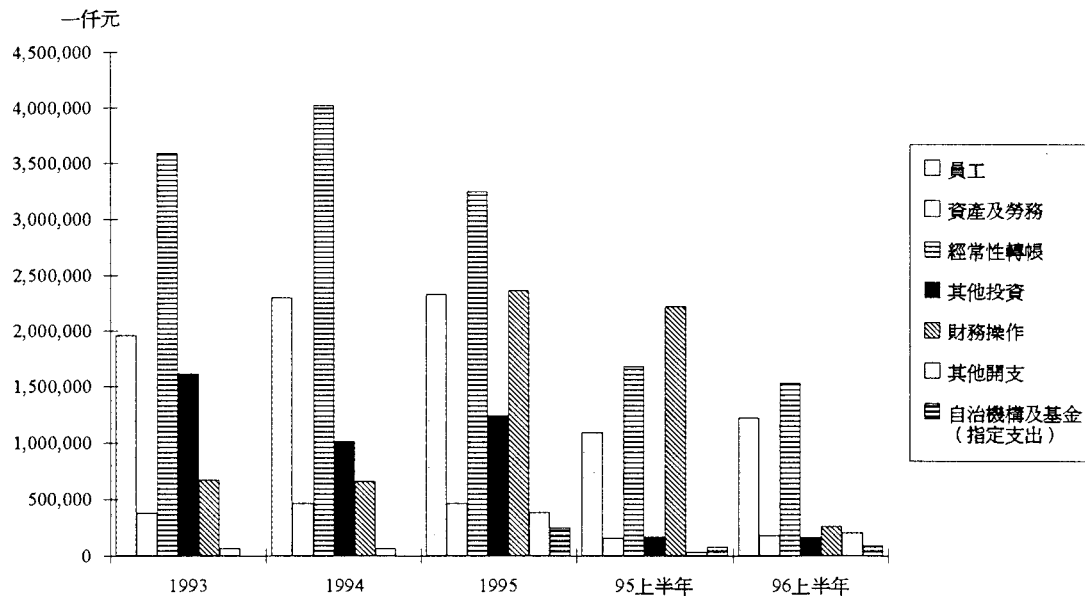
在同期，“公共行政一般服務”佔已支出的開支總數19.6%，和一九九五年上半年比較出現相對比重增加現象。

如以年變化而言，在“經濟服務”這領域內錄得最高增長率(37.8%)，直接由“運輸”這部份引起，訂定數字為一億五千六百七十萬澳門元比對於一九九五年同期錄得四千九百三十萬元。

(2) 政務司薪酬、各辦公室(含發展項目協調員)、諮詢會、立法會和東方教會等開支合計。

(3) 地區總預算(OGT)第十二章。

公共開支結構



資料來源：財政司策略研究及計劃處

最後，以現時可供應用資料作基礎，預計在1996年下半年內“博彩收益”及“批地溢價”的實際收入將持續與原先預測數字有差異。

事實上，預測前者將比預算數字少百分之六至八。而後者情況更加嚴峻，除非收納遲交的金額有所改善，預計實際繳納數額不會超過四億五千萬。

此等跌幅令致沒有可能以其他收入來源，特別是稅收，作為補償。雖然在打擊逃稅及購稅上有大量工作，而這工作與現時之經濟活動水平是不成正比。

在開支方面，“員工開支”有輕微增長，這是由於政府上層控制員工數字措施實施之結果。而可能人工增加所帶來的影響，將被政府各個部門多出的盈餘所吸收。

另一方面，本地區作為擔保人使 CAM —— 澳門國際機場有限公司獲得之貸款，金額將維持及已預計在 OGT/96 內，而此等金額亦只在同年上半年始有需要。

在這情況下，收入及開支的差額——執行結餘，將決定於 PIDDA 的動向或一些為確保 OGT 的平衡而採納的未來個別的措施。

在表 V-15 至 V-17 中之預測數字考慮 PIDDA 的執行金額將略多於十億元，而將令預算結餘成為一個雖然數目不大的正數。

但相信這執行將不會真正實行，除非在突發情況下，數字介乎一億至一億伍千萬之間，營運才可有盈餘。

V.2 —— 1997 預算

1997 本地預算案 (OGT) 保持控制公共開支增幅，但其中卻要憂慮由於目前公共收入停滯不前的情況，以及保持財政上的支

援，特別在治安、教育、衛生及社會支援，後者是直接有關於繼續擔保 CAM 貸款之擔保人的承諾。

這擔保肯定對保持不斷投資及完成大型基建工程有影響，與此同時，唯有選擇投資一些在短期內有效益項目。

1997 年 OGT 提案比本年初預算上升 7,790 萬元，增幅為 0.8% (自治基金除外)。

1997 年收入表格內的金額，反映出一頗實際的估計，而這些亦是很大程度地基於 1996 年期望執行的數據。

在開支方面，OGT97 持繼續強烈地受公共機構影響，特別在“員工”一項上，而撥予 PIDDA 的金額則會減少一億，即 -6.25%。

一如過往十年的情況，“盈運經常性結餘”將可支付投資計劃開支，而餘下的約 5 億 8,370 萬。

在公共收入的分析上，發現“專營權批給”保持最大的結構比重，然而預測數字比 96 年為少，而這選擇是鑑於本年度執行時實際繳納的數字及預計直至年底的金額。

同一看法，引申至“直接稅”一項，特別注意到“職業稅”的減少是由於免稅額的提升，而此免稅額由 1997 年 1 月起生效。(1996 年預視能達到一非常好的數字，令致預測收益跟年初預算相約)。

“直接稅”引進“機械車輛”及“車輛行駛證簽發”稅項，(後者本地區有 10% 分享。“機動車輛”稅收益不肯定，因為其給予一個全新的解決方法，以減低直至今今存在非常嚴重的逃稅及購稅情況。

“土地批給”一項仍保持96年最初的預測，而這是假設地產業很可能有輕微復甦，及期望可能執行一些行政方法以容許部份遲交款項的回收。

考慮收入模式的情況，除了需要提及維持STDM就澳門文化中心興建開支的參與外，其他無須提及。

OGT 97在共用開支方面，保持給予前述有關部門優先層面，估計“員工開支”相對96年預計數字只會上升5.3%。而預視在年度中有需要調整，除非有一個很主動的控制情況，特別在根據在過渡期進程中公職人員不同的選擇，而有需要加入員工以代替脫離公職的人。

另一方面，1996年初“物品及勞務取得”之數值發展趨勢與預計的通脹差不多。

“公共債務開支”相對96年預算數字將會上升，這是直接與CAM的情況有關，而這是一個全年的需求。同時亦預計在年中需要清還一個來自共和國之貸款，及就有關90年由BNU為首的財團之貸款在96年需要結算。

另一方面，“經常性轉賬”一項維持一相對的控制，而此轉賬特別是包括支付於各自治機構及澳門特別行政特區基金（三千五百萬：百分之七點五，預測真正支付）。

正如前述，PIDDA將減少澳門幣一億，亦確定有著“備用撥款”（2億2,900萬元），對每一個週期不同的選擇給予一個必須的彈性。

最後，在“經常性轉賬”方面，維持一對私校工程之資助（約3,300萬元），而對CAM之營運資助方面，根據合約在CAM開始商業運作時曾作調整。

表 V - 1
公共賬目之演變（中央行政）

項目	1993	1994	1995	（一仟元）	
				1995 上半年	1996 上半年*
1. 公共收入	9,356,622	10,000,244	8,558,189	4,306,986	3,945,836
2. 公共支出	5,984,917	6,826,828	6,106,586	2,947,758	2,997,917
3. 差額(1-2)	3,371,705	3,173,416	2,451,603	1,359,228	947,919
4. 投資	1,606,637	1,010,343	1,237,087	168,467	164,520
5. 投資後差額(3-4)	1,765,068	2,163,073	1,214,516	1,190,761	783,399
6. 其他收入來源	2,449,002	2,810,992	5,551,171	180,209	163,019
6.1 貸性收益	0	0	0	0	0
6.2 公債	0	0	0	0	0
6.3 投資出讓	44,035	77,888	77,943	49,146	20,477
6.4 轉賬	262,000	0	0	0	0
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	7,386	8,606	35,204	21,491	17,053
6.6 自治機構及基金	2,135,581	2,724,498	5,438,024	109,572	125,489
7 = 5 + 6	4,214,070	4,974,065	6,765,687	1,370,970	946,418
8. 其他用途	2,828,429	3,414,168	8,128,492	2,308,904	482,300
8.1 其他投資	6,848	8,385	6,965	1,189	1,035
8.2 公債償還	77,846	76,865	130,818	39,896	244,195
8.3 金融不動產	596,444	585,220	2,231,846	2,178,546	15,000
8.4 其他轉賬	11,710	19,200	321,310	12,917	133,292
8.5 自治機構及基金 (a)	2,135,581	2,724,498	5,437,553	76,356	88,778
9 = 7 - 8	1,385,641	1,559,897	(1,362,805)	(937,934)	464,118
10. 歷年滾存	396,736	0	2,081,640	2,081,640	0
11. 盈餘(9+10)	1,782,377	1,559,897	718,835	1,143,706	464,118

註：*臨時數值。

(a) 1995及1996年上半年度之“自治機構及基金”數值，指給予各自治機構之指定收支。

資料來源：財政司研究暨財政政策廳。

表 V - 2
公共收入

(一仟元)

收入項目	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
1. 經常性收入	9,356,622	10,000,244	8,558,189	4,306,986	3,945,836
1.1 直接稅	5,503,808	6,060,462	6,716,014	3,197,164	2,945,153
1.2 間接稅	753,278	801,376	559,076	263,376	270,956
1.3 雜項稅及罰款	351,896	374,495	345,555	165,553	157,229
1.4 產業收益	2,550,836	2,521,134	759,299	590,529	446,031
1.5 轉賬	146,415	185,735	125,727	61,460	65,056
1.6 耐用資產出讓	808	2,685	967	306	2,055
1.7 非耐用資產出讓	32,684	40,728	46,449	27,081	28,010
1.8 其他收入	16,897	13,629	5,102	1,517	31,346
2. 資本性收入	710,157	86,494	2,194,787	2,152,277	37,530
2.1 出讓投資資產	44,035	77,888	77,943	49,146	20,477
2.2 轉賬	262,000	0	0	0	0
2.3 貸性收入	0	0	0	0	0
2.4 償還性收入	0	0	0	0	0
2.5 其他資本性收入	396,736	0	2,081,640	2,081,640	0
2.6 在付款中未扣除之款項歸還	7,386	8,606	35,204	21,491	17,053
3. 小結(1+2)	10,066,779	10,086,738	10,752,976	(a) 6,459,263	(a) 3,983,366
4. 自治機構及基金	2,135,581	2,724,498	5,438,024	109,572	125,489
5. 收入總結(3+4)	12,202,360	12,811,236	16,191,000	6,568,835	4,108,855

註：* 臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 3
公共收入之主要組成部份

(一仟元)

收入項目	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
收入總額	12,202,360	12,811,236	16,191,000	6,568,835	4,108,855
收入總額 (不包括自治機構及基金)	10,066,779	10,086,738	11,004,700	6,568,835	4,108,855
專營稅(a)	4,745,301	4,776,791	5,506,285	2,864,037	2,629,181
產業權及其他資產之收入	2,550,836	2,521,134	759,299	590,529	446,031
直接稅	1,168,382	1,429,875	1,358,761	405,353	388,652
其他收入(a)	1,602,260	1,358,938	3,380,355	2,708,916	644,991
自治機構及基金	2,135,581	2,724,498	5,186,300	0	0

註：* 臨時數值。

(a) “專營稅”及“其他收入”的總數亦包括給予各自治機構之指定收入，此等數值由1995年起已轉為入賬於“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 4
專利稅收入

收入項目	1993	1994	1995	(一千元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
博彩稅	4,612,918	4,635,536	5,353,648	2,779,388	2,544,276
租金	4,219,482	4,504,413	5,221,578	2,718,038	2,482,126
補償金	3,630	3,993	4,392	0	0
溢金	122,700	121,700	121,700	60,350	60,350
社會及福利基金	0	0	0	1,000	1,000
經常性參與	800	800	1,000	0	800
資本性參與	262,000	0	0	0	0
海島市政廳-離島賭場溢金(a)	2,153	2,315	2,489	0	0
澳門基金會-離島賭場溢金(a)	2,153	2,315	2,489	0	0
C.P.S.彩票	2,088	1,997	2,411	1,205	1,259
租金	1,988	1,902	2,296	1,148	1,199
給予澳門基金會部份(a)	100	95	115	57	60
狗場	39,748	40,336	40,572	19,828	18,534
租金	35,437	35,954	36,196	17,651	17,439
溢金	2,000	2,000	2,000	1,000	0
條文第八項	2,117	2,219	2,223	1,099	1,018
給予體育總署之收入	194	163	0	0	0
給予體育發展基金之收入(a)	0	0	153	78	77
馬會	14,003	14,385	15,209	7,541	7,866
租金	0	0	0	0	0
補償金	0	0	0	0	0
溢金	0	0	0	0	0
彩池金額百分率	0	0	0	0	0
彩票金額百分率	0	0	0	0	0
無人認領之彩金(a)	1,553	1,312	1,497	764	886
離島發展捐贈(a)	12,112	12,717	13,353	6,594	6,924
入場券(旅遊基金)(a)	338	356	359	183	56
即發獎券	3,802	2,343	3,500	1,750	302
補償金	0	10	0	0	10
給予澳門基金之收入(a)	3,802	2,333	3,500	1,750	292
角子機專營稅	0	532	586	586	0
政府代表收入	1,460	1,500	1,635	1,170	1,328
其他指定收入	510	598	743	280	905
給予澳門公務員互助會之收入	293	344	253	110	129
給予社會工作司之收入(a)	217	254	490	170	776
電訊公司	58,029	64,823	69,106	33,443	38,106
自來水公司	2,815	3,344	3,206	3,206	3,476
電力公司	8,563	10,527	11,105	11,105	12,416
澳門公共汽車公司	0	0	0	0	0
澳門新福利汽車公司	790	870	953	952	0
無線電活動專利	0	0	0	0	0
澳門泊車管理公司	575	0	3,611	3,583	713
專利稅總收入	4,745,301	4,776,791	5,506,285	2,864,037	2,629,181

註：* 臨時數值。

(a) 自1995年起，給予各自治機構之指定收入已轉為列入“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-5

產業及其他資產收益

(一千元)

項目	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
利息-其他	770	776	770	386	388
分紅-其他	24,235	15,035	12,118	9,425	8,527
地租-地米	131	140	164	156	139
批地租金	43,876	38,998	48,737	39,434	40,253
批地溢金	2,481,824	2,466,185	697,510	541,128	203,962
其他收入	0	0	0	0	192,762
總收入	2,550,836	2,521,134	759,299	590,529	446,031

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V-6

直接稅收入

(一千元)

項目	1993	1994	1995	1995 上半年	1996 上半年*
營業稅	26,357	26,820	27,127	26,214	26,127
職業稅	192,798	242,870	258,358	122,388	142,185
房屋稅	97,079	120,376	134,268	25,615	24,095
補充稅	489,323	623,371	595,098	51,950	26,075
遺產稅	22,604	14,300	19,392	9,672	8,303
物業轉移稅	340,221	402,138	324,518	169,514	161,867
直接稅總收入	1,168,382	1,429,875	1,358,761	405,353	388,652

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 7
其他收入之主要組成部份

項目	1993	1994	1995	(一仟元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
旅遊業收入(a)	118,964	124,145	103,264	46,024	54,793
印花稅	171,755	190,615	202,564	104,464	114,930
消費稅	378,053	400,999	342,993	151,877	151,060
雜項稅及罰款	351,896	374,495	388,149	184,482	186,120
各類收費、罰款及其他處分	322,724	336,034	345,555	165,553	157,229
司法登記暨公證總庫有關登記					
與公證服務之收費(a)	24,377	33,230	38,099	17,045	27,715
簽發工程准照之收費(a)	3,566	4,220	3,032	1,412	290
執行稽查之收費(a)	1,229	1,011	1,463	472	886
財務資產	0	0	0	0	0
財務負債	0	0	0	0	0
歷年滾存	396,736	0	2,081,640	2,081,640	0
在付款中未扣除之款項歸還	7,386	8,606	35,204	21,491	17,053
各類其他收入	177,470	260,078	226,541	118,938	121,035
簽發貨物來源證收費	24,241	24,872	9,066	3,897	3,637
簽發貨物來源證收費撥歸工商發展基金(a)	36,343	37,260	27,140	11,674	14,549
追收公帑	1,716	403	1,901	1,652	0
評證院收費	7	6	0	0	0
簽發貨物轉口證收費	549	656	917	316	0
簽發貨物來源證收費撥歸澳門基金會(a)	12,114	12,420	9,047	3,892	0
簽發證書收費撥歸澳門投資促進局(a)	8,076	8,280	45,234	19,457	18,185
收回由葡國負擔之費用	0	220	0	0	0
來往港澳船票之稅收	0	41,031	2,775	0	2,776
耐用品出讓	808	2,685	967	306	2,055
勞務及非耐用品出讓	32,684	40,728	46,449	27,081	28,010
其他經常性收入	16,897	13,629	5,102	1,517	31,346
投資物品出讓	44,035	77,888	77,943	49,146	20,477
轉賬 - 澳門金融暨匯兌管理局	0	0	0	0	0
其他收入總數	1,602,260	1,358,938	3,380,355	2,708,916	644,991

註：* 臨時數值。

(a) 自1995年起，給予各自治機構之指定收入已轉為列入“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 8
公共收入之預算執行
1996年1月至6月

收入項目	96年預算案		收入金額**	(一千元)
		(經修改)		執行率*
專利稅(a)	5,784,097	5,784,097	2,629,181	45.5%
直接稅	1,350,000	1,350,000	388,652	28.8%
間接稅	665,560	665,560	269,627	40.5%
雜項稅及罰款	302,780	302,780	157,229	51.9%
產業收益	1,287,920	1,287,920	446,031	34.6%
經常性轉賬	5,550	5,550	2,776	50.0%
耐用品出讓	800	800	2,055	256.9%
非耐用品出讓	48,196	48,196	28,010	58.1%
其他經常性收入	10,280	10,280	31,346	304.9%
投資出讓	58,000	58,000	20,477	35.3%
轉賬	80,000	80,000	0	0.0%
貸性收入	4,400	4,400	0	0.0%
其他非經常性收入	0	0	0	-
在付款中未扣除之款項歸還	10,000	10,000	17,053	170.5%
自治機構及基金***	216,100	216,100	116,418	53.9%
總收入	9,823,683	9,823,683	4,108,855	41.8%

註：*預算執行率之百分比以經修改的預算案數值作計算基礎。

**臨時數值。

***“自治機構及基金”賬目內之指定收入。

(a)“專營稅”包括“自治機構及基金”賬目內的部份指定收入。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 9
公共開支

項目	1993	1994	1995	(一千元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
1. 經常性開支	5,984,917	6,826,828	6,106,586	2,947,758	2,997,917
1.1 員工	1,958,982	2,297,628	2,326,566	1,091,218	1,219,886
1.2 資產及勞務	379,534	467,308	469,548	159,199	178,527
1.3 利息	5,817	10,122	17,559	5,762	51,586
1.4 經常性轉賬	3,593,422	4,017,081	3,243,429	1,678,340	1,527,122
1.5 其他經常性開支	47,162	34,689	49,484	13,239	20,796
2. 資本性開支	2,299,485	1,700,013	3,928,026	2,401,015	558,042
2.1 其他投資	1,613,485	1,018,728	1,244,052	169,656	165,555
2.2 資本性轉賬	11,710	19,200	321,310	12,917	133,292
2.3 財務操作	674,290	662,085	2,362,664	2,218,442	259,195
2.4 其他資本性開支	0	0	0	0	0
3. 小結(1+2)	8,284,402	8,526,841	10,034,612	5,348,773	3,555,959
4. 自治機構及基金	2,135,581	2,724,498	5,437,553 (a)	76,356 (a)	88,778
5. 收入總結(3+4)	10,419,983	11,251,339	15,472,165	5,425,129	3,644,737

註：*臨時數值。

(a)給予各自治機構之指定開支數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 10
經常性開支之主要組成部份

項目	1993	1994	1995	(一千元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
1. 員工開支	1,958,982	2,297,628	2,326,566	1,091,218	1,219,886
薪金及其他基本薪酬	1,525,861	1,804,880	2,075,004	983,403	1,097,704
編制員工	760,408	885,307	1,048,596	486,997	584,919
編制外員工	211,904	302,710	347,920	175,608	164,685
編制員工薪俸	34,190	35,584	37,057	18,268	17,514
散位員工薪俸	222,115	231,833	232,320	115,075	114,693
經常性報酬	72,742	86,001	107,148	47,168	53,465
其他開支	224,502	263,445	301,963	140,287	162,428
輔助薪酬	136,375	160,322	185,800	83,415	95,115
超時工作	22,254	27,843	30,434	12,147	15,004
房屋津貼	65,940	73,858	86,287	42,065	44,347
其他開支	48,181	58,621	69,079	29,203	35,764
實物津貼	11,830	8,949	12,048	1,857	2,663
退休員工	245,919	277,989	2,496	0	0
退休金	170,117	194,469	0	0	0
撫恤金	31,365	34,584	0	0	0
其他開支	44,437	48,936	2,496	0	0
社會福利	28,740	32,854	38,336	18,630	19,529
責任之補償	10,257	12,634	12,882	3,913	4,875
出差	7,697	9,354	9,970	3,456	3,889
其他開支	2,560	3,280	2,912	457	986
2. 貨物及服務開支	379,534	467,308	469,548	159,199	178,527
耐用品	24,798	30,010	28,622	8,092	9,608
非耐用品	45,433	52,700	59,004	18,097	22,335
勞務	309,303	384,598	381,922	133,010	146,584
3. 利息	5,817	10,122	17,559	5,762	51,586
4. 經常性轉賬	3,593,422	4,017,081	3,243,429	1,678,340	1,527,122
公共方面	3,332,764	3,634,960	2,778,382	1,442,899	1,344,165
私人機構	162,491	240,924	174,567	45,101	87,055
私人	41,364	41,139	193,149	160,082	75,026
對外	56,803	100,058	97,331	30,258	20,876
5. 其他經常性轉賬	47,162	34,689	49,484	13,239	20,796
償還	23,178	14,003	31,667	8,286	13,292
其他開支	23,984	20,686	17,817	4,953	7,504
經常性開支總數	5,984,917	6,826,828	6,106,586	2,947,758	2,997,917

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃處。

表 V - 11

資本性開支之主要組成部份

項目	1993	1994	1995	(一仟元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
1. 其他投資	1,613,485	1,018,728	1,244,052	169,656	165,555
土地	0	0	2,394	0	0
住屋	19,198	14,559	13,717	1,955	0
樓宇	150,079	152,969	333,664	29,373	28,074
街道及橋樑	290,786	123,902	156,062	19,039	15,998
碼頭	356,290	2,385	1,449	0	0
各類建築	451,631	422,706	426,254	59,587	47,523
土地改良	0	0	0	0	0
運輸材料	1,579	6,128	2,434	399	28
機械及設備	195,666	175,237	162,941	17,122	12,648
其他投資	148,256	120,842	145,137	42,181	61,284
2. 資本性轉賬	11,710	19,200	321,310	12,917	133,292
私人機構	11,710	19,200	321,310	12,917	133,292
3. 財務運作	674,290	662,085	2,362,664	2,218,442	259,195
中長期貸款	77,846	76,865	130,818	39,896	244,195
私人公司投資票據	596,444	585,220	2,231,846	2,178,546	15,000
4. 其他資本性開支	0	0	0	0	0
資本性開支總額	2,299,485	1,700,013	3,928,026	2,401,015	558,042

註：* 臨時數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 12
公共開支以機構分類

賬號及項目以組織類別分	1993	1994	1995	(一千元)	
				1995 上半年	1996 上半年*
1- 行政範圍	2,189,512	2,648,814	4,551,109	2,097,672	2,296,533
01- 一般事務	178,176	214,112	1,782,571	791,628	906,205
03- 行政暨公職司	51,164	57,627	114,381	49,854	46,403
04- 華務司	46,106	41,663	0	0	0
05- 教育暨青年司	438,640	536,603	666,816	355,124	329,327
07- 統計暨普查司	61,327	67,731	74,138	33,697	36,011
09- 財政司	77,957	86,161	95,406	42,335	46,589
18- 身份證明司	21,687	24,135	25,396	11,025	13,062
19- 經濟司	57,152	66,835	71,867	33,275	36,020
22- 地球物理暨氣象台	14,460	17,982	21,815	9,557	11,076
23- 旅遊司	40,224	49,773	55,862	26,975	26,570
24- 政府新聞司	25,172	28,939	31,181	14,463	15,786
26- 博彩監察暨協調司	28,283	33,180	36,378	17,303	20,477
27- 海事署	76,557	80,959	87,885	38,543	44,154
28- 澳門保安部隊	700,432	796,293	907,235	410,551	469,489
29- 勞工事務室	39,316	42,440	47,461	20,867	22,317
31- 地圖繪畫暨地籍署	23,899	26,716	30,121	13,680	15,168
32- 司法警察司	52,321	61,769	71,047	31,246	35,648
33- 公眾服務暨諮詢中心	4,336	4,273	0	0	0
34- 司法事務司	164,970	178,402	200,843	92,517	101,847
35- 工務運輸司	81,569	91,218	98,874	43,750	48,719
36- 法律翻譯辦公室	5,764	20,848	25,750	11,330	13,677
37- 體育總署	0	38,794	28,999	13,782	14,793
38- 文化司署	0	82,361	67,471	32,155	38,286
39- 防止濫用藥物辦公室	0	0	9,612	4,015	4,909
2- 行政共用開支	6,094,890	5,878,027	5,483,503	3,251,101	1,259,426
10- 公債利息	83,662	86,986	148,377	45,658	295,782
11- 退休金	245,919	277,989	2,496	0	0
12- 共用開支	4,158,672	4,502,709	4,095,543	3,036,976	799,124
40- 計劃投資	1,606,637	1,010,343	1,237,087	168,467	164,520
3- 小結 (1+2)	8,284,402	8,526,841	10,034,612	5,348,773	3,555,959
4- 自治機構及基金	2,135,581	2,724,498	5,437,553	(a) 76,356	(a) 88,778
5- 公共開支總結 (3+4)	10,419,983	11,251,339	15,472,165	5,425,129	3,644,737

註：* 臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定開支數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃處。

表 V - 13
公共開支以功能分類

(一千元)

功能分類	1993	1994	1995	95上半年	96上半年*
1 - 公共行政一般事物	1,268,495	1,516,061	1,647,668	655,428	714,634
1-01 一般行政	1,067,806	1,286,062	1,397,651	550,979	596,734
1-02 司法、秩序及治安	200,689	229,999	250,017	104,449	117,900
2 - 公共治安	796,198	899,038	1,001,143	416,087	475,449
2-01 總部	712,844	806,387	915,121	410,551	469,488
2-02 警察	66,747	65,245	29,180	0	2,577
2-03 消防	14,137	25,759	56,810	5,536	3,384
2-04 民防	2,470	1,647	32	0	0
3 - 教育	437,093	542,894	707,643	359,149	330,031
3-01 行政規律及調查	256,087	297,085	334,510	155,638	178,624
3-02 教育	177,560	243,803	363,115	203,257	149,698
3-03 職業培訓	3,446	2,006	10,018	254	1,709
4 - 衛生	598,273	677,542	836,322	380,564	459,195
4-01 行政規律及調查	547,000	658,630	810,000	375,000	450,000
4-02 醫療	50,124	17,648	15,009	1,439	4,053
4-03 衛生暨公共健康	1,149	1,264	11,313	4,125	5,142
5 - 社會福利	498,011	514,766	252,440	122,809	141,731
5-01 行政及規則	3,591	4,000	5,500	2,750	3,250
5-02 社會工作	248,501	232,777	244,444	120,059	138,481
5-03 撫恤金及退休金	245,919	277,989	2,496	0	0
6 - 居屋	47,312	49,151	55,527	20,067	22,721
6-01 行政及規則	12,989	19,306	29,484	12,244	13,971
6-02 社會房屋	34,323	29,845	26,043	7,823	8,750
7 - 其他整體及社會服務	408,529	376,354	601,081	169,955	212,001
7-01 文化	179,259	117,224	215,670	63,569	82,395
7-02 體育及休閒	101,104	110,663	188,181	33,494	47,886
7-03 宗教	8,790	10,508	10,210	4,564	4,078
7-04 天文及地球物理學	15,704	22,027	59,769	10,727	15,982
7-05 製圖	25,898	29,409	31,411	13,699	15,171
7-06 社會傳播	37,758	43,138	47,923	23,035	24,172
7-07 勞工事物	40,016	43,385	47,917	20,867	22,317
8 - 經濟服務	1,450,556	968,455	1,333,405	294,570	405,979
8-01 行政規律及調查	207,931	234,063	290,753	126,486	135,853
8-02 農林、畜牧及漁業	0	0	0	0	0
8-03 工業	2,501	881	375	0	0
8-04 基建	161,971	264,041	101,935	25,726	6,588
8-05 運輸	714,179	179,204	568,660	49,267	156,655
8-06 通訊	37	30	47	21	26
8-07 貿易	0	0	0	0	0
8-08 旅遊	89,864	87,068	104,343	30,095	26,570
8-09 土地整理及環境	274,073	203,168	267,292	62,975	80,287
9 - 其他功能	2,779,935	2,982,580	3,850,636	3,006,500	882,996
9-01 公債	83,663	86,986	148,377	45,658	295,782
9-02 公共轉賬	532,556	571,824	437,355	128,038	236,672
9-03 未指明的其他功能	2,163,716	2,323,770	3,264,904	2,832,804	350,542
總公共開支 (a)	8,284,402	8,526,841	(a) 10,285,865	(a) 5,425,129	(a) 3,644,737

註：* 臨時數值。

(a) 1995年及1996年的總數包括“自治機構及基金”賬目內的指定開支數值。

資料來源：財政司研究暨財策劃廳。

表 V - 14
公共開支之預算執行
1996年1月至6月

開支項目	(一仟元)			
	96年預算案	96年預算案 (經修改)	支出*	執行率**
員工	2,617,502	2,617,821	1,219,886	46.6%
貨物及服務	543,970	546,889	178,526	32.6%
利息	34,100	53,271	51,587	96.8%
經常性轉賬	3,369,139	3,383,291	1,527,122	45.1%
其他經常性開支	494,277	477,232	20,796	4.4%
其他投資	1,437,067	1,477,156	165,555	11.2%
資本性轉賬	158,170	158,170	133,292	84.3%
財務運作	757,850	738,679	259,195	35.1%
其他資本性開支	173,138	132,704	0	0.0%
自治機構及基金***	238,470	238,470	88,778	37.2%
總開支	9,823,683	9,823,683	3,644,737	37.1%

註：* 臨時數值。

** 預算執行率之百分比以經修改的1996預算案數值作計算基礎。

*** “自治機構及基金”賬目內之指定開支。

(a) 投資計劃之同期/備用撥款數值。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 15
公共帳目演變之比較

項目	(一仟元)			
	1995	96年預算案	96年預測	97年預算案
1. 公共收入	8,558,189	9,432,813	8,689,050	9,442,530
2. 公共支出	6,106,586	7,058,988	7,023,057	7,358,868
3. 差額(1-2)	2,451,603	2,373,825	1,665,993	2,083,662
4. 投資	1,237,087	1,600,000	1,040,000	1,500,000
5. 投資後差額(3-4)	1,214,516	773,825	625,993	583,662
6. 其他收入來源：	364,871	390,870	587,000	470,124
6.1 貸性收益	0	4,400	0	4,400
6.2 公債	0	0	0	0
6.3 投資出讓	77,943	58,000	44,000	58,000
6.4 轉賬	0	80,000	43,000	146,203
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	35,204	10,000	20,000	12,000
6.6 自治機構及基金*	251,724	238,470	480,000	249,521
7 = 5 + 6	1,579,387	1,164,695	1,212,993	1,053,786
8. 其他用途：	2,942,192	1,164,695	1,208,170	1,053,786
8.1 其他投資	6,965	10,205	10,000	10,142
8.2 公債償還	130,818	327,850	530,000	413,953
8.3 金融不動產	2,231,846	430,000	30,000	272,000
8.4 其他轉賬	321,310	158,170	158,170	108,170
8.5 自治機構及基金*	251,253	238,470	480,000	249,521
9 = 7 - 8	(1,362,805)	0	4,823	0
10. 歷年滾存	2,081,640	0	0	0
11. 盈餘(9+10)	718,835	0	4,823	0

註：* 自一九九五年起，給予各自治機構之指定收入已轉為入賬於“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 16
公共收入演變之比較

(一仟元)

收入項目	1995	96年預算案	96年預測	97年預算案
專利稅*	5,506,285	5,784,097	5,560,000	5,543,590
直接稅	1,358,761	1,350,000	1,372,000	1,331,800
間接稅	557,441	665,560	580,000	687,920
雜項稅及罰款	345,555	302,780	320,000	332,735
產業收益	759,299	1,287,920	750,000	1,494,920
經常性轉賬	2,775	5,550	5,550	5,550
耐用品出讓	967	800	2,500	1,000
非耐用品出讓	46,449	48,196	49,000	54,756
其他經常性收入	5,102	10,280	50,000	15,280
投資出讓	77,943	58,000	44,000	58,000
資本性轉賬	0	80,000	43,000	146,203
貸性收益	0	4,400	0	4,400
償還性收入	0	0	0	0
其他資本性收益	2,081,640	0	0	0
在付款中未扣除之款項歸還	35,204	10,000	20,000	12,000
自治機構及基金**	227,279	216,100	480,000	224,500
總收入	11,004,700	9,823,683	9,276,050	9,912,654

註：*包括給予各自治機構之指定收入來自專營稅

**給予各自治機構之指定收入非來自專營稅。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

表 V - 17
公共開支演變之比較

(一仟元)

收入項目	1995	96年預算案	96年預測	97年預算案
員工	2,326,566	2,617,502	2,685,000	2,827,908
貨物及服務	469,548	543,970	600,000	572,915
利息	17,559	34,100	91,000	80,110
經常性轉賬	3,243,429	3,369,139	3,130,000	3,365,386
其他經常性開支*	49,484	494,277	510,000	512,549
其他投資	1,244,052	1,437,067	1,050,000	1,253,645
資本性轉賬	321,310	158,170	158,170	108,170
財務運作	2,362,664	757,850	560,000	685,953
其他資本性開支**	0	173,138	0	256,497
自治機構及基金***	251,253	238,470	480,000	249,521
總開支	10,285,865	9,823,683	9,264,170	9,912,654

註：*96年及97年預算案包括備用撥款。

**96年及97年預算案代表投資計劃中的總體同期及備用撥款。

***自1995年起，給予各自治機構之指定開支數值已轉為入賬於“自治機構及基金”賬目內。

資料來源：財政司研究暨財政策劃廳。

VI——公共投資及發展開支計劃 (PIDDA)

VII. 公共投資計劃的發展

正如表 I 所示，公共投資及發展開支計劃 (PIDDA) 在九五

年的最初預算撥款為十七億五千萬元，與去年同期比較增幅為百分之三點八。而公共開支總預算則上升百分之三點一。故此 PIDDA 在總預算中的比重由九四年的百分之十六點四下降至九五年的百分之十五點四。

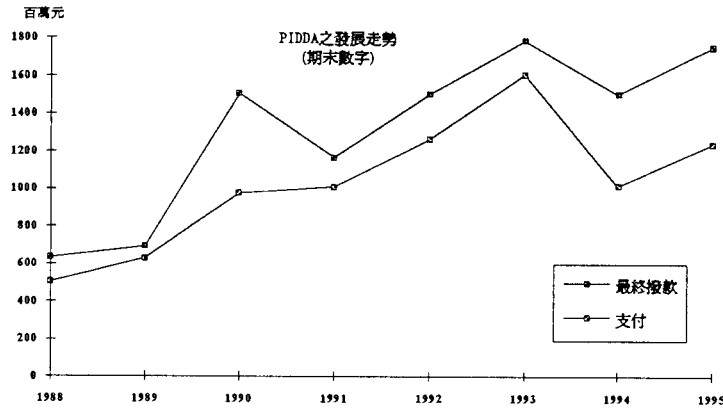


表 I
年初預算開支走勢

(百萬元)

年初預算開支		1991	1992	1993	1994	1995
OGT總數	金額	5.777,7	6.785,3	9.358,0	11.047,6	11.391,8
	Δ%	38,9	17,4	37,9	18,1	3,1
PIDDA	金額	1.435,7	1.500,0	1.620,0	1.820,0	1.750,0
	Δ%	36,1	4,5	8,0	12,3	(3,8)
OGT內PIDDA所佔比重		24,8%	22,1%	17,3%	16,4%	15,4%

九四年度之 PIDDA 有一筆很明顯之無應用撥款，令最終撥款成為十五億元，與九五年之PIDDA撥款比較，增幅為百分之十六點七。此情況是由於在九四年度內，尤其是為完成於前幾年開始施工的大型建設工程，與及進行一些新投資項目的研究及計劃工作，兩者均不會構成很明顯之財務負擔。

另一方面，九五年之PIDDA增撥金額為五百五拾萬元，令最終撥款成為十七億五千五百五拾萬元。

在九五年中，投資開支的支付總額為十二億三千八百萬元（比去年上升 22.5%），執行率接近 70.7%。

表 II
年終預算開支及執行率走勢

(百萬元)

PIDDA	1991	1992	1993	1994	1995
最終撥款	1.164,6	1.501,7	1.786,3	1.500,0	1.755,5
Δ%	(22,7)	28,9	19,0	(16,0)	16,7
支付	1.008,5	1.262,4	1.606,8	1.010,9	1.238,0
Δ%	3,5	25,2	27,3	(37,1)	22,5
執行率	86,6	84,1	90,0	67,4	70,7

從表III中可反映出投資開支的性質結構，並顯示“工程”一系列的開支在九五年共佔去總體撥款65.5%。此類開支在該年度共包括191項投資項目，其中包括“離島體育中心”（七千八百六拾萬元）、“澳門文化中心”（七千零九拾萬元）及“澳門國際機場”（六千六百五拾萬元）。上述之開支款項在“澳門國際機場”方面，只完成其中61%，而“離島運動場”則只完成約77%。

撥款予“設備”雖有輕微的增加，但在九四年中佔總投資之比重卻減少。在九五年為百分之十一點三，與去年比較尚有一段

距離。

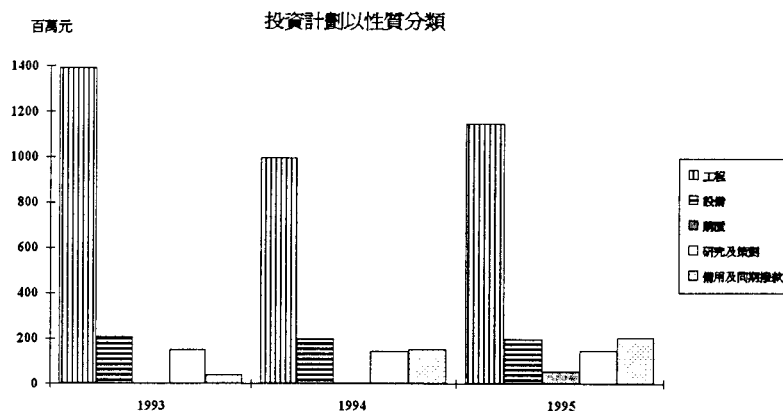
在此項內比重較大的有“醫院設備”及“信號及控制交通裝置”，分別佔去二千五百四拾萬元及二千零七拾萬元。

另一方面，“購置”在總投資中只佔極少部份，在九五年PIDDA中佔百分之三點一。然而與去年相比，增幅比重仍為最大。

在九五年中，“購置”共用了三千五百四拾萬元以支付由九零年起歷年對購買不動產的開支。

表 III
公共投資以開支性質分類

性質	1993		1994		1995	
	金額	%	金額	%	金額	%
工程	1,389,9	77,8	1,000,3	66,7	1,150,1	65,5
Δ%	36,7		(28,0)		15,0	
設備	206,4	11,6	198,9	13,2	199,2	11,3
Δ%	(32,5)		(3,6)		0,2	
購置	1,9	0,1	2,5	0,2	54,4	3,1
Δ%	(92,1)		31,6		2176,0	
研究及策劃	151,0	8,4	144,3	9,6	148,4	8,5
Δ%	121,4		(4,4)		2,8	
備用及同期撥款	37,1	2,1	154,0	10,3	203,4	11,6
總數	1,786,3	100,0	1,500,0	100,0	1,755,5	100,0



最後，“研究及計劃”雖然以九五年之一億四千八百四拾萬元與九四年之一億四千四百三拾萬元相比，有百分之二點八絕對值之增加，但與去年相比，比重則下跌百分之一點一，在九五年中佔撥款之百分之八點五。其中較值得注意的有“固體廢料的搬移，收集及清潔”與及“焚化爐中心運作”等之開支。

以“參與範圍”作分析，“社會工作”於這年度之投資中有一較大的升幅，並由九四年的三億四千七百二拾萬元升至九五年

之五億二千四百九拾萬元。佔總投資之百分之二十九點九。（表IV）

儘管如此，“基建”仍繼續成為總投資中比重最大之項目。

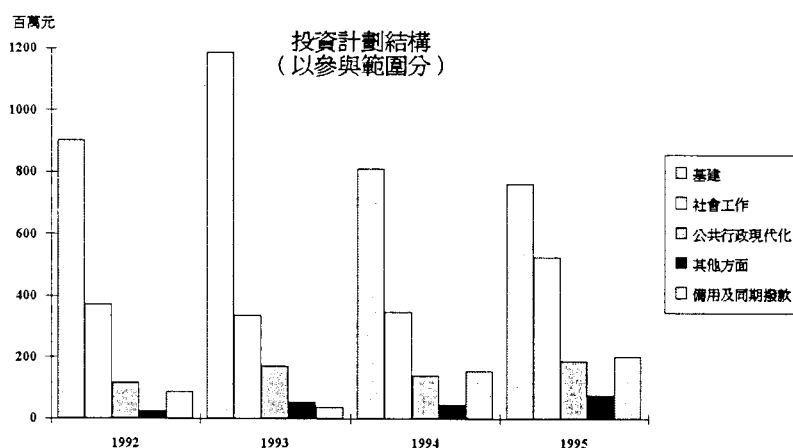
在此分類內共有七十六項工作，其中值得注意的工程有“固體廢料的搬移，收集及清潔”及“澳門國際機場”。

表 IV
公共投資 - 按參與範圍分類

(百萬元)

參與範圍	1993		1994		1995	
	金額	%	金額	%	金額	%
基建	1,186,8	66,4	811,1	54,1	761,5	43,4
△%	31,6		(31,6)		6,1	
社會工作	336,9	18,9	347,2	23,1	524,9	29,9
△%	(9,4)		3,1		51,2	
公共行政現代化	170,7	9,5	141,0	9,4	188,0	10,7
△%	45,6		(17,3)		33,3	
其他方面	54,8	3,1	46,7	3,1	77,7	4,4
△%	130,2		(15,0)		66,4	
備用及同期撥款	37,1	2,1	154,0	10,3	203,4	11,6
總額	1,786,3	100,0	1,500,0	100,0	1,755,5	100,0

“社會工作”方面佔第二位，佔九五年年終撥款的百分之二十九點九。其中較重要的工程為“離島體育中心”及“澳門文化中心”等工程。



撥款予“公共行政現代化”從九四年之跌勢中有所回升，由九四年之一億四千一百萬元增至九五年之一億八千八百萬元，升幅約為 33.3%。

最後，“其他方面”雖然在總投資中比重仍維持為最少，但在金額上卻上升約 66.4%。而包括在此項中的主要是與旅遊業有關之計劃，較特別的有“幻燈音樂噴泉”。

VI.2. PIDDA —— 一九九六年之財政執行

一九九六年之 PIDDA 的最初撥款額為十六億元，佔本年度地

區總預算案之估計開支總數的百分之十三點四。與九五年年初數字比較，名義跌幅為百分之八點六。

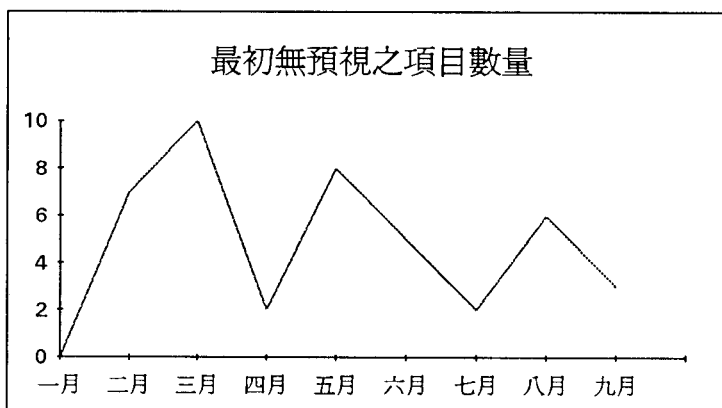
一九九六年之 PIDDA 的總撥款內的一億五千四百二十拾萬元為備用撥款，另有一千九百萬元則為支付一系列由土地、工務暨運輸司負責計劃之同期進行的工程，餘下的十四億二千六百九拾萬則分別撥往二百四十九項期初計劃之投資內。

將最初撥款以責任分類，可發現屬運輸及工務政務司管轄的佔約百分之六十點七，而土地、工務運輸司負責的比重最為顯著，共佔六億四千五百五拾萬元及政務司辦公室本身的二億八千零九拾萬元。

本年度值得留意的大型工程及其涉及金額為如下：

(一千元)

項目	提案部門	最初撥款	最終撥款
澳門文化中心	土地、工務運輸司	205.416.367,1	166.025.424,7
澳門博物館	宣傳、旅遊及文化政務司	68.828.140,0	45.645.192,0
離島污水處理站	運輸及工務政務司	72.577.757,0	73.165.517,0
設備的購置	財政司	45.000.000,0	45.679.125,0
固體廢料搬移、收集及清潔	運輸及工務政務司	96.287.600,0	96.287.600,0
離島體育中心	土地、工務運輸司	54.517.165,3	63.295.492,6
外港新填海區道路整頓	土地、工務運輸司	51.362.757,8	54.486.229,8
垃圾焚化爐中心	運輸及工務政務司	44.273.156,0	44.273.156,0



“離島填海及基建”及“澳門文化中心”等工程由於調整計劃進度，而引致一筆頗大之無應用撥款。

在本年度首三季中新增了四十三個項目，比對年初數字多出百分之十七點三。

同期已入賬金額達九億六千九百一拾萬元（佔總計劃撥款的60.6%），其中四億二千六百九拾萬元（約44.1%）已然結算。

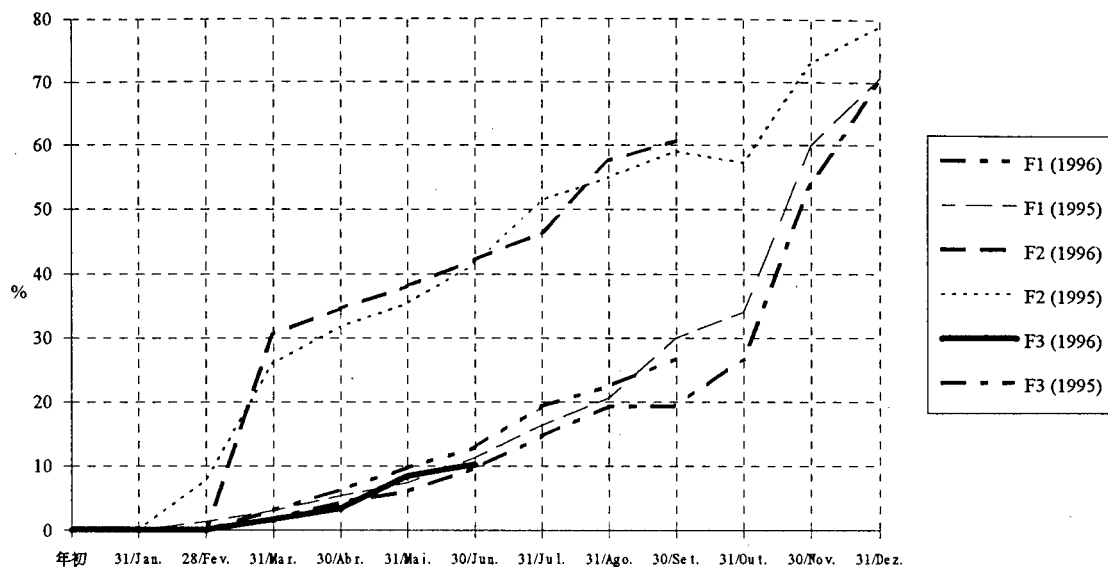
正如前述，結算總額在九月三十日時為四億二千六百九拾萬元，執行率約為百分之二十六點七。（表V）

表V
公共投資之財務執行

(百萬元)

項目	1995年9月30日		1996年9月30日	
	金額	%	金額	%
結算額	450,0	25,7	426,9	26,7
已入賬項目	581,9	33,3	542,1	33,9
結餘	718,0	41,0	629,6	39,4
現時撥款	1.750,0	100,0	1.598,7	100,0

PIDDA 1995-1996之執行演變



F1 = 結算額 / 現時撥款 F2 = (結算額 + 已入賬項) / 現時撥款 F3 = 支付 / 現時撥款

雖然本年度投資計劃的執行率指標由於一九九六年之PIDDA 數值下跌（此等數值可作指標計算基礎），而表出較高的數值，但與去年同期比較，本年度投資計劃的執行進度仍較緩慢。以上年末之執行率來看，同時預期本年度有較大型的工程執行，估計九六年PIDDA之最後執行率為百分之六十五，金額約十億四千萬

元。

以性質分類，雖然“工程”下跌了九億三拾萬元，但仍然佔去現時計劃內撥款的百分之六十六點一。而錄得的實際執行率約為百分之二十六點二。（表 VI 及 VII）

表 VI
投資計劃 - 按性質分類

性質	(百萬元)			
	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
工程	1,065,7	1,056,4	441,9	276,4
購置	48,0	47,6	0,1	1,9
設備	149,3	173,1	64,4	42,0
研究及策劃	163,8	161,6	35,7	106,6
小結	1,426,8	1,438,7	542,1	426,9
備用撥款	154,2	134,5	0,0	0,0
同期撥款	19,0	25,5	0,0	0,0
總數	1,600,0	1,598,7	542,1	426,9

以金額排列，“設備”排第二。執行率約百分之二十四點三，另外考慮到此項目內計劃的特性，預計其年終時之執行率會有良好表現。

表 VII
執行率指標 - 按性質分類

性質	結構	F1	F2
工程	66,08	0,262	0,680
購置	2,98	0,040	0,043
設備	10,83	0,243	0,615
研究及策劃	10,11	0,660	0,881
小結	89,99	0,297	0,674
備用撥款	8,41	0,000	0,000
同期撥款	1,60	0,000	0,000
總數	100,00	0,267	0,606

“研究及計劃”在投資計劃中的執行率最高(66%)，撥款自年初起減少二百二十萬元。最後，佔總投資比重極小的“購置”，其實際執行率只有百分之四。

表 VIII
投資計劃 - 按參與範圍分類

參與範圍	(百萬元)			
	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
社會工作	631,0	627,0	201,1	134,6
基建	560,6	554,6	250,4	236,3
公共行政現代化	131,1	175,1	43,8	40,9
其他方面	104,1	82,0	46,8	15,1
小結	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
備用撥款	154,2	134,5	0,0	0,0
同期撥款	19,0	25,5	0,0	0,0
總額	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

以參與範圍分類，值得注意的是佔總投資百分之三十九點二之“社會工作”，金額為六億二千七百萬元，比最初數字少四百萬元。而實際執行率則為百分之二十一點五，比此四個項目中的平均數高出百分之八點二。緊隨的是佔投資總額百分之三十四點七之“基建”，其金額約為五億五千四百六拾萬元，實際執行率

則為百分之四十二點六，比此四個項目中的平均數高出百分之十二點九。(表 VIII 及 IX)

“公共行政現代化”佔 PIDDA 的百分之十點九，約為一億七千五百一拾萬元，其中四千四百萬元是新增撥款。此項目在首三季的財政執行率，十分接近整個投資計劃之平均率。

表 IX
執行率指標 - 按參與範圍分類

參與範圍	結構	F1	F2
社會工作	39,22	0,215	0,5367
基建	34,69	0,426	0,878
公共行政現代化	10,95	0,233	0,484
其他方面	5,13	0,185	0,750
小結	89,99	0,297	0,674
備用撥款	8,41	0,000	0,000
同期撥款	1,60	0,000	0,000
總額	100,00	0,267	0,606

最後，佔整個投資計劃比重最小的“其他方面”之金額為八千二百萬，期間的執行率則約為百分之十八點五。

務”功能上，包括各項與運輸、基本整頓及填海之基建工程。此項目在九月尾時的撥款為五億五千四百萬元。實際執行率為百分之四十一點一，為各類功能中最顯著者，同時亦較整項投資計劃的平均率高出很多。(表 X 及 XI)

現時投資計劃內約百分之三十四點七的金額是撥往“經濟服

表 X
投資計劃 - 按功能分類

功能	(百萬元)			
	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
一般服務	128,9	156,8	35,4	31,1
公共	72,7	93,7	47,9	27,7
教育	101,9	120,5	46,3	36,5
衛生	57,0	54,7	8,8	15,3
社會福利	26,0	35,3	12,7	3,3
住屋	20,0	17,8	9,3	3,8
其他服務	444,7	405,9	131,8	81,4
經濟服務	575,6	554,0	249,9	227,8
小結	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
備用撥款	154,2	134,5	0,0	0,0
同期撥款	19,0	25,5	0,0	0,0
總額	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

表 XI
執行率指標 - 按功能分類

功能	結構	F1	F2
一般服務	9,81	0,198	0,425
公共	5,86	0,296	0,807
教育	7,54	0,303	0,687
衛生	3,42	0,281	0,442
社會福利	2,21	0,092	0,452
住屋	1,11	0,215	0,739
其他服務	25,39	0,201	0,525
經濟服務	34,65	0,411	0,862
小結	89,99	0,297	0,674
備用撥款	8,41	0,000	0,000
同期撥款	1,60	0,000	0,000
總額	100,00	0,267	0,606

“其他集體及社會服務”在計劃的比重中佔第二位，金額現時為四億零五百九拾萬元。在財政執行角度上，此項所錄得的實際執行率為百分之二十點一。已入賬的項目金額達一億三千一百八拾萬元，佔總數約百分之三十二點五。“一般性服務”佔一億五千六百八拾萬元，約為PIDDA的百分之九點八，而其中只有百分之十九點八得以執行。另外，“公安”、“衛生”、“住屋”、“社會福利”及“教育”分別佔投資計劃總額的百分之

5.9%、3.4%、1.1%、2.2%及7.5%。

撥款的金額高低方面，涉及超過二千萬的項目共佔去計劃總額的百分之四十七點八，即約七億六仟三百八拾萬元，然而在這年度中，此筆從期初已撥款之金額有百分之十三點九並沒有應用。在首三季的執行情況比較理想之項目，實際執行率為百分之三十一點三。（表 XII 及 XIII）

表 XII
投資計劃 - 按撥款金額分類

(百萬元)

撥款金額	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
金額<1百萬	57,2	45,0	10,7	12,9
1百萬≤金額<5百萬	263,2	237,1	74,4	58,2
5百萬≤金額<1千萬	117,2	146,5	60,2	44,2
1千萬≤金額<2千萬	102,6	246,3	108,2	72,6
2千萬≤金額	886,6	763,8	288,6	239,0
小結	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
備用撥款	154,2	134,5	0,0	0,0
同期撥款	19,0	25,5	0,0	0,0
總額	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

表 XIII
執行率指標 - 按撥款金額分類

撥款金額	結構	F1	F2
金額<1百萬	2,81	0,288	0,527
1百萬≤金額<5百萬	14,83	0,245	0,559
5百萬≤金額<1千萬	9,16	0,302	0,713
1千萬≤金額<2千萬	15,41	0,295	0,734
2千萬≤金額	47,78	0,313	0,691
小結	89,99	0,297	0,674
備用撥款	8,41	0,000	0,000
同期撥款	1,60	0,000	0,000
總額	100,00	0,267	0,606

最後，以經濟分類，值得注意的是包括總值六億二千一百九拾萬元投資計劃的“各類建築”，約佔公共投資之百分之三十八點九。此一項目在年初時佔投資金額內最大比重，而年中亦有增撥一仟二百六拾萬元。此項的財政執行率比整項投資計劃的平均值略低，約為百分之二十。“各類建築”一項現佔三億八仟五百三拾萬元（比原先估計少四仟五百一拾萬元），約佔計劃總數的

百分之二十四點一。財政執行率則為百分之三十點七。

“其他投資”較期初撥款低九十萬元，現約佔一億六仟四佰七十萬元，約佔總投資的百分之十點三。“機械及設備”方面約佔一億六仟六佰五拾萬元，執行率與十二項投資計劃的平均數相若。（表 XIV 及 表 XV）

表 XIV

投資計劃 - 按經濟分類

經濟分類	(百萬元)			
	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
土地	0,0	0,0	0,0	0,0
房屋	19,0	16,3	8,2	3,8
其他樓宇	609,3	621,9	181,2	124,6
街道及橋樑	55,4	79,8	47,4	32,1
港口	0,0	0,0	0,0	0,0
各類建設	430,4	385,3	204,5	118,3
土地改良	0,0	0,0	0,0	0,0
種植	0,0	0,0	0,0	0,0
運輸物品	0,0	4,2	0,0	0,0
機械及儀器	147,1	166,5	63,2	40,9
動物	0,0	0,0	0,0	0,0
其他投資	165,6	164,7	37,6	107,2
小結	1.426,8	1.438,7	542,1	426,9
備用撥款	154,2	134,5	0,0	0,0
同期撥款	19,0	25,5	0,0	0,0
總額	1.600,0	1.598,7	542,1	426,9

表 XV

執行率指標 - 按經濟分類

經濟分類	結構	F1	F2
土地	0,00	0,000	0,000
房屋	1,02	0,235	0,743
其他樓宇	38,90	0,200	0,492
街道及橋樑	4,99	0,403	0,997
港口	0,00	0,000	0,000
各類建設	24,10	0,307	0,838
運輸物品	0,26	0,000	0,000
機械及儀器	10,42	0,246	0,625
其他投資	10,30	0,651	0,879
小結	89,99	0,297	0,674
備用撥款	8,41	0,000	0,000
同期撥款	1,60	0,000	0,000
總額	100,00	0,267	0,606



Imprensa Oficial de Macau

澳門政府印刷署

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 208,00

每份價銀二百〇八元正